

Revista Comunicando

OS NOVOS CAMINHOS DA COMUNICAÇÃO

ISSN 2184-0636

E-ISSN 2182-4037

O IMPACTO DA INFODEMIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO



N.º 2

Vol. 10

EDITORES/AS

Bianca Persici Toniolo, Élmáno Ricarte,
Elizângela Noronha, Francisca Amorim e Lénia Rego

 **LABCOM**
COMUNICAÇÃO
e ARTES

SOPCOM
Associação Portuguesa de
Ciências da Comunicação

O storytelling na comunicação em saúde: uma história mal contada?

Lúisa Carvalho-Carreira¹

<https://orcid.org/0000-0002-4071-1160>

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão, de pendor qualitativo e ancorada nos Estudos Narrativos, de publicações científicas que abordam o uso do storytelling na Comunicação em Saúde. Para tal, parte de um enquadramento teórico acerca destes dois conceitos e fornece, posteriormente, uma revisão de publicações científicas, disponíveis na base de dados PubMed, com o objetivo de melhor compreender como o conceito de storytelling é abordado por publicações na área da Saúde, bem como quais os meios de comunicação

utilizados nas iniciativas descritas que recorrem ao seu uso. De um modo geral, esta revisão concluiu que as publicações analisadas apontam comprovados benefícios do uso do storytelling em variados âmbitos da Comunicação em Saúde. No entanto, embora estas publicações definam, na sua maioria, o conceito de storytelling, as referências utilizadas nesse âmbito não parecem embasar-se nos Estudos Narrativos, área de origem do conceito de storytelling e pela qual este é amplamente estudado.

Palavras-Chave: Comunicação; Estudos narrativos; Revisão bibliográfica; Saúde; Storytelling

Storytelling in health communication: a poorly told story?

Abstract: This article presents a qualitative review, anchored on the Narrative Studies, of scientific publications that address the use of storytelling in Health Communication. To this end, it begins by a theoretical framework about these two concepts and subsequently provides a review of scientific publications available in the PubMed database, in order to better understand how the concept of storytelling is approached by publications in Health, as well as which

media are used in the initiatives described that resort to its use. In general terms, this review concluded that the analyzed publications point to proven benefits of using storytelling in various scopes of Health Communication. However, although these publications mostly define the concept of storytelling, the references used in this context do not seem to be based on Narrative Studies, the origin area of the concept of storytelling and by which it is widely studied.

¹ Faculdade de Letras (FLUC), Faculdade de Medicina (FMUC), Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
E-mail: carreira.luisa@gmail.com.

Keywords: Communication; Narrative studies; Literature review; Health; Storytelling

El storytelling en la comunicación en salud: ¿una historia mal contada?

Resumen: Este artículo presenta una revisión cualitativa, anclada en los Estudios Narrativos, de publicaciones científicas que abordan el uso del storytelling en la Comunicación en Salud. Para eso, se parte de un marco teórico sobre estos dos conceptos y posteriormente se hace una revisión de las publicaciones disponibles en la base de datos PubMed, con el fin de comprender mejor cómo el concepto de storytelling es abordado por las publicaciones en el campo de la Salud, así como qué medios de comunicación

se utilizan en las iniciativas descritas que recurren a su uso. En general, esta revisión concluyó que las publicaciones analizadas apuntan a los beneficios comprobados del uso del storytelling en diferentes áreas de la Comunicación en Salud, sin embargo, aunque estas publicaciones definen mayoritariamente el concepto de storytelling, las referencias utilizadas en esta área no parecen estar basadas en los Estudios Narrativos, área de origen del concepto de storytelling y por el cual se estudia ampliamente.

Palabras Clave: Comunicación; Estudios Narrativos; Revisión bibliográfica; Salud; Storytelling

I. Introdução

A saúde é, por norma, considerada o bem mais importante que um indivíduo pode desejar. De acordo com o preâmbulo da Organização Mundial da Saúde (OMS), datado de 22 de julho de 1946, a saúde é definida como sendo um completo estado de bem-estar – físico, mental e social – e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade. Esta percepção holística de bem-estar em saúde desencadeou mudanças na prática da Medicina, nomeadamente no que diz respeito ao que se pode designar por problema médico ou clínico e à consciência da existência de diferentes dimensões da saúde e da doença (Tavares, 2016), que não se prendem, exclusivamente, com a condição física do corpo.

Os conceitos de saúde e de doença resultam num tipo de conhecimento apropriado socialmente, não apenas pelos profissionais de saúde – que desempenham, desde logo, um importante papel na própria definição do que são a saúde, a doença, a vida e a morte –, mas também pelos demais indivíduos que compõem a sociedade, responsável pelo desenvolvimento de estratégias para lidar com as diversas questões relacionadas com estes conceitos. Neste âmbito, a Medicina é entendida não apenas enquanto prática individual, que considera o corpo biológico e cada doente de forma isolada, mas também enquanto prática coletiva, que tem a seu cargo a tarefa de cuidar do corpo social (Lupton, 1995), ou seja, da sociedade.

De igual modo, a sociedade tem, cada vez mais, demandado por parte das áreas médicas e da saúde a resolução de problemas relacionados com as suas realidades subjetivas e individuais (Alvim, 2016). Com efeito, o próprio acesso a informações sobre saúde é, atualmente, cada vez maior (Silva, 2011; Hodgetts, 2012; Ruão *et al.*, 2012), contribuindo para uma popularização da Medicina e dos seus saberes que, anteriormente, eram, na sua maioria, essencialmente detidos pela classe médica, nomeadamente através da utilização de uma linguagem mais técnica e científica, não acessível a públicos não especializados.

A grande diversidade de meios de comunicação hoje existente satisfaz muita da procura dos cidadãos por assuntos médicos e relacionados com a saúde, sendo, inclusive, cada vez mais os dispositivos tecnológicos de monitorização de dados de saúde e de atividade física que têm registado uma crescente adesão por parte dos seus utilizadores (Lupton, 2018), que, neste âmbito, interagem e comunicam em rede acerca das suas motivações e dos seus objetivos.

Podemos, por isso, afirmar que o tema “saúde” tem uma presença assídua no quotidiano das sociedades, possibilitada, naturalmente, por processos comunicativos e por diversos *media*. Tal significa que a Comunicação em Saúde se assume enquanto peça fundamental e de extrema importância para a vida em sociedade. O principal objetivo da Comunicação em Saúde é a melhoria ou a manutenção do estado de saúde dos indivíduos e das populações, pelo que

iniciativas de promoção da saúde a colocam na agenda pública, reforçam as suas mensagens, estimulam as pessoas a pesquisar por informações e, desejavelmente, levam à adoção de estilos de vida saudável (WHO, 1998; Schiavo, 2013). Neste âmbito, a área da Comunicação em Saúde tem vindo a assumir-se como uma importante ferramenta para o cumprimento de objetivos de saúde pública, com os seus profissionais a considerarem, cada vez mais, formas e práticas narrativas de comunicação, como o *storytelling*, para conseguirem atingir, mais eficazmente, esses mesmos objetivos (Hinyard & Kreuter, 2007).

Considerando, precisamente, o crescente recurso ao *storytelling* enquanto ferramenta estratégica de Comunicação em Saúde, este artigo procura compreender de que forma o *storytelling* é abordado por publicações científicas na área da Saúde e quais os meios de comunicação indicados e utilizados nas iniciativas descritas que recorrem ao seu uso. Uma vez que a área de estudo de origem do conceito de *storytelling* são os Estudos Narrativos, entendidos enquanto "campo de investigação centrado na teoria e na análise da narrativa" (Reis, 2018, p. 119), consideramos importante averiguar em que moldes este é contextualizado em publicações científicas de outras áreas, nomeadamente das Ciências da Saúde. Com este propósito, foi feita uma revisão de publicações científicas, disponíveis na base de dados *PubMed*, que abordam o uso do *storytelling* na Comunicação em Saúde.

Face ao exposto, o presente artigo parte de um enquadramento teórico acerca do conceito de *storytelling* e das áreas da Comunicação de Ciência, em sentido lato, e, mais especificamente, da Comunicação em Saúde. Em seguida, aborda a utilização do *storytelling* enquanto ferramenta de Comunicação em Saúde e apresenta uma revisão de publicações científicas neste âmbito.

2. O *storytelling* e os seus contextos de utilização

O interesse pelo *storytelling* tem sido crescente nos últimos anos. Uma simples busca na Internet por esta palavra revela-nos uma enorme quantidade

de resultados, muito diversos, mas que, na generalidade, apontam o *storytelling* como uma “técnica” para contar histórias, intimamente ligada à ideia de persuasão da audiência à qual se dirige, e que é passível de adaptação a diferentes contextos, desde o pessoal ao organizacional (Polletta *et al.*, 2011).

Consensualmente entendido como a atividade de contar histórias, o *storytelling* é uma atividade didática e associada, frequentemente, ao entretenimento (Herman *et al.*, 2005). Na sua origem, está intimamente ligado à oralidade e à interação face-a-face, através das quais se têm transmitido, ao longo dos tempos, valores, tradições e diversos aspetos culturais². Hoje, é, crescentemente, uma atividade mediada pelos mais diversos meios de comunicação, dos mais tradicionais aos mais modernos ou até interativos e imersivos. O *storytelling* é, igualmente, uma atividade social e cultural (Herman, 2013; Ryan, 2014), uma vez que percecionamos a realidade através das nossas experiências pessoais (Herman *et al.*, 2005), nas quais assumimos o papel de personagem central ou principal, ao estarmos diretamente envolvidos nas mesmas, mas também através das experiências dos outros, que nos são contadas na forma de pequenos episódios e de histórias. Tal enforma uma boa parte do nosso mundo e das nossas realidades sociais. O mesmo significa que as histórias – as que contamos, socialmente, uns aos outros – são responsáveis pela forma como percecionamos e vemos o mundo, também ele socialmente construído (Berger & Luckmann, 1985/1966), sendo, por isso, de extrema importância para a existência humana (Meretoja, 2014), enquanto prática narrativa que nos permite a interação em sociedade:

Nossa vida individual, nossa identidade, é uma narrativa pessoal. Estamos sempre contando estórias sobre nós mesmos, fazendo pequenos relatos de nossas experiências e testemunhos de nossos sonhos. Estamos sempre enviando mensagens diversas, contando estórias, escrevendo diários, cartas, e-mails [...]. Se alguém nos indaga quem somos, arrolamos uma série

² O Dia Mundial do *Storytelling*, celebrado a 20 de março, tem precisamente como intuito a promoção da atividade de contar histórias através da comunicação oral.

cronológica de eventos que intencionalmente escolhemos para construir a imagem desejada de quem pretendemos ser. O julgamento já está implícito. Construimos um autossignificado singular: o nosso eu se transforma em um conto, um relato valorativo (Motta, 2013, p. 27).

Assim, inerentes ao conceito de *storytelling* estão categorias da narrativa, tais como a personagem, a ação, o enredo, o tempo e o espaço (Herman, 2013; Ryan, 2014). De igual modo, o *storytelling* pode ser utilizado recorrendo a duas modalidades narrativas: a ficcional e a factual. Deste modo, as histórias que contamos e a que temos acesso podem ser ficcionais, factuais ou até híbridas, resultando, neste último caso, de uma combinação entre uma narrativa ficcional e uma narrativa factual. A analepse e a prolepse são, igualmente, conceitos associados ao de *storytelling*, dado que a estrutura de uma narrativa não é sempre, necessariamente, linear ou cronológica. Assim, uma história pode ser contada abordando, num dado momento, um acontecimento passado (analepse, comumente designada por *flashback*, nomeadamente na linguagem cinematográfica), ou, por sua vez, um acontecimento futuro (prolepse ou *flashforward*).

Dada a curiosidade que as histórias – ficcionais ou não – espoletam, especialmente aquelas de cariz pessoal (Motta, 2013), não é, por isso, de estranhar a vasta projeção que o termo *storytelling*, bem como a sua utilização, têm vindo a adquirir socialmente. Conforme referido acima, o *storytelling* é entendido como uma arte, uma técnica para transmitir eficazmente uma mensagem, sendo, por isso, amplamente utilizado em contextos que fazem um uso marcado da persuasão, como é o caso da publicidade, que recorre a histórias que pretendem gerar a identificação com a audiência pretendida para que seja possível atingirem o seu propósito, o de vender os seus bens e serviços. São exemplos de contextos da sua utilização o *storytelling* pessoal, o *storytelling* corporativo, o *storytelling* educativo, o *data storytelling*, o *storytelling* terapêutico e o *storytelling* na saúde, entre outros. No entanto, e apesar da sua ampla utilização atual, a mesma não é desprovida de críticas, nomeadamente quando

envolvida em contextos como o do *marketing* político, no qual se considera que, mais do que persuasão, o *storytelling* funciona como um mecanismo de opressão e manipulação (Salmon, 2007).

O nosso interesse neste artigo foca-se na utilização do *storytelling* em saúde e, mais concretamente, na sua comunicação, pelo que, nas seguintes secções, abordaremos com maior detalhe esta intersecção, bem como as áreas da Comunicação de Ciência, numa perspetiva mais abrangente, e, mais especificamente, da Comunicação em Saúde, passando, em seguida, à explanação da metodologia conduzida na revisão de algumas publicações científicas que constituem o objeto de estudo deste artigo.

3. A comunicação: de ciência e em saúde

O conceito de Comunicação de Ciência tem uma considerável abrangência, uma vez que se reporta a todas as atividades que visam comunicar o saber científico, o contexto e os resultados da investigação científica, independentemente dos públicos, do contexto, das ferramentas ou do objetivo dessa comunicação (Granado & Malheiros, 2015)³. Tal significa que uma reunião científica entre pares é uma atividade de comunicação de ciência, e que, da mesma forma, um encontro informal entre um investigador de uma dada área da ciência e uma audiência não especializada também o é. A Comunicação de Ciência diz, por isso, respeito à apropriada utilização de competências, meios de comunicação, atividades e diálogo que produzam uma ou mais respostas relativamente à Ciência, tais como a consciencialização, a satisfação, o interesse, o entendimento e a formulação de opiniões relativamente a um determinado assunto científico (Burns *et al.*, 2003).

³ Embora a Comunicação de Ciência seja uma área que se reporta, na sua maioria, a atividades de comunicação que contemplam apenas as Ciências da Engenharia e Tecnologias, Exatas, Naturais, Médicas e da Saúde e/ou similares, deixamos expresso que o nosso entendimento de atividades de Comunicação de Ciência é transversal a todas as áreas do conhecimento, nas quais incluímos, naturalmente, as Humanidades e as Ciências Sociais.

No que diz respeito à Comunicação Pública de Ciência, ou seja, àquela que se dirige a um público leigo ou não especializado e que não ocorre, por isso, no interior da comunidade científica, vários têm sido os benefícios apontados à sua atividade, nomeadamente nas áreas das Ciências Médicas e da Saúde, a que damos destaque neste artigo. Com efeito, e conforme referido anteriormente, os cidadãos procuram, com frequência, informações, nos mais variados *media*, acerca da saúde e de descobertas científicas, considerando, neste âmbito, os médicos, cientistas e investigadores como uma fonte confiável e credível de informação. As atividades de Comunicação de Ciência são também, deste modo, fundamentais para a promoção da literacia científica dos cidadãos e para a sensibilização relativamente à investigação, assumindo especial importância quando estão em causa assuntos como a prevenção de determinadas patologias ou a adoção de cuidados de saúde e de estilos de vida saudável, ou seja, no âmbito da Comunicação em Saúde.

Por seu turno, a Comunicação em Saúde assume-se como estratégia-chave para manter importantes questões na agenda pública e para informar e capacitar a população acerca de temas relacionados com a saúde (WHO, 1998). Resultado da intersecção entre as Ciências da Comunicação e as Ciências da Saúde (Zoller & Kline, 2008), um dos seus principais objetivos é influenciar o comportamento dos indivíduos e das comunidades (Schiavo, 2013). Nesse âmbito, o *storytelling* tem sido, cada vez mais, utilizado como estratégia de comunicação de assuntos relacionados com a saúde (Hinyard & Kreuter, 2007; Parvanta & Bass, 2020), essencialmente em três âmbitos: no âmbito da relação médico-doente, para melhorar a adesão a terapêuticas ou para comunicar terapêuticas e diagnósticos; no âmbito da literacia em saúde, para comunicar temas relacionados com a saúde e a medicina dirigidos à sociedade civil; e no âmbito da adoção de estilos de vida saudável, quando o intuito é promover a adoção de estilos de vida e de comportamentos mais saudáveis.

O facto de as histórias despertarem a atenção e o interesse dos seus recetores tem sido assinalado por diversas investigações, que as elegem a objeto de estudo, nomeadamente em áreas como as Ciências Naturais, Médicas

e da Saúde (Cormick, 2019). Com efeito, diversas investigações têm abordado, especificamente, a transmissão de informações científicas comunicadas na forma de uma história, e demonstram que o enquadramento destas informações, para posterior divulgação, recorrendo ao uso do *storytelling* aumenta a probabilidade de as pessoas memorizarem e de se lembrarem posteriormente dessas informações (Graesser *et al.*, 1980), reduz a contra-argumentação (Green & Brock, 2000; Avraamidou & Osborne, 2009), faz com que as pessoas sintam que a experiência descrita ou narrada é uma experiência delas próprias (Niemand, 2018), é mais convincente do que uma mera exposição de dados científicos (Niemand, 2018) e aumenta o envolvimento (Dahlstrom, 2014).

Pese embora este comprovado uso eficaz do *storytelling* na Comunicação de Ciência e em Saúde, exemplificado pelos benefícios elencados acima, e considerando que falamos de um conceito oriundo dos Estudos Narrativos, área no qual é amplamente estudado, consideramos importante uma revisão como aquela feita no âmbito deste artigo e que, seguidamente, detalhamos. Ou seja, consideramos pertinente uma revisão que tente averiguar como o conceito de *storytelling* é definido e contextualizado em publicações científicas que o relacionam com a Comunicação em Saúde, tentando, igualmente, compreender quais os meios de comunicação utilizados nas atividades descritas que recorrem ao seu uso e confirmar a existência de uma possível análise narrativa que justifique a opção pelas atividades desenvolvidas e descritas.

4. O *storytelling* na comunicação em saúde: uma revisão bibliográfica

Considerando o já referido e crescente recurso ao *storytelling* enquanto ferramenta estratégica de Comunicação em Saúde, este artigo teve como pergunta de partida a seguinte formulação: de que forma o conceito de *storytelling* é abordado por publicações científicas na área da Saúde e quais os meios de comunicação utilizados nas iniciativas descritas que recorrem ao seu uso?

Para o efeito, foi realizada, em março de 2021, uma pesquisa exploratória na *PubMed*, considerada a base de dados de referência da literatura científica em Ciências da Saúde, Ciências da Vida e Biomedicina. Nesta primeira pesquisa, foi apenas feita uma busca simples pelo termo "*storytelling*", com o fito de tentar observar a generalidade de publicações que envolviam este termo, e qual a sua evolução ao longo dos anos. Esta busca devolveu, à data, 1806 resultados entre os anos de 1952 e 2021, demonstrando, igualmente, que desde 1984 existe a publicação de pelo menos dois artigos por ano que referem o termo "*storytelling*" e que, desde 2012, esta tem sido uma tendência crescente, existindo, a cada ano, mais artigos que reportam o uso deste termo do que no ano anterior:

Anos	Publicações
2012	67
2013	76
2014	105
2015	123
2016	136
2017	138
2018	195
2019	211
2020	278

Quadro 1. Número de publicações por ano

Fonte: Adaptado da pesquisa PubMed e elaborado pela autora (2021)

De igual modo, e na tentativa de perceber a forma como o *storytelling* é abordado nestas publicações, alguns dos resultados desta pesquisa foram brevemente consultados, nomeadamente a partir de uma leitura dos seus títulos e resumos e de uma observação das referências bibliográficas utilizadas. Nesta primeira pesquisa, de índole exploratória e, por esse motivo, não sistemática nem objetivamente conclusiva, observou-se, no entanto, que muitos destes resultados referentes a artigos científicos na Saúde sobre a utilização do *storytelling* raramente definem ou contextualizam este conceito, não indicando,

por exemplo, referências bibliográficas concretas acerca do mesmo e/ou da área dos Estudos Narrativos.

Confirmado o aumento de publicações científicas sobre *storytelling* na base de dados *PubMed*, prosseguimos, em maio de 2021, para uma nova pesquisa que, desta feita, cruzasse este conceito com a área da Comunicação em Saúde, por forma a definirmos uma pesquisa e um objeto de estudo mais concretos e específicos. Assim, foi feita uma pesquisa avançada pela combinação dos termos “*health communication*” e “*storytelling*”, que averiguasse a existência destes termos nos títulos e/ou resumos das publicações disponíveis na referida base de dados⁴. Esta pesquisa devolveu 31 resultados entre os anos de 1987 e 2021, que constituíram o nosso *corpus* de análise.

5. Metodologia

Os 31 resultados provenientes da pesquisa avançada pelos termos “*health communication*” e “*storytelling*” e pela sua existência nos títulos e ou resumos das publicações disponíveis na base de dados *PubMed* foram codificados individualmente em unidades de análise, atribuindo-se, a cada uma, um código composto por uma letra maiúscula e dois algarismos, de P01 a P31. A letra “P” corresponde à palavra “Publicação” e os algarismos foram atribuídos mediante a ordenação das publicações da mais recente para a mais antiga. Assim, a unidade de análise P01 corresponde ao artigo científico mais recente e a unidade de análise P31 ao artigo científico mais antigo.

Todas estas 31 unidades de análise foram catalogadas de acordo com as seguintes categorias: “PMID”⁵; “Ano de publicação”; “Nome da publicação/Revista científica”; “Título do artigo”; “Nome dos autores”; “Link para o artigo”; “Tipo de acesso (Gratuito/Pago)”. Esta catalogação correspondeu à primeira grelha de análise, à qual foi aplicado um protocolo de Análise de

⁴ A busca no campo de pesquisa avançada da *PubMed* assume o seguinte formato: (health communication[Title/Abstract]) AND (storytelling[Title/Abstract]).

⁵ Referência atribuída pela *PubMed* às suas publicações.

Conteúdo. O intuito foi o de aferir a existência de eventuais padrões (Krippendorff, 2004; Anderson, 2012), nomeadamente no que a temas gerais dos artigos e revistas científicas nas quais estes artigos são publicados diz respeito. Seguidamente, foram seleccionados todos os artigos de acesso gratuito para integrarem uma segunda grelha de análise, na qual se pretendeu, uma vez mais, aplicar um protocolo de Análise de Conteúdo, mas que, neste segundo momento da revisão bibliográfica, considerasse, igualmente, a averiguação de padrões mais específicos e de uma possível análise crítica das narrativas (Motta, 2013) utilizadas e descritas nos artigos científicos consultados. Assim, todos os artigos de acesso gratuito, num total de nove publicações científicas, foram lidos na íntegra, sendo também registadas observações relativamente aos mesmos. Após a referida leitura, uma das publicações foi removida da segunda grelha de análise, dado que não cumpria os critérios de elegibilidade para a sua inclusão na mesma⁶.

Nesta segunda grelha, constituída, deste modo, por oito unidades de análise, foram consideradas as seguintes categorias: “Tipo de artigo”; “Nº de autores”; “Filiação institucional”; “País(es)”; “Área Médica/da Saúde”; “Tema”, “Atividade de *storytelling* desenvolvida/descrita”; “Meios de comunicação utilizados”; “Definição e/ou contextualização do conceito de *storytelling*”; “Existência de uma análise narrativa justificativa da atividade desenvolvida/descrita”; “Principais áreas temáticas das referências bibliográficas”; “Observações”.

6. Resultados

Constatou-se que, no total dos 31 resultados do *corpus*, ao qual foi aplicado o primeiro protocolo de análise, o ano de 2020 foi, até à data em que

⁶ Trata-se de um artigo do ano de 2011 (PMID: 21303816), que questiona a eficácia de campanhas de saúde conduzidas pelos *media mainstream* dirigidas a audiências específicas. No entanto, e embora possua as palavras “*health communication*” e “*storytelling*” no seu resumo, não se reporta especificamente a nenhuma atividade neste âmbito, focando-se mais concretamente em questões sociais como o acesso a cuidados e a seguros de saúde.

efetuámos esta pesquisa na base de dados *PubMed* (maio de 2021), o mais expressivo em termos de publicações científicas acerca desta temática. Constatou-se igualmente que, entre os anos de 1996 e 2009, não existem publicações científicas nesta base de dados que possuam, no seu título e/ou no seu resumo, os termos “*health communication*” e “*storytelling*”:

Anos	Publicações
1987	1
1995	1
2010	1
2011	2
2013	2
2015	2
2016	2
2017	2
2018	1
2019	5
2020	9
2021	3

Quadro 2. Número de publicações por ano

Fonte: Adaptado da pesquisa PubMed e elaborado pela autora (2021)

Considerando estes 31 resultados do *corpus*, que integraram a nossa primeira grelha de análise, foi possível observar também que, apesar da existência de diversas revistas científicas que abordam o *storytelling* e a Comunicação em Saúde, 14 dos 31 resultados dizem respeito à mesma revista, a *Health Communication*. Existente desde 1989 e publicada oito vezes por ano pela Taylor & Francis, esta revista faz, precisamente, a cobertura de temas relacionados com a Comunicação em Saúde. No caso dos 17 resultados restantes, estes dizem respeito a 17 revistas científicas distintas, que cobrem temas diversos das Ciências Médicas e da Saúde:

Revista Científica	Publicações
<i>African Journal of AIDS Research</i>	1
<i>Annals of Medicine and Surgery</i>	1
<i>Applied Nursing Research</i>	1
<i>Ethnicity & Health</i>	1
<i>Health Communication</i>	14
<i>Health Education Research</i>	1
<i>Health for the millions</i>	1
<i>Health Information Management Journal</i>	1
<i>Health Promotion Practice</i>	1
<i>Health Technol Dir.</i>	1
<i>International Journal of Circumpolar Health</i>	1
<i>International Journal of Indigenous Health</i>	1
<i>Journal of Genetic Counseling</i>	1
<i>Journal of Health Communication</i>	1
<i>Journal of Visual Communication in Medicine</i>	1
<i>Patient Education and Counseling</i>	1
<i>Public Understanding of Science</i>	1
<i>South Dakota Medicine</i>	1

Quadro 3. Número de publicações por revista científica
Fonte: Adaptado da pesquisa PubMed e elaborado pela autora (2021)

Fazendo ainda uma leitura dos títulos e resumos destes 31 resultados de publicações científicas, foi possível verificar que o *storytelling* é utilizado como estratégia de comunicação em áreas muito diversas da Saúde, que podem enquadrar-se nas seguintes áreas gerais: “Endocrinologia”; “Ginecologia e Obstetrícia”; “Infecçologia”; “Microbiologia”; “Oncologia”; “Saúde Pública”; “Saúde Sexual e Reprodutiva”; “Outras”⁷.

Atendendo, especificamente, aos oito resultados que integraram a nossa segunda grelha de análise, estes dizem respeito a publicações científicas dos anos de 2013, 2015, 2016, 2017, 2019 e 2020, com uma publicação em cada um

⁷ Estas foram definidas de acordo com a área mais abrangente da Saúde/Medicina na qual se enquadram. No caso da categoria “Outras”, esta foi aplicada às publicações científicas que abordam, ou mais do que uma área da Saúde, ou a Saúde e a sua promoção/comunicação numa perspetiva mais ampla.

destes anos, e de 2021, com duas publicações referentes a este ano. Estas publicações foram tipificadas de acordo com a designação indicada nas mesmas: *Articles* e *Research Article* (tipificações com dois resultados de pesquisa cada); *Original Article*, *Original Research Articles*, *Research Paper* e *Scientific and Technical* (tipificações com um resultado de pesquisa cada).

No que concerne a estas oito publicações científicas e conforme previamente referido, as mesmas foram lidas na íntegra, por forma a ser possível anotar observações mais detalhadas e preencher a segunda grelha de análise, seguindo as categorias estabelecidas e indicadas na secção anterior, referente à **Metodologia**. A caracterização geral destas publicações pode ser observada no quadro seguinte:

Revista Científica	Área da Saúde	Tema
<i>Public Understanding of Science</i>	Microbiologia	Resistência Antimicrobiana
<i>Health Communication</i>	Saúde Pública	COVID-19
<i>Journal of Visual Communication in Medicine</i>	Saúde Pública	COVID-19
<i>Annals of Medicine and Surgery</i>	Endocrinologia	Doenças da Tireoide
<i>Health Communication</i>	Saúde Sexual e Reprodutiva	Sexualidade
<i>International Journal of Indigenous Health</i>	Oncologia	Tipos de Cancro (Colorretal, Pulmão, Mama e Próstata)
<i>Health Communication</i>	Ginecologia e Obstetrícia	Papilomavírus Humano (HPV); Cancro Cervical
<i>International Journal of Circumpolar Health</i>	Oncologia	Cancro Colorretal

Quadro 4. Caracterização geral de resultados da segunda grelha de análise
Fonte: Adaptado da pesquisa PubMed e elaborado pela autora (2021)

Nestas oito publicações científicas, as atividades de *storytelling* desenvolvidas e/ou descritas referem-se, sem exceção, a atividades mediadas, ou seja, que recorrem a meios de comunicação que não apenas a comunicação oral e direta para veicularem a sua mensagem, não se tratando, por isso, de

atividades de *storytelling* assentes somente na oralidade e numa interação direta ou face-a-face, como poderia ser o caso da comunicação entre médico e doente numa consulta⁸. Deste modo, as atividades e os meios de comunicação utilizados e descritos nas publicações analisadas são vídeos no *YouTube*, bandas desenhadas e publicadas em redes sociais, *chatbots* utilizados no *Facebook* e no *WhatsApp*, filmes animados de curta duração exibidos em contexto hospitalar, filmes enviados por correio eletrónico, filmes de média duração que mimetizam um episódio de uma telenovela e formações de *storytelling* digital com indicação de exemplos concretos.

Relativamente à categoria “Definição e/ou contextualização do conceito de *storytelling*”, observámos que, de entre as oito publicações científicas lidas e analisadas, seis definem e/ou contextualizam o conceito de *storytelling*, uma das publicações fá-lo apenas de modo parcial e uma publicação não se reporta especificamente ao conceito de *storytelling*, referindo somente o termo “*storytelling* digital” e abordando características que as histórias digitais devem possuir. De igual modo, embora a definição do conceito de *storytelling* exista na maioria das publicações científicas analisadas, esta tem como referencial teórico áreas diversas como a Comunicação em sentido lato, a Psicologia Mediática, a Psicologia Comportamental, a Psicologia Narrativa, a Educação em Saúde ou publicações acerca de iniciativas anteriores e semelhantes que recorrem ao *storytelling*, não indiciando, por isso, ter como base específica os Estudos Narrativos, nomeadamente nos casos de publicações que apenas têm autores de áreas científicas que não as Ciências Sociais e Humanas. Com efeito, apenas numa das publicações analisadas foi possível constatar, com objetividade, que a abordagem ao conceito de *storytelling* foi feita tendo como

⁸ Embora esse não tenha sido o âmbito da nossa pesquisa bibliográfica na base de dados *PubMed* e, por esse motivo, não tenhamos resultados concretos acerca desta hipótese, acreditamos ser possível a inexistência de publicações que se reportem a atividades de *storytelling* em consultas médicas e/ou na interação entre médicos e doentes nos resultados que constituem o nosso *corpus*, nomeadamente nos oito resultados alvo de uma análise mais aprofundada, pelo facto de, por norma, a relação/comunicação entre médico e doente ser objetivamente referida como tal nas publicações científicas (isto é, como “relação médico-doente” ou, em inglês, “*doctor-patient relationship*”), ainda que, na sua essência, essa se constitua, igualmente, enquanto uma atividade de Comunicação em Saúde.

referência os Estudos Narrativos⁹. Por oposição, no caso de uma publicação com autores apenas da área das Ciências da Saúde, o *storytelling* foi definido sem recurso a referências bibliográficas, e essencialmente enquanto técnica de Comunicação em Saúde¹⁰.

Foi também possível constatar, nestas oito publicações científicas, que todas fazem, de forma mais ou menos aprofundada, uma análise crítica narrativa da atividade desenvolvida/descrita, e que o foco das mesmas são as narrativas pessoais, tanto ficcionais quanto factuais. Em todas as atividades descritas, existe a preocupação de adaptar as histórias aos contextos sociais e culturais em que as mesmas são transmitidas (Polletta *et al.*, 2011; Motta, 2013). Assumindo, na sua generalidade, uma ordem cronológica, estas reportam-se a histórias centradas numa personagem principal e assumem um cunho fortemente didático (Herman *et al.*, 2005), no sentido de esclarecerem assuntos diversos como intervenções cirúrgicas, orientação sexual, processos de vacinação ou funcionamento de exames de rastreio e de diagnóstico.

Deste modo, concluiu-se que todas as publicações apontam comprovados benefícios do uso do *storytelling* nos variados âmbitos da Comunicação em Saúde. Com efeito, as publicações analisadas constatarem a eficácia, em termos práticos, do *storytelling* na transmissão de mensagens de saúde, ou seja, na promoção da literacia nesta área, mas também na adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, possíveis através do realismo e clareza das narrativas pessoais transmitidas, com as quais a audiência a que se destinam, desejavelmente, se envolve e identifica.

7. Considerações finais

Genericamente entendido enquanto o ato de contar histórias, o *storytelling* é hoje amplamente usado em diversos contextos. Conforme exposto neste

⁹ Trata-se da publicação científica referente à área da Microbiologia – Resistência Antimicrobiana, da *Public Understanding of Science*. O artigo foi escrito por autoras das Ciências da Comunicação e Ciências Sociais.

¹⁰ Trata-se da publicação científica da *Annals of Medicine and Surgery*, sobre Endocrinologia – Doenças da tiroide.

artigo, um desses contextos de utilização é, precisamente, o da Comunicação em Saúde, no qual os seus benefícios têm sido testados e comprovados em vários estudos científicos. Efetivamente, nas publicações científicas que foram objeto de uma análise no âmbito deste artigo, o *storytelling* é consensualmente apontado como uma atividade estratégica e benéfica para o eficaz cumprimento dos objetivos associados à comunicação em áreas relacionadas com a saúde, nomeadamente com recurso à comunicação mediada por novas tecnologias, que amplificam o espetro de recetores e, conseqüentemente, os potenciais efeitos destas práticas comunicativas.

Apesar das publicações científicas aqui analisadas contextualizarem, na sua grande maioria, o conceito de *storytelling*, tal não é, por norma, feito com recurso a referências bibliográficas da área dos Estudos Narrativos, optando-se, neste âmbito, por referências mais ligadas à Comunicação, na sua vertente mais técnica, ou mesmo apenas às áreas da Saúde e da Psicologia.

Nesse sentido, e considerando que este artigo, embora assente numa revisão bibliográfica, tem também uma perspetiva crítica, entendemos que, uma vez que o *storytelling* é considerado uma ferramenta estratégica para as Ciências da Saúde e os aspetos comunicacionais com esta relacionados, as publicações neste âmbito poderiam beneficiar de uma maior ligação às Ciências Sociais e às Humanidades e, mais concretamente, aos Estudos Narrativos, inclusive através de colaborações científicas que integrem ambas as áreas e que, deste modo, deixem patente o facto de que é efetivamente possível construir conhecimento na cooperação entre áreas da ciência que, à partida, possam parecer distantes e sem pontos em comum. Facto, aliás, do qual é prova o uso do *storytelling* na área das Ciências da Saúde.

Em suma, salientamos que este artigo e a revisão bibliográfica nele contida não tiveram como propósito o de tentar provar uma eventual negação, por parte das Ciências da Saúde, do *storytelling* enquanto conceito oriundo dos (e estudado pelos) Estudos Narrativos, mas sim o de refletir acerca das formas de abordagem e utilização do *storytelling* em atividades e iniciativas de Comunicação em Saúde, bem como acerca dos eventuais benefícios de uma

maior integração entre distintas áreas para o progresso do conhecimento científico.

Referências

Alvim, M. M. (2016). "O Desafio da Medicalização na Sociedade Contemporânea". *Revista de APS*, 19(3), 507–508.

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16218>

Anderson, J. A. (2012). *Media Research Methods: Understanding Metric and Interpretive Approaches*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage.

Avraamidou, L., & Osborne, J. (2009). "The Role of Narrative in Communicating Science". *International Journal of Science Education*, 31(12), 1683–1707. <https://doi.org/10.1080/09500690802380695>

Berger, P., & Luckmann, T. (1985/1966). *A Construção Social da Realidade*. Vozes.

Burns, W., O'Connor, D., & Stocklmayer, S. (2003). "Science Communication: A Contemporary Definition". *Public Understanding of Science*, 12(2), 183–202. <https://doi.org/10.1177/09636625030122004>

Cormick, C. (2019). "Who doesn't love a good story? - What neuroscience tells about how we respond to narratives". *JCOM - Journal of Science Communication*, 18(05), Y01. <https://doi.org/10.22323/2.18050401>

Dahlstrom, M. F. (2014). "Using narratives and storytelling to communicate science with nonexpert audiences". *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(4), 13614–13620.

<https://doi.org/10.1073/pnas.1320645111>

Graesser, A. C., Haut-Smith, K., Cohen, A. D., & Pyles, L. D. (1980). "Advanced outlines, familiarity and text genre on retention of prose". *The Journal of Experimental Education*, 48(4), 281–290.

<https://doi.org/10.1080/00220973.1980.11011745>

Granado, A., & Malheiros, J. V. (2015). *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Green, M. C. & Brock, T. C. (2000). "The role of transportation in the persuasiveness of public narratives". *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(5), 701–721. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.5.701>

Herman, D., Jahn, M., & Ryan, M.-L. (2005). *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory*. Routledge.

Herman, D. (2013). "Cognitive Narratology". In Hühn, P. et al. (Eds.). *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg University.

Hinyard, L. J., & Kreuter, M. W. (2007). "Using Narrative Communication as a Tool for Health Behavior Change: A Conceptual, Theoretical, and Empirical Overview". *Health Education & Behavior*, 34(5), 777–792. <https://doi.org/10.1177/1090198106291963>

Hodgetts, D. (2012). "Civic journalism meets civic social science: foregrounding social determinants in health coverage". *Comunicação e Sociedade*, Número Especial, 23–38. [https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2012\).1352](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2012).1352)

Krippendorff, K. H. (2004). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. Sage.

Lupton, D. (1995). *The Imperative of Health: Public Health and the Regulated Body*. SAGE Publications.

Lupton, D. (2018). *Digital Health: Critical and Cross-Disciplinary Perspectives*. Routledge.

Meretoja, H. (2014). *The narrative turn in fiction and theory. The crisis and return of storytelling from Robbe-Grillet to Tournier*. Palgrave Macmillan.

Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Editora UnB.

Niemand, A. (2018). "How to tell stories about complex issues". *Stanford Social Innovation Review*. Retirado de https://ssir.org/articles/entry/how_to_tell_stories_about_complex_issues#

Parvanta, C., & Bass, S. B. (2020). *Health communication strategies and skills for a new era*. Wall Street: Jones & Bartlett Learning.

Polletta, F., Chen, P. C. B., Gardner, B. G., & Motes, A. (2011). "The Sociology of Storytelling". *Annual Review of Sociology*, 37, 109–130.
<https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150106>

Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Almedina.

Ruão, T., Lopes, F., & Marinho, S. (2012). "Comunicação e saúde, dois campos em intersecção". *Comunicação e Sociedade*, Número Especial, 5–7.
[https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2012\).1360](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2012).1360)

Ryan, M.-L. (2014). "Narration in various media". In P. Hühn et al. (Eds.), *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg University.

Salmon, C. (2007). *Storytelling: Bewitching the Modern Mind*. Verso Books.

Schiavo, R. (2013). *Health Communication: From Theory to Practice*. Jossey-Bass.

Silva, P.A. (2011). *A Saúde nos Media: Representações do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas na Imprensa Escrita Portuguesa*. Mundos Sociais.

Tavares, D. (2016). *Introdução à Sociologia da Saúde*. Almedina.

World Health Organization (1998). *Health Promotion Glossary*. WHO.

Zoller, H. M., & Kline, K. N. (2008). "Theoretical contributions of interpretive and critical research in health communication". In C. Beck (Ed.), *Communication Yearbook* (Vol. 32, pp. 89-136). Routledge.

Luísa Carvalho-Carreira

Licenciada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e mestre em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Atualmente, é doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e integra o Laboratório de Comunicação em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Data de submissão: 29/09/2021 - Data de aceite: 26/12/2021

Influência transmediática na cobertura televisiva da Covid-19 no Brasil: estudo de caso para ampliação do debate

Eduardo Faria¹

<https://orcid.org/0000-0001-7977-1403>

José Gabriel Andrade²

<https://orcid.org/0000-0002-9778-5865>

Resumo: *O uso da narrativa transmedia ou storytelling (como é grafado em inglês) no jornalismo, além de corresponder a um modelo de negócio impulsionado pela convergência nos media contemporâneos, pode ser considerado um caminho para imersão do público no universo informativo. Em tempos de pandemia pela Covid-19, a cobertura telejornalística no Brasil reforça que o jornalismo não deve ser apenas declaratório, sendo insuficiente apenas investir em estatísticas e reportar estudos científicos ao redor do mundo. Neste sentido, a narrativa transmedia surge como uma provável proposta capaz de possibilitar a imersão do público nesta nova realidade pandêmica. Este artigo busca levantar indícios e propõe refletir sobre o provável uso da narrativa transmedia no jornalismo televisivo, através da análise das reportagens do programa Fantástico, da Rede Globo de televisão, no primeiro mês da cobertura da Covid-19 no Brasil, entre os dias 15/03/2020 a 05/04/2020. Pretende-se, ainda, dissociar o uso desta narrativa no jornalismo e na ficção a fim de alargar o reconhecimento de sua aplicação no telejornalismo; além de apontar as mudanças na atuação dos repórteres e entrevistados na construção narrativa em tempos de pandemia.*

Palavras-Chave: Telejornalismo transmedia; Narrativa jornalística transmediática; Informação transmedia

Transmedia influence on Covid-19 television coverage in Brazil: a case study to broaden the debate

Abstract: *The use of transmedia storytelling narrative in journalism, in addition to corresponding to a business model driven by the convergence in contemporary media, can be considered the way for the public to immerse*

¹ Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: eduardofaria202@gmail.com.

² Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: jgandrade@ics.uminho.pt.

themselves in the informative universe. In times of Covid-19 pandemic, TV news coverage in Brazil reinforces that journalism should not be just declaratory, being insufficient to invest only in statistics and report scientific studies around the world. Thus, the transmedia storytelling narrative emerges as a proposal capable of enabling the public to immerse themselves in this new pandemic reality. This article seeks to reflect on the use of transmedia narrative in

television journalism, through the analysis of the reports of the program Fantástico, from Rede Globo, in the first month of coverage of Covid-19 in Brazil, between 03/15/2020 to 04/05/2020. It is also intended to dissociate the use of this narrative in journalism and fiction in order to broaden the recognition of its application in television news, in addition to pointing out the changes in the performance of reporters and interviewees in narrative construction in times of pandemic.

Keywords: Transmedia television journalism; Transmedia journalistic narrative; Television journalism; Storytelling information

La influencia transmediática en la cobertura televisiva de Covid-19 en Brasil: un estudio de caso para ampliar el debate

Resumen: *El uso de la narrativa transmedia o storytelling (como se escribe en inglés) en el periodismo, además de corresponder a un modelo de negocio impulsado por la convergencia en los medios de comunicación contemporáneos, puede considerarse una forma de sumergir al público en el universo informativo. En tiempos de pandemia por Covid-19, la cobertura teleperiodística en Brasil refuerza que el periodismo no debe ser sólo declarativo, siendo insuficiente sólo para invertir en estadísticas e informar de estudios científicos en todo el mundo. En este sentido, la narrativa transmedia emerge como una probable propuesta capaz de permitir la*

inmersión de la audiencia en esta nueva realidad pandémica. Este artículo busca evidenciar y propone reflexionar sobre el probable uso de la narrativa transmedia en el periodismo televisivo, a través del análisis de reportajes del programa Fantástico, de la Rede Globo de televisão, en el primer mes de la cobertura de Covid-19 en Brasil, entre el 15/03/2020 y el 05/04/2020. También se pretende disociar el uso de esta narrativa en el periodismo y la ficción para ampliar el reconocimiento de su aplicación en el teleperiodismo; además de señalar los cambios en la actuación de reporteros y entrevistados en la construcción narrativa en tiempos de pandemia.

Palavras Chave: Teleperiodismo transmedia; Narrativa periodística transmedia; Informação transmedia

I. Introdução

Em tempos de pandemia pela Covid-19, o jornalismo mundial tem experimentado a imposição de uma nova dinâmica ainda mais laboriosa e instável quanto a própria realidade da profissão pré-coronavírus. Neste sentido, o jornalismo televisivo tem buscado recursos para incorporar novas formas de linguagens para a construção de uma narrativa integradora que informe e envolva o telespectador no universo do novo mundo pandêmico. No Brasil, o jornalismo televisivo exerce um papel significativo na construção da informação em massa por sua abrangência e acessibilidade.

Nos media jornalísticos tradicionais, a integração da narrativa constituída a partir da transmedialidade parece dar conta deste período em que as informações atuam em dois eixos simultâneos: ora como caminho para interpretação desta nova realidade pandêmica por parte do público, em que o jornalismo opera expandindo e/ou reduzindo os fatos em informações precisas. Noutra, agindo como antídoto ao combater as desinformações que circulam em fluxo nas redes, traduzindo-as em ciência, contrapondo os fatos e humanizando estatísticas e estudos dispersos pelo mundo. Assim, constituindo uma particular forma de narrativa que se expande através de diferentes linguagens, significações, meios e tecnologias (Scolari, 2013) e que seja capaz de dar conta da pandemia e de um novo termo observado nestes tempos: a infodemia .

No Brasil, os media jornalísticos televisivos exercem relevância na transmissão de conteúdos noticiosos. Primeiro porque a televisão contempla as condições sócio-econômicas e culturais da população brasileira (França, 2009, p. 27) e, em seguida, por ser o produto mais acessível frente aos outros dispositivos tecnológicos. Entretanto, a TV está inserida na mesma ecologia mediática (Scolari, 2013) imposta pela introdução de tecnologias e modos de produção da era da convergência, o que afeta sua tradicionalidade e a obriga a

redesenhar a narrativa de seus produtos (Fechine, 2009). Neste sentido, o jornalismo, enquanto ferramenta de comunicação social, vivencia e se transforma de acordo com as novas realidades e problemas sociais de uma época. Caso contrário, ao ser descomprometido com os problemas atuais, não seria jornalismo (Hudec, 1980, p. 35).

Como observa Fontcuberta (1999, p.7), apesar de exigir uma certa rigorosidade em sua prática, o jornalismo trabalha em consonância com dinamismo e a realidade em movimento, por isso muitos conceitos refletem a realidade em que atravessa. Assim, nestes tempos em que interação, multimídia, multicanal (Scolari, 2013), convergência, multiplataformas (Jenkins, 2019) e tantas outras nos direcionam para o conceito de narrativa transmedia, deparamo-nos com algumas limitações em relação ao conceito, aplicação e identificação desta narrativa nos media, principalmente em relação aos media da informação na televisão. Para uma narrativa ser considerada transmedia, afinal basta apenas ser multiplataforma e possibilitar a participação do público?

O fato é que por ser a narrativa transmedia uma forma de linguagem a ganhar repercussão e campo de estudo a partir da chegada da web 2.0, e por alcançar no ciberespaço sua potencialidade narrativa, tencionamos a considerar uma narrativa como transmediática desde que ela contemple múltiplas plataformas e esteja presente primordialmente nas plataformas digitais. Subestimando, em certo ponto, programas jornalísticos televisivos que se esforçam para fazer uso desta narrativa na transmissão da informação.

Neste momento em que atravessamos a pandemia mundial pelo coronavírus, assim como aconteceu em 2010 com o fenômeno da Primavera Árabe, no Oriente Médio, o jornalismo mundial reconfigura-se em um novo panorama. Este acontecimento político no Oriente Médio ilustra o protagonismo do público como colaborador na produção das informações que passaram a circular na blogosfera, nas redes sociais e nos media à época.

Em 2020, a pandemia pela Covid-19 não alterou apenas o formato estético do jornalismo impresso ao digital ao redor do mundo. A circunstância imposta pelo vírus nos apresentou novas formas de contar uma história e desafiou o

jornalismo televisivo a construir uma narrativa humanizada prioritariamente à distância. Confinou repórteres dentro de suas casas e levou o público dentro da casa dos repórteres por meio das videochamadas.

Tendo estas observações, a hipótese que que circunda esta pesquisa é que a pandemia pela Covid-19 intensificou a necessidade dos media tradicionais televisivos a integrarem ainda mais o uso da narrativa transmedia em suas transmissões jornalísticas. Priorizando a multiplicação de vozes à distância para construção do storytelling, a fim de possibilitar a compreensão sobre o contexto pandêmico ao público diverso. Além de, paralelamente, apresentar mudanças no modelo tradicional quanto ao exercício do jornalismo televisivo principalmente na atuação dos repórteres e participação dos personagens.

Deste modo foram analisadas nesta pesquisa as reportagens veiculadas no programa telejornalístico Fantástico em seu recorte de edição especial sobre a Covid-19. Este trabalho busca contribuir de forma exploratória sobre os elementos que integram à narrativa transmedia no jornalismo, e que podem ter sido relevantes durante o primeiro mês da pandemia no Brasil. Juntamente, pretende-se evidenciar as mudanças estruturais, como a adoção de novos formatos e linguagens, adotadas pelo jornalismo televisivo brasileiro durante a cobertura do coronavírus.

2. Caminhos metodológicos

Este estudo propõe refletir sobre o possível uso da narrativa jornalística transmedia em reportagens televisivas considerando o contexto da pandemia pelo Covid-19, através da análise de conteúdo das reportagens veiculadas no programa telejornalístico brasileiro Fantástico. A escolha pelo programa Fantástico deve-se a algumas observações, dentre elas: por ser um jornalístico que aborda diferentes pautas; por estar no ar há mais de quatro décadas (indicador de credibilidade); por compilar notícias que ganharam destaque durante a semana, e, por último, por ser um programa dominical com audiência satisfatória para TV aberta no Brasil.

Para percorrermos os caminhos que resultam nesta pesquisa exploratória, fizemos uso da análise de conteúdo das reportagens veiculadas no programa Fantástico entre 15/03/2020 a 05/04/2020, que correspondem ao início da veiculação das reportagens sobre a Covid-19 com programas de “edição e especial”. A partir da criação de uma grelha de conteúdos com elementos que nos permitiram refletir sobre os esforços do jornalismo televisivo na construção de reportagens transmedia foram analisadas 64 reportagens. Dentre os tópicos tabulados destacam-se: (a) a multiplicação das fontes por videochamadas; (b) a relação de presença e ausência dos repórteres e (C) o equilíbrio entre pautas internacionais, nacionais e regionais sobre a Covid-19.

Para Silva, Gobbi & Simão (2005) a aplicação da análise de conteúdo nas ciências sociais pode ser entendida como uma ferramenta útil para interpretação das percepções dos atores sociais. Por sua vez, o papel da interpretação de uma realidade na sociedade pode contribuir qualitativamente para o avanço em pesquisa nas ciências sociais.

Cabe-nos ainda explicitar o aporte bibliográfico como metodologia desta investigação, que se assenta sumariamente nos levantamentos de pesquisas sobre a teoria e prática da narrativa transmedia no jornalismo e no entretenimento, dos quais destacam-se os teóricos Henry Jenkins (2019), Carlos Scolari (2009, 2013) e Kevin Moloney (2011). O método bibliográfico, segundo Stumpf (2006), é fundamental na primeira etapa de uma investigação que utiliza informações empíricas e, não menos importante, indispensável na elaboração do manuscrito fruto de uma investigação.

3. Convergência dos media. O que antecede à narrativa transmedia nos media contemporâneos?

Como ponto de partida sobre o uso da transmedialidade narrativa nos media, do jornalismo ao entretenimento, torna-se relevante abordar o conceito de convergência e do que este se refere e implica nos media da atualidade. A convergência possibilita-nos pensar nas transformações que a comunicação

tem experimentado através da integração das tecnologias digitais e o quanto esta contribui para o surgimento de novas narrativas, diferentes linguagens, formatos e mutações dos gêneros nos media da contemporaneidade. Para Alves (2015), apesar da convergência em si não ser um conceito transmediático, ela abre caminho para pensarmos na integração de múltiplos meios para a exploração de uma narrativa, sendo indispensável para compreender a narrativa transmedia.

De forma simplificada, Mittermayer (2017) relata que é possível “entender a convergência como um conceito complexo que busca responder à relação que as antigas e as novas formas de comunicação assumiram na contemporaneidade, evidentemente com o surgimento dos meios digitais” (Mittermayer, 2017, l. 338).

Em seu livro *Cultura da Convergência*, Henry Jenkins (2019) alerta que a convergência dos media não deve ser negligenciada como apenas uma mudança tecnológica, pois esta representa transformações entre as tecnologias atuais, entre os media tradicionais, entre a indústria mediática, mercados, gêneros e, principalmente, o público (Jenkins, 2019, l. 615). Deste modo, podemos pensar na convergência dos media como um sistema de informações interconectadas e em constante transformação, que se sucede entre meios, media, formas de produção, circulação e consumo.

Carlos Scolari (2013) postula em seus estudos que a convergência dos media contribuiu para o surgimento de um novo modelo de negócio no qual se insere o storytelling, ou narrativa transmedia, responsável por possibilitar a expansão de uma narrativa por diferentes sistemas de significação (verbal, icônico, audiovisual, etc) e múltiplos meios (cinema, bandas desenhadas, videogame, teatro, etc. (Scolari, 2013, p. 24). Através das ponderações de Scolari, podemos considerar que a narrativa transmedia não se manifesta apenas pela integração das tecnologias nas narrativas, mas também pela hibridização de linguagens que trabalham de forma articulada para atrair e despertar interesse do público.

Nas reflexões de Jenkins (2019), a convergência entre os media é responsável pela transformação cultural, à medida que os consumidores são incentivados a buscar fragmentos de informações dispersos nos media, que o ajudam a construir sua narrativa pessoal.

Neste ponto, chegamos aos dois pontos importantes refletidos por Jenkins (2019) e Scolari (2013) que são fundamentais para pensarmos a narrativa transmedia no contexto da convergência dos media: a cultura da participação e a construção da consciência coletiva. Estes conceitos serão de grande valia para refletirmos mais adiante sobre as narrativas transmediáticas nos media do entretenimento e do jornalismo, considerando a participação do público na construção de um processo narrativo transmediático. Já que o conceito de participação do público na construção da narrativa transmedia no jornalismo opera de maneira diferente do entretenimento, na narrativa ficcional.

Por atuar em consonância e não de maneira excludente aos media tradicionais, Jenkins (2019); Scolari (2013) e Mittermayer (2017) compactuam que a ideia da convergência propõe a interconexão entre os media tradicionais, os media tecnológicos e as redes interativas. E é através destas interconexões que ocorrem as hibridizações das linguagens entre o velho e o novo, fazendo com que os media tradicionais incorporem novas estruturas narrativas para não perderem audiência e se manterem atualizados.

Manuel Castell (2011 [1999]), reflete que o processo de convergência gerou novas realidades nos media tradicionais, que passaram a fazer uso de blogues e redes interativas para interagirem com o público. Há quase uma década o autor já indicava que a internet havia transformado a televisão.

Para o pesquisador José Gabriel Andrade (2020), apesar da televisão manter o mesmo formato original desde que foi concebida, com grelhas de horários pré-determinados para consumo, a convergência com a internet impulsionou a modularização da tela da televisão. Devido a este processo, atualmente é possível assistir televisão na tela do celular, tablet, dentro do metrô, do ônibus... Para além disso, neste espaço de mudanças, segundo Andrade (2020), se desenvolve as possibilidades transmedia, “que cria uma linha cada

vez mais fina entre o que é informação e o que é entretenimento” (Andrade, 2020, pp. 86-87).

3.1 História em expansão: narrativa transmedia

Assim como acontece com a ideia de convergência, ao adentrarmos nos conceitos das narrativas transmediáticas, é preciso aceitar que existem pontos de concordâncias e discordâncias entres os pesquisadores em comunicação. Apesar de serem grafadas de formas distintas, a primeira coisa que devemos ter em mente é que, tanto a ideia de narrativa transmedia, quanto o conceito de storytelling, são sinônimos. E nesta pesquisa fazemos uso das duas formas, com intuito de naturalizar as duas maneiras de abordar o mesmo objetivo, já que cada pesquisador opta por aplicar de forma diferente a grafia em sua pesquisa.

Ana Cláudia Munari Domingos (2013) ressalta em seu estudo que avaliar produções que ocorrem no âmbito da convergência provoca “confluência de uma série de disciplinas”, em diferentes áreas de estudos pela falta de “transmedialidade necessária para explicar o fenômeno em sua complexidade” (Domingos, 2013, p. 161).

Mittermayer (2017), por sua vez, adverte que a narrativa transmedia “comporta-se com tamanha profundidade e imensidão que o investigador tem um caminho caótico para aventurar-se” (Mittermayer, 2017, l. 338). O próprio Jenkins (2019) alerta sobre a dificuldade de analisar e classificar tais narrativas pela falta de critérios estéticos e diferentes obras que contemplem múltiplas plataformas.

No entanto, Scolari (2013) exprime uma visão mais abrangente sobre os elementos que podem identificar esta forma desordenada de narrativa. O autor considera que os conceitos sobre cross-media, plataformas múltiplas, meios híbridos, interações transmediadas, mundo intertextual e até o uso dos recursos multimodais participam da mesma galáxia da narrativa transmedia e podem iluminar alguma parte desta forma de narrar (Scolari, 2013, p. 27).

De modo geral, os elementos pontuados por pesquisadores que chegam mais próximos do que se espera de uma narrativa transmedia, destacam-se: planejamento, multiplicidade de plataformas mediáticas e linguagens, além do incentivo à participação por parte do público. Esta tríade deve estar presente tanto nas narrativas ficcionais quanto nas documentais, em maior ou menor proporção. Mas, é a partir do ideal de participação que esta forma de narrar ganha sentido e constitui um divisor de águas quando comparamos as narrativas transmedia no jornalismo e na ficção.

Vicente Gosciola (2014, s/p) ressalta que a narrativa transmedia é uma estratégia de comunicação que organiza histórias dividindo-as em partes ou mesmo expandindo-as. Essas narrativas são distribuídas em plataformas que melhor possam expressá-las de forma única, e, sempre que possível, fazendo uso da participação e colaboração de fãs. Em consonância Alves (2015, p. 11) refere que a narrativa transmedia corresponde a uma forma de contar histórias fazendo uso de múltiplas plataformas que se articulam entre si para expressarem informações interativas, no qual o planejamento narrativo auxilia o consumo informativo por parte do público.

Domingos (2013, p. 168) observa que, semioticamente, os discursos narrativos transmediáticos são processos que não se coincidem com o “material da história” – núcleo central da narrativa. Embora uma história transmedia seja contada simultaneamente em diferentes meios, a soma das partes não é uma obrigatoriedade para a compreensão total do universo narrado. Por outro lado, o público que opta pelo consumo narrativo em múltiplos meios estará sujeito ao convite subjetivo que a narrativa transmediática carrega: a imersão no universo da história.

Ao referimos a narrativa transmedia como uma história fragmentada e livre, o planejamento narrativo ordenado e articulado é o que melhor caracteriza esta forma de produção narrativa. Ao elucidar que a narrativa transmedia é uma história em expansão, Scolari (2013, p. 24) alerta que a narrativa transmedia não se trata de uma adaptação de uma linguagem para outra. Ou seja, a história disponível na tela do cinema não será a mesma que aparecerá na tela da

televisão ou em outros dispositivos. Devido ao seu potencial dispersivo, o que garante a coesão da narrativa é a organização planejada dos caminhos por onde a história irá percorrer.

Para o pesquisador Maurício Mota (2014, s/p), a narrativa transmedia pode ser tanto documental, como as usadas no jornalismo, como ficcional, como as encontradas no entretenimento. Segundo Mota, a narrativa transmedia é uma história contada de modo a otimizar da melhor maneira a plataforma por onde a narrativa se expressa. O autor argumenta que esta forma de narrativa também exprime a possibilidade de aprofundar a relação entre o público, o autor e as plataformas.

A narrativa transmedia se apresenta como uma história passível de ser expandida e explorada, mas que, mesmo atingindo grandes proporções, deve conservar o núcleo de seu enredo inicial, garantindo-lhe coesão. Como afirma Mota (2014, s/p), “o foco deve ser sempre a história”, pois, segundo o pesquisador, não existe uma melhor ou pior plataforma ou media para discorrer a narrativa transmediática, mas sim maior ou menor relevância em relação a história retratada.

Por outro lado, apesar dos principais conceitos sobre a aplicação da narrativa transmedia nos direcionarem ao uso de várias plataformas para elaboração de uma história, Jenkins, em entrevista a Scolari (2013, p. 34) observa que é possível criar uma narrativa transmedia fazendo uso de apenas um media e uma plataforma na web. Desta forma, o autor contesta a ideia de que uma narrativa transmediática necessita de múltiplas plataformas para ser considerada transmedia.

Seguindo esta linha, Mota (2014, s/p) reforça que quem converge nos processos transmediáticos são os públicos e não necessariamente as plataformas em que as narrativas se discorrem. Em consequência à visão de Mota podemos considerar que o uso multiplataforma não está acima da narrativa, de modo que a construção da história deve ser explorada da melhor forma de acordo com cada media e, mais do que recomendar um trajeto

transmediático, deve despertar o interesse do público em construir a sua própria narrativa.

4. Narrativa transmedia, construção do Universo ficcional e participação

Assimilar como seria o planejamento ideal para a construção da narrativa transmedia parte, na maioria das vezes, dos modelos de produtos criados pelo mercado do entretenimento. Mais precisamente com as narrativas transmediáticas ficcionais de filmes hollywoodianos ou nos moldes dos reality shows consagrados ao redor do mundo.

Pensar numa história grande o suficiente para ser explorada em múltiplos media, que seja idealizada a partir de um filme, que se desdobre para a TV, livros, séries e possibilita uma experiência participativa do público como num jogo de videogame... nos aproxima de sua alta complexidade quando consideramos, segundo Jenkins (2019), como sendo a “história-trans” a criação de um universo. Para o autor, “a narrativa transmedia é a arte da criação de um universo. Para viver uma experiência plena num universo ficcional, os consumidores devem assumir o papel de caçadores e coletores, perseguindo pedaços da história pelos diferentes canais, comparando suas observações com as de outras fãs, em grupos de discussão on-line, e colaborando para assegurar que todos os que investiram tempo e energia tenham uma experiência de entretenimento a mais” (Jenkins, 2019, l. 718).

Sob esta perspectiva do pesquisador, consideramos que a participação deve ser a precursora na construção de uma narrativa transmedia e não apenas como uma parte complementar resultante do processo. Portanto, uma história disponível no entretenimento só poderia constituir-se como narrativa transmediática uma vez que o público possa ter em mãos a autonomia sobre quando, onde e como consumir estas narrativas -garantindo-lhes liberdade de escolha de plataformas, meios e formas de consumos não-lineares.

A partir disso o público-consumidor passar a ser também co-produtor (Renó & Flores, 2012) ao participar dos fóruns e grupos de discussões – oficiais

ou não. Seja por opiniões, sugestões, posicionamentos que assegurem novos rumos à narrativa... as possibilidades são infinitas, já que o universo sugere infinitas possibilidades ao público. Todos podem ter a narrativa nas mãos, embora ninguém tenha controle sobre ela.

Desta forma a narrativa dispersa e expandida em múltiplas plataformas sugere a serialidade da história e constitui, também através da participação do público, a consolidação do universo narrativo transmediático, uma vez que a participação possibilita a imersão na narrativa e transforma a ficção numa realidade lúdica que aproxima e instiga ao consumo.

Alves (2015) refere que a narrativa transmedia pode ser interpretada como a convergência de relações entre receptor e produtor. Por isso esta forma de narrativa desempenha um caminho inverso aos media tradicionais. Para a autora, a narrativa transmedia “reestrutura essas hierarquias de relações entre ‘detentores de conhecimento’ e ‘receptores de conteúdos’; agora os receptores são também produtores” (Alves, 2015, p. 30).

Ao encontro do ideal de autonomia e participação do público, Scolari (2009), em seu artigo intitulado “Transmedia storytelling: implicit consumers, narrative worlds, and branding in contemporary media production”, argumenta que as narrativas transmedia contribuíram para o surgimento de novas estruturas narrativas multimodais, responsáveis por instituírem novos comportamentos aos consumidores que passaram a contribuir com a construção do universo narrativo. Portanto, o que é observado nas narrativas transmedia na ficção é o poder da participação e co-criação coletiva, onde a partir da participação é assegurado ao público a imersão narrativa no universo da história, que por sua vez possibilita uma experiência plena de informação e entretenimento.

4.1 Narrativa transmediática no jornalismo, construção da realidade e participação não-obrigatória

No jornalismo a narrativa transmedia comporta-se de formas diferentes, apesar de convergir com algumas características do entretenimento em sua aplicação ficcional. O uso da narrativa transmedia no jornalismo é mais facilmente identificável no ciberjornalismo, uma vez que o hipertexto possibilita a integração de diferentes plataformas nos media, diversidade de linguagens e dispositivos tecnológicos.

Compondo o universo multimédia, o hipertexto abre caminhos diversos para que o público possa consumir informação de maneira não-linear e articulada com multiplicidade de linguagens. Deste modo, uma reportagem em texto no ciberespaço pode construir caminhos alternativos para que o consumidor possa construir sua narrativa através dos hiperlinks e buscar a interpretação da informação através de elementos verbais e não-verbais (Alves, 2015).

Baccin, Canavilhas e Satuf (2017) ponderam que a “hipertextualidade, em conjunto com a multimedialidade e a interatividade, facilitam a produção de narrativas convergentes e imersivas que, aliadas à memória e à personalização, permitem ainda incrementar a contextualização dos factos, valorizando elementos que fortalecem as narrativas de aprofundamento” (p. 328).

Renó e Flores (2012) acreditam que a essência da narrativa transmedia no jornalismo está concentrada no campo das reportagens pela riqueza de detalhes que este gênero contempla, além do tempo necessário para a produção das pautas que demandam maior planejamento. Embora os pesquisadores não mencionem as reportagens produzidas pelo telejornalismo, as reportagens em vídeo por vezes integram diferentes tipos de linguagens (cinema, games, sonoras, design gráfico...) que são responsáveis por provocar reações no público. Como observa Scolari (2013), o uso da multimodalidade também faz parte do universo que engloba essa forma narrativa.

Para Oliveira e Moreira (2020), a narrativa transmedia no jornalismo pode contribuir para a humanização e aprofundamento das pautas e reportagens. Para elas, a técnica aproxima o jornalismo da literatura por utilizar certos recursos, como a valorização do ambiente e de personagens” (Oliveira & Moreira,

2020, p. 80). Mais adiante, as autoras citam a liberdade que a narrativa transmedia exerce no jornalismo, uma vez que esta busca prender a atenção do público do início ao fim, por desprender-se da ideia de pirâmide invertida.

Mais uma vez, Scolari (2013) alarga nossa capacidade de enxergar a transmedialidade no jornalismo a partir de outros elementos que integram esta narrativa. Em alguns momentos o pesquisador aponta indícios que nos remete a narrativa jornalística transmediática aos ideais do denominado jornalismo cidadão, onde a participação do público é observada através do envio de fotos, vídeos, cartas ao editor e comentários nas plataformas. Noutros momentos, o autor argumenta que a construção desta narrativa no jornalismo vai além dos media de informação possibilitarem a expansão da notícia através do compartilhamento em rede e do incentivo à participação do público através de comentários e envio de registros (texto, áudio e imagens), sendo relevante investir numa narrativa humanizada que informe, envolva e desperte interesse no público em participar das mudanças em sociedade.

Segundo o fotojornalista Kevin Timothy Moloney (2011), a adoção da narrativa transmedia pelo jornalismo pode ter surgido como uma forma de disputar a atenção do público neste cenário de informações dispersas. Assim, uma história contada pelo jornalismo poderia ser construída de maneira mais profunda, convincente e mais complexa, de modo a envolver o público nas pautas de interesses coletivos. Durante sua pesquisa, Moloney aponta alguns elementos que devem estar presentes nas produções transmedia no jornalismo: expansão da história; exploração; continuidade; diversidade de pontos de vista; imersão; aplicabilidade; mundo real e inspiração para ação.

Enquanto Jenkins (2019) refere à narrativa transmedia como um dos resultados dos esforços das organizações e media do entretenimento para serialização (em bandas desenhadas, séries, novelas, filmes, etc.) e construção do universo transmediático, que resulta na cultura de fãs e participação do público, outros pesquisadores exprimem pensamentos divergentes sobre a atuação do público na narrativa jornalística transmediática.

Marie-Laure Ryan (2015), em seu estudo *Transmedia Storytelling: Industry Buzzword or New Narrative Experience?* considera que a narrativa jornalística transmedia não precisa representar necessariamente uma serialidade. Desta maneira a autora levanta questões sobre a relevância da expansão narrativa por parte do público na narrativa jornalística transmedia.

Embora reconheça o valor da participação para o enriquecimento do debate público, a autora desconsidera a participação coletiva como sendo um elemento definidor para a narrativa transmedia no jornalismo. Com olhar crítico, Ryan faz ao longo da escrita algumas observações pertinentes à aplicação desta linguagem nos media de informação e pondera que nem todo produto transmedia serve à criação coletiva - ao contrário do que ocorre na ficção.

Dall’Agnese e Barichello (2018), ao referir aos estudos de Moloney, afirma que o uso da narrativa transmedia no jornalismo assume particularidades que as diferenciam da narrativa transmedia ficcional. Se por um lado a construção da narrativa transmedia na ficção possibilita a expansão dos universos ficcionais e exploração pelos fãs, no jornalismo a questão é o oposto. Para a autora, “ao tratar de assuntos do ‘mundo real’, já rico em detalhes por natureza, a narrativa jornalística tem como desafio delimitar o universo narrativo de forma que resulte em um volume de informações suficiente para ser apresentado em diversas mídias, mas que não intimide a exploração” (Dall’Agnese & Barichello, 2018, p. 5).

Sendo assim, enquanto a narrativa transmediática ficcional oferece expansão multiplataforma com intuito de integrar os interesses dos mais diversos públicos (filmes, séries, banda desenhada, música...), o jornalismo, segundo, Dall’Agnese e Barichello (2018), “vai apresentar suas narrativas organizadas em só meio, a partir do qual a audiência é convidada a explorar os demais meios que compõem a narrativa NJT [narrativa jornalística transmedia] (p. 6)”.

5. (Re)Construção da realidade através da narrativa transmediática e sua relevância no Brasil pandêmico

Antes de discorrer sobre os resultados obtidos através da análise de conteúdo das reportagens do Fantástico durante a cobertura da Covid-19, é preciso referir sobre um elemento presente neste período no Brasil: a desinformação. A desinformação foi tão significativa no país que o termo “infodemia” surge como resposta para o vírus das notícias falsas que circularam em paralelo com as informações jornalísticas na cobertura do coronavírus.

Um estudo realizado pela Avaaz em três países: Estados Unidos, Brasil e Itália mostrou que mais de 110 milhões de brasileiros acreditaram em notícias falsas sobre a Covid-19. Na pesquisa, 9 em cada 10 brasileiros viram pelo menos uma desinformação sobre o coronavírus. O número enfatiza a relevância do telejornalismo ao referirmos novamente que apesar da internet fixa ou móvel, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abranger 79,9% da população, a televisão ainda é o meio que melhor contempla diferentes públicos no Brasil.

Outro estudo que remete à importância do telejornalismo no país foi desenvolvido pelo Atlas da Notícia. O órgão fez um levantamento e identificou o que eles chamam de “deserto da notícia” no Brasil. Segundo o relatório, mais de 62% dos municípios brasileiros não têm veículos jornalísticos regionais. Por conta disso, mais de 37 milhões de pessoas se informam e constroem sua visão de mundo e de Brasil pandêmico a partir de outras realidades tratadas pelos grandes media tradicionais televisivos. O estudo reforça a necessidade do telejornalismo brasileiro em construir a informação tendo como base uma narrativa imersiva, que contemple diferentes camadas sociais e priorize a multiplicação de vozes e fontes.

Durante a cobertura telejornalística da pandemia no Brasil, a exemplo do programa Fantástico, os esforços dos profissionais da comunicação centraram-se em informar, educar e deslegitimar desinformações. Neste sentido, a narrativa transmediática se destaca, não apenas como solução, mas também como antídoto à infodemia vivenciada; uma vez que esta forma narrativa propõe, entre outras, a diversidade de pontos de vista (Moloney, 2011), a pluralização de

fontes (Scolari, 2013) e a humanização dos personagens (Oliveira & Moreira, 2020) reportados no contexto pandêmico em diferentes camadas sociais.

De acordo com Brites, Amaral e Catarino (2018), em seu artigo que aborda o digital storytelling como produtor de pensamento crítico contra as fake news, descrevem que “o jornalismo afirma-se cada vez mais como uma ferramenta educativa muito em especial numa sociedade em que saber gerir informação é fundamental e na qual as ferramentas digitais, como o storytelling com base jornalística, são essenciais no âmbito da formação de cidadãos conscientes” (Brites et al., 2018, p. 95 citado em Brites et al., 2017).

5.1 Análise das reportagens do Fantástico na cobertura da Covid-19

A primeira observação, que antecede as reportagens de edição especial do Fantástico durante a cobertura da Covid-19, é a alteração estrutural do programa. Apesar de compreender a parte estética, a mudança na estrutura do programa impacta diretamente nas reportagens veiculadas. Por ser um programa generalista, quadros esportivos, policiais e de entretenimento fazem parte da sua diagramação. Entretanto, nas primeiras coberturas da pandemia, as reportagens veiculadas foram majoritariamente sobre a Covid-19 e seus impactos em diferentes setores. Neste período, apenas 3% delas não tinham ligação com a pandemia do novo coronavírus.

Ao alterar a grade tradicional do programa, o design aplicado às reportagens nas edições especiais foi responsável por organizar a narrativa tendo como viés prioritário a pandemia. Como pontuado por Jenkins (2019), Gosciola (2014) e Scolari (2014), o planejamento é um dos pilares da produção da narrativa transmediática. Portanto, nota-se durante quatro semanas o esforço do programa televisivo em construir uma narrativa que prioriza os desdobramentos da nova realidade pandêmica em construção. Ao privilegiar a pandemia enquanto “história” central na televisão, como afirma Mota (2014), abriu-se espaço para que o público pudesse convergir em outras plataformas do

programa, como o Podcast, através de outros conteúdos jornalísticos hospedados na Globoplay ou em outros meios de informação.

De acordo com Moloney (2011), a exploração e a imersão nas pautas são elementos presentes na narrativa transmedia. Enquanto o primeiro é responsável por despertar o interesse no público através da narrativa em profundidade, o segundo é encarregado de envolver o telespectador no universo informativo e fazer com que a informação seja compreendida e aplicada em sua realidade.

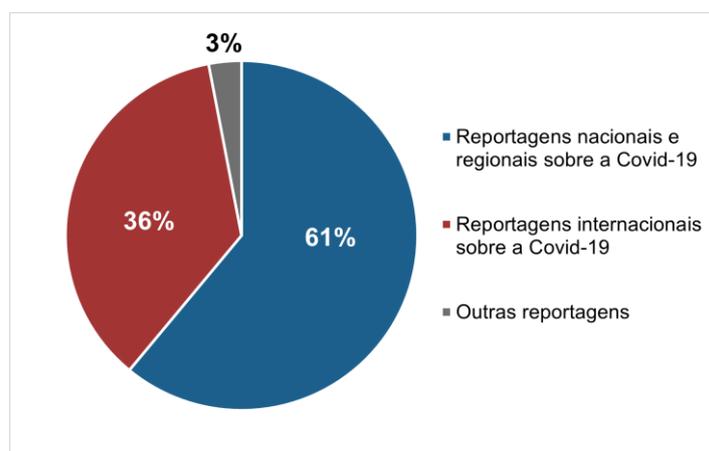


Gráfico 1. Reportagens avaliadas
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

De certo modo, as reportagens expressaram durante quatro semanas uma certa serialidade em relação às pautas sobre a Covid-19. Mariana Castro Dias (2015, p. 43) ressalta que a serialidade implica na temporalidade, na partilha de pedaços da história nos processos de dispersão, mas que se conectam pelo ponto central da história, o gancho narrativo. A pesquisadora observa ainda que o gancho na narrativa transmediática pode levar os consumidores para outros media. Nos programas de edição especial sobre o coronavírus, ao menos uma reportagem direcionava o público ao Podcast Isso é Fantástico através de QRcode disponível na tela.

Desde que se manifestou no mundo, a Covid-19 é experimentada como a expressão de um universo de dúvidas e inseguranças. Mas especialmente no Brasil, nas primeiras semanas o volume de informações e desinformações acerca do vírus SARS-Cov-2 era tamanha que exigiu do programa um filtro

narrativo jornalístico que fosse capaz de reduzir o “universo do coronavírus” em um volume suficiente para ser consumido pelo público televisivo. A escolha por priorizar a pandemia enquanto núcleo narrativo – a priorização da história, segundo Mota (2014) – permitiu que o público televisivo, que corresponde a grande parcela da população brasileira, pudesse ser informado com profundidade sobre o novo coronavírus.

Segundo Moloney (2015), se uma história é grande demais ou resumida demais, a narrativa transmedia perde o seu motivo principal, que é promover aprendizado e engajamento. Deste modo, mais uma vez, a organização equilibrada pelo formato da edição especial nas reportagens do Fantástico intercala e relaciona as produções audiovisuais sobre a pandemia a nível internacional, nacional e regional. Apontando seus reflexos no mundo, mas sobretudo no Brasil. No geral, mais de 61% das reportagens abordaram a Covid-19 no contexto Brasil e 36% referiam aos seus reflexos em pautas internacionais.

No jornalismo em tempos de pandemia, em que as informações e desinformações confluem nos media, “o jornalista, tal como um alfaiate, deve ser capaz de costurar com perfeição os diversos elementos que fluem rapidamente de um meio para o outro, elaborando uma boa tessitura narrativa” (Baccin, Canavilhas & Satuf, 2017, p. 339). Neste sentido, surge o desafio do telejornalismo em construir uma narrativa transmediática com base na humanização dos relatos, uma vez que a pandemia alterou o sentido de presença e distanciou os repórteres dos entrevistados.

Essencialmente o jornalismo é marcado pela presença do repórter na construção narrativa. E é assim que ele observa, vivencia e experimenta a realidade do entrevistado e empresta sua voz para dar voz e forma a narrativa a ser contada. Oliveira & Moreira (2020) observam que as histórias contadas em primeira pessoa colaboram para despertar atenção e através delas é possível gerar identificação e engajamento diante dos conteúdos que circulam nos media.

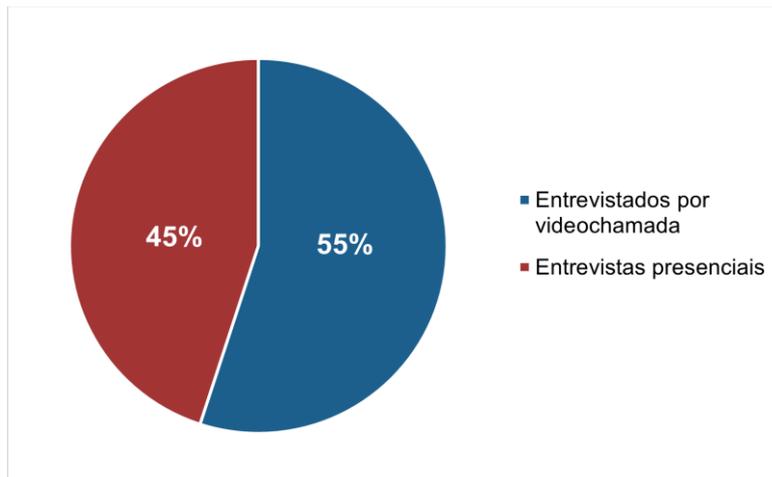


Gráfico 2: Atuação dos entrevistados
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Para suprir a distância entre repórteres e entrevistadas, o Fantástico passou a fazer uso massivo das videochamadas para construção das reportagens. Do primeiro programa de edição especial, no início da pandemia, em que ainda era permitido aos repórteres irem às ruas sem o uso de máscara, ao último programa desta série, houve um aumento de quase 300% no número de entrevistas por vídeo, saltando de 19 para 75 entrevistas. Estimativa que reforça o empenho do programa telejornalístico na pluralização de fontes e a tentativa de retratar realidades à distância, através da tecnologia. Este empenho, de acordo com Scolari (2013) e Moloney (2011) também são pertinentes à narrativa transmedia no jornalismo.

Moloney (2015) atribui à narrativa transmedia a oportunidade de engajamento e transformação social, já que esta linguagem informa com maior diversidade. Mas o uso da narrativa transmedia no telejornalismo também impacta na atuação dos profissionais e não apenas no desempenho das plataformas. Martins (2012) considera que a partir da convergência foram alargadas as possibilidades narrativas do telejornalismo, mas elas vão além das linguagens, medias e formatos. Passando a atingir as habilidades dos jornalistas, redesenhando novos profissionais e alterando suas rotinas de produtivas até chegar ao público.

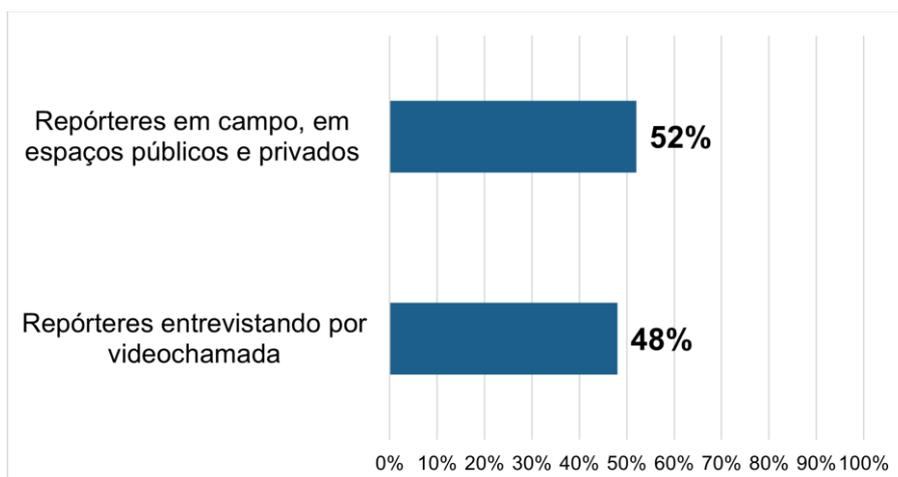


Gráfico 3: Atuação dos repórteres
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Durante as primeiras coberturas da Covid-19, a incidência da colaboração entre os profissionais foi determinante para a construção das narrativas. Algumas reportagens apresentavam três ou mais profissionais na narrativa audiovisual. Repórteres em quarentena, entrevistando à distância em casa ou nos estúdios, se integraram à narrativa desempenhando um certo protagonismo.

O recorte do primeiro mês da cobertura telejornalística sobre a Covid-19 contribuiu para desconstruir a predominância do jornalista observador em relação aos problemas dos entrevistados, para a atuação do jornalista participativo. Correspondentes em quarentena em países como Japão, Itália e Brasil construíram reportagens expressando o quanto o vírus alterou seu dia a dia.

Andrade (2020) considera que, diante deste cenário em que a informação jornalística divide espaço com outras narrativas, como a do entretenimento, e o público pode saltar de um lado para o outro, o grande desafio para o jornalista e para informação transmedia “é conseguir chegar no coração do público” (p. 84). Neste caminho, a mudança da linguagem jornalística também altera a forma de diálogo entre o profissional e o público. Como sabemos, a adoção de uma linguagem menos formal é uma característica dos protagonistas (youtubers e digitais influencers) nas redes, que conseguem atingir uma diversidade expressiva de público.

A exemplo das mudanças de linguagens ocorridas neste período temos a abertura da reportagem de Murilo Salviano, durante o confinamento na quarentena:

Eu estava estudando nos Estados Unidos e no início de março os casos de coronavírus começaram a sair do controle. A gente foi acompanhando aos poucos o fechar das portas dos comércios, das universidades e, de repente, do país, com as medidas anunciadas pelo Donald Trump. Aí eu falei: opa! hora de voltar para o Brasil em segurança (Murilo Salviano, em 22 de março, por vídeo Chamada).

O tom informal utilizado pelo repórter para narrar sua experiência com a chegada da pandemia é um recurso capaz de gerar identificação no público, porque expressa a vulnerabilidade do contador da história diante do vírus. O uso da narrativa transmedia-storytelling, por não se prender ao lead (Oliveira & Moreira, 2020) permite que o jornalista seja criativo, contextualizador e interpretativo. Neste sentido, Cunha & Montello (2014) consideram que narrar uma história fazendo o uso da narrativa transmedia é mais do que contar uma história, porque além da seriedade na apuração é importante a observação-participante.

Na reportagem do dia 30 de março, o repórter Caco Barcellos, de 70 anos - que faz parte do grupo de risco - constrói sua narrativa agradecendo o entrevistado por meio de vídeo Chamada. Na linha de frente no combate à pandemia, o médico Carlos Alberto Soares é o entrevistado; o cinegrafista e também o repórter. O profissional foi responsável por capturar as imagens em vídeo - além de entrevistar profissionais dentro do complexo hospitalar onde trabalha - para produzir matéria-prima audiovisual para construção da reportagem produzida por Barcellos.

Durante o período analisado, quase metade de todas as entrevistas veiculadas no Fantástico foram produzidas por repórteres à distância, cerca de 48%. A outra metade constitui entrevistas presenciais somam 52%. É preciso

considerar, no entanto, que a primeira semana de cobertura do telejornal, ainda era permitido aos repórteres irem às ruas. Nas semanas seguintes, apenas os profissionais fora dos grupos de risco frequentaram espaços públicos assegurados por medidas de segurança e uso de máscaras.

Quanto ao uso da narrativa transmedia nas reportagens veiculadas na edição especial do Fantástico, destaca-se também a produção das reportagens sobre as favelas do Brasil em tempos de pandemia. Como as comunidades, que contempla mais de 13 milhões de pessoas no país, estavam atuando antes e durante a pandemia da Covid-19?

O uso da narrativa transmedia neste caso constrói durante três semanas o empenho, angústia e anseios da população brasileira em situação de vulnerabilidade social no país. Dias (2015) descreve que dentre os princípios-chave elaborados por Henry Jenkins o uso da subjetividade é parte integrante para configurar a narrativa transmedia. “A subjetividade é a possibilidade de demonstrar diferentes pontos de vista de uma mesma história, abrindo outros espaços para destacar personagens que em outros meios são secundários” (Dias, 2015, p. 44).

Neste caso, o emprego da subjetividade age em contraponto a objetividade do jornalismo contemporâneo, tornando-se um elemento que possibilita a imersão no universo da pandemia. Além disso, a subjetividade pode contribuir para gerar identificação e empatia por parte do público. À medida que as vozes por trás da pandemia circulam nos media, as pessoas podem se conscientizar, tomar conhecimento dos fatos e se colocar no lugar dos mais vulneráveis. Assim, o testemunho direto sobre a pandemia, contado na primeira pessoa, “pode gerar mais engajamento e identificação” do que apenas a história contada pelo jornalista (Oliveira & Moreira, 2020, p. 84).



Figura 1. Capturas de dois trechos da reportagem exibida no *Fantástico*
Fonte: Globoplay (2020)

Ao integrar longas reportagens produzidas nas periferias pelo Brasil durante o período mais críticos da pandemia, como foram os primeiros meses, em que havia pouca informação sobre o vírus, o programa apresenta mais dois elementos transmedia cunhados por Moloney (2011): o convite ao “mundo real” e “inspiração para ação”. Ao narrar de forma complexa a realidade vivida pela população periférica no Brasil, por meio de grandes reportagens, a informação torna-se um produto de reflexão e acervo de memórias, não apenas um produto informativo perecível. Desta forma, o “mundo real” converte-se em um chamado para mudanças sociais, servindo de “inspiração para ação”, onde o público participa de forma prática das transformações em sociedade - e não apenas nas redes digitais.

Portanto, além de informar nacionalmente a população brasileira nas primeiras coberturas sobre a pandemia, durante quatro semanas a edição especial do *Fantástico* buscou através da sequencialidade da pauta promover a imersão do telespectador no universo pandêmico. Como mencionado, optando por priorizar a Covid-19 como tema central e fazendo uso da tecnologia para ampliar o alcance dos personagens, bem como a pluralização das vozes numa tentativa de humanizar a narrativa.

Ao considerar a continentalidade do Brasil, e as lacunas sociais evidenciadas pela pandemia, a informação assume também um caráter educacional para atuação com novas ações (Scolari, 2013) do público no convívio em sociedade. Reportar os fatos fazendo uso de histórias em profundidade, como a narrativa transmedia-storytelling sugere, contempla as expectativas sobre o consumo narrativo da sociedade contemporânea. Sobretudo, mais do que informar e recomendar outras plataformas ao público, a informação jornalística na televisão deve instigar o telespectador a buscar novos desdobramentos informativos através de um “despertar”, responsável por gerar interesse ou curiosidade.

9. Considerações finais

Esta investigação sugere, quase de forma ensaísta, uma reflexão sobre as potencialidades da narrativa transmedia nos media de jornalismo televisivo. Sendo assim, não se pretende provar que as edições especiais do programa Fantástico, nas primeiras semanas de cobertura da covid-19 no Brasil, seguem um modelo transmediático. Ao contrário, o que propomos aqui é ponderar sobre as possíveis formas de identificá-las, além de apresentar os variados pontos de vistas que abordam esta forma de narrar no jornalismo e o que o difere da ficção.

Por além disso, busca-se pensar a narrativa transmédia como forma de linguagem no jornalismo, mas sem prendê-la às imposições tecnicistas que a consideram apenas a partir do uso de múltiplas plataformas (embora ela exista graças à internet). Deste modo, pensamos nesta forma de narrar como um caminho narrativo capaz de gerar interesse, empatia, além de despertar novas percepções no público do jornalismo televisivo a partir da construção de uma narrativa ampla.

Acreditamos que o primeiro mês da cobertura telejornalística sobre a Covid-19 no Brasil permite-nos refletir sobre a incidência de elementos da narrativa transmedia no jornalismo televisionado. Estes recursos podem ter sido de grande valia ao oferecer uma narrativa que pôde ser explorada em outras

plataformas, e, mais que isso, que pudesse oferecer uma narrativa em profundidade, humanizada e plural. Recorrendo novamente às observações de Moita (2015), de que a história em si é mais importante que a plataforma onde a narrativa se discorre, podemos alargar nossas concepções sobre os produtos transmedia nos media tradicionais de informação.

Em tempos de informações e desinformações virais, é de suma importância que jornalismo televisivo – em especial no Brasil - ofereça a possibilidade de imersão do público no universo da notícia. Sendo assim, mais do que recomendar o uso de outras plataformas, é preciso oferecer ao público uma narrativa que o envolva e o coloque no centro das urgências sociais e ao mesmo tempo desperte interesse em buscar novos desdobramentos da informação.

Antes da pandemia do coronavírus e, mais ainda, durante este período, percebemos que o jornalismo contemporâneo está direcionado a agilidade da internet que incita a urgência em informar. Assim, o ciberjornalismo e o telejornalismo passam a ser a resposta para o consumo das notícias “fast-food” produzidas com objetividade e sem multiplicidade de vozes testemunhais e fontes oficiais. Atendendo às imposições da internet, os media televisivos por vezes agem de modo a pluralizar as pautas, abordando histórias variadas sem profundidade e com rapidez. O histórico do Fantástico atende ao modelo do jornalismo televisivo generalista, mas que no início da pandemia alterou significativamente sua estrutura convencional para atender a nova demanda social imposta pelo vírus.

Ao optar pelo uso de uma narrativa imersiva, dividido a pauta em quatro semanas, além de possibilitar o uso de Podcast, o Fantástico denota a importância de selecionar notícias para serem exploradas em profundidade, já que “o grande volume de informação disponível atualmente requer um relato que se diferencie, atraia e envolva. Caso contrário, não receberá atenção. O storytelling é a possibilidade para esta necessidade” (Cunha; Mantello, 2014, p.66).

Por fim, considera-se relevante enfatizar o argumento proposto por Marie-Lure Ryan (2015) em relação à participação do público na construção da narrativa transmedia no jornalismo. Segundo a autora, a narrativa transmediática nos media de informação integram os fatos que constitui a realidade que nos cerca. Já que nem sempre conseguimos mudar a realidade, nem todas as narrativas estão sujeitas a construção coletiva. Portanto, o chamado a ação do público no jornalismo transmediático nem sempre estará associado a participação nas redes e plataformas digitais, mas também à atuação no mundo real, no qual nem sempre os olhos e as redes digitais alcançam.

Referências

- Alves, W. M. (2015). *Linguagem Transmídia: Uma Narrativa para a Arte de se Fazer Jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista. Repositório Institucional da UNESP.
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126664/000845086.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Andrade, J. G. (2020). Do Jornalismo ao Entretenimento que Futuro: o Debate de uma Proposta Teórico-Prática. *LEOPOLDIANUM*, 129, 83-91.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/67328/1/1006-2507-1-SM.pdf>
- Baccin, A., Canavilhas, J., & Satuf, I. (2017). ERA PÓS-PC: a nova tessitura da narrativa jornalística na web. In A. T. Peixinho, & B. A. (orgs), *Narrativa e Media: Géneros, Figuras e Contextos* (pp. 317–344). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>
- Brites, M. J., Amaral, I., & Catarino, F. (2018). A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. *Journal of Digital Media & Interaction*, 1(1), 85-98. <http://hdl.handle.net/1822/55530>
- Cunha, K. Mantello, P. F. (2014). Era uma vez a notícia: storytelling como técnica de redação de textos jornalísticos. *Revista Comunicação Midiática* (online), 9(2), 56-67,

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/185/186>

Castells, M. (1999 [2011]). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 6ª ed.; v. 1. Paz e Terra.

Dall’Agnese, C. T., & Barichello, E. M. (2018, 31 de maio a 02 de junho). *Narrativa jornalística transmídia: discussões em busca de uma definição*. [Conference Paper presentation]. Desigualdades, Gêneros e Comunicação, XIX Congresso de Ciências da Comunicação Região Sul, Cascavel, Paraná.

<http://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-1618-1.pdf>

Dias, M. C. (2015). *Narrativas transmidiáticas: criando histórias na era da convergência dos meios*. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Acervo DBD PUC Rio.

http://www.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1312520_2015_completo.pdf

Domingos, A. C. (2013). Transmedia Storytelling: Crossing Between Media Studies and Literature Studies. *Revista de Estudos de Literatura*, 23(3), 159-171.

[10.17851/2317-2096.23.3.159-171](https://doi.org/10.17851/2317-2096.23.3.159-171)

França, V. V. (2009). *A Televisão Porosa: Traços e Tendências*. In: J. F. Filho (Org.). *A TV em Transição: tendências de programação no Brasil e no mundo*. cap. I, p. 27-52. Porto Alegre: Sulina.

Fechine, Y. (2009). A Programação da TV no Cenário da Digitalização dos Meios: Configurações que Emergem dos Reality Shows. In Freire, F. J. (org). *A TV em Transição*. (pp. 139-170). Sulina.

Fontcuberta, M. d. (2010). *A Notícia Pista para Compreender o Mundo*(3ª ed.). Casa das Letras/Oficina do Livro.

Gosciola, V. (22 de abril de 2014). *Narrativa Transmídia. Entrevistas com Vicente Gosciola e Maurício Mota*. Sociotramas. Grupo de Pesquisa Dedicado as Redes Sociais [post em blogue].

<https://sociotramas.wordpress.com/2014/04/22/narrativa-transmidia-entrevistas-vicente-gosciola-e-mauricio-mota/>

Hudec, V. (1980). *O que é o jornalismo?*(Ed. 21/80). Editorial Caminho, SARL.

- Jenkins, H. (2019). *Cultura da Convergência*. Edição Ampliada e Atualizada. Trad. Alexandria, Aleph. e-book kindle:
https://www.amazon.com.br/dp/B018IJSI4Y/ref=dp-kindle-redirect?_encoding=UTF8&btkr=1#reader_B018IJSI4Y
- Kamel, A. (diretor responsável) (2020, 15 de março). Reportagens de edição especial [programa de televisão]. Brasil: Globoplay. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/8401375/>
- Kamel, A. (diretor responsável) (2020, 22 de março). Reportagens de edição especial [programa de televisão]. Brasil: Globoplay. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/8421749/>
- Kamel, A. (diretor responsável) (2020, 29 de março). Reportagens de edição especial [programa de televisão]. Brasil: Globoplay. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/8441339/>
- Kamel, A. (diretor responsável) (2020, 05 de abril). Reportagens de edição especial [programa de televisão]. Brasil: Globoplay. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/v/8458988/>
- Martins, E. (2012). Telejornalismo na Era Digital: aspectos da narrativa transmídia na televisão de papel, inserir nome da revista, 8(2), 97-117.
<https://doi.org/10.25200/BJR.v8n2.2012.434>
- Mittermayer, T. (2017). *Narrativa transmídia: uma releitura conceitual*. (edição: 1). Editora COD3S. e-book Kindle: <https://www.amazon.com.br/Narrativa-transm%C3%ADdia-uma-releitura-conceitual-ebook/dp/B077XLW77F>
- Moloney, T. K. (2011). *Porting Transmedia Storytelling to Journalism* [Dissertação de mestrado, University of Denver]. Respositório Digital Commons @ DU.
<https://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1439&context=etd>
- Mota, M. (22 de abril de 2014). *Narrativa Transmídia. Entrevistas com Vicente Gosciola e Maurício Mota*. Sociotramas. Grupo de Pesquisa Dedicado as Redes Sociais [post em blogue]. <https://sociotramas.wordpress.com/2014/04/22/narrativa-transmidia-entrevistas-vice-gosciola-e-mauricio-mota/>
- Oliveira, I. d., & Moreira, J. (2020). Storytelling no ciberjornalismo: possibilidades e complexidades do jornalismo feito na web, *Revista Interprogramas de Pós-*

graduação em Comunicação do Centro Oeste, 10(17), 77-86.

<https://dx.doi.org/10.31501/esf.v0i17.11299>

Renó, D., & Flores, J. (2012). *Periodismo Transmedia*. Ria Editorial.

Ryan, M. L. (2015). Transmedia Storytelling: Industry Buzzword or New Narrative Experience?, *Journal of Narrative Studies*, 7, 1-19.

<https://muse.jhu.edu/article/602197/pdf>

Scolari, C. (2009). Transmedia storytelling: implicit consumers, narrative worlds, and branding in contemporary media production, *International Journal of Communication*. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/477>

Scolari, C. (2013). *Narrativas Transmedia. Cuando todos los medios cuentan*. Deusto.

Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). *O Uso da Análise de Conteúdo como Ferramenta para pesquisa qualitativa: Descrição e Aplicação do Método*.

Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 7, nº. 1, pp. 70-81.

<https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>

Stumpf, C. (2006). *Pesquisa Bibliográfica*. Atlas.

Eduardo Faria

Jornalista e estudante de Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente, está desenvolvendo sua dissertação sobre literacia mediática para leituras transmediática no jornalismo aos jovens. Outras áreas de interesse circulam entre os diferentes aspectos da Convergência e as transmedialidades decorrentes deste processo, passando pelo jornalismo, mídia (tradicionais e digitais) e o público.

José Gabriel Andrade

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Ciências da Comunicação. Atua como investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e professor de media, marketing e comunicação na Universidade do Minho. Leciona aulas de Comunicação, Organização e Novas Tecnologias pela Universidade Católica Portuguesa.

Data de submissão: 02/06/2021 – Data de aceite: 04/10/2021

Bolsonaro versus Governadores: Como o *fact-checking* de governos estaduais petistas embute disputas políticas no contexto da pandemia

Rômulo Almeida da Costa¹

<https://orcid.org/0000-0002-1017-3103>

Hébely da Silva Rebouças²

<http://orcid.org/0000-0002-4299-0175>

Resumo: Este artigo discute como checagens oficiais realizadas por governos estaduais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) embutem disputas políticas travadas com o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no contexto da pandemia da covid-19. Realizou-se uma Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) das 121 checagens estatais realizadas pelos governos do Ceará, Piauí e Bahia no primeiro ano da crise sanitária, identificando aspectos relacionados à disputa política entre os governos

federal e estaduais. Observou-se que iniciativas estatais de *fact-checking* concentraram a maior parte da sua produção para divulgar a versão dos governos sobre os temas relacionados à pandemia, e a temas ligados a eixos de conflito entre o presidente da República e os chefes de Executivo estadual, fazendo referência direta a personagens políticos. Além disso, os governos instrumentalizam o *fact-checking*, deslocando-o do campo jornalístico para o campo político.

Palavras-Chave: *Fact-checking*; Pandemia; Disputas políticas

Bolsonaro versus Governors: How *fact-checking* of PT state governments embeds political disputes in the context of the pandemic

Abstract: This article discusses how official *fact-checkings* carried out by state governments led by the Partido dos Trabalhadores (PT) embed political disputes with the president of Brazil,

Jair Bolsonaro, in the context of the covid-19 pandemic. A Content Analysis (Bardin, 1977) was carried out of the 121 state *fact-checkings* carried out by the governments of Ceará, Piauí and

¹ Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: romulocostace@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: hebely@gmail.com.

Bahia in the first year of the health crisis, identifying aspects related to the political dispute between the federal and state governments. It was observed that state fact-checking initiatives concentrated most of their production to disseminate the government's version on issues related to the

pandemic, and issues related to conflict axes between the President of the Republic and the heads of state Executive, making direct reference to political characters. Furthermore, governments implement fact-checking, moving it from the journalistic field to the political field.

Keywords: Fact checking; Pandemic; Political disputes

Bolsonaro versus Governadores: Como las acciones de fact-checking hechas por gobiernos estatales del PT presentan las disputas políticas en el contexto de la pandemia

Resumen: Este artículo discute como chequeos oficiales realizados por los gobiernos estaduais liderados por el Partido de los Trabajadores (PT) incrusten disputas políticas con el presidente de Brasil, Jair Bolsonaro, en el contexto de la pandemia del covid-19. Se ha realizado un Análisis de Contenido (Bardin, 1977) de los 121 chequeos estatales realizados por los gobiernos de Ceará, Piauí y Bahía en el primer año de la crisis sanitaria, identificando aspectos relacionados con la disputa política entre los gobiernos federal y estatal. Se

observó que las iniciativas estatales de verificación de datos concentraron la mayor parte de su producción para difundir la versión de los gobiernos sobre temas relacionados con la pandemia, y temas relacionados con los ejes de conflicto entre el Presidente de la República y los jefes del poder ejecutivo estadual, haciendo referencia directa a personajes políticos. Además, los gobiernos instrumentalizan la verificación de hechos, moviéndola del campo periodístico al campo político.

Palabras Clave: Fact-checking; Pandemia; Disputas políticas

I. Introdução

Paralelamente à evolução do número de casos de covid-19, o mundo também observou o intenso compartilhamento de desinformações relacionadas à pandemia por meio de plataformas de redes sociais na Internet. Os conteúdos, em boa parte, confundiam a população sobre métodos de prevenção e

tratamento contra a doença, afetando diretamente as políticas implementadas pelas autoridades sanitárias. O trabalho das agências de *fact-checking* ganhou especial visibilidade no período, chegando a receber o reconhecimento público do secretário-geral das Organizações das Nações Unidas, António Guterres, em pronunciamento³ dirigido ao mundo em 14 de abril de 2020.

Surgido inicialmente com o intuito de checar apenas declarações públicas de entes políticos em exercício de mandato ou em campanha eleitoral, o *fact-checking* tem se reconfigurado como um esforço do campo jornalístico para interromper ou reduzir a circulação de informações falsas e enganosas no atual contexto de desordem informacional (Wardle & Derakhashan, 2017). Além disso, tem sido utilizado como estratégia de legitimação discursiva pelos próprios jornalistas e veículos de comunicação para reforçar valores historicamente reivindicados pelo campo, entre os quais incluem-se a imparcialidade, objetividade e neutralidade, postos à prova diante da crise de credibilidade vivenciada pela imprensa (Miguel, 2019).

É sabido que tais iniciativas não conseguem fazer frente ao volume de informações enganosas disseminadas nas plataformas de redes sociais (Cabañes, 2020); porém, a expansão das agências de checagem expressa o esforço dos jornalistas para promover uma espécie de “reordenamento informacional”.

Ao longo dos séculos, mecanismos de desinformação, tais como a disseminação de boatos, a descontextualização de declarações ou o falseamento de dados, têm caminhado lado a lado com as disputas políticas. Essa associação tornou-se ainda mais perceptível com a instrumentalização dos recursos das plataformas de redes sociais para persuasão política (Lelo, 2019), sobretudo a partir de 2016, com a eleição que alçou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, e o plebiscito que oficializou a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, o “*Brexit*” (Piaia & Alves, 2020; Egelhofer & Lecheler, 2019; Gelfert,

³ Pronunciamento disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1710342>. Acesso em 6 dez. 2021.

2018; Kreiss & McGregor, 2017), fazendo emergir uma série de discussões em torno dos efeitos das chamadas *fake news*.

No Brasil, esse debate ganhou força em 2018, com a eleição do ex-deputado federal de extrema direita Jair Bolsonaro (PL) como presidente da República, após uma campanha fortemente ancorada nas redes sociais e com ostensiva propagação de conteúdo desinformativo (Alves, 2021; Piaia & Alves, 2020; Miguel, 2019).

Como chefe do Poder Executivo, coube a Bolsonaro gerir a crise provocada pela pandemia da covid-19, registrada no Brasil a partir de março de 2020. O presidente, no entanto, assumiu postura negacionista diante das medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias internacionais, passando a rivalizar com parte considerável dos gestores estaduais e municipais do país que defendiam o uso de máscaras, o distanciamento social, o fechamento de serviços não-essenciais e a restrição da circulação de pessoas nas ruas como forma de conter a disseminação do SARS-CoV-2.

Em meio à intensa circulação de conteúdo desinformativo na Internet e da progressiva tensão institucional diante da crise sanitária, marcada pelas disputas de narrativas e os conflitos com a gestão Bolsonaro, alguns governos estaduais recorreram a ferramentas tipicamente jornalísticas para se posicionar discursivamente no polo da verdade e fundaram iniciativas próprias de *fact-checking* em suas páginas institucionais como parte das estratégias comunicativas durante a pandemia (Silva & Costa, 2020). Ao todo, oito governos estaduais brasileiros lançaram iniciativas do gênero, sendo seis deles localizados no Nordeste, região do País mais hostil ao Governo Bolsonaro.

A tensão entre o presidente da República e as forças políticas do Nordeste remonta à campanha de 2018, quando a alta popularidade do Partido dos Trabalhadores (PT), impulsionada pela figura do ex-presidente Lula, impunha obstáculos para o avanço bolsonarista no território. Os eleitores nordestinos foram os únicos que, naquele pleito, elegeram governadores do PT, após sucessivo processo de erosão de imagem sofrido pelo partido, sobretudo a partir da gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff (Alves, 2017). Após a eleição de

2018, a tensão permaneceu entre os atores políticos da região e o Palácio do Planalto. Os governos estaduais se organizaram em bloco para atuar conjuntamente em prol de demandas para a região e, em determinados momentos, enfrentar o Governo Bolsonaro. Fundado em agosto de 2019, o chamado Consórcio Nordeste teve como primeiro presidente o governador da Bahia, Rui Costa, filiado ao PT, sucedido em seguida por outro petista, o governador do Piauí, Wellington Dias, que lidera o bloco desde 2020.

As agências de *fact-checking* governamentais, embora surgidas como iniciativas institucionais, mantidas e alimentadas pela estrutura do Estado, surgem, portanto, nesse contexto de intensas disputas políticas – o que suscita algumas indagações: de que modo essas agências são exploradas, ou não, pelos governos estaduais como ferramenta de confronto com Bolsonaro? De que maneira as checagens oficiais estariam relacionadas aos conflitos travados entre o presidente e governadores?

Nesse contexto, é objetivo do presente artigo investigar se e *de que modo* os serviços de *fact-checking* estatal dos governos estaduais embutem as disputas políticas travadas entre Bolsonaro e os governadores no primeiro ano da pandemia de covid-19 no Brasil. Para isso, serão analisadas, por meio de técnicas de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), em caráter exploratório, um total de 121 checagens dos sites oficiais de três estados nordestinos governados pelo PT: Bahia, Ceará e Piauí, publicadas entre março de 2020 e março de 2021. Nossa intenção, portanto, é analisar se as checagens oficiais de estados governados pelo PT, partido que é o principal alvo político do bolsonarismo, estão vinculadas a temas em torno dos quais houve conflitos e disputas narrativas entre os governadores e o presidente.

Antes de contextualizar mais detalhadamente o nosso objeto e apresentar os procedimentos metodológicos da análise, faremos uma breve discussão sobre o uso do *fact-checking* como ferramenta do campo jornalístico na tentativa de promover o ordenamento informacional no contexto de desinformação em massa e como as instituições governamentais utilizam-se desse mecanismo

para se posicionar no polo da verdade em um ambiente de disputas políticas, apelando para recursos do fazer jornalístico.

2. *Fact-Checking* e política

A crise enfrentada pelo jornalismo na contemporaneidade tem início no começo século XXI, a partir do surgimento, popularização e domínio das plataformas de tecnologia e redes sociais, que provocou repercussões no mercado de mídia e, conseqüentemente, na própria deontologia do campo jornalístico. Graves (2016) observa que esse fenômeno ensejou transformações nas normas e nas práticas jornalísticas, bem como a diminuição gradual do papel de *gatekeeping* das organizações tradicionais de notícias e a fragmentação no cenário da mídia, o que reduziu o controle dessas organizações sobre a esfera pública.

Ao buscar as razões para a emergência do *fact-checking* neste contexto, Amazeen (2018) apresenta três fatores possíveis para a eclosão da ferramenta: 1) declínio no jornalismo tradicional; 2) fácil acesso às tecnologias para as massas e 3) agitação sociopolítica. Esse cenário potencializou a expansão vertiginosa das iniciativas de checagem em vários países.

Em fevereiro de 2018, o mapeamento do Duke Reporter's Lab⁴ identificou em funcionamento 149 iniciativas de *fact-checking* em todo o mundo. Em junho de 2021, pouco mais de dois anos depois, esse número já tinha mais do que dobrado, chegando a 341 serviços de *fact-checking* em atuação espalhados por todos os continentes. O avanço dessas iniciativas se dá, sobretudo, em países cujas democracias e modelos de governança estão sob ameaça, uma vez que os conflitos sociopolíticos motivam ações públicas e demandas de responsabilização (Amazeen, 2018).

Como dito anteriormente, a emergência do *fact-checking* também está atrelada aos interesses dos próprios jornalistas em revisar práticas e

⁴ O laboratório faz o mapeamento das iniciativas de fact-checking ativas e inativas em todo o mundo, com acesso disponível pela página <https://reporterslab.org/fact-checking/>. Acesso 25 jun. 2021.

abordagens amplamente absorvidas nas rotinas produtivas dos veículos de comunicação de massa, apostando em um jornalismo mais analítico e se afastando das reproduções acríticas dos discursos de entes públicos – o chamado jornalismo declaratório, muito comum na cobertura midiática da política (Graves, 2016; Seibt, 2019; Miguel, 2019; Amazeen, 2018).

Foi exatamente no contexto da cobertura político-eleitoral que o interesse de checagem do discurso público surgiu, abrindo espaço para o desenvolvimento do *fact-checking* como um formato jornalístico, tal como observamos hoje nas experiências de checagem em exercício. A primeira iniciativa do gênero foi nas eleições estadunidenses de 1992, quando a rede de TV CNN destacou o jornalista Brooks Jackson para liderar uma equipe de profissionais dedicados a fazer checagem do discurso dos candidatos à presidência disseminado em propagandas eleitorais. O formato se popularizou no canal e motivou Jackson a fundar, em 2003, o *FactCheck.org*, considerada a primeira iniciativa de checagem de fatos no formato similar ao praticado pela mídia atualmente. Em 2007, surgiram outras iniciativas, como o *PolitiFact.com* e o *Fact Checker*, do *Washington Post* (Graves, 2016; Seibt, 2019). Todos focados, apenas, em verificar dados e informações de discursos públicos de entes políticos.

No Brasil, as primeiras agências jornalísticas dedicadas exclusivamente ao *fact-checking* começaram a aparecer em 2015, também centradas na checagem do discurso público de autoridades e políticos. No entanto, percebe-se que, gradualmente, a produção das agências sofreu mudanças, abarcando a verificação também de boatos circulantes nas redes sociais, sobretudo a partir do contexto eleitoral de 2018, quando as principais agências firmaram parcerias com as empresas de plataforma, como Google e Facebook. Essa associação, contudo, expõe fragilidades no processo de financiamento das agências de *fact-checking* que acabam deixando suas rotinas produtivas serem afetadas pelas plataformas de mídias em favor dos recursos obtidos a partir de editais de financiamento, situação também vivenciada por outras iniciativas do tipo ao redor do mundo (Nicey & Bigot, 2020).

A questão do financiamento é uma das contradições que colocam a prática do *fact-checking* ainda na busca por legitimação. As outras dizem respeito à própria atividade jornalística, que já vinha sendo bastante contestada no Brasil à época (Seibt, 2019), sobretudo pelo entrelaçamento da imprensa no turbilhão de acontecimentos políticos que envolviam, entre outros episódios, a operação Lava Jato, o desgaste político da presidente Dilma Rousseff (PT) e o crescimento da direita conservadora brasileira fomentado pelo antipetismo. Miguel (2019, p. 52) resume: “Na prática, formou-se no Brasil uma triangulação entre aparelho repressivo, mídia e fábricas de *fake news*”.

Se para Graves (2016, p. 63), o *fact-checking* surge como um movimento que “reflete e reproduz a cultura profissional atrelada a um jornalismo mais analítico”, Miguel (2019) entende que, no caso brasileiro, as iniciativas de *fact-checking* aparecem na esteira da crise de credibilidade da mídia com o objetivo de construir um discurso verossímil de relegitimação, valendo-se da ameaça das *fake news*, e de atestar uma suposta “objetividade” da imprensa profissional, no momento em que, sobre ela, recaíam suspeitas de que estaria alinhada às agitações políticas de direita no País.

Ancorada em Miguel (2019), Moretzsohn (2019) sustenta que as agências de *fact-checking* não avançam em nada em relação à mídia tradicional no que se refere ao alinhamento ideológico apresentado pelos veículos de massa. A pesquisadora também questiona os procedimentos jornalísticos utilizados para a realização das checagens, baseada na seleção de frases isoladas, o que, para ela, não abarca a complexidade dos sentidos do discurso. Para a autora, é imprescindível discutir a “contextualização que envolve os sentidos possíveis de uma narrativa”, (Moretzsohn, 2019, p. 549), ou seja, o não-dito. A falta das devidas contextualizações e a opção por selecionar determinadas sentenças para, então, rotular determinada declaração de “fato” ou “*fake*”, seriam falhas graves das iniciativas de checagem.

No escopo dessa discussão, Seibt (2019) entende que tanto o jornalismo tradicional quanto a prática do *fact-checking* só serão capazes de corresponder ao propósito democrático de vigilância social se gozar de credibilidade. Na

avaliação dela, porém, o *fact-checking* está um passo à frente do jornalismo tradicional por tomar a transparência como princípio normativo, exigindo que cada checagem apresente, de maneira objetiva, o método para a verificação dos dados e as fontes utilizadas na classificação das informações. Esse princípio estaria, conforme a pesquisadora, mais vinculado à prática das checagens do que os próprios ideais de verdade e objetividade, defendidos pelo jornalismo tradicional. A partir da premissa da transparência, o leitor poderia questionar as conclusões da checagem a partir do percurso do repórter, o que nem sempre seria possível no formato jornalístico convencional (Seibt, 2019, p. 125).

Se a transparência é o princípio normativo do *fact-checking*, as iniciativas dos governos estaduais brasileiros, ao tentar reproduzir a prática no âmbito da comunicação governamental, distanciam-se dos procedimentos utilizados pelo campo jornalístico. Assumindo o papel de autoridade, os governos se eximem de explicar os meios utilizados por seus instrumentos próprios de *fact-checking* para classificar determinado conteúdo como verdadeiro ou não-verdadeiro.

A opacidade dos métodos e das fontes é aliada à simplificação dos selos utilizados no ato das checagens, que não possuem nenhum nível de gradação entre “verdade” e “falsidade”, refletindo a própria polarização política do atual contexto brasileiro (Silva & Costa, 2020). Tais procedimentos contribuem para reforçar a noção de que os governos estaduais instrumentalizam recursos da linguagem jornalística para se situar no pólo discursivo da verdade, historicamente reivindicado pelos meios de comunicação. Ao mimetizar o formato do *fact-checking* na estrutura da comunicação governamental, os governos estaduais recorrem a ideais já acionados pelas agências jornalísticas a partir do momento que a pandemia deixa evidente o descompasso entre o Governo Federal e os estados brasileiros.

3. Checagens oficiais

Logo em março de 2020, mês das primeiras ocorrências de covid-19 no Brasil, os governos estaduais passaram a concentrar informações sobre a

pandemia em hotspots hospedados em seus respectivos portais institucionais como estratégia comunicativa diante da crise sanitária emergente. Em paralelo, também houve o lançamento de iniciativas de *fact-checking* estatal por algumas administrações públicas estaduais, ora incluindo a ferramenta em seções desses hotspots sobre o coronavírus e, em alguns casos, como páginas institucionais alocadas nos websites dos governos.

Em 2020, oito governos estaduais inseriram esses serviços no escopo da sua comunicação institucional, são eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo. Em março de 2021, o Rio Grande do Norte acompanhou os demais estados, tornando-se o último governo a instituir o serviço.

Como apresentado anteriormente, a maioria dos estados que adotaram essa estratégia estão localizados na região Nordeste. Dos nove estados que compõem o bloco regional, apenas Pernambuco e Sergipe não lançaram serviços estatais de *fact-checking*. Alagoas foi o primeiro estado a colocar no ar a iniciativa, em março de 2020. Em abril, a estratégia foi seguida por Ceará, Bahia e Maranhão, sendo posteriormente acompanhados por Paraíba e Piauí, em maio de 2020.

Neste estudo exploratório, vamos concentrar nossa investigação nos estados administrados pelo PT, principal alvo político do presidente Jair Bolsonaro, que desde a campanha de 2018 apela para o sentimento do antipetismo para conseguir arregimentar apoiadores. Atualmente, todas as administrações estaduais lideradas pelo PT se localizam no Nordeste – Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí. Para a análise, excluímos o Rio Grande do Norte, pois nosso foco é investigar as checagens oficiais empreendidas pelos estados governados pelo PT no primeiro ano da pandemia, o que não será possível realizar incluindo a administração potiguar, uma vez que tal governo só lançou a iniciativa em março de 2021 – portanto, fora do recorte temporal de nosso *corpus*.

Chefiado pelo governador Camilo Santana (PT-CE), o Governo do Ceará apresentou ao público a sua plataforma de checagem estatal no dia 29 de abril

de 2020. Intitulada como Antifake CE⁵, o serviço foi descrito pelo Governo do Ceará como uma “agência oficial para checagem de dados e estabelecimento da verdade em temas ligados à administração pública estadual” durante a pandemia, um “cenário de incerteza”, em que “informações falsas se propagam, provocando medo na população” (Governo do Ceará, 2020, online)⁶. A ferramenta é vinculada à Secretaria da Casa Civil, diretamente ligada à cúpula político-administrativa da gestão estadual.

Na mesma data do lançamento do serviço de *fact-checking* estatal cearense, o governo baiano inaugurou oficialmente a ferramenta “Bahia contra o Fake”. À época, o governador Rui Costa (PT-BA) atuava como presidente do Consórcio Nordeste, cargo que ocupou até dezembro de 2020. Diferentemente do Ceará, o Governo da Bahia não descreve o serviço como uma agência de checagem e, sim, como um canal para “para tirar as dúvidas dos internautas e evitar o repasse das famosas fake news (notícias falsas)”⁷. O conteúdo é apresentado aos leitores sob selos de “fato” ou “fake”, gerando uma paráfrase com o serviço de checagem de fatos do portal G1, intitulado “Fato ou fake”, lançado em 2018, portanto, dois anos antes do serviço estatal baiano. Ao apelar para esse recurso de interdiscursividade, o Governo da Bahia assume uma estratégia de legitimação para a ferramenta de *fact-checking* estatal se apropriando de um enunciado já em circulação no ambiente midiático que também atua contra a circulação de desinformação na web (Silva & Costa, 2020).

Comandado pelo governador Wellington Dias (PT-PI), atual presidente do Consórcio Nordeste, o Piauí lançou no dia 3 de maio de 2020 uma seção na sua página institucional para reunir checagens oficiais empreendidas pelo Governo. O serviço, sem nome oficial, também não é denominado como agência, mas, sim,

⁵ A Agência Antifake está disponível em: <https://www.ceara.gov.br/antifake/>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/04/29/antifake-governo-do-ceara-lanca-agencia-de-checagem-de-dados-e-noticias/>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁷ Governo do Bahia disponibiliza canais para combater fake news. Disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/especial-publicitario/governo-da-bahia-juntos-pela-prevencao/noticia/2020/05/06/governo-do-bahia-disponibiliza-canais-para-combater-fake-news.ghtml>. Acesso em 16 ago. 2021.

como “uma página voltada exclusivamente para esclarecer assuntos que foram tratados como notícias verdadeiras”.

Feitas as apresentações das páginas de *fact-checking* estatal que serão objeto de nossa investigação, partiremos para uma breve contextualização sobre as disputas políticas envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e os governos estaduais, sobretudo no cenário do primeiro ano da pandemia da covid-19 no Brasil. Em seguida, traremos a apresentação da metodologia definida para a investigação proposta neste artigo.

4. Contextualização: Bolsonaro versus Governadores

A postura negacionista de Bolsonaro em relação ao enfrentamento da pandemia colocou em lados opostos o Poder Executivo Federal e vários governos estaduais. Em abril de 2020, incomodado com as decisões de prefeitos e governadores de fechar serviços não-essenciais e implementar o *lockdown*, o Governo Federal editou uma medida provisória que garantia à Presidência da República a centralização de decisões sobre o assunto. O Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, decidiu por manter a autonomia de estados e municípios, reconhecendo sua competência para tomar providências normativas e administrativas de combate à covid-19, o que acabou acirrando a rivalidade entre estados e União.

O *lockdown* virou um dos principais alvos de divergências entre os entes federativos, com Bolsonaro tecendo críticas, em seus perfis em redes sociais e em entrevistas à imprensa, à decisão de governadores de restringir a circulação de pessoas como forma de conter o novo coronavírus, conforme se demonstra na Figura 1.



"Documento e declaração de que vai trabalhar"... Se não tem desce. Assim o povo está sendo tratado e governado pelo PCdoB/MA e situações semelhantes em mais estados. O chefe de família deve ficar em casa passando fome com sua família. Milhões já sentem como é viver na Venezuela.

Figura 1. Reprodução de declaração de Bolsonaro criticando decisão do governo maranhense de fiscalizar a circulação de pessoas no estado⁸
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

O primeiro ano da pandemia no Brasil foi marcado por uma disputa de narrativas sobre vários outros aspectos da covid-19, como o uso de medicamentos como a hidroxicloroquina e ivermectina, sem eficiência comprovada por órgãos científicos para o tratamento ou prevenção da doença (Fig. 2). Acusações de fraude nos registros de casos confirmados e mortes em decorrência da covid-19, corrupção nos estados e mau uso na aplicação de recursos federais também permearam o discurso do em relação aos governos estaduais. Jair Bolsonaro usou por diversos momentos o seu perfil no Twitter para reforçar as suspeitas contra os governadores e incitar sua base (Fig. 3).



Em resposta a @jairbolsonaro

D- 3,4 milhões de unidade de Hidroxicloroquina enviadas para todo Brasil. Lamentavelmente alguns estados tem recusado tais procedimentos. Desenvolve-se maneiras de maior ampliação na produção e compra do medicamento, hoje utilizado em todo mundo.

7:59 AM · 15 de mai de 2020 · Twitter for iPhone

Figura 2: Reprodução de declaração de Bolsonaro criticando estados por não utilizarem a hidroxicloroquina no protocolo contra a covid-19⁹
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

⁸ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1259457190773088257>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁹ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249929437200384>. Acesso em 6 dez. 2021.



Jair M. Bolsonaro ✓
@jairbolsonaro



A. As investigações sobre fraudes na saúde durante pandemia já atinge governos de mais de 7 estados e valor investigado chega a R\$ 1,07 bilhão. As operações averiguam irregularidades na Saúde em cidades de PE, RJ, AC, RO, PA, MA, AC, AM. Detalhes em gov.br/cgu

Figura 3. Print de postagem em que Bolsonaro lança suspeitas de corrupção nos estados¹⁰
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

Além disso, vários comportamentos de Bolsonaro, como o não uso de máscaras em eventos, a promoção de aglomerações e a demora na compra de vacinas, viraram alvo de críticas dos gestores estaduais. Em carta aberta divulgada no dia 21 de março de 2021, um total de 16 governadores, incluindo os petistas Camilo Santana (PT-CE) e Wellington Dias (PT-PI), criticaram o presidente por “priorizar a criação de confrontos, a construção de imagens maniqueístas e o enfraquecimento da cooperação federativa” ao promover conflitos entre a sociedade e Executivos estaduais¹¹.

É válido ressaltar, ainda, que os conflitos no contexto da pandemia também tiveram como pano de fundo aspectos eleitorais. Um dos principais antagonistas de Bolsonaro na disputa com os gestores estaduais foi o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), ex-aliado de Bolsonaro, tido como potencial adversário na disputa presidencial de 2022. O presidente também antagoniza publicamente com outros gestores estaduais, sobretudo os que se situam à esquerda e centro-esquerda do espectro político. Esse cenário de conflito simbólico também ocupou espaço nas redes sociais dos governadores, denotando o ambiente de tensão entre o Governo Federal e os gestores estaduais.

¹⁰ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1273552208110460929>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹¹ Ver notícia intitulada “Governadores afirmam que governo Bolsonaro promove ‘má informação’ e ‘conflito’”, publicada no site Poder 360: <https://is.gd/7LvJXj>.

O governador Camilo Santana protagonizou situações de embate com o presidente. Em visita de Bolsonaro ao município cearense de Tianguá, em março de 2021, Camilo recusou-se a recebê-lo e fez críticas ao adversário político em suas redes sociais. Em 2020, Wellington Dias e Rui Costa também se posicionaram contra a postura do presidente em suas redes sociais.

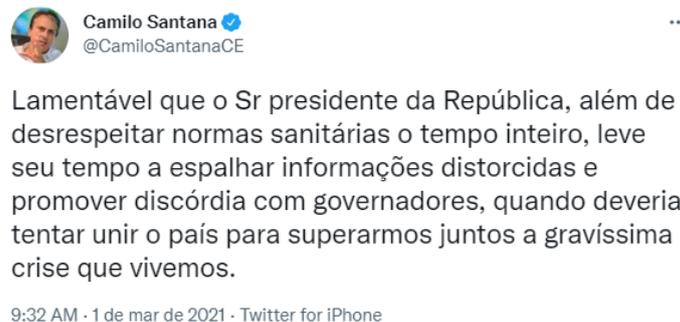


Figura 4. Print de crítica e Camilo Santana a Bolsonaro no Twitter¹²
Fonte: Perfil de Camilo no Twitter



Figura 5: Print de crítica de Rui Costa a Bolsonaro no Twitter¹³
Fonte: Perfil de Rui Costa no Twitter

¹² Postagem disponível em: <https://twitter.com/camilosantanace/status/1366365602651246594>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹³ Postagem disponível em: https://twitter.com/costa_rui/status/1255654887536373763?lang=da. Acesso em 6 dez. 2021.



Wellington Dias ✓
@wdiaspi

...

Em resposta a @wdiaspi

Nós precisamos ter o Governo Federal apoiando quem assumir o cargo de ministro da saúde. Os estados, os municípios, o povo precisam nesse instante de estabilidade, de um poder central coordenando as ações de combate ao coronavírus no Brasil.

2:08 PM · 15 de mai de 2020 · Twitter Web App

Figura 6. Print de crítica de Wellington Dias a Bolsonaro no Twitter¹⁴
Fonte: Perfil de Wellington Dias no Twitter

Os exemplos acima foram selecionados a partir de uma análise exploratória realizada nos perfis do presidente Jair Bolsonaro e dos governadores petistas no Twitter, com o objetivo de elencar alguns dos temas nos quais há confrontos entre o presidente e os chefes de Executivo estaduais. É importante salientar que o presente artigo, de natureza exploratória, não teve como objetivo fazer uma categorização aprofundada das mensagens do presidente e dos governadores naquela rede social, o que pode vir a ser objeto de estudos futuros. Nossa intenção, de outro modo, era tão somente identificar alguns dos eixos temáticos nos quais identificam-se disputas narrativas, assuntos que motivaram confrontos entre Bolsonaro e governadores adversários. Desse modo, as publicações presidenciais no Twitter serviram ao presente estudo como vitrine para a construção de eixos temáticos que serão detalhadas nos tópicos a seguir.

5. Procedimentos metodológicos

A partir da compreensão do *fact-checking* estatal como ferramenta de legitimação discursiva e como prática permeada por disputas políticas, o objetivo do presente artigo é investigar as publicações dos governos estaduais chefiados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), observando se e *de que modo* as

¹⁴ Postagem disponível em: <https://twitter.com/wdiaspi/status/1261342611555733504>. Acesso em 6 dez. 2021.

“checagens oficiais” refletem disputas narrativas e antagonismos travados entre o presidente da República e os governadores brasileiros acerca da pandemia.

Sabemos que a tensão entre o chefe do Palácio do Planalto e os entes federados, no contexto da covid-19, não se deu apenas entre aqueles cujos líderes são identificados no espectro político de esquerda ou centro-esquerda, mas optamos por centrar nossa observação nos estados governados por lideranças petistas, por considerar que a polarização política brasileira hoje ocorre entre as forças petistas e bolsonaristas, acentuada principalmente pelo clima pré-eleitoral que coloca em lados opostos os apoiadores de Lula e Bolsonaro. Esse contexto político nacional tem repercussões na política praticada nos estados e na relação entre o presidente Bolsonaro e os governadores, podendo esse conflito se refletir no conteúdo das checagens estatais.

Antes de detalharmos a operacionalização da análise, é preciso deixar claro quais são os principais eixos de conflito envolvendo o presidente da República e os governadores no contexto da covid-19. Tal lista foi elaborada a partir das publicações no Twitter feitas por Bolsonaro e por governadores do PT em seus perfis naquela rede social, nas quais há críticas, ataques ou questionamentos explícitos entre eles, especificamente no que se refere à gestão da pandemia. Esses eixos temáticos, elencados a partir do Twitter, serviram como parâmetro na etapa de Análise de Conteúdo das checagens estatais. Isso porque, ao listarmos os temas que foram motivo de conflitos, foi possível aferir se determinada checagem estava associada, ou não, às disputas narrativas travadas entre os entes políticos.

Voltamos a ressaltar que o presente artigo não teve como objetivo empreender uma categorização temática aprofundada ou uma codificação das mensagens do presidente e dos governadores no Twitter, tarefa que poderá ser realizada em trabalhos futuros. Nossa intenção foi apenas identificar e listar, a partir de uma análise exploratória das postagens, temas que foram alvo de divergências explícitas entre o presidente e governadores petistas, conforme já relatado na seção 4 deste artigo e conforme será novamente ilustrado a seguir.

Foram analisadas, em caráter exploratório, postagens publicadas no Twitter entre março de 2020 e março de 2021, o mesmo recorte temporal considerado na análise das checagens das agências estatais de fact-checking. A partir da identificação de *posts* que continham críticas e questionamentos entre o presidente e governadores, elaboramos uma lista de temas que geraram conflitos entre os agentes políticos. São eles:

- 1) **Lockdown**: refere-se ao antagonismo entre Bolsonaro e governadores quanto à importância de restringir a circulação de pessoas nas ruas e de fechar serviços não essenciais para conter a circulação do coronavírus. Checagens que buscam esclarecer ações dos governadores quanto à restrição, ou quanto aos planos de retomada de atividades econômicas, são classificadas nesse eixo temático. As figuras 7 e 8 ilustram o conflito entre os agentes políticos nesse assunto.

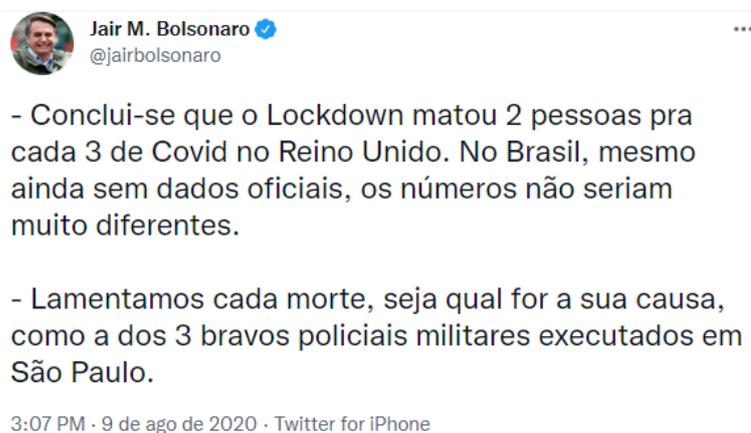


Figura 7. Postagem em que Bolsonaro critica o lockdown como política de prevenção¹⁵
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

- 2) **Uso de medicamentos sem eficácia comprovada**: refere-se à divergência entre Bolsonaro e governadores quanto à defesa do presidente ao uso da cloroquina, hidroxiclороquina e ivermectina no tratamento da covid-19

¹⁵ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1292523017315274758> . Acesso em 6 dez. 2021.

(Figura 9). Checagens referentes ao uso ou distribuição desses medicamentos são classificadas nesse eixo.

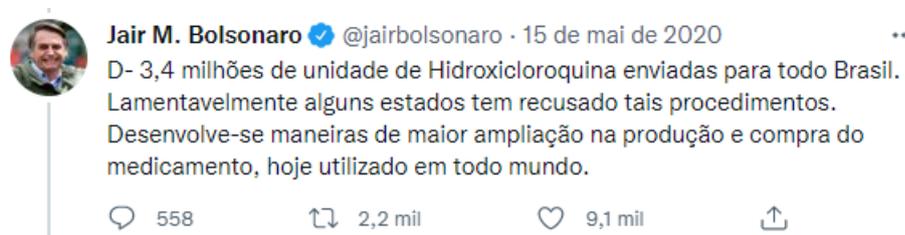


Figura 8. Postagem em que Bolsonaro critica governadores por se recusarem a distribuir e receber a hidroxicloroquina no tratamento da covid-19¹⁶
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

3) Medidas sanitárias (decretos estaduais, uso de máscaras, distanciamento social etc.): refere-se divergência entre os entes quanto à implementação das demais medidas sanitárias de contenção da covid-19, excetuando-se o lockdown e as vacinas, que são categorizados em eixos específicos.

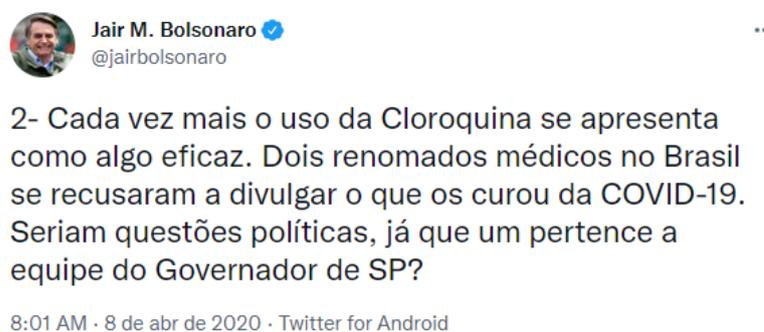


Figura 9. Jair Bolsonaro defende o uso de cloroquina como tratamento para Covid-19¹⁷
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

4) Medidas sociais (auxílios, pagamentos, distribuição de renda etc.): refere-se às disputas entre Bolsonaro e governadores quanto aos esforços para amenizar os efeitos negativos da crise econômica provocada pela covid-19. Checagens que buscam esclarecer conteúdos sobre repasses

¹⁶ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249929437200384>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹⁷ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841886917791745>. Acesso em 6 dez. 2021.

financeiros federais aos estados ou sobre pagamento de benefícios e salários, por exemplo, são classificados nesse eixo.

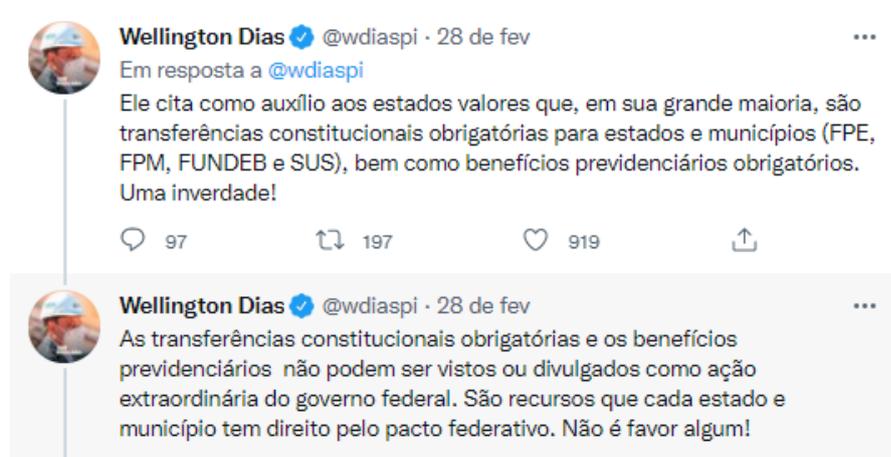


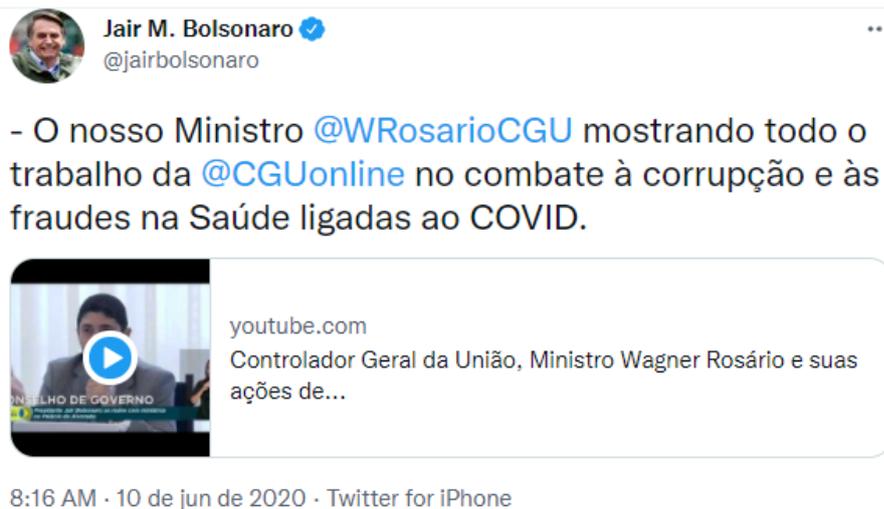
Figura 10. Postagem em que o governador Wellington Dias acusa Bolsonaro de divulgar dados distorcidos relacionados à ajuda financeira aos estados¹⁸
Fonte: Perfil de Wellington Dias no Twitter

5) Fraude, corrupção e mau uso dos recursos federais relacionados à covid:

referem-se às acusações de Bolsonaro sobre suposta improbidade na gestão da covid-19 nos estados. Checagens que buscam esclarecer fake news envolvendo corrupção, atos imorais e fraudes são classificadas nesse eixo.



¹⁸ Postagem disponível em: <https://twitter.com/wdiaspi/status/1366163772612747267>. Acesso em 6 dez. 2021.



Figuras 11 e 12. Bolsonaro cita investigações da Polícia Federal sobre corrupção na pandemia¹⁹

Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

6) Vacinas: refere-se às divergências quanto à eficácia de vacinas, à compra e à distribuição dos imunizantes pelo governo federal aos estados.

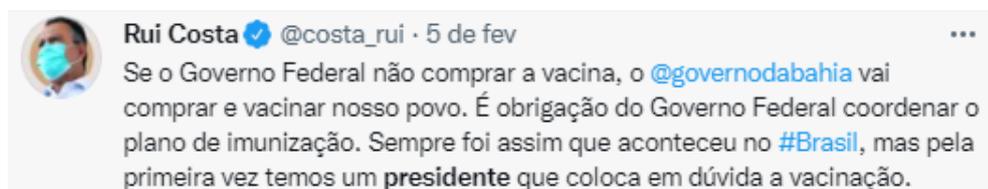


Figura 13. Postagem em que o governador da Bahia critica o governo federal em relação ao atraso na compra de vacinas contra a covid-19²⁰

Fonte: Perfil de Rui Costa no Twitter

Sabe-se que a listagem acima não necessariamente abrange a totalidade de conflitos estabelecidos entre os agentes políticos no que se refere à pandemia. Porém, considera-se que os principais tipos de divergência estão nela representados, sendo suficientes como parâmetro para a análise, que é composta por 121 checagens publicadas pelas ferramentas de *fact-checking* dos governos estaduais petistas – 66 publicações da Bahia, 29 do Ceará e 26 do Piauí. Consideramos nesta investigação, as publicações realizadas entre março

¹⁹ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249103083835394>. Acesso em: 7 dez. 2021.

²⁰ Postagem disponível em: https://twitter.com/costa_rui/status/1357741953383882762. Acesso em: 7 dez. 2021.

de 2020, mês do primeiro registro brasileiro da covid-19, e março de 2021, assim compreendendo o primeiro ano da pandemia.

Feitas tais considerações, passemos ao percurso metodológico da análise empírica. Realizou-se uma Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) de natureza quantitativa e qualitativa. A opção por essa metodologia justifica-se pela necessidade de nos atermos à materialidade linguística, às condições empíricas do texto, ao conteúdo explícito publicado. Ela permitirá estabelecer categorias objetivas de interpretação dos textos (Caregnato & Mutti, 2006) e destrinchar o conteúdo das checagens a partir dessas categorias específicas, o que nos trará elementos suficientes para que possamos responder nossa pergunta de pesquisa. De acordo com Bardin (1997, p. 105), “o texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadoras de significações isoláveis”. Desse modo, buscamos aferir as checagens conforme os seguintes aspectos:

a) Menção à pandemia – o objetivo foi identificar, logo de partida, se a checagem estava relacionada, ou não, à temática geral da pandemia. Para isso, realizou-se a busca por palavras-chave (covid-19, pandemia, isolamento/distanciamento social, coronavírus e crise sanitária) tanto no texto quanto nas imagens utilizadas na checagem. Nesse aspecto, os textos foram classificados como SIM (faz menção) ou NÃO (não menciona).

b) Vinculação com temas da disputa Bolsonaro *versus* governadores – o objetivo foi identificar se o assunto alvo da checagem está relacionado a algum dos eixos de conflito entre o presidente e os governadores. Nesse aspecto, os textos foram classificados em duas etapas: na primeira, como SIM (tem vinculação com temas da disputa política) ou NÃO; na segunda etapa, em casos classificados como SIM, buscou-se identificar o eixo de conflito em questão, quais sejam: Lockdown; Uso de medicamentos sem eficácia comprovada; Medidas sanitárias; Medidas sociais; Fraude, corrupção e mau uso de recursos federais relacionados à covid-19; ou Vacinas. Cada texto foi classificado em apenas uma categoria temática.

c) Menção a agentes políticos – o objetivo foi identificar se e quais figuras políticas foram citadas nominalmente nas checagens, a fim de identificar possível personalização das disputas simbólicas eventualmente presentes nos textos. Nesse aspecto, os textos também foram classificados em duas etapas: na primeira, como SIM (cita agentes políticos) ou NÃO; em caso afirmativo, foram descritos e identificados todos os políticos mencionados.

É relevante salientar que analisamos cada checagem a partir de seu conteúdo explícito, evitando fazer suposições e interpretações baseadas em contextos ou outros elementos não assinalados de forma clara no *corpus*. Ademais, reforçamos que a categorização permitida pela AC, ou seja, a análise minuciosa dos textos conforme aspectos específicos, revelou-se plenamente capaz de trazer à tona elementos úteis à nossa interpretação, conforme poderá ser visto nos próximos parágrafos.

Embora a Análise de Conteúdo (AC) ofereça um arsenal metodológico fartamente utilizado nas ciências humanas, autores como Sampaio e Lycarião (2018) alertam para a importância de testes de confiabilidade e/ou concordância nas análises empreendidas, a fim de verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise e se a codificação pode ser replicada por outras pessoas, gerando resultados similares.

A análise foi feita por dois codificadores, autores deste trabalho. Em uma primeira etapa, realizou-se uma análise exploratória em uma amostra do *corpus* empírico (textos das checagens do Governo do Ceará), de forma separada, para que cada um pudesse formular as primeiras interpretações. Em seguida, os codificadores reuniram-se para discutir os resultados e gerar consensos, a fim de reduzir os riscos de divergências ao longo da análise do restante do *corpus*. Em um terceiro momento, os codificadores analisaram as checagens referentes aos estados do Piauí e Bahia de modo separado. Com apoio da ferramenta ReCal²¹, observou-se que a confiabilidade de 94,1% quando confrontados os resultados dos dois codificadores, alcançando o índice de alpha de Krippendorff

²¹ Ver ferramenta ReCal em: <http://dfreelon.org/utis/recalfront/>.

de 0.908 (Tab. 1), considerado um nível ótimo de confiabilidade. (Sampaio & Lycarião, 2018). Feitas as considerações sobre os procedimentos metodológicos adotados, passamos à apresentação dos resultados.

	Percent Agreement	Scott's Pi	Cohen's Kappa	Krippendorff's Alpha (nominal)	N Agreements	N Disagreements	N Cases	N Decisions
Variable 1 (cols 1 & 2)	94.1%	0.908	0.908	0.908	417	26	443	886

Tabela 1. Teste de confiabilidade entre os codificadores
Fonte: Elaboração dos autores (2021)

6. Apresentação e discussão dos resultados

O primeiro aspecto que observamos na análise diz respeito à incidência de checagens que, de algum modo, se relacionam com a temática da pandemia. Das 121 publicações analisadas, palavras-chave relacionadas ao assunto estiveram presentes em 69,4% (n=84) do total de checagens realizadas entre março de 2020 e março de 2021. Dos três estados, o que mais referenciou a pandemia em suas checagens foi o Ceará, que contou com alguma palavra ligada ao tema em 82,8% das publicações, seguido de Piauí (73,1%) e Bahia (62,1%).

Esse resultado confirma, em primeira análise, o nível de desinformação em torno da pandemia de covid-19, demonstrando que o assunto foi pauta predominante dos serviços estatais de *fact-checking* e revelando os esforços dos governos locais em divulgar sua versão dos fatos sobre o tema.

Um segundo aspecto considerado na análise e, decerto o mais importante para essa investigação, diz respeito à relação entre o assunto das checagens e os principais eixos do conflito entre Bolsonaro e governadores, entre eles Camilo Santana (PT-CE), Wellington Dias (PT-PI) e Rui Costa (PT-BA). Das 84 publicações que citam a pandemia, 77,4% (n=65) tratam de assuntos que foram alvo de confrontos entre o presidente e os chefes estaduais.

Este é um dado significativo, pois demonstra como os serviços de checagem foram apropriados pelos governos estaduais como ferramenta de legitimação do discurso dos governadores em temas sensíveis, caracterizados

pela disputa política e narrativa travada com o presidente da República. Entre os eixos de conflito mais incidentes nas checagens destaca-se, em primeiro lugar, a categoria “Fraude, Corrupção e mau uso dos recursos federais” que teve presença em 28 checagens empreendidas pelo conjunto dos três governos. Em seguida, aparece a categoria “Medidas sanitárias” (21 publicações). Depois, com menor incidência, as categorias “Uso de medicamentos sem eficácia comprovada” (6); “Lockdown” (4); “Vacinas” (4) e “Medidas sociais” (2).

O Piauí não registrou nenhuma publicação que tenha incidência dos eixos de conflito “Medidas sociais”, “Uso de medicamentos sem eficácia” e “Vacinas”. A Bahia, por sua vez, não registrou checagens sobre “Medidas sociais” e “Lockdown”. O Ceará, no entanto, teve registro de checagens em todas as categorias mencionadas acima.

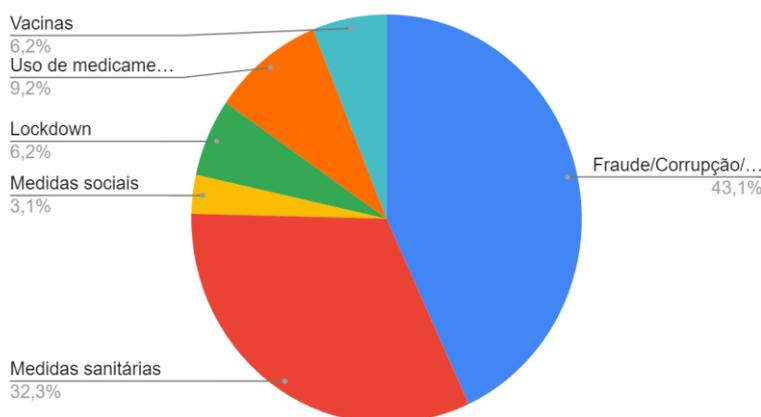


Gráfico 1. Percentual de checagens por categoria temática/eixo de conflito político
Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Quanto à citação nominal de políticos, identificamos que, das 84 publicações analisadas, 51,2% (n=43) fazem referência a algum personagem do universo político. A maior incidência ocorreu na ferramenta de checagem do Governo da Bahia, que no universo de 41 postagens sobre a pandemia, registrou em 61% delas (n=25) citação nominal a algum político. Em menor incidência, aparece o Governo do Ceará (45,8%; n=11) e o do Piauí (36,8%; n=7).

Nos três estados, o presidente da República, Jair Bolsonaro, aparece explicitamente citado pelo nome ou pelo cargo em checagens em 11,9% (n=10)

das postagens sobre a pandemia. O estado com a maior incidência é a Bahia, em que o presidente é referenciado em 22% (n=10) das publicações do estado. No Ceará, o chefe do Executivo Federal surge citado em 4,2% das checagens (n=1) e, no Piauí, não há nenhuma menção a ele, seja em texto ou imagens. As checagens do Governo Bahia, portanto, são as que registram a maior ocorrência de citação ao presidente brasileiro. Como ilustração, destacamos a checagem intitulada “Fato! Presidente envia fake para ministro da justiça sobre gestão do Hospital Espanhol em Salvador”. Nela, o Governo da Bahia esclarece uma notícia falsa envolvendo os senadores baianos Otto Alencar e Ângelo Coronel, ambos do PSD, e o secretário de Saúde da Bahia, Fabio Vilas-Boas, que estariam envolvidos em um esquema envolvendo a reativação do Hospital Espanhol, em Salvador, para atender pacientes da covid-19.

No dia 22 de abril de 2020, o presidente da República encaminhou ao então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, uma notícia falsa sobre o assunto. A mensagem veio à tona após o jornal O Estado de S. Paulo divulgar uma série de mensagens recuperadas do celular do ex-ministro pela Polícia Federal, no contexto da escandalosa tentativa de interferência do presidente da República na instituição, que motivou o pedido de demissão de Moro. O texto da checagem baiana deixa registrado que é falsa a acusação do presidente e o cita, inclusive no título da postagem.



Figura 14. Reprodução da checagem da Bahia rebatendo o presidente Jair Bolsonaro
Fonte: Governo da Bahia

Em outra checagem, sob o título “Fake! Governador da Bahia nunca recomendou tratamento precoce contra Covid-19”, o presidente volta a ser citado pelo serviço do governo baiano, dessa vez como apoiador do chamado tratamento precoce contra a covid-19, que recomendava o uso de medicamentos não-comprovados:

Não há nenhuma comprovação científica respaldando o suposto “tratamento”, **que é defendido publicamente pelo atual presidente da República**. As pesquisas realizadas por instituições nacionais e internacionais sérias têm indicado o contrário: não há remédio que previna o coronavírus (Governo da Bahia, 2020, online, grifo nosso).

No caso do Ceará, o presidente da República não é mencionado no texto de nenhuma das postagens analisadas, mas aparece na imagem da checagem “É falsa postagem sobre suposta redução no número de óbitos por doenças em 2020”. Neste caso, a imagem do presidente surge acima do deputado estadual André Fernandes (PSL-CE), em reprodução de uma postagem no Instagram, em que o presidente republicou nas suas redes sociais uma imagem em que

Fernandes acusava o governo cearense de manipular números da covid-19 como estratégia política.



Figura 15. Reprodução da checagem que rebate declaração de Fernandes que havia sido repostada por Bolsonaro em seu perfil no Instagram
Fonte: Agência Antifake CE

Além de André Fernandes, outros parlamentares apoiadores de Bolsonaro também foram citados em checagens realizadas pelo governo cearense, a exemplo da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro no Congresso Nacional. Na checagem intitulada “Esclarecimento sobre registro de óbitos por Covid-19 no Ceará”, a imagem de Zambelli aparece na publicação, embora a declaração original da parlamentar²², motivadora do esclarecimento da agência, não tenha sido reportada. O próprio título da checagem, assim como o conteúdo do texto, deixa claro que o desmentido está relacionado a falsas acusações de Zambelli sobre suposta manipulação de dados da doença.

A deputada federal também aparece citada em checagem realizada pelo Governo da Bahia, intitulada “Fake! Em vídeo, deputada mentiu sobre repasses

²² Embora o Governo do Ceará não tenha reproduzido as declarações da deputada, é importante mencionar, a título de esclarecimento aos leitores do presente artigo, que Carla Zambelli havia afirmado que, no Ceará, caixões estariam sendo enterrados vazios. Disponível em: <https://is.gd/R10Pzl>.

do Governo Federal ao Estado da Bahia”, na qual a administração estadual rebate uma informação da parlamentar sobre os repasses federais emergenciais destinados à Bahia para o enfrentamento da covid-19.



Figura 16. Checagem em que os governos do Ceará e da Bahia rebatem a deputada federal Carla Zambelli
Fonte: Governos do Ceará e da Bahia

Identificamos ainda a citação nominal dos próprios governadores estaduais em parte considerável das checagens relativas à pandemia. Considerando os três estados, 32 publicações (38,1%) sobre a pandemia fazem referência direta aos respectivos governadores. Na Bahia, o governador Rui Costa aparece em 41,5% (n=17) das postagens realizadas pelo serviço estatal de checagem, configurando o chefe de Executivo estadual mais citado entre os serviços analisados. Em seguida, aparece o governador Wellington Dias, do Piauí, com 36,8% (n=7). Depois, Camilo Santana, no Ceará, nominalmente citado em 33,3% (n=8) postagens sobre a pandemia.

No caso do Piauí, é interessante perceber que as checagens estatais trazem referências diretas ao governador Wellington Dias sobretudo em conteúdos relativos à pandemia localizados nos eixos de disputa entre os governadores e Bolsonaro. Apesar de o presidente não ser referenciado em nenhuma publicação do Piauí, fica implícita as marcas de disputa discursiva entre o campo bolsonarista e o gestor petista, explicitado pelo recorrente uso da imagem do próprio governador do estado nos conteúdos desinformativos que o serviço estatal de checagem busca desmentir.

Como exemplo, citamos a checagem sob o título “Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus”. Nela, o Governo do Piauí rebate um conteúdo alinhado à pauta de costumes, recorrentemente acionada pelos bolsonaristas, em que a imagem de Wellington Dias é acionada ao tratar da destinação de recursos estaduais para realização de filmes com temática gay durante a pandemia. O conteúdo circulante nas redes sociais expõe a imagem do governador e questiona a aplicação dos recursos no filme em tempos de crise sanitária. A publicação estatal, por sua vez, busca explicar a decisão do governo. Aqui, fica evidente a disputa de discursivo entre o governador e apoiadores do bolsonarismo, tendo como pano de fundo uma pauta intimamente relacionada ao presidente Bolsonaro, primeiro pelo questionamento do uso de recursos públicos na gestão da crise sanitária e depois pela vinculação com a pauta de costumes.



Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus

A publicação contida no Diário Oficial do Estado é apenas uma prorrogação de vigência do edital de 2017 – quando não havia [...]

3 de Maio de 2020 às 11:51



A publicação contida no Diário Oficial do Estado é apenas uma prorrogação de vigência do edital de 2017 – quando não havia pandemia de coronavírus, portanto – e foi necessária para que houvesse a conclusão do filme “Cena Gay”.

O edital trata da produção de um total de 14 filmes, cujo investimento com recursos da Secult – no valor de R\$ 2 milhões – é a contrapartida que se soma aos R\$ 4 milhões destinados ao projeto pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), através de uma seleção pública.

Dessa forma, além de aquecer o mercado audiovisual local, as produções impactam não apenas no cenário cultural do Piauí, como também favorecem a circulação de recursos e a geração de emprego e renda no setor.

Os filmes foram selecionados através de edital e avaliados por uma banca de especialistas qualificados e respeitados, o que dá respaldo e pertinência às temáticas apresentadas. Dentre os 14 filmes, dois já foram lançados: um deles o Documentário “Torquato Neto – Todas as horas do fim”, que rendeu 10 premiações, e o Documentário “Nléde Guidon – Memórias da vida”, que foi selecionado para o Festival É Tudo Verdade – Festival

Figura 17. Checagem do Governo do Piauí rebatendo críticas sobre a destinação de recursos para filme com temática gay
Fonte: Governos do Piauí

Assim, entende-se que o Governo do Piauí recorreu a estratégias mais sutis para embutir as disputas políticas emergentes entre o Governo Federal e os governos estaduais, apelando para a demonstração implícita do conflito, sem citar diretamente o presidente da República ou apoiadores do bolsonarismo. O mesmo não ocorreu em estados como a Bahia, principalmente, e o Ceará que,

em algumas publicações, preferiram acionar diretamente o presidente e/ou os seus apoiadores, deixando evidente nas suas checagens estatais a disputa política travada entre as esferas federal e estadual.

7. Considerações finais

A análise empreendida no presente artigo demonstra que a pandemia da covid-19 foi o principal assunto pautado pelos serviços de checagem dos governos estaduais liderados pelo Partido dos Trabalhadores no primeiro ano da crise sanitária, aparecendo em 84 das 121 publicações analisadas, denotando assim a instrumentalização da crise sanitária por meio dos grupos disseminadores de conteúdo falso e enganoso na web. Tal situação induziu esforços dos governos em esclarecer e divulgar sua versão dos fatos, situando-os diretamente nos eixos de conflito entre Bolsonaro e governadores.

É importante salientar que nem sempre as disputas entre os entes políticos se deram de forma explícita. Não é possível afirmar, por exemplo, que todos os governos petistas utilizaram as checagens para confrontar Bolsonaro, ou que parte significativa das checagens respondem diretamente a declarações do presidente. Entretanto, a análise permite sustentar que os temas em torno dos quais se estabeleceu o conflito se refletiram na maioria das desinformações que levaram aos esclarecimentos dos governadores petistas, com destaque especial às denúncias de fraude, corrupção e má aplicação de recursos relacionados à covid-19 nos estados.

Desse modo, consideramos ser possível responder às perguntas que guiaram a elaboração deste estudo: as checagens publicadas pelos governos estaduais petistas embutem, sim, as disputas políticas entre Bolsonaro e governadores, ao priorizarem temáticas que foram alvo de divergências entre os agentes, embora nem todas as publicações tenham feito menção explícita e direta aos embates com o chefe do Executivo Federal. Agentes políticos do campo bolsonarista foram citados nominalmente em casos minoritários. Contudo, a incidência temática dos eixos de conflito e as várias menções aos

governadores Camilo Santana (PT-CE), Rui Costa (PT-BA) e Wellington Dias (PT-PI) embutem aspectos políticos no trabalho de checagem oficial.

Outro ponto observado foi que o uso da tática jornalística do *fact-checking* reitera o esforço dos governos estaduais em se posicionar no polo discursivo da verdade. Investigações futuras podem ajudar a entender e discutir esse aspecto, tentando observar o deslizamento de sentido entre o discurso jornalístico e o discurso político, promovido pelos governos estaduais ao se assumir, então, como instituições legitimadoras da verdade a partir das ferramentas de checagem estatal.

Nestes casos, entende-se que o *fact-checking* aparece como elemento legitimador do discurso político. Para isso, os serviços estatais de checagem se valem de recursos já enraizados no campo jornalístico, como o discurso da busca pela verdade dos fatos e a apuração de informações, elementos de certo modo popularizados no repertório da audiência a partir da exposição a conteúdos jornalísticos. Outras investigações poderão aprofundar o tema investigando se esses mesmos resultados podem ser encontrados nas checagens praticadas por outros estados brasileiros, além desses chefiados pelo PT. É possível ainda realizar estudos específicos sobre a linguagem utilizada nas checagens oficiais, a fim de perceber outras formas de os governos estaduais embutir tais disputas, bem como perceber quais as estratégias de credibilização e legitimação utilizadas pelos governos na construção das suas checagens.

Referências

Alves, M. S. (2017). Campanha não oficial–A Rede Antipetista na eleição de 2014. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 1(19), 102-119.

<https://doi.org/10.4013/fem.2017.191.10>

Alves, M. S. (2021) Plataformização da comunicação política: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. *E-Compós*, (24).

Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2101>

Amazeen, M. (2018). Practitioner perceptions: critical junctures and the global emergence and challenges of fact-checking. *International Communication Gazette*, 81, 541-561. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/1748048518817674>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Cabañes, J. V. (2020). Digital Disinformation and the Imaginative Dimension of Communication. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 97(2), 435-452. <http://dx.doi.org/10.1177/1077699020913799>

Caregnato, R. C. A, Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto*. 15 (n.4),679-684. Acedido em: <https://bit.ly/3edaUg6>.

Egelhofer, J. L., & Lecheler, S. (2019). Fake news as a two-dimensional phenomenon: A framework and research agenda. *Annals of the International Communication Association*, 43(2), 97-116. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23808985.2019.1602782>

Gelfert, A. (2018). Fake News: a definition. *Informal Logic*, 38, 84-117, University of Windsor Leddy Library. <http://dx.doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>

Governo da Bahia. (29 de julho de 2020). "Fake! Em vídeo, deputada mentiu sobre repasses do Governo Federal ao Estado da Bahia". Disponível em: <https://bahiacontraofake.com.br/fake-em-video-deputada-mentiu-sobre-repasses-do-governo-federal-ao-estado-da-bahia/>

Governo da Bahia. (16 de agosto de 2020). Fato! Presidente envia fake para ministro da justiça sobre gestão do Hospital Espanhol em Salvador. Disponível em: <https://bahiacontraofake.com.br/fato-presidente-envia-fake-para-ministro-da-justica-sobre-gestao-do-hospital-espanhol-em-salvador>

Governo Do Ceará. (2020f). Antifake: Governo do Ceará lança agência de checagem de dados e notícias. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/04/29/antifake-governo-do-ceara-lanca-agencia-de-checagem-de-dados-e-noticias/>

Governo Do Ceará. (2020d). É falsa a notícia de circulação de novo vírus com sintomas da Covid-19. Disponível em:

<https://www.ceara.gov.br/2020/05/01/e-falsa-a-noticia-de-circulacao-de-novo-virus-com-sintomas-da-covid-19>

Governo Do Ceará. (2020a). É falsa postagem que aponta menos mortes por doenças respiratórias em 2020 em relação ao ano passado. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/12/e-falsa-postagem-que-aponta-menos-mortes-por-doencas-respiratorias-em-2020-em-relacao-ao-ano-passado/>

Governo Do Ceará. (2020c). Entenda o protocolo de uso da Cloroquina na Rede Pública Estadual. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/19/entenda-o-protocolo-de-uso-da-cloroquina-na-rede-publica-estadual>

Governo Do Ceará. (2020b). FAKE NEWS: Imagens do governador em confraternização são anteriores ao isolamento social. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/23/fake-news-imagens-do-governador-em-confraternizacao-sao-antiores-ao-isolamento-social>

Governo Do Ceará. (2021). Governo do Ceará estabelece a verdade sobre vídeo fake. 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/03/19/governo-do-ceara-estabelece-a-verdade-sobre-video-fake/>

Governo Do Piauí. (2020). Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/fakenews/governador-destina-r-223-mil-a-filme-gay-em-plena-crise-do-coronavirus/>

Graves, L. (2016). *Deciding what's true: the rise of political fact-checking in american journalism*. Columbia University Press.

Kreiss, D. & McGregor, S. C. Technology Firms Shape Political Communication: the work of microsoft, facebook, twitter, and google with campaigns during the 2016 u.s. presidential cycle. *Political Communication*, 35 (2), 155-177. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10584609.2017.1364814>

Lelo, T. V. (2019, outubro). *Recepção de fake news e fact-checking em contexto de polarização política* [trabalho apresentado]. 28º Encontro Anual da

COMPÓS, Porto Alegre. <https://proceedings.science/compos-2019/papers/recepcao-de-fake-news-e-fact-checking-em-contexto-de-polarizacao-politica>

Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58.

<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>

Moretzsohn, S. (2019). Chaff, wheat, filters, and bubbles: a discussion on fake news, journalism, credibility, and affections at network times. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), 540.

<https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>

Nicey, J. & Bigot, L. (2020). O suporte do Google e do Facebook para checagem de fatos na França: entre transparência e dependência. *Sobre jornalismo*, 9. Disponível em:

<http://www.surlejournalisme.kinghost.net/rev/index.php/slj/article/view/417>

Piaia, V., & Alves, M. (2020). Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp1. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43, 135-154. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844202037>.

Sampaio, R., & Lycarião, D. (2018). Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 31-47.

<https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>

Seibt, T. (2019). *Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193359>.

Silva, N. R.; & Costa, R. (2020, 10 de setembro). *Checagem de fatos no combate à desinformação na pandemia: um estudo de caso de fact-checking na comunicação pública estatal* [trabalho apresentado]. VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east>

1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/a747d4b4-ee06-473c-9ee7-ed15a1ebe0a3/artigo_abraji_2020_1_.docx.pdf

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe, 27. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>

Rômulo Almeida da Costa

Rômulo Costa é jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), na linha de pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais. É integrante do GRUPPOCOM (Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação), também vinculado ao PPGCOM-UFC.

Hébely da Silva Rebouças

Hébely Rebouças é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), na linha de pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais. É integrante do GRUPPOCOM (Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação) e do PraxisJor (Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo), ambos vinculados ao PPGCOM-UFC. É jornalista e servidora técnico-administrativa da Coordenadoria de Comunicação e Marketing da mesma Universidade.

Data de submissão: 16/09/2021 – Data de aceite: 15/12/2021

Implicações da biopolítica na divulgação das informações sobre covid-19 no Brasil

Luís Celestino¹

<https://orcid.org/0000-0003-0312-5063>

Regiane Lorenzetti Collares²

<https://orcid.org/0000-0002-3066-1163>

Resumo: O artigo tem como objetivo compreender a atuação de parcela dos meios de comunicação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Como se chegou ao paradoxo de que empresas de comunicação privadas concorrentes entre si se unissem e se tornassem peças fundamentais na gestão das informações “oficiais” sobre as mortes e os casos de Covid? Para tentar responder a essa questão, o artigo se dividiu em duas partes: em um primeiro momento, fizemos uma retrospectiva dos acontecimentos que

levaram à criação de um consórcio de comunicação destinado a fornecer informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil, para, em um segundo momento, tecermos algumas problematizações envolvidas nessa gestão da informação pelo governo e pelo consórcio de empresas privadas e, para isso, utilizamos o referencial teórico da biopolítica, notadamente os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre a gestão das doenças epidêmicas a partir de um processo de gestão das vidas nas cidades.

Palavras-Chave: Covid-19; Mídia; Biopolítica; Epidemia; Michel Foucault

Implications of biopolitics in covid-19 information in Brazil

Abstract: The article aims to understand the role of part of the media during the Covid-19 pandemic in Brazil. How did you come to the paradox that private media companies competing with each other would come together and become key players in managing “official”

information about Covid's deaths and cases? To try to answer this question, the article was divided into two parts: at first, we made a retrospective of the events that led to the creation of a communication consortium designed to provide information on the spread of the

¹ Universidade Federal do Cariri, Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade, Juazeiro do Norte, Brasil. E-mail: luís.celestino@ufca.edu.br.

² Universidade Federal do Cariri, Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade, Juazeiro do Norte, Brasil. E-mail: regiane.collares@ufca.edu.br.

Coronavirus in Brazil, for, in a secondly, we weave some problems involved in this information management by the government and the consortium of private companies and, for this, we use the theoretical framework of biopolitics,

notably the studies of the French philosopher Michel Foucault on the management of epidemic diseases from a process of life management in cities.

Keywords: Covid-19; Media; Biopolitics; Epidemic; Michel Foucault

Implicaciones de la biopolítica em la información de la covid-19 em Brasil

Resumen: *El artículo tiene como objetivo comprender el papel de parte de los medios de comunicación durante la pandemia de Covid-19 en Brasil. Cómo llegó a la paradoja de que las empresas de medios privados competidores se unirían y se convertirían em actores clave em la gestión de la información "oficial" sobre las muertes y los casos de Covid? Para tratar de dar respuesta a esta pregunta, el artículo se dividió em dos partes: em um pimer momento, revisamos los hechos que llevaron a la creación de un consorcio de*

comunicación diseñado para brindar información sobre la propagación del Coronavirus em todo Brasil, para, em um segundo, tejeremos algunas consideraciones involucradas em esta gestión de la información por parte del gobierno y del consorcio de empresas privadas y, para ello, utilizamos el marco teórico de la biopolítica, destacando los estúdios del filósofo francés Michel Foucault sobre el manejo de enfermedades epidémicas a partir de un proceso de gestión sobre las vidas em las ciudades.

Palabras Clave: Covid-19; Medios; Biopolítica; Epidemia; Michel Foucault

I. Introdução

Esse artigo começou a ser escrito em 22 de agosto de 2020, quando o Brasil já havia ultrapassado a marca "oficial" dos 100 mil mortos e durante três meses seguia com uma média diária de mortes acima de mil pessoas. Números que representam uma tragédia para famílias e amigos que perderam pessoas queridas colocam as atuais pesquisas sobre o tema em diversas áreas diante de compromissos éticos de respeito e cuidado com a vida. Vale a ressalva de que

qualquer reflexão produzida nesse momento é afetada pela falta de distanciamento temporal dos acontecimentos que ainda abalam o país.

As aspas na marca oficial dos 100 mil mortos vítimas do vírus Covid-19 se devem a uma peculiaridade do Brasil; os números foram divulgados e têm sido acompanhados por um autodenominado consórcio de empresas privadas de comunicação que coletam e totalizam informações das secretarias estaduais de saúde, divulgando diariamente uma “média móvel” do número de casos, sendo esse cálculo utilizado para se avaliar a queda, estabilidade ou aceleração a partir de uma metodologia referente aos dados diários, semanais e quinzenais por Região, Estado e Cidade. Desse modo, empresas privadas de comunicação informam sobre mortes e número de contaminados antes mesmo que Ministério da Saúde o faça. Vale salientar que este Ministério segue quando da escrita deste artigo sem um Ministro titular, e que já completa, nesta ocasião, mais de dois meses com um general da ativa do Exército como interino da pasta, sem experiência anterior em gestão da saúde pública.

Diante desse contexto, apresenta-se um panorama inusitado que perpassa os meios de comunicação brasileiros, e que nos instiga a algumas reflexões, a saber: como se chegou ao paradoxo de que empresas de comunicação concorrentes entre si se unissem e se tornassem peças fundamentais na gestão da informação “oficial” sobre as mortes e os casos de Covid-19 no país? Quais os sentidos de um consórcio de comunicação produzir noções de medição de casos como o de “número móvel de casos”? É diante dessas perguntas que se parte para a construção do objetivo central desse artigo, quer seja, oferecer uma leitura da relação entre mídia e a pandemia a partir de uma articulação com a noção de biopolítica.

Outro aspecto importante de se apontar, já nas linhas iniciais deste texto, é que para ler os meios de comunicação durante o período de pandemia no país é necessário compreendê-los não só a partir da representação dos conteúdos presentes em reportagens, notícias e artigos, mas buscar vê-los como dispositivos ativos no funcionamento de um poder que incide diretamente na vida de cada um de nós, seja individualmente, seja no plano coletivo da

população. Por dispositivos, sumariamente, compreende-se um conjunto heterogêneo de técnicas, estratégias, discursos, práticas, instituições que formam uma rede, exercendo a função de “operadores materiais de poder” (Revel, 2005, p. 39), e que, portanto, participam ativamente na constituição das condutas individuais e no governo das populações.

Margarida Kunsch (2016) destaca uma ampliação de leitura e atuação do campo da comunicação integrada, afastando-se de uma perspectiva funcionalista com a inserção de leituras de diferentes áreas. Nesse sentido, é importante uma quebra de paradigmas para se afastar de áreas estanques e fronteiras relativamente bem definidas de campos distintos de saberes e práticas.

A comunicação organizacional, na primeira década deste terceiro milênio, se caracteriza como uma atividade interdisciplinar, abrigando várias perspectivas teóricas e pressupostos epistemológicos, incluindo modernismo, realismo, interpretativismo, retórica, teoria crítica, pós-modernismo e pós-estruturalismo, feminismo e pós-colonialismo. Pode ser considerado um campo de perspectivas múltiplas e universais em sua abordagem em seus métodos, suas teorias, seus âmbitos de pesquisa e seus postulados filosóficos (Kunsch, 2016, p. 44).

A história da comunicação institucional no Brasil é marcada pelo difícil relacionamento entre órgãos governamentais e jornalistas durante a ditadura militar no país entre os anos 1960 e 1980. As assessorias de imprensa de órgãos governamentais eram então vistas como setores que visavam dificultar o acesso à informação num país que vivia ainda uma Lei de Censura.

O difícil relacionamento dos órgãos governamentais com os jornalistas a partir de 1968, quando foi instalada a censura à imprensa, ajudou a consolidar a imagem de que assessores de imprensa agiam como bloqueadores do fluxo de informação, como exigiam os novos donos do poder, processo similar ao

que ocorreu mais fortemente com a área de relações públicas. Na maior parte do período em que o país viveu sob o regime militar, as assessorias de imprensa tinham como principal objetivo o controle da informação, com a produção em larga escala de *releases* e declarações, evitando-se o acesso da imprensa à organização (Duarte, 2020, p.83).

O ano de 2020 com o advento da pandemia evidencia a complexidade da relação entre órgãos governamentais e empresas jornalísticas nos instigando a buscar outros referenciais teóricos possíveis para analisar o cenário atual, numa tentativa de ampliar o leque de abordagens buscando em outros campos, notadamente da filosofia, possibilidades de compreensão, que não esgotam nem excluem outras leituras possíveis sobre o tema.

Diante disso, o artigo buscará explanar sobre a atuação dos meios de comunicação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, analisando-os sob a luz das estratégias da biopolítica consideradas pelo filósofo francês Michel Foucault, da gestão das doenças epidêmicas dentro de um processo mais amplo de gestão das vidas. Em vista deste propósito, faremos uma necessária e breve revisão da elaboração do conceito de biopolítica para, posteriormente, tecermos reflexões retiradas do quadro da gestão da informação sobre o número de vítimas atingidas pelo Coronavírus.

É notório que quando Foucault elaborou a noção de biopolítica em meados dos anos 1970, ali já se buscava não apenas problematizar as relações entre poder e condução do indivíduo, a partir de procedimentos disciplinares, mas alcançar o conjunto dos viventes, no que diz respeito a um modo de funcionamento do poder que se vincularia à gestão da saúde, da natalidade, da mortalidade, sob o plano do governo da população.

É importante destacar que a primeira vez que Foucault utilizou o termo “biopolítica” foi no Brasil, na conferência *O nascimento da medicina social*, pronunciada em 1974 no Rio de Janeiro. Nesta conferência, chama-nos a atenção o fato de Foucault apresentar objeções à ideia de que a medicina

considerada “social” teria se privatizado devido às demandas do capitalismo. Assim justifica sua posição:

Com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário (...) foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (Foucault, 1979, p. 80)

Da mesma forma que a medicina social tem suas ações pautadas em consonância com uma realidade biopolítica, no que toca à gestão de informações sobre a saúde, temos a hipótese de que os meios de comunicação funcionem também em acordo com estratégias biopolíticas. Assim, enveredar em uma pesquisa sobre as implicações da biopolítica, significa também poder identificar das informações fornecidas sobre a pandemia decorrente do Coronavírus racionalidade(s) política(s) em curso, sobretudo, no que vem a dizer sobre as tecnologias de poder que se empreendem na condução da população. Para o pensador francês, a biopolítica não pode assim ser reduzida nem a uma análise exclusivamente econômica, nem jurídica ou mesmo sanitária dos modos de governar a população, embora tais leituras sejam também requisitadas para concebermos a condução das vidas dentro de um determinado território.

Esta análise das implicações biopolíticas, se estendida para o caso da abordagem do Coronavírus, nos provoca também a refletir sobre a postura tanto do Governo Federal, quanto dos veículos de comunicação consorciados, no que toca à gestão das informações, pois, a propósito de como se faz a formulação e divulgação dos números de casos e mortes relativos à doença, também se articulam atitudes administrativas no que se refere à condução das medidas que visam a contenção da doença pandêmica.

O artigo se divide, portanto, em duas partes. Em um primeiro momento, será feita uma retrospectiva dos acontecimentos que levaram à criação de um

consórcio de comunicação destinado a fornecer informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil. O trabalho investigativo, neste momento, se propõe a apresentar algumas notícias veiculadas no *UOL*, *G1*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Extra* e *O Estado de S. Paulo*, quando trazem justificativas dos motivos que propiciaram a criação do consórcio e de que forma tais veículos de comunicação passariam a atuar na coleta e divulgação de dados.

Em seguida, buscaremos tecer algumas problematizações a partir do referencial teórico da biopolítica. Assim, a escolha da biopolítica no campo teórico para a leitura das informações sobre a pandemia se deve a uma percepção de que as categorias tradicionais da política são insuficientes para dar conta desta análise, seja do ponto de vista de um antagonismo de classes sociais, seja de um substrato ideológico estatal, ou ainda, seja dos efeitos de uma crise econômica global.

A política avançou sobre a vida em todas as suas formas, alcançando sua dimensão física, orgânica e psíquica, fato que inquieta o campo da comunicação ao tematizar sobre as relações entre a gestão da informação e a esfera das decisões e atitudes políticas, tendo que se valer de outros referenciais teóricos que não os comuns às teorias da comunicação e, nesse sentido, a biopolítica se apresenta aqui como uma das possibilidades mais profícuas.

2. A criação do consórcio

No dia 8 de junho de 2020, os veículos de comunicação *G1*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Extra*, *UOL*, *TV Globo*, *Globonews* e *Folha de S. Paulo* anunciavam então a criação de um consórcio de informação sobre a incidência do Coronavírus na população brasileira nos seguintes termos: “Jornalistas de *G1*, *O Globo*, *Extra*, *Estadão*, *Folha* e *UOL* vão coletar nas secretarias de Saúde, e divulgar em conjunto, números sobre mortes e contaminados, em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde” (online, *G1*, 08/06/2020)³.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml> Acesso 04 set. 2020.

Na mesma matéria, são enumeradas as omissões dos dados do Ministério da Saúde que justificaram a criação do consórcio, tais como a ausência: da curva de casos novos por data de notificação e por semana epidemiológica; de casos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica; de mortes por data de notificação e por semana epidemiológica; de óbitos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica. Assim segue parte da justificativa: “Em razão dessas omissões, a parceria entre os veículos de comunicação vai coletar os números diretamente nas secretarias estaduais de Saúde”. A reportagem também traz depoimentos dos diretores de redação de cada um dos veículos. O diretor de jornalismo da Globo, Ali Kamel, assim definiu o consórcio das empresas de comunicação:

A missão do jornalismo é informar. Em que pese a disputa natural entre veículos, o momento de pandemia exige um esforço para que os brasileiros tenham o número mais correto de infectados e óbitos. Face à postura do Ministério da Saúde, a união dos veículos de imprensa tem esse objetivo: dar aos brasileiros um número fiel. (online, G1, 08/06/2020)

Quanto aos fatos que antecederam o consórcio: o primeiro caso de Covid-19 confirmado no país ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro caso de morte notificado apenas no dia 16 de março deste mesmo ano, ou seja, 18 dias após o aparecimento do primeiro caso. Em se tratando de uma pandemia, um espaço de tempo muito lasso. No dia 26 de fevereiro de 2020, o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, informou sobre o primeiro caso de Covid no Brasil em uma entrevista coletiva. Era uma Quarta-Feira de Cinzas, último dia do feriado de carnaval. Foi nesse dia também que o Ministério da Saúde anunciou a criação do site *coronavirus.saude.gov.br*, espaço que reuniria uma série de informações sobre a atuação do Ministério nesse período. Mandetta já havia também se pronunciado através de outras entrevistas sobre a atuação do Ministério da Saúde, mas a partir desse dia começa uma sequência diária de coletivas que seguirão até a sua demissão, em 14 de abril de 2020.

De pouco conhecido, o referido ministro passaria a ocupar diariamente telejornais, jornais, programas de rádio, portais de notícia, nos primeiros meses da epidemia no país. No dia 4 de abril o instituto de pesquisa de opinião *Datafolha* divulgava pesquisa em que 76% dos brasileiros aprovavam sua gestão no Ministério. Mandetta acabou sendo demitido após uma série de divergências com o Presidente Jair Bolsonaro em relação ao isolamento social, algo que expressou abertamente em entrevista ao programa dominical *Fantástico*, da *TV Globo*: “Brasileiro não sabe se escuta o Ministro ou se escuta o Presidente”⁴, afirmou na entrevista.

No que se refere à comunicação do Ministério da Saúde durante os meses de fevereiro, março e abril, é interessante observar não só a existência de entrevistas coletivas, mas de horários fixos para a divulgação dos dados diários sobre número de casos e número de mortos, como também a criação de “boletins epidemiológicos” e a metodologia de elaboração desses documentos. Já na rápida passagem do médico oncologista Nelson Teich pelo Ministério da Saúde, entre abril e maio de 2020, é importante observar que no dia 16 de abril (o primeiro dia de trabalho de Teich como Ministro), o Ministério vem a acompanhar semanalmente nos boletins epidemiológicos o “número de mortes por milhão de habitantes”.

Portanto, bem perto do Brasil se tornar o segundo país em número de mortes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, o Governo brasileiro ao adotar a informação sob o critério de mortes por milhão de habitantes, faz com que o país não apareça entre os dez primeiros em número de mortes por Covid-19, de um *ranking* que agora é formulado com outra metodologia. Nos boletins epidemiológicos, essa informação, inclusive, vem primeiro que a informação sobre o número total de casos. É evidente que é uma, entre outras formas, de se acompanhar a evolução do número de casos criando-se um parâmetro de comparação com outros países. Porém, o Governo não explicitou por qual razão passou a adotá-lo. Grosso modo, boletins

⁴Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L2OwenRH-wE>. Acesso em 08 set. 2020.

epidemiológicos são documentos de periodicidade semanal que visam não só orientar gestores de saúde vinculados às secretarias estaduais e municipais, mas divulgar para o público informações sobre ações e políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. Vale salientar que até o dia 22 de agosto de 2020, data em que começamos a redigir este artigo, já haviam sido publicados 27 boletins.

Não é nosso objetivo entrar em um aprofundamento de estudo sobre o conteúdo dos boletins epidemiológicos, o que necessitaria não só mais tempo como seria um empreendimento de pesquisa que exigiria outras metodologias para dar conta da complexidade das questões que são suscitadas em suas mais de 50 páginas de cada edição. É no boletim epidemiológico, por exemplo, que aparecem as definições do que é considerado caso confirmado e caso suspeito e as classificações dos casos suspeitos pela proximidade familiar ou por ter viajado para áreas com alta incidência de casos, algo que ocorria nos primeiros meses de gestão da epidemia, mas que foi abandonado com o alastramento da doença pelo país.

O que interessa observar é que no embate que se deu entre o Ministério da Saúde e os meios de comunicação que antecederam à criação do consórcio, uma série de conceitos e estratégias estão explicitados nos boletins epidemiológicos e não devem ser ignorados. Um deles, conforme já abordado, é o acompanhamento do “número total de casos por milhão de habitante”. O artigo não parte do argumento de que os meios de comunicação ocuparam um vácuo ou vazio de informações oficiais, mas que o consórcio surgiu pela desconfiança sobre os dados e metodologias utilizadas pelo Governo para acompanhamento dos casos.

Não só havia uma desconfiança dos veículos de comunicação brasileiros, mas o Governo passara a adotar nos primeiros dias do mês de junho estratégias de divulgação que não se enquadravam nas suas dinâmicas de funcionamento como, por exemplo, horários de fechamento das matérias sobre o assunto. Enquanto os dados eram divulgados por volta das 17h, o que permitia aos diretores de redação dos telejornais noturnos atualizarem e divulgarem as informações em seus veículos, eles passaram a ser divulgados às 22 horas, o

que impedia tanto a informação aparecer no telejornal noturno como dificultava os veículos impressos a disponibilizarem esses dados diante dos seus horários de fechamento. O G1 assim noticiou a mudança do horário de divulgação:

Além de reduzir a qualidade da informação, o governo Jair Bolsonaro passou a divulgar os dados com atraso maior nesta sexta. Até então, os números eram consolidados às 17h, a partir dos dados estaduais e do Distrito Federal, e divulgados até às 18h. O boletim era, inclusive, explicado em coletivas no Palácio do Planalto no fim da tarde. Na última semana, os dados foram divulgados entre 21h30 e 22h. Questionado sobre a mudança, o presidente Jair Bolsonaro creditou a mudança à necessidade de obter dados mais consolidados. Ao mesmo tempo, afirmou: "Acabou matéria do Jornal Nacional". Apesar de apontar um motivo "técnico", o presidente da República não explicou por que, por mais de 70 dias, foi possível consolidar os dados mais cedo. E nem por que os números que são divulgados às 22h constam de uma planilha que atualiza dados até as 19h (online, G1, 06/06/2020)⁵

Além disso, o Ministério da Saúde passara a totalizar somente os dados confirmados no dia, o que dava impressão de queda do número de casos já que a confirmação dos exames demorava em alguns casos mais de duas semanas. No dia 06 de junho, na mesma matéria supracitada, o G1 divulgou a seguinte notícia sobre o tema.

O Ministério da Saúde retirou, do site oficial sobre a pandemia do novo coronavírus, os dados acumulados sobre o número de infectados e mortos pela Covid-19. Desde a tarde deste sábado (6), o portal exibe apenas os resultados das últimas 24 horas. A mudança segue o mesmo protocolo que foi adotado para o boletim diário de divulgação. O documento, que trazia a atualização das últimas 24 horas e os números consolidados, foi divulgado

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml> Acesso em 04 set. 2020.

na sexta (5) com menos informações. Com a mudança, o governo Jair Bolsonaro tenta esconder que o Brasil já atingiu a casa de 35.456 mortes e 659.114 casos confirmados da Covid-19. Os números foram tabelados neste sábado pelo G1, em levantamento exclusivo junto às secretarias estaduais de Saúde. Às 18h deste sábado, o portal oficial do Ministério da Saúde apresentava apenas os números reunidos até as 22h de sexta. Apenas nas 24 horas anteriores a esse boletim, foram registrados 30.830 novos contaminados e 1.005 mortos. (online, G1, 06/06/ 2020)⁶

Os veículos de comunicação passam então a adotar metodologias e conceitos diferentes dos dados oficiais do Governo Federal. Entre esses conceitos, surge em 9 de julho, a partir da orientação de “especialistas”, o conceito de “média móvel do número de casos” assim resumidos em notícia publicada pelo G1:

O G1 e os telejornais da *Globo* e da *GloboNews* divulgam desde 9 de julho dados mais detalhados sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. Esses indicadores permitem mostrar onde as mortes causadas pelo novo coronavírus estão aumentando, diminuindo ou estáveis.

Para isso, adotam os seguintes critérios:

Média móvel: média de casos ou mortes dos últimos 7 dias

Variação: mudança da média móvel nos últimos 14 dias

Estabilidade: variações de até 15%, para mais ou para menos (online, G1, 09/06/2020)⁷

As empresas de comunicação começam desse modo a totalizar dados antes do Ministério da Saúde, usando metodologias diferentes para acompanhar a evolução do número de casos e mortes. Vale destacar que até final do mês de

⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>. Acesso em 04 set. 2020.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/09/g1-e-telejornais-passam-a-divulgar-dados-mais-detalhados-sobre-a-pandemia-de-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em 08 set. 2020.

setembro de 2020, os veículos continuavam publicando diariamente um acompanhamento da média móvel do número de óbitos e casos.

3. Epidemias e governamentalidade

Neste ponto de nossa argumentação, ao que tudo indica, parece haver uma ligação entre a gestão das informações sobre o Coronavírus e o modo de se governar e suas respectivas tecnologias. E nesta articulação complexa, acreditamos que os meios de comunicação se fazem uma peça fundamental de elucidação desta artimanha que envolve território, saúde, governo e população.

Foucault, para tratar da questão das tramas de poder que se estabelecem em termos de governo, não deixa de se debruçar sobre a ocasião desafortunada de doenças contagiosas. Refletir aqui sobre o manejo populacional para enfrentar uma doença, neste sentido, pode ser o recuo necessário para outras articulações da abordagem midiática da pandemia. Não é à toa que analisar sobre como a pandemia causada pelo Coronavírus é apresentada pelos meios de comunicação nos leve também a tematizar sobre a própria constituição da cidade, de suas proposições políticas e éticas. Quando Foucault formula a noção de biopolítica em 1977-78, no curso *Segurança, Território e População*, não tinha como objetivo mostrar o quanto era ruim muito menos o quanto era bom o exercício de um poder ligado à condução da vida da população. O objetivo seria, dentre outros, fazer um diagnóstico de uma nova forma de funcionamento das tecnologias de poder, justamente as que avançam sobre os corpos e sobre as vidas, incluindo, sobretudo, o seu aspecto biológico.

Diante dessa pesquisa sobre a biopolítica, fugindo de uma dimensão valorativa, Foucault se desloca para uma compreensão mais profunda sobre as artes de governar. É com este panorama investigativo que empreende uma série de pesquisas sobre as tecnologias de governo dentro de uma razão de Estado, identificando propósitos de governo ligados também aos fluxos econômicos. Assim, o entendimento de como se empreende o poder passa necessariamente

por um estudo do funcionamento de tecnologias de governo, daí o seu interesse pela gestão das epidemias, dos controles de natalidade e de mortalidade.

Sendo assim, reconhecemos a atualidade das considerações de Foucault feitas há mais de 40 anos em seu curso *Segurança, Território e População* sobre a relação entre doenças viróticas, que assolaram a humanidade pela alta incidência de mortalidade, e os modos de poder e de governo. Neste curso proferido no *Collège de France* podemos encontrar um material de pesquisa que demarca uma mudança de tecnologias de governo com a mobilização que se deu para lidar com epidemias como a lepra, a peste e a varíola. Para cada epidemia, tanto a varíola na modernidade, como a lepra e a peste, em que os grandes surtos ocorreram por volta dos séculos XVI e XVII, respectivamente, identificou-se uma correlação de um modo de tratar a doença e os modos de se governar.

Atento à relação íntima das proposições governamentais com a gestão de espaços e dos doentes contaminados, Foucault, neste curso, vai começar por identificar um modo de poder soberano de incidir sobre a vida dos doentes acometidos pela lepra. Em um contexto geral, com o poder soberano se exerceram mecanismos de governo que se detiveram em agir nos limites do território, pois, a maioria das cidades nos séculos XVI e XVII eram essencialmente caracterizadas por um isolamento jurídico-administrativo dentro de um espaço “murado e denso”, em que as atividades econômicas e sociais se voltavam para uma dimensão campesina. Desse modo, na ocasião do acometimento da lepra, os doentes eram simplesmente confinados para morrerem longe dos não contaminados, se empreendendo a exclusão, separação rigidamente binária dos contaminados daqueles que não estavam contaminados, operacionalizando-se para isso um conjunto jurídico, “de leis, de regulamentos, conjunto religioso e também de rituais” (Foucault, 2008b, p.13)

Em acordo com a pesquisa foucaultiana em um texto de meados do século XVII, escrito por Alexandre Le Maître, intitulado *Le Métropolitée*, os problemas que surgiram nas cidades com um modo de poder soberano se deram a partir do crescimento do comércio, da necessidade de intercâmbios

econômicos e do adensamento populacional no interior das muralhas, tudo isso demandou um “desencravamento espacial, jurídico, administrativo, económico da cidade” para a ressituar em um novo espaço de circulação (Foucault, 2008b, p. 17). Com a determinação da necessidade deste novo espaço de circulação, o território vai ser dividido em partes muito bem demarcadas em suas ordens, como a reserva de um espaço restrito à movimentação dos soberanos e seus oficiais, outro espaço para os artesãos e, por fim, um para os camponeses. Nessa disposição arquitetônica, a capital do Estado deveria estar no centro da cidade, sendo que a eficácia política, segundo Le Maître, estaria ligada a uma intensidade de circulação, tanto de ideias, como das vontades, das ordens, do comércio etc.

Para atender esta disposição das pessoas na cidade empreende-se então um poder disciplinar, prevalecendo o controle da circulação nos espaços demarcados para a garantia da segurança, evitando-se assim as aglomerações desordenadas com a abertura de espaços livres para as relações comerciais que seriam regulamentadas por instâncias administrativas. Com este tipo de cidade surgem a reboque desta disposição territorial as demandas governamentais de higiene, de garantia do comércio no interior da cidade, de rede de ruas para o fluxo de mercadorias e, o mais importante para as cidades no século XVIII, da vigilância para garantir a segurança mesmo com a eliminação das muralhas. A alternativa à época foi se utilizar de um poder disciplinar para “organizar a circulação, eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, maximizar a boa circulação diminuindo a má” (Foucault, 2008b, p.24), controlando os corpos em uma estrutura hierárquica e funcional.

Com a peste, surgida no contexto deste poder disciplinar, o tratamento dos doentes irá se diferenciar do tratamento da lepra pelo poder soberano, consistindo não mais em deixar os doentes retidos em espaços de confinamento, mas em fazer valer rígidos regulamentos aplicados aos infectados como orientar seus hábitos, cercear seus movimentos com a prática da quarentena, a fim de evitar o contágio massivo e conseguir maior eficiência

em isolar as pessoas contaminadas. Comenta Foucault sobre os regulamentos dispostos no caso da peste:

quadrihar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com uma regulamentação indicando às pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores (Foucault, 2008b, p.13).

Daí em diante, num deslocamento paulatino das medidas disciplinares frente ao surgimento dos grandes conglomerados populacionais, o poder se transmuta em tecnologias mais eficientes de contenção e controle da população, e a questão da segurança passa a ser a tônica de um poder que vai se ocupar de projeções, estimativas, não mais de um futuro controlado e controlável, mas fazendo seu planejamento em cima do que pode acontecer à população, das probabilidades de uma intempérie prejudicar a vida na cidade. Nesta modalidade de poder (biopoder) vai se procurar não mais atingir os corpos, vigiá-los, mas incidir na multiplicidade de indivíduos que existem materialmente ligados à condição biológica de seres vivos. Por conseguinte, com o aparecimento da varíola, no século XVIII, os dispositivos de segurança vão se aprimorando a reboque da doença, não sendo mais necessária uma regulamentação para a separação entre os doentes e os não-doentes, surgindo assim um mecanismo que levaria em conta o conjunto da população “sem descontinuidade, sem ruptura, dos doentes e não-doentes”. (Foucault, 2008b, p.81)

A este mecanismo, como um tipo de variação dos dispositivos de segurança, se acrescentará outra estratégia que não a disciplina, com sua onerosa exigência de constante vigilância e manutenção de espaços de isolamento, a saber, esta nova técnica consistiu em fazer prospecções estatísticas de população, estabelecendo-se com isso uma curva “normal” dos casos de infecção ou morte pela doença, fazendo os governos em face da

doença já previamente contar e administrar o número de contaminados e índices de mortalidade a partir da adesão da população à inoculação do vírus da varíola.⁸ Então, no caso da varíola, embora a disciplina muitas vezes seja “chamada em auxílio”, esta tecnologia de governo já não teria tanta eficácia para o controle da população, a questão não seria manter as pessoas sob vigilância, mas saber em índices estatísticos “quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular”. (Foucault, 2008b, p.14).

É na aula de 25 de janeiro desse mesmo ano que Foucault vai discorrer sobre a epidemia da varíola como uma forma de tratar da integração da doença a um plano racionalizado de governamentalidade. Vejamos:

A partir do momento em que, a propósito da varíola, passam a ser feitas as análises quantitativas de sucessos e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação, então a doença não vai mais aparecer nesta relação maciça da doença com o seu lugar, seu meio, ela vai aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço (Foucault, 2008b, p.79).

Com a noção de casos, do aumento ou diminuição do número de casos, há um modo de quantificação, “do racional e do identificável” para se integrar no âmbito coletivo os casos individuais. Somente em referência ao número de casos, se tornam mais aceitáveis um conjunto de normatizações; “aceitáveis para os médicos, para os administradores, para os encarregados da ‘polícia médica’ e, finalmente, para as próprias pessoas” (Foucault, 2008b, p. 78).

Foucault, observante da integração de tecnologias de segurança voltadas para a doença, vê nelas uma espécie de adaptação de mecanismos econômicos

⁸ A técnica de inoculação ou variolização, uma prática originalmente oriental, começou a ser exercida na Europa a partir do século XVIII, e consistia em implantar o vírus da varíola no homem saudável, provocando a instalação virótica em uma forma mais branda e com manifestação local, para forçar o organismo a fabricar anticorpos para a doença.

para as estratégias de governo que visariam um tratamento quantitativo da população, e passa a identificar além da noção de caso, as noções de risco, de perigo e de crise como parte de um arsenal governamental. Estas noções em conjunto vão justificar as mais diversas medidas de governo no que concerne ao modo de vida levado na cidade.

Por exemplo, com a noção de risco se estabelece para cada indivíduo ou grupo individualizado a chance de se contrair a doença, morrer ou mesmo se curar; “para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar o risco de morbidade, o risco de mortalidade” (Foucault, 2008b, p. 79). Se o cálculo de riscos mostra que eles não são os mesmos para todas as pessoas, variando de acordo com a idade, condições prévias de saúde, condições climáticas, etc., obviamente nas incidências de maior risco identifica-se àquilo que é mais perigoso em termos de contaminação e letalidade. Com uma reflexão mais abrangente acerca dos riscos, da probabilidade de riscos e suas repercussões emocionais, Brian Massumi afirma: “Se os riscos podem ser calculados em termos de probabilidade, estas últimas não têm nada a dizer sobre cada caso em particular” (Massumi, 2018, p.51). Entretanto, saber dos riscos é determinante para conter ou refrear uma atitude individual, Massumi adverte então que as escolhas tomadas a partir de um quadro de riscos,

são altamente carregadas, em um plano afetivo, pelo medo de um futuro incerto. O presente é abalado pelo futuro ao ponto de tremer. Não há cálculo de risco que seja independente da relação afetiva que o indivíduo possui consigo em relação à incerteza (Massumi, 2018, p.51).

Com a noção de risco, coloca-se em questão a noção de perigo, sendo ambas promissoras em potencializar a adesão da população às medidas de governo. O perigo deixa a população constantemente em alerta, pois qualquer variação brusca do surto da doença pode vir a deflagrar a condição de crise.

Portanto, no rastro do risco e do perigo vem a instauração da crise. A crise nada mais é, nas palavras de Foucault, do que

fenômenos de disparada, de aceleração, de multiplicação da doença num momento dado, num lugar dado, possa vir, por meio do contágio, a multiplicar os casos que, por sua vez, vão multiplicar outros casos, e isso segundo uma tendência, uma curva que pode vir a não mais se deter, a não ser que, por um mecanismo artificial, ou também por um mecanismo natural, porém enigmático, possa ser controlada e o seja efetivamente (Foucault, 2008b, pp. 80-81).

Diante desses fenômenos de disparada em que se identifica uma crise, a população tende a apostar todas as fichas em um mecanismo superior que possa detê-la ou em uma intervenção artificial que possa controlá-la. Na época em que Foucault se debruçou na análise das noções de caso, risco, perigo e crise, ele passou a vê-las como um novo campo de aplicação de técnicas de segurança por parte do governo para intervir diretamente no controle da população. Entretanto, é importante enfatizar que, ainda segundo os estudos foucaultianos deste assunto, não existe uma sucessão de tecnologias de governo ao longo da história, em que um modo de poder vai pura e simplesmente suplantar o anterior; um modo de governo pautado na segurança faria funcionar não apenas dispositivos próprios da segurança, mas de certa forma acrescentaria “as velhas estruturas da lei e da disciplina” (Foucault, 2008b, p. 14). Ou seja, não há ruptura e sim acréscimo, tecnologias diferenciadas vão se acoplando a fim de sustentar uma economia geral de poder, e o que vai diferenciar entre um mecanismo de governo e outro vai ser o modo com que são operacionalizados estes poderes.

4. Gestão das informações e tecnologias de governo ocupadas com a vida e a morte nas cidades

Em acordo com o que vimos da relação entre as doenças e os tipos de dispositivos acionados para contê-las, temos o poder soberano, como no caso da lepra, na inflexão de um “poder absoluto e dramático”, que consistia na radicalidade de fazer morrer, isolar os doentes para que pudessem morrer sozinhos e sem maiores cuidados. Com as tecnologias do biopoder, cumpre, ao contrário, considerar o homem como ser vivo, fazê-lo viver por um “poder contínuo e científico”. Aí a célebre equação foucaultiana elaborada já *Em Defesa da Sociedade*, em 1976: “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer.” (Foucault, 2005, p. 294)

Sob o contexto da biopolítica se cria então o poder dos Estados intervirem para fazer viver, uma maneira de viver, um “como” viver. Podemos a partir daí identificar a implicação íntima entre fluxos de informações e o direcionamento de estratégias políticas que vão se ocupar da vida. Portanto, a biopolítica que surge tem como prioridade um fazer viver tanto conforme às demandas da economia, como da saúde, ou de qualquer variável que exija um posicionamento do governo para a manutenção da população com vida. Ao que tudo parece indicar, os meios de comunicação não estariam alheios a isso, seriam mais um dentre muitos dispositivos a participarem ativamente dos empreendimentos biopolíticos.

Por exemplo, quando surgiu uma forma de economia pautada no liberalismo econômico não havia necessariamente a oposição entre Estado e Mercado, pois ambos se constituiriam como aliados em uma série de práticas de governamentalidade, de gestão da vida, ou seja, parceiros em um conjunto de técnicas de governo em que o poder não seria visto como algo externo e coercitivo, mas algo que produziria sujeitos socialmente úteis, adaptados para as demandas da vida do trabalho e econômica. Assim, com o passar do tempo, o *homo oeconomicus* emergente na dimensão biopolítica vem se apoiar em uma

condição de vivência e convivência pautadas em relações econômicas, em que “se aceita a realidade” a partir de uma conduta racional que é sensível “a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não-aleatória, de forma portanto sistemática” (Foucault, 2008a, p.368). O *homo oeconomicus* surge então como um ser manejável e governável, pois sua razão de ser se atrela à economia, servir aos seus próprios interesses coincide com obedecer a economia; o *homo oeconomicus* deixa a dimensão do *laissez-faire* do liberalismo clássico e vai se entrelaçar com uma governamentalidade que age sobre o meio e o modifica.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) afirmam em concordância com a leitura foucaultiana sobre o primado das relações pautadas na concorrência no mundo contemporâneo e afinadas com as considerações biológicas de Hebert Spencer, a quem consideram o representante científico de uma “virada” na história do liberalismo pela ideia da luta pela sobrevivência na esfera social, que

nada garante que aquele que participa da grande luta da seleção natural irá sobreviver, apesar de seus esforços, de sua boa vontade, de suas capacidades. Os menos aptos, os mais fracos, serão eliminados por aqueles que são mais adaptados, mais fortes na luta. Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva (Dardot & Laval, 2016, p. 53).

Vale salientar que houve a ampliação das técnicas disciplinares no que diz respeito à governamentalidade biopolítica, imiscuindo-se nelas uma racionalidade geral, um regime de evidência propagado pelos governos como base de compreensão das ações humanas. Este regime de evidência obriga todo indivíduo a participar de um cálculo no que diz respeito aos modos de viver. Nesta perspectiva, uma racionalidade política não se dá como um conhecimento neutro de que os governos se valem para intervir na população, na verdade, essa racionalidade cria um campo discursivo para legitimar uma forma de direcionar a vida individual e coletiva em um território. Isso acontece, por exemplo, a partir

de um problema a enfrentar na cidade, como no caso aqui investigado, uma vez identificada a pandemia que coloca em risco a vida humana, de que forma as informações produzidas e veiculadas podem fundamentar certas ações para se não resolver pelo menos administrar uma crise? De que forma se poderá contê-la sem colocar em risco as proposições econômicas que sustentam a cidade?

Destarte, no quadro das informações dadas a respeito da situação pandêmica provocada pelo Covid-19, a partir de uma racionalidade tirada de cálculos que servem ao máximo proveito de um sistema econômico, da proliferação do capital, há de se considerar que as visadas políticas ganharam dimensões complexas, em que as ações passam a se voltar para a manutenção de algumas vidas em detrimento de outras, e agora não se conta mais exclusivamente com a fórmula geral enunciada por Foucault de “fazer viver e deixar morrer”. O filósofo camaronês Achille Mbembe, autor do livro *Necropolítica*, a partir das considerações de Foucault, passa a nos chamar atenção para o fato de uma reativação do poder soberano do Estado em sua atitude de fazer morrer no contexto neoliberal; isto é, ressalta tecnologias específicas em empreender a morte de uma parcela da população, do resto populacional invisibilizado e inadaptável às demandas econômicas atuais. Estas tecnologias da morte engendradas sob um horizonte econômico neoliberal, e perspicazmente identificadas por Mbembe, se dariam sobretudo nos temas relativos à segurança, em que os adversários não seriam necessariamente outros Estados inimigos, mas indivíduos situados dentro do mesmo território.

Identificando um tipo de “dispersão administrativa” na fórmula dos Estados soberanos, em que empresas privadas passam a ter um protagonismo devido à proeminência de princípios econômicos neoliberais, Mbembe afirma:

O enfraquecimento das capacidades administrativas do Estado anda de mãos dadas com a privatização de algumas de suas funções soberanas. Por outro lado, o prêmio concedido à desregulamentação se traduziu na prática por um movimento de desinstitucionalização, ele mesmo inclinado à generalização das práticas informais. Encontraremos essa informalidade não apenas nos

domínios do econômico, mas também no próprio coração do Estado e da administração e em muitos setores da vida social e cultural que tenham alguma relação com a luta pela sobrevivência (...) O fracionamento do poder público é respondido, como um eco, pela constituição, multiplicação e depois disseminação de núcleos de conflito dentro da sociedade. Surgem novas arenas do poder à medida que os imperativos da sobrevivência acentuam o processo de autonomização das esferas da vida social e individual. Mais do que antes, as práticas da informalização não se limitam mais aos aspectos econômicos e às estratégias de sobrevivência material. Elas se tornam, pouco a pouco, as formas privilegiadas da imaginação cultural e política. (Mbembe, 2019, pp. 198-199)

A partir da constatação desta dispersão do Brasil no que diz respeito não apenas à gestão da informação, como também às medidas administrativas relativas à contenção da pandemia, ressalta-se com muita evidência o destaque do consórcio dos veículos de comunicação privados na produção e gestão das informações sobre o alastramento do Coronavírus. Sendo assim, há questões que surgem deste novo panorama aqui apenas traçado e que merecem ser objeto de estudos futuros e cuidadosamente analisadas no âmbito das premissas biopolíticas, tais como: De que forma a gestão da informação sobre os casos de Covid-19 ser exercido por um consórcio de empresas de comunicação privadas impactou na mobilização da população por políticas públicas que pudesse ampará-la em suas demandas de saúde e de continuação da vida econômica?; de que modo as informações veiculadas pelas empresas de comunicação conferiram um outro poder, maior do que o Estado, de conduzir a população?; considerando a nova metodologia de formulação e divulgação das informações sobre o alastramento do Coronavírus, isso teria conferido maior credibilidade às informações extraoficiais sobre o alastramento da doença?; e, por fim, em que medida as informações veiculadas pelo Ministério da Saúde e pelo consórcio das empresas de comunicação se configurariam como uma arena de disputa de poder, em que os imperativos clássicos da

biopolítica de “fazer viver” cederiam lugar às ênfases mais contemporâneas não apenas de “deixar morrer”, mas, sobretudo, de “fazer morrer”?

5. Considerações finais

O artigo apresentou uma leitura do alastramento do Covid-19 pelo Brasil através da articulação entre a biopolítica e a divulgação de informações sobre a totalização do número de casos e óbitos pelo consórcio de empresas de comunicação. Considerando que a vida em todas as suas dimensões, sejam as mais íntimas e interiores possíveis quanto as que abrangem a convivência coletiva, parecem ter sido capturadas pela política, a biopolítica portanto se inscreve dentro da complexidade de compreensão dos fenômenos contemporâneos. No entanto, parece ser importante destacar, a título de considerações finais, dois aspectos, a saber:

O primeiro é que a biopolítica não é um regime ou sistema de poder em que seja possível identificá-lo através de grandes narrativas midiáticas, agindo de forma coercitiva sobre os indivíduos de uma dada sociedade. Ao contrário disso, a biopolítica se empreende a partir da constituição de um conjunto de técnicas e práticas de governo sobre a vida de uma população, fazendo-se necessário observar a sutileza de cada uma dessas técnicas de governo para só assim compreender seus efeitos no conjunto da população. Ao mesmo tempo, é importante observá-la como um campo de forças e relações e como um local de disputas a partir de seus dispositivos, ou seja, o poder não é algo que em um regime da biopolítica se detêm ou alguém possui. É nesse sentido que o artigo buscou circunscrever o campo da comunicação, mostrando-o como um dispositivo atuante em relações que envolvem as informações veiculadas.

Todavia, faz-se também importante considerar que a biopolítica não exclui ou substitui os regimes de poder disciplinar ou mesmo o exercício de um regime de poder soberano. Se na obra de Michel Foucault é possível observar que diferentes epidemias tiveram tratamentos diferenciados conforme a articulação do poder vigente, no caso da incidência do Coronavírus no Brasil,

talvez algo singular comece a se insinuar e requeira estudos mais aprofundados, quer seja, seria possível destacar a partir das informações veiculadas um funcionamento entre os regimes de poder soberano, disciplinar e biopoder, e em qual proporção estes modos de poder se destacariam? Assim, não é possível falar de biopolítica sem articulá-la com diversos modos de poder e suas respectivas tecnologias.

O segundo aspecto que o artigo explorou é que, no caso brasileiro, os dispositivos biopolíticos podem ser reconhecidos a partir da atuação dos meios de comunicação na constituição de um consórcio que visou totalizar números de casos e óbitos, bem como criou conceitos diferentes do Governo Federal para acompanhar a evolução desses números. A gestão dessas informações foi, portanto, elaborada por empresas privadas dentro de uma série de disputas com o Ministério da Saúde que envolviam, dentre outras coisas, as dinâmicas de funcionamento das redações.

Talvez seja cedo para especular quais as consequências de empresas privadas elaborarem dados sobre a pandemia de Covid-19, se antecipando ao Governo e apresentando conceitos diferentes. Esse estudo mostra, em certo sentido, a necessidade de construção de um modo de comunicação pública no país que nem esteja focado numa mídia estatal nem em empresas de comunicação. O que se buscou aqui, em linhas gerais, foi apresentar uma leitura das informações sobre o alastramento do Coronavírus pelo Brasil no ponto em que parecem estar articuladas com a dimensão biopolítica, no controle e condução da população.

No momento em que se conclui esse artigo, dia 29 de setembro de 2020, o número de mortos em decorrência das complicações do Coronavírus já ultrapassou a marca de 142 mil pessoas.

Referências

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A Nova Razão do Mundo*. Boitempo.

Dardot, P. & Laval, C. (2020/ 03/ 19) *L'épreuve politique de la epidémie*.
Mediapart. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/les-invites-de-mediapart/blog/190320/l-epreuve-politique-de-la-pandemie>

Duarte, J. A. M. (2001). Assessoria de imprensa: o caso brasileiro.
Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 24(1), 79-105.
<http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v24i1.1017>

Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Graal.

Foucault, M. (2005) *Em Defesa da Sociedade*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a) *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, Território e População*. Martins Fontes.

Kunsch, M. (2016). *Comunicação Organizacional Estratégica*. Summus.

Massumi, B. (2018) *L'Économie contre Elle-Même*. Lux Éditeur.

Mbembe, A. (2019) *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Vozes.

Revel, J. (2005) *Foucault: conceitos essenciais*. Claraluz.

Luís Celestino de França Júnior

Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade (Grupo Certificado pelo CNPq).

Regiane Lorenzetti Collares

Professora Associada do curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Cartografias da Subjetividade (Grupo Certificado pelo CNPq).

Data de submissão: 29/09/2020 – Data de aceite: 27/12/2021

A cidade pandêmica e o colapso ecológico

Karin Vecchiatti¹

<https://orcid.org/0000-0002-9959-9935>

Resumo: A conjuntura atual nos obriga a refletir sobre o fato de que epidemias são fenômenos ecológicos e evolutivos, mas que, ao longo da maior parte da aventura humana, aconteceram em situações planetárias relativamente estáveis. Agora, na era do colapso ecológico, o cenário é muito diferente. Os locais que habitamos se transformaram em cidades pandêmicas que acumularam crises. A atual crise do novo coronavírus é apenas mais uma delas. Enquanto categoria de análise da contemporaneidade, a Cidade Pandêmica nada mais é do que um híbrido entre natureza e cultura. Ou seja, está fundamentada na atual “falta de mundo” e no impasse entre modernizar

e ecologizar, este último apresentado diversas vezes ao longo do último ano como um falso dilema entre “salvar vidas ou salvar a economia”. Sua origem está na escolha entre continuar na trilha do ímpeto modernizador ou parar, refletir e criar novas formas de reavermos o mundo em que vivemos. Este é o assunto proposto por este artigo: procura entender, por meio de uma metodologia de pesquisa socioambiental, o que nos leva a alimentar e manter o estado pandêmico da cidade. Sugere, sobretudo, que esse entendimento se torna fundamental para superarmos não apenas a crise atual, mas para evitarmos crises futuras e muito maiores.

Palavras-Chave: Pandemia; Cidade; Crise ecológica

The pandemic city and the ecological collapse

Abstract: The current situation forces us to think about the fact that epidemics are ecological and evolutionary phenomena, but that, throughout most of the human adventure, they happened in relatively stable planetary condition. Now, living an era of ecological collapse, the scenario is very different. The places we inhabit have become pandemic cities that have accumulated crises. The current coronavirus crisis is just one more of them. As a category of contemporary analysis, the Pandemic

City is nothing more than a hybrid between nature and culture. Its origin lies in the choice between continuing on the path of modernizing momentum or stopping, reflecting and creating new ways to regain the world in which we live. This is the subject proposed by this article: it analyses, through a socioenvironmental approach, what leads us to maintain the pandemic state of the city, something fundamental to overcome not only the current crisis, but to avoid future and much bigger crises.

¹ Centro Universitário FMU, São Paulo, Brasil. E-mail: karin@anadarco.com.br.

Keywords: Pandemic; City; Ecological crisis

La ciudad pandémica y el colapso ecológico

Resumen: *La situación actual nos obliga a reflexionar sobre el hecho de que las epidemias son fenómenos ecológicos y evolutivos, pero que, a lo largo de la mayor parte de la aventura humana, se produjeron en condiciones planetarias relativamente estables. Ahora, viviendo una época de colapso ecológico, el escenario es muy diferente. Los lugares que habitamos se han convertido en ciudades pandémicas que han acumulado crisis. La actual crisis del coronavirus es una más de ellas. Como categoría de análisis contemporánea, la*

Ciudad Pandémica no es más que un híbrido entre naturaleza y cultura. Su origen está en la elección entre continuar en la senda del impulso modernizador o detenerse, reflexionar y crear nuevas formas de recuperar el mundo en el que vivimos. Este es el tema que propone este artículo: analiza, a través de un enfoque socioambiental, lo que nos lleva a mantener el estado pandémico de la ciudad, algo fundamental para superar no sólo la crisis actual, sino para evitar crisis futuras y mucho mayores.

Palabras Clave: Pandemia; Ciudad; Crisis ecológica

I. Cidade e crise

Apesar do nome do novo vírus, e como bem sabem as pessoas que o batizaram, o nCoV-2019 não é tão novo quanto se imagina. Algo muito parecido com ele foi encontrado há vários anos em uma caverna de Yunnan, uma província distante cerca de 1,6 mil km de Wuhan (China), por uma equipe de pesquisadores perspicazes, que notaram sua existência com preocupação. (...) Que o vírus tenha vindo de um animal, provavelmente um morcego, e possivelmente ter passado por outra criatura, pode parecer esquisito, mas não surpreende de forma alguma os cientistas que estudam essas coisas. (Quammen, 2012, p. 12)

Mesmo diante de um quadro relativamente conhecido, esses cientistas se surpreenderam com algumas novas características nCoV-2019. Uma delas são

as frequentes mutações que o vírus sofre na medida em que se replica. Ou seja, os coronavírus evoluem e se adaptam a uma velocidade muito maior do que outros tipos de vírus que atormentam a vida humana. Como essa rápida evolução está associada à rápida reprodução, ela se traduz também no rápido contágio que tem caracterizado a atual pandemia. Outra novidade problemática é o fato de pessoas assintomáticas serem portadoras da doença, o que resulta num contágio silencioso. Contágio silencioso e contágio rápido são, portanto, “novidades”. São sinais que têm moldado a pandemia do novo coronavírus desde o final de 2019.

Se essas características problemáticas nos obrigam, no curto prazo, a fazer tudo o que for possível para conter e extinguir o surto epidêmico, no longo prazo é preciso lembrar que, quando a poeira baixar, a Covid-19 não foi um acontecimento novo ou infortúnio. Ela é “parte de um padrão de escolhas que nós, seres humanos, estamos fazendo”, alerta o historiador David Quammen. Para ele, no longo prazo, será necessário lidar com as circunstâncias que de fato criaram a pandemia. Precisaremos escolher o tipo de relação que queremos ter com o mundo em que vivemos.

A conjuntura atual nos obriga a refletir sobre o fato de que epidemias são fenômenos ecológicos e evolutivos, mas que, ao longo da maior parte da aventura humana, aconteceram em situações planetárias relativamente estáveis. Agora, na era do colapso ecológico, o cenário é muito diferente. Os locais que habitamos se transformaram em cidades pandêmicas que acumularam crises. A atual crise do novo coronavírus é apenas mais uma delas. Enquanto categoria de análise da contemporaneidade, a Cidade Pandêmica nada mais é do que um híbrido entre natureza e cultura. Ou seja, está fundamentada na atual “falta de mundo” e no impasse entre modernizar e ecologizar, este último apresentado diversas vezes ao longo do último ano como um falso dilema entre “salvar vidas ou salvar a economia”. Sua origem está na escolha entre continuar na trilha do ímpeto modernizador ou parar, refletir e criar novas formas de reavermos o mundo em que vivemos. É isso o que está em questão durante e após a atual pandemia. Entender a fundo o que nos leva

alimentar e manter o estado pandêmico da cidade é fundamental para superarmos não apenas a crise atual, mas para evitarmos crises futuras e muito maiores.

Desde a segunda metade do século XX, a audácia responsável por trazer progresso às cidades – e por aparentemente controlar as epidemias - começou a pagar um alto preço por ter se apropriado das formas de vida de maneira impiedosa e agressiva. Esse impulso do progresso foi capaz de trazer benefícios para parte da população mundial por se apoiar numa ideia de natureza vista como totalidade acabada e previsível; como recurso a ser usado e dominado. Mas sua ação se revelou falha, na medida em que acabou acumulando inúmeras contradições.

É justamente nesse contexto contraditório que surge a cidade pandêmica. Ela não nasce em 2020 com a chegada do novo coronavírus. Ela surge, embrionária, no final do século XX com o advento da crise climática, colocando em xeque o ideal modernizador imunizante. Seu estado enfermo, longo e sombrio resulta de sua incapacidade de superar o impasse entre continuar na trilha modernizadora, que se transformou na indomável economia global, ou atentar-se para outros modos de vida que não envolvem apenas a produção.

Curiosa é a lentidão e a dificuldade para perceber que criamos, há muito tempo, uma cidade enferma. Não é para menos. Aprender o contexto pandêmico é realmente difícil, pois se refere a uma situação que surge de nossa incapacidade de enxergar as relações entre os seres humanos e a natureza. Este artigo procura ajudar a solucionar esse impasse, apresentando uma metodologia de pesquisa socioambiental, ou seja, procura avaliar as relações entre problemas sociais e ecológicos enquanto componentes dos mesmos sistemas. Para isso, a pesquisa se apoia primeiramente no estudo de autores que explicam o surgimento de epidemias pelo ponto de vista ecológico e num segundo momento procura entender o papel do desenvolvimento das cidades a partir do impulso da modernidade que, promovendo o casamento entre ciência e indústria, prometeu salvar os males da humanidade pelo progresso. Num terceiro momento, a abordagem socioambiental sugere que o surgimento da

cidade pandêmica se dá justamente a partir das contradições desencadeadas por esse ímpeto modernizador, o que também nos trouxe à atual crise climática.

2. Como surgiram as epidemias

Para muitos estudiosos, a transferência de vírus e bactérias para os seres humanos começou há milhares de anos devido à proximidade das pessoas com animais selvagens, sobretudo por meio da domesticação animal (Ujvari, 2020). Essa aproximação está diretamente ligada ao surgimento dos assentamentos humanos, primeiramente pelo início da agricultura e posteriormente pela configuração das cidades. Enquanto os seres humanos mantinham seus hábitos nômades, a proximidade com animais, com fezes animais e com os próprios excrementos humanos era muito menor. O contato com vírus e bactérias aumentou quando o ser humano “parou de andar”, se assentou e começou a modificar o meio ao seu redor: produzindo alimentos, construindo casas, aumentando a densidade populacional e, ficando, dessa forma, mais próximo de animais e de possíveis agentes patogênicos.

Documentos arqueológicos sugerem, por exemplo, que a malária, transmitida pelo mosquito, começou com o nascimento da agricultura, ou seja, com uma modificação dos ecossistemas que se transformaram em áreas cultivadas. A proliferação do mosquito encontrou solo fértil em terrenos alagados e irrigados. Uma série de exemplos como esse é apresentada no livro *História das Epidemias* (2020) do médico Stefan Cunha Ujvari.

Não apenas a modificação de ecossistemas aproximou o ser humano de agentes infecciosos, mas os próprios agentes se modificaram na medida em que foram entrando em contato com pessoas: foram adquirindo novas características de adaptação e reprodução, tornando-se mais aptos a nos infectarem. Assim, a grande hipótese sobre as origens da maioria dos agentes infecciosos não apenas evidencia as mudanças no meio, a domesticação e aproximação dos animais selvagens com os seres humanos, mas, sobretudo, ressalta o conjunto de mutações que esses organismos foram sofrendo na

medida em que foram nos atingindo. Inúmeras alterações e adaptações, tanto de ecossistemas, quanto dos próprios microrganismos que, acompanhando a humanidade ao longo dos séculos iniciaram determinadas epidemias.

Prova dessas alterações e adaptações é o fato da epidemiologia reconhecer muitas semelhanças entre os microrganismos que causam infecções nos animais e nos seres humanos. Reconhece-se que eles podem ter evoluído de um ancestral comum e que sofreram mutações ao infectarem seres humanos. São semelhanças observadas, por exemplo, entre os vírus do sarampo humano e o da peste bovina; entre os vírus da gripe humana e o da gripe de porcos e patos; entre o vírus da varíola humana e da varíola que acomete camelos e roedores (Ujvari, 2009). Essas semelhanças indicam que os vírus que atualmente infectam animais e os vírus que infectam humanos evoluíram a partir de um mesmo vírus ancestral.

Além disso, essas semelhanças nos revelam outra importante questão: não somos os únicos a nos modificarmos e nos adaptarmos ao meio. Outros seres também o fazem, e o fazem em grande intensidade. A adaptação/reprodução dos agentes infecciosos em nossos corpos nada mais é do que um fenômeno ecológico e evolutivo, criado a partir de modificações no meio. Isso nos faz lembrar que compartilhamos o planeta com outros seres. E esses seres vivos respondem, se reproduzem e evoluem.

Ao longo da trajetória humana, toda e qualquer alteração do meio ocasionou mudanças na dinâmica das relações entre os seres vivos. E essas mudanças, podendo ser campos irrigados, áreas desmatadas ou acúmulo de excrementos, desencadearam alterações nos ecossistemas e na dinâmica evolutiva de incontáveis seres microscópicos. Mudanças no meio propiciaram tanto maior contato dos seres humanos com vírus e bactérias, quanto “forçaram” esses microrganismos a se adaptarem a novas condições de reprodução e sobrevivência. O meio se modifica e os seres vivos se adaptam. E parte significativa dessas adaptações resultou nas epidemias.

Na ecologia, esse fenômeno é amplamente conhecido como transbordamento (Quammen, 2012). O vírus passa de seu hospedeiro natural

para sua primeira vítima humana. E, apesar dos transbordamentos poderem ser recorrentes, não necessariamente resultam em epidemias. É possível parar ou diminuir o contágio e a reprodução do vírus antes do transbordamento se tornar uma epidemia. Nas últimas décadas, isso foi feito em algumas situações, como aconteceu com o vírus de Marburg (1967) e o hantavírus (1993) (Ujvari, 2009). Em outras situações, essa interrupção foi mais difícil e só foi controlada décadas após o transbordamento, como é o caso do vírus HIV.

Atualmente, controlar transbordamentos num planeta com quase 8 bilhões de pessoas não pode ser considerado tarefa fácil. Convivemos com um contingente populacional ávido por alimentos, combustíveis, recursos... E essa ambição diminui e altera cada vez mais os *habitats* de diversas espécies. Nem todo mundo sabe, mas todos os animais selvagens carregam vírus, inclusive muitos vírus desconhecidos. Vivemos num mundo de vírus. Milhares e milhares de vírus estão por aí, nos animais e nos ecossistemas (Quammen, 2012). E quanto mais alteramos ecossistemas, maiores as chances de trazermos novos vírus para perto.

3. As epidemias e o controle populacional

A história das epidemias nos mostra que, até o século XIX, as alterações ecossistêmicas e o contato com agentes infecciosos, apesar de devastadores, ocorriam em uma situação planetária relativamente estável. Se compararmos as escalas de tempo, espaço e população de séculos anteriores com as atuais, pode-se sugerir que até a Revolução Industrial havia certo “equilíbrio” entre ações humanas e respostas ecossistêmicas. A escassa disponibilidade de alimentos e as doenças infecciosas acabavam sendo os grandes reguladores do crescimento populacional: quando a população crescia de maneira exagerada, a produção de alimentos não acompanhava esse crescimento e muitas pessoas morriam de fome. Uma população desnutrida fica mais suscetível às doenças. A desnutrição é um prato cheio para as epidemias reduzirem a velocidade do crescimento populacional (Ujvari, 2020). Basta lembrar que a humanidade levou

cerca de 10 mil anos para atingir uma população mundial de aproximadamente 1 bilhão de pessoas.

Do ponto de vista do surgimento e crescimento das cidades, tal dinâmica de “equilíbrio” populacional esteve em curso até o momento em que a cidade industrial passou a ser uma cidade planejada. A cidade industrial conviveu intensamente com as epidemias: reproduziu o modelo antigo de alteração de cursos d’água, mas demorou a promover a coleta de esgoto. Com isso, rios e riachos, infectados por bactérias diarreicas, frequentemente se transformavam em veículo constante de transmissão de doenças.

Entretanto, muito começou a mudar entre o final do século XIX e início do século XX. O impulso da modernidade que criou a cidade industrial atingiu patamares exitosos por meio de uma das mais célebres parcerias da História: a associação entre indústria e ciência. Com isso, o espírito modernizador avançou nas descobertas em microbiologia, na criação e produção de vacinas e, finalmente, em um planejamento urbano que visava, entre outros objetivos, controlar doenças.

Tudo isso acontecia, importante ressaltar, num contexto em que a natureza era vista como totalidade acabada e previsível; como um objeto a ser descoberto, desvendado, explorado e controlado. Sobretudo, o êxito no controle às epidemias esteve intimamente ligado ao ideal modernizador de apropriação da vida em todas suas formas. Uma crença em sanar os males da humanidade pelo progresso. E o progresso, por sua vez, dependia da natureza tornar-se um recurso a ser usado ou dominado. Foi por meio desse olhar que o progresso, movido pela ciência e pela industrialização, não apenas tirou os freios do crescimento populacional, como também promoveu um crescimento material antes jamais vivenciado pela humanidade. Reinaram durante esse período a racionalidade e a objetividade, combatendo o arcaico por meio da ordem e do progresso.

4. A cidade higienista

É no final do século XIX que a cidade industrial começa a se transformar em uma cidade planejada. Os avanços na microbiologia e as descobertas das causas das doenças infecciosas levaram à implantação de medidas de controle no próprio ambiente urbano: os criadouros alagados de mosquitos urbanos foram aterrados e drenados; os ratos foram extintos; água e alimentos tiveram um tratamento mais higiênico; sistemas de esgoto foram implantados; as vacinas (como para a varíola e outras doenças) foram difundidas (Ujvari, 2009).

Tudo isso acontecia a partir do casamento entre medicina e engenharia, um desdobramento exitoso da parceria moderna entre ciência e indústria. Foi essa parceria entre médicos e engenheiros que garantiu a intervenção nas condições de vida na cidade por meio da higiene pública. Dessa forma, a ideia moderna de progresso passou a disciplinar os espaços da cidade e a questão higiênico-sanitarista. Enquanto política de intervenção de um Estado planejador/reformador, procurou de todas as formas neutralizar o espaço, dando a ele uma qualidade universal e manipulável (Sobrinho, 2013). A ciência, a indústria e a cidade caminhavam juntas, desenvolvendo o desejo de serem modernas e conquistando o poder e o direito de serem cidades.

O urbanismo higienista e o desenvolvimento de vacinas obtiveram, sem dúvida, grande sucesso no combate a muitas doenças. No início do século XX, a mortalidade infantil despencou radicalmente e a cidade foi se configurando como epicentro da ciência e da tecnologia. Mas na medida em que a experiência moderna produzia símbolos do progresso, foi também acumulando contradições. As áreas propagadoras de doenças não raramente eram também áreas pobres. Dessa forma, desmontar os cortiços, com a finalidade de eliminar a proliferação de ratos, micróbios e contaminações perigosas, criou e justificou a ideia de que eliminação das áreas pobres equivaleria à eliminação das doenças.

Os capítulos seguintes da história de muitas cidades são bem conhecidos: áreas pobres tornaram-se “naturalmente” periféricas, longe de

serviços urbanos e das benesses do urbanismo moderno. É claro que o combate à proliferação de doenças não é o único fator responsável pela configuração das periferias urbanas e os problemas de habitação nas grandes cidades. Mas é fato que o desejo de civilidade e de progresso urbano, eliminando o sujo, o perigoso e o arcaico contribuiu para a configuração extremamente desigual de grandes cidades, sobretudo de cidades em países em desenvolvimento. Não apenas a pobreza era um problema, mas tudo aquilo que atrapalhava a ideia de progresso deveria ser eliminado ou controlado. Por trás dessa mudança na configuração das cidades está a confiança extrema numa determinada abordagem da natureza: uma concepção de mundo natural que autorizou os modernos a ocuparem a Terra de tal maneira, impedindo que outros a habitassem de modo diferente e desenvolvessem seu próprio território (Latour, 2020). O problema é que depois de algumas décadas, essa confiança começou a erodir.

5. A cidade pandêmica

Enquanto o ideal moderno e seu progresso contínuo pareciam vitoriosos, o outro lado da moeda – erodido e frágil - começou a se revelar. Foi num breve momento de questionamento da ordem produtivista, há cerca de trinta anos, que um potente movimento geo-social começou a tomar forma. E é nesse contexto que nasce a cidade pandêmica. Ela não surge em 2020 com o novo coronavírus. Ela surge embrionária no final do século XX com o advento da crise climática, colocando em xeque o ideal modernizador. E invade o século XXI erodindo cada vez mais o chão comum. Incapaz de tratar suas enfermidades sociais e ambientais (frutos da mesma moléstia), a cidade pandêmica é de difícil compreensão, pois está próxima, nos contagia e, parece, intimamente ligada à nossa incapacidade de enxergar e compreender as relações dos seres humanos com a natureza. É dessa incapacidade que surge a grande crise de 2020, quando a cidade moderna atingiu um possível ponto de inflexão, marcado e datado pela pandemia.

5.1 Uma cidade erodida, repleta de contradições

Desde que o mundo começou a tomar consciência dos impactos negativos causados por um padrão de desenvolvimento que se apoia excessivamente na industrialização, na valorização desenfreada do capital, no consumo e na exaltação do tempo presente em detrimento do bem estar de futuras gerações, os discursos voltados para o progresso e a civilidade começam a se revelar falhos, pois em inúmeros casos não trouxeram as dádivas prometidas: a fome ainda é presente na população mundial, apesar da crescente produção de alimentos. E os benefícios da urbanização higienista ainda são extremamente desiguais: basta lembrar que o abastecimento de água potável e coleta de esgoto ainda não são infraestruturas universais – tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo. Problemas como a abundância de lixo nas cidades ainda favorecem as diarreias infantis e alastram epidemias como a dengue urbana, entre tantos outros exemplos críticos.

Prova maior da falha do progresso está nos níveis extraordinários que as alterações ecossistêmicas atingiram entre o final do século XX e início do século XXI, dando voz a um consenso científico sobre a gravidade da crise climática. Com a instabilidade da biosfera e as enormes desigualdades sociais a ideia de progresso infinito, almejado pela modernidade, mostrou-se repleta de contradições.

No que se refere às epidemias, apesar dos importantes avanços na medicina, as últimas décadas assistiram ao surgimento de novas doenças e ao retorno de doenças antigas. Uma série de vírus desconhecidos passaram a atormentar a ciência desde os anos 1960: vírus Machupo (Bolívia, 1961); vírus de Marburg (Alemanha, 1967); vírus Ebola (Zaire e Sudão, 1976); vírus HIV (Nova York e Califórnia, 1981); hantavírus - agora conhecida como Sin Nombre – (sudoeste dos EUA, 1993); vírus Hendra (Austrália, 1994); gripe aviária (HK, 1997); vírus Nipah (Malásia, 1998); vírus Nilo Ocidental (Nova York, 1999); SARS (China, 2002-3); vírus MERS (Arábia Saudita, 2012); vírus Ebola – novamente – (África Ocidental), 2014. E isso é apenas uma seleção de vírus que causaram

epidemias, sem contarmos as bactérias. E agora temos o novo coronavírus (nCov-2019) (Quammen, 2012).

O acordo tão promissor entre ciência e indústria também teve sua face negativa. A mesma agropecuária que produz quantidades recordes de alimentos acabou induzindo o surgimento de bactérias resistentes a antibióticos. E a partir do momento em que a quantidade da produção de carne tornou-se dependente da utilização de antibióticos em rações animais (usados em grande escala), surgiram microrganismos resistentes a esses mesmos medicamentos. O uso desenfreado de pesticidas nas lavouras resultou, não apenas em considerável diminuição da biodiversidade, como também, no surgimento de doenças como câncer, problemas renais e hepáticos, infertilidade, autismo, má formações em fetos e doenças cardíacas (Instituto Nacional do Câncer - [INCA, 2019]).

Atualmente, as contínuas mudanças na agricultura e na irrigação fazem com que seres humanos continuem entrando em contato com vírus desconhecidos. A recorrência de alterações ecossistêmicas nos coloca cada vez mais perto de microrganismos que, antes, ficavam isolados no interior das florestas. Assim, em pleno século XXI, assistimos ao ressurgimento da malária e ao aumento de epidemias provocadas pelo Ebola e pelo vírus de Marburg. No Brasil, surgiram casos da doença de chagas na Amazônia, onde antes ela não existia (Lopes, 2018).

A relação direta entre a expansão de áreas agrícolas, desmatamento e o surgimento da malária é algo conhecido pelos infectologistas e vale algumas linhas de destaque. O número de pessoas acometidas pela doença tende a ser maior em áreas que sofrem intensidade de desmatamento. No início dos anos 2000, cientistas da Universidade Federal do Pará (UFPA) estudaram essa relação em quatro municípios paraenses. Constataram que, entre 1988 e 2005 e coincidindo com períodos em que ocorreram maior atividade de desmatamento das áreas adjacentes àqueles municípios, o número de doentes aumentou.

Entre 2003 e 2015, pesquisadores estimaram que, em média, um aumento na perda florestal de 10% ao ano tenha causado um aumento de 3% nos casos

de malária. Por exemplo, em um ano de estudo, o desmatamento de uma área florestal de 1,6 mil km² – o equivalente a quase 300 mil campos de futebol – teve relação com um aumento de 10 mil casos de malária. Esse efeito foi ainda mais acentuado no interior da floresta, onde ainda restam trechos florestais intactos, proporcionando o habitat úmido na borda da mata que os mosquitos apreciam. (Fundação Oswaldo Cruz, 2019)

Para complicar ainda mais esse emaranhado, sabe-se que o meio científico analisa há um bom tempo a relação entre o aumento da temperatura do planeta e o aumento da malária e dengue onde essas doenças são endêmicas. Descobriu-se que uma temperatura mais elevada favorece a disseminação de doenças, com efeitos favoráveis tanto aos mosquitos, quanto aos demais microrganismos. “Esta temperatura mais elevada é suspeita de ocasionar efeitos mais intensos do fenômeno *El Niño*, que também causa desastres como a precipitação de epidemias de malária, dengue, cólera e hantavírus” (Ujvari, 2019, p. 84). Ou seja, a dengue não vem apenas da água parada em lixo urbano, como alegam as campanhas sanitárias na TV para a população. Entre outras epidemias, ela também é intensificada pelas alterações climáticas.

A maior contradição entre as epidemias e o ideal moderno talvez seja o fato de que todo conhecimento adquirido sobre as doenças infecciosas revelou-se insuficiente para sua extinção. “Por mais que se imponham medidas de controle de infecções, enquanto os ecossistemas continuarem sendo alterados, doenças não apenas retornarão, como o ser humano continuará sendo colocado em contato com agentes infecciosos pouco conhecidos”, alega o médico Stefan Cunha Ujvari, autor de quatro livros sobre as epidemias.

É sobre essas contradições que nasce a cidade pandêmica. A atual pandemia é apenas uma das versões da cidade que tenta, há mais de 30 anos, sobreviver a diversos surtos de doenças ligadas à saúde pública e à saúde ambiental. Curiosa é a lentidão em percebermos que habitamos, há muito tempo, uma cidade enferma. Só começamos a nos dar conta de sua existência quando

um vírus literalmente fez parar a cidade. Mesmo assim, apreender o contexto pandêmico que se agravou em 2020 ainda é tarefa difícil, pois ele surge, sobretudo de nossa incapacidade de enxergar e compreender as relações dos seres humanos com a natureza; e de escutar a própria natureza. A grande questão é que a natureza não é pano de fundo ou totalidade acabada como queriam os modernos. Ela é um ator político (Latour, 2020), não raramente reacionário. Mas nossa incapacidade de abordá-la como ser vivo e reativo nos leva, confusos e atônitos, a enxergá-la como monstro híbrido. É isso o que acontece na grande crise de 2020 com o novo coronavírus: a cidade pandêmica é incompreensível; é vista apenas como um grande monstro híbrido.

5.2 A cidade pandêmica é um grande monstro híbrido

O pensamento moderno se caracterizou pela constituição de uma visão de mundo que acabou definindo de forma marcante o desenvolvimento das ciências e, conseqüentemente, das cidades. Colocando sujeito e objeto do conhecimento em polos opostos, o pensamento moderno criou zonas ontológicas totalmente distintas: a dos humanos de um lado, e a dos não humanos de outro. Consolidou assim uma maneira de pensar pela qual as coisas da natureza e as coisas dos seres humanos jamais viriam se misturar (Latour, 1994).

Esse tipo de pensamento seguiu uma lógica “purificadora” que, ao invés de abordar os fenômenos “misturados”, empenhou-se em manter distinta e separadamente as coisas em si - a natureza das coisas - dos humanos entre eles - de suas idiossincrasias, representações, afetos e paixões. Separou, dessa forma, natureza e cidade. Essa é uma das principais teses defendidas por Bruno Latour em sua obra de 1994, ‘Jamais Fomos Modernos’, que por sua vez dialoga com o livro de 2020, ‘Onde aterrar?’

Latour explica que, para o ideal moderno se sustentar, junto à prática de purificação, a prática oposta (de tradução) também deveria ocorrer, contanto que permanecesse separada da primeira. A hipótese é que esse processo de

purificação que separa a natureza da sociedade seria supérfluo ou não faria sentido se o processo contrário não ocorresse: a mistura entre gêneros, a produção de híbridos entre natureza e cultura. Ou seja, a purificação não seria possível se simultaneamente não ocorresse a prática oposta, a tradução, o processo criador de redes que conecta os fenômenos em uma cadeia contínua, independentemente de serem “sociedade” ou “natureza”.

Segundo o pensamento moderno, no entanto, essas redes nunca foram abordadas como redes, mas sim como objetos que deveriam ser purificados e, para tanto deveriam ser analisados de modo separado e disciplinados em departamentos especificamente organizados para compreendê-los e, sobretudo explicá-los, como seres autônomos e autômatos. O ponto chave dessa história é que a separação entre as práticas de purificação e tradução tornou o pensamento moderno insustentável, pois gerou, ao longo do tempo, um bizarro paradoxo: quanto mais o moderno insistia em purificar os fenômenos, menos enxergava os processos de tradução, permitindo a proliferação desses mistos entre natureza e cultura bem debaixo de seu nariz. Não poderia ser de outra forma: ao longo do tempo, essa situação paradoxal foi desenvolvendo uma série de efeitos colaterais; enquanto teorias explicativas insistem em focar exclusivamente o sujeito ou demasiadamente o objeto, cada um se comportando como se o outro lado da gangorra epistemológica não existisse.

Interessante é notar que se o processo de purificação contribuiu para a construção da cidade higienista, o paradoxo do conhecimento está intimamente relacionado às contradições sob as quais nasce a cidade pandêmica. Afinal, a própria crise climática é fruto de uma incapacidade de enxergar e analisar os mistos entre natureza e cultura. E essa incapacidade, por sua vez, autorizou a predominância de um pensamento econômico exploratório que não leva o mundo em consideração. Trata-se de uma visão que permitiu um crescimento material, sem considerar os limites planetários e acabou sendo conivente com as formas de apropriação da vida que levaram à escassez de mundo para vários de seus habitantes, tanto humanos, quanto não-humanos.

Sobre essa falta ou escassez de mundo nasce a cidade pandêmica que até agora temos tanta dificuldade de explicar. No estágio atual da cidade enferma, a presença do vírus e suas variantes, o colapso comercial, a falta de renda, as máscaras descartáveis que viram lixo mal descartado, a falta de acesso à água e condições dignas de higiene; as precárias e minúsculas moradias incapazes de suportar o isolamento social; o perigo da saliva, do toque, das aglomerações; a diminuição da poluição atmosférica a partir da interrupção de atividades econômicas; o aumento nos casos de violência doméstica durante o mesmo isolamento; os médicos, os jornalistas, os motoristas, os políticos, os idosos, as crianças; os insumos para vacina; as lentas aprovações para produção da vacina; a falta de oxigênio; os recursos que não chegam; o vírus, o mosquito, as enchentes... as diferenças abissais entre pobres e ricos....tudo isso acontecendo junto e misturado, são entendidos como fenômenos isolados que sacrificam a cidade. Divulga-se a ideia de que a cidade é vítima da doença, e essa crença impede que se compreenda que a pandemia foi alicerçada por uma cadeia contínua de fenômenos da natureza e fenômenos da cultura. Essa realidade é traduzida como indisciplina de fenômenos que não obedecem a consequente relação de causa e efeito. E isso não se dá por acaso. Com a manutenção da assepsia do pensamento moderno, nossa única saída foi enxergar esses fenômenos confusos, esses mistos entre natureza e cultura, como se fossem monstros híbridos. A cidade pandêmica é mais um deles.

Mas a água bate no pescoço em 2020 e a cidade clama por reparação. O que fazer para sairmos desse estado erosivo e compreender, de forma clara, a situação em que nos encontramos? Se o nascimento da cidade pandêmica há algumas décadas revelou que precisamos lidar com o impasse entre modernizar e ecologizar (e até agora lidamos muito mal com esse desafio), tal desafio se tornou mais evidente agora que o solo realmente se desgasta em velocidade avançada sob os nossos pés: basta atentar para os números extraordinários de mortes, que coincide com fome e desemprego. O que se revela, de forma inédita, é que para continuar viva, a cidade pandêmica precisa ser mais terrestre do que moderna: primeiramente, é necessário superar o falso dilema entre salvar vidas

e garantir o sustento da população vulnerável; a fim de ser possível reconhecer que os problemas sociais e a crise ecológica levantam, no fundo, a mesma bandeira.

6. Considerações finais: a nova materialidade da cidade

- Se a História nos mostra que as alterações – tanto de ecossistemas, quanto dos próprios microrganismos – iniciaram e perpetuaram as epidemias...
- Se sabemos que ao longo da trajetória humana não somos apenas nós que modificamos e nos adaptamos ao meio, mas que outros seres – vírus e bactérias - também o fazem com grande intensidade...
- Se a adaptação / reprodução dos agentes infecciosos em nossos corpos nada mais é do que um fenômeno ecológico e evolutivo, criado a partir de modificações no meio...
- Se principalmente nos últimos 200 anos empreendemos todos os esforços possíveis para ocultar o fato de que compartilhamos o planeta com outros seres e esquecemos que dependemos deles para viver...

Então, sanar o estado pandêmico da cidade requer, primeiramente, abdicar de uma imagem de mundo concretizada pelo impulso modernizador – tanto aquele da globalização capitalista supostamente irreversível, quanto o de uma natureza estável e, sobretudo, previsível e controlável. É necessário, a partir de agora, realmente focar nas possibilidades de vida que se concentram na fina camada de alguns quilômetros de espessura entre a atmosfera e as rochas-mãe: a biosfera (Costa, 2020). Se a biosfera é o espaço crítico onde o clima e a vida evoluem juntos, então esse é o espaço da cidade.

Não é na fluidez dos trânsitos globais, nas redes sociotécnicas do digital e nas relações remotas que está a saída para a crise de 2020. Embora esses fatores tenham se mostrado fundamentais para a manutenção mínima da economia, eles não oferecem solução de médio ou longo prazo. Se a cidade

pandêmica quiser realmente encarar seus desafios, é para seu solo erodido e para sua natureza híbrida que deve voltar sua atenção.

Isso significa que, no momento em que os encontros virtuais se tornam imprescindíveis, nunca foi tão importante olhar para o local; nunca foi tão fundamental reaver o mundo físico em sua materialidade. Até porque, mesmo nos encontros remotos, “ninguém vive em toda parte; todo mundo vive em algum lugar. Nada está conectado a tudo; tudo está conectado a alguma coisa” (Haraway, 1991).

Tal desafio se traduz em analisar as mediações e transformações que tecem a materialidade do mundo, reconhecendo, por exemplo, que o aumento em 34,7% do endividamento dos pequenos negócios brasileiros, a falta de proteção contra o desemprego de trabalhadores informais (que constituem mais de 40% da força de trabalho no País) (Jimenez, 2021), estão atualmente intimamente conectados à dinâmica biológica e ecossistêmica de um vírus em mutação. Negligenciar essa rede natureza-cultura é não reconhecer que a cidade é pandêmica, porque híbrida. Essa realidade nos coloca no limiar de uma fase explosiva da pandemia.

Admitir, por outro lado, a condição híbrida da cidade pandêmica requer enxergar cidade e biosfera ocupando o mesmo espaço. Isso implica em sermos capazes de reconhecer os seres dos quais dependemos e traçar os territórios que nos conectam. Em outras palavras, trata-se de enxergar a natureza enquanto ator político, uma visão radicalmente diferente da natureza “pano de fundo” controlável pelo progresso moderno. Significa, em última instância, nos debruçarmos sobre os monstros híbridos e olharmos de frente para sua complexidade, para assim compreender em detalhes, a cidade pandêmica.

Tais propostas são inspiradas em ‘Onde aterrar?’ (2020) de Bruno Latour, obra recente que oferece um desdobramento atualizado para ‘Jamais Fomos Modernos’ (1994). Para Latour, reaver o mundo se traduz em descrever suas mediações, identificar e analisar não apenas os sistemas de produção, mas os componentes dos sistemas de geração que formam nossos territórios de vida –

aquelas cadeias contínuas entre natureza e cultura que precisam ser assumidas e minuciosamente analisadas.

Após a frenagem inesperada causada pela pandemia, precisamos primeiramente examinar cada aspecto do sistema de produção, de modo a identificar aqueles que põem em risco o outro sistema, este sim crucial para nossa subsistência: o sistema de geração, que por sua vez leva em consideração o mundo da produção, e aquele das relações (Latour, 2020, p. 114). Para além da necessidade de produzir coisas (“retomar a economia”), é preciso uma revisão atenta para *como* são gerados recursos e energia – naturais e humanos – que ao fim e ao cabo produzem as coisas. Os sistemas de geração precisam ser vistos no respectivo desenvolvimento, assim como os sistemas de produção.

A cidade pode ser palco dessa construção na medida em que, como monstro híbrido repleto de cadeias e redes entre natureza e cultura, clama por identificar e construir uma nova materialidade. Isso está longe de um materialismo ancorado na divisão entre sociedade e natureza que, segundo Latour, carece de materialidade. A cidade pandêmica tem, na crise de 2020, uma grande oportunidade de se transformar na cidade-biosfera ou cidade-gaia, mas requer uma radical revisão e alteração dos afetos políticos, admitindo todos os existentes como actantes (o banqueiro, o sapateiro, o rico, o pobre e o vírus), identificando suas próprias maneiras de integrar os outros elementos que compõem, a cada momento, o coletivo na cidade.

Não se descarta a importância das redes digitais globais. Alerta-se, entretanto, para a falta de mundo marcada pelo advento da crise climática que exige que a cidade se torne terrestre antes de ser globalizada. Isso se traduz em total e completa revisão do ímpeto modernizador que nos trouxe até aqui. Se não é possível negar que a abordagem da ciência moderna foi extremamente útil até agora, é preciso também admitir que, apesar de seus benefícios, esse olhar se manteve incompleto. Pagamos, atualmente, um alto preço por essa incompletude.

Enquanto a Terra era pensada como uma totalidade estável e acabada, as ciências mais “duras” (como a física, a química, as geociências e posteriormente

a anatomia e a genética) se apresentavam como única possibilidade epistemológica verdadeiramente científica. Confiantes de que a natureza estava dada de uma vez por todas, a face “moderna” da ciência não conseguia admitir que aquilo que julgava um mero cenário para suas ações, está efetivamente agindo e respondendo. É justamente isso que a ciência está sendo obrigada a reconhecer atualmente. Sob a crise climática, outros saberes e outras ecologias precisam ser levados em consideração. A ciência precisa ser mais processo do que resposta.

Latour afirma ser preciso, ao mesmo tempo, estender e limitar a extensão dessa abordagem positivista das ciências. É necessário estendê-las para que se convertam definitivamente em ciências da natureza-processo, tornando-as capazes de registrar as movimentações terrestres dos agentes não humanos; limitando, por prudência, sua pretensão de desvendar definitivamente as dinâmicas que formam e transformam o mundo, a fim de não restringir a liberdade de movimento dos seres que tomam parte nessas dinâmicas.

Ou seja, o desafio que se apresenta atualmente – e isso é totalmente necessário para finalmente apreendermos a cidade pandêmica e procurarmos reparar seu solo erodido - é o de passar a tomar consciência de que os dois conjuntos de práticas (purificação e tradução) estiveram operando em conjunto há muito tempo e que os fenômenos que nos invadem não suportam mais serem analisados somente através das lentes da purificação. A ciência precisa ser mais “ciência-processo” e menos “ciência-estaque” justamente porque a natureza é mais “natureza-processo” e muito menos “natureza-estaque”. Não estamos diante de um cenário natural. Estamos lidando com um ator político, reativo.

Nesse sentido, se atentarmos para o fato de que a cidade pandêmica e sua crise sanitária estão embutidas em algo maior (a crise climática duradoura e possivelmente irreversível, que por sua vez definiu um novo estado político), é de fundamental importância relacionar essas situações, mesmo que não estejam na mesma escala. Isso significa que, no longo prazo, amenizar os efeitos sanitários, sociais e econômicos da pandemia requer olhar para as cidades tendo a natureza como um dos principais atores políticos de seu

desenvolvimento. Desse olhar dependem, no Brasil, as famílias dos mais de 300 mil mortos (dados de março, 2021), as pessoas que ficam com sequelas da doença, os 14 milhões de desempregados (UOL, 2021) e as 700 mil micro e pequenas empresas fechadas (Oliveira, 2021) como consequência da pandemia.

Referências

Costa, A. (2020). Posfácio. In B. Latour. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (pp. 101-115). Bazar do Tempo.

Fiocruz. *Desmatamento pode levar ao aumento de doenças infecciosas em humanos*. Online, Brasil. Retirado de:

<https://saudeamanha.fiocruz.br/desmatamento-pode-levar-ao-aumento-de-doencas-infecciosas-em-humanos/#.YDO440hKjIU>

Haraway, D. (1991). Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature. In M. M. Pisani. (2020). Quando a filosofia se torna semente: viagem através de mundos artefactuais e (im)prováveis encontros. *Revista Ideação*, (42). <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i42.5479>

Instituto Nacional do Câncer. *Exposição a agrotóxicos*. Online, Brasil. Retirado de: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>

Jimenez, C. (2021 março 21). *Economistas pedem lockdown contra "falso dilema" entre salvar vidas e desempenho econômico*. El País. Online, Brasil. Retirado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-21/economistas-pedem-lockdown-contra-falso-dilema-entre-salvar-vidas-e-desempenho-economico.html#:~:text=nos%20Estados%20Unidos.,A%20controv%C3%A9rsia%20em%20torno%20dos%20impactos%20econ%C3%B4micos%20do%20distanciamento%20social,mais%20%C3%B3bitos%20de%20covid%2D19>

Latour, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Editora 34.

Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Bazar do Tempo.

Lopes, C. (2018). Agrotóxicos e seu impacto na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. *Revisão Saúde debate*, 42(117).

<http://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>

Oliveira, J. (2020, julho 19) 716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil. El País. Online, Brasil. Retirado de:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>

Quammen, D. (2012). *Contágio: infecções de origem animal e a evolução das pandemias*. Cia. das Letras.

Sobrinho, A. O. (2013). São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias* 15(32), p. 210-235.

<https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100009>

Ujvari, S. C. (2009). *Meio ambiente e epidemias*. Senac.

Ujvari, S. C. (2020). *História das Epidemias*. Contexto.

UOL. (2021 janeiro 28). Desemprego fica em 14,1% e atinge 14 milhões de pessoas. Online, Brasil. Retirado de: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/01/28/pnad-continua---desemprego---novembro.html>

Karin Vecchiatti

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e Mestre em Ciência Ambiental (Procam/USP). Este artigo foi desenvolvido a partir de férteis conversas com membros do grupo Espacc: Espaço, Visualidade/Comunicação – Cultura (<https://grupospacc.46graus.com/>).

Data de submissão: 01/04/2021 – Data de aceite: 04/10/2021

O populismo digital e a infodemia: reflexos da desordem informacional no discurso da audiência jornalística

Luciana Roxo¹

<https://orcid.org/0000-0002-3185-0636>

Leonel Aguiar²

<https://orcid.org/0000-0002-1220-2131>

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a estratégia do bolsonarismo - movimento de apoio ao presidente Bolsonaro - de fomentação à desordem informacional através da deslegitimação do jornalismo profissional e da disseminação de informações sem comprovação. As mídias sociais online deram fim à hegemonia do jornalismo profissional e impulsionaram o surgimento do populismo digital. No Brasil, o bolsonarismo é fruto desta nova forma de engajamento político. No ano de 2020, a [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#) ratificou o termo "infodemic" (infodemia) como

representação da desordem informacional associada à pandemia da covid19. Segundo o relatório final da CPI da pandemia, o governo Bolsonaro foi agente da infodemia da covid19 no país. O artigo é um recorte da pesquisa de doutorado concluída em 2020 onde realizamos a análise de conteúdo de 753 comentários de leitores de O Globo, O Estadão e The Intercept Brasil publicados de junho a dezembro de 2019 nos perfis dos veículos no Facebook. Como resultado da pesquisa, pudemos evidenciar os reflexos da desordem informacional no discurso da audiência jornalística.

Palavras-Chave: Populismo digital; Mídias sociais; Jornalismo; Bolsonarismo; Desordem informacional

Digital populism and infodemia: reflections of the informational disorder in the discourse of the journalistic audience

Abstract: The objective of this article is to reflect on the bolsonarismo strategy - a movement in support of president Bolsonaro - of fomenting informational disorder through the delegitimation of

professional journalism and dissemination of unproven information. Online social media ended the hegemony of professional journalism and boosted the rise of digital populism.

¹ Centro Universitário Unicarioca, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luciana_roxo@hotmail.com.

² Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leonelaguaiar@puc-rio.br.

In Brazil, bolsonarismo is the result of this new form of political engagement. In 2020, the World Health Organization (WHO) ratified the term "infodemic" (infodemia) as a representation of the informational disorder associated with the covid pandemic¹⁹. According to the final report of the CPI on the pandemic, the Bolsonaro government was an agent of the covid19 infodemic in Brazil. The article is an excerpt from the doctoral

research completed in 2020, where we carried out a content analysis of 753 comments from readers of O Globo, O Estadão and The Intercept Brasil published from June to December 2019 on the profiles of the vehicles on Facebook. As a result, we were able to evidence the reflections of informational disorder in the discourse of the journalistic audience.

Keywords: Digital populism; Social media; Journalism; Bolsonarismo; Informational disorder

Populismo e infodemia digital: reflexiones del trastorno informacional en el discurso de la audiencia periodista

Resumen: *El propósito de este artículo es reflexionar sobre la estrategia de bolsonarismo -movimiento de apoyo al presidente Bolsonaro - de fomentar el desorden informativo a través de la deslegitimación del periodismo profesional y la difusión de información no comprobada. Las redes sociales online acabaron con la hegemonía del periodismo profesional e impulsaron el auge del populismo digital. En Brasil, el bolsonarismo es el resultado de esta nueva forma de compromiso político. En 2020, la Organización Mundial de la Salud (OMS) ratificó el término "infodemia" (infodemia) como una*

representación del trastorno informativo asociado con la pandemia de covid19. Según el informe final del CPI sobre la pandemia, el gobierno de Bolsonaro fue un agente de la infodemia covid19 en el país. El artículo es un extracto de la investigación doctoral realizada en 2020, donde realizamos un análisis de contenido de 753 comentarios de lectores de O Globo, O Estadão y The Intercept Brasil publicados de junio a diciembre de 2019 en los perfiles de los vehículos en Facebook. Como resultado de la investigación, pudimos evidenciar los reflejos del desorden informativo en el discurso de la audiencia periodística.

Palabras Clave: Populismo digital; Redes sociales; Periodismo; Bolsonarismo; Trastorno de la información

I. Introdução

Na sociedade em rede, o processo simbólico de construção da realidade não é mais exclusividade do discurso jornalístico profissional. As mídias sociais *online* trouxeram um novo processo de produção, veiculação e propagação de narrativas paralelas - dividem espaço e competem com o discurso jornalístico profissional - e autônomas - são independentes das empresas de comunicação - com grande alcance de visualização, propagação e engajamento da audiência que provocou o fim da hegemonia jornalística profissional como fonte de informação e de construção de sentido.

Este novo ecossistema informacional trouxe consequências para diversas áreas da sociedade, entre elas, a esfera política, já que a relação entre o político e os cidadãos sempre se deu através do discurso. Historicamente, a disseminação do discurso político sempre foi dependente da cobertura e da edição da grande mídia e da propaganda política no rádio e na TV – o tempo que o candidato possuía era diretamente proporcional ao seu poder de visibilidade, persuasão e sedução da opinião pública (Charaudeau, 2016). Com a chegada das mídias sociais, o comportamento político passa a ser formado no espaço da comunicação virtual, “num mundo de mensagens diversificadas (...) e que são processadas nas nossas mentes com uma crescente autonomia das fontes de informação” (Castells, 2006, p. 25).

Este novo modelo de comunicação política estimulou o surgimento do populismo digital (Cesarino, 2019; Moura & Corbelini, 2019), um novo modelo de se fazer política que se refere “tanto a um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia” (Cesarino, 2019, p. 536). No Brasil, o populismo digital tem o bolsonarismo como seu principal representante (Cesarino, 2019; Moura & Corbelini, 2019), fenômeno sociopolítico de apoio ao presidente Jair Bolsonaro emergido nas mídias sociais durante a campanha eleitoral e que se mantém durante o seu governo.

Dentro do mecanismo discursivo do populismo digital, a produção e a veiculação de narrativas autônomas através das mídias sociais se tornaram uma estratégia política para construção e gerenciamento de imagens e engajamento da população. Esta enxurrada de informações³ sem comprometimento com a veracidade impulsiona a desordem informacional (Wardle & Derakhshan, 2017) e provoca impactos na sociedade como o extremismo e a polarização política, a criação de “bolhas” ideológicas virtuais que se configuram em câmaras de eco (Pariser, 2012), o discurso de ódio, a distorção dos fatos e a circulação de informações falsas, entre outros.

A desordem informacional influencia a opinião pública e a maneira como esta lida com questões prioritárias da sociedade, como as disputas eleitorais, as instituições democráticas e, até mesmo, a crise sanitária da pandemia da covid19. No ano de 2020, a [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#) ratificou o termo “*infodemic*” (infodemia) como representação da desordem informacional associada à pandemia da covid19. No Brasil, o bolsonarismo foi agente da infodemia do país através da disseminação de informações falsas e/ou manipuladas sem comprovação científica sobre a covid19 que foram produzidas e distribuídas pelo presidente Bolsonaro, integrantes do seu governo e apoiadores como afirma o relatório final da CPI da pandemia instaurada no país em 13 de abril de 2021⁴.

Dentro da estratégia comunicacional de construção e circulação de narrativas baseadas em critérios subjetivos e ideológicos que alimentam a cultura da desinformação e a pós-verdade (Kakutani, 2018), a deslegitimação do jornalismo profissional é peça fundamental para que a desordem informacional tenha poder de influência em contraposição à narrativa jornalística. Esta estratégia busca desacreditar e destituir o pacto de credibilidade firmado entre o jornalismo e a sociedade em meados do século XIX em busca da prevalência de um discurso construído estrategicamente para a mobilização da população

³ Esta tática de comunicação política, seja durante campanhas políticas ou durante a vigência dos governos, é conhecida como “Firehosing” - termo derivado de firehose (mangueira de incêndio em inglês).

⁴Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html> Acesso em 26 out. 2021.

em prol de determinados interesses (Kakutani, 2018; Cesarino, 2019; Mello, 2020).

Mello (2020) relata a perseguição que a imprensa tem sofrido como elemento primordial da estratégia política para distorcer a realidade, incitar a polarização e o discurso de ódio nas redes e mobilizar a opinião pública em prol de interesses políticos. Segundo a jornalista, o presidente Bolsonaro não apenas enxerga a imprensa como inimiga, mas também quer convencer as pessoas de que elas devem consumir as informações diretamente das mídias sociais dele e de seus apoiadores.

Durante a cerimônia de posse de Jair Bolsonaro, no dia 1º de janeiro de 2019, apoiadores gritaram “WhatsApp” e “Facebook” diante de jornalistas profissionais que faziam a cobertura do evento. O episódio⁵ é extremamente simbólico e representativo dos efeitos da estratégia de comunicação do populismo digital em enaltecer as narrativas paralelas que circulam nas mídias sociais e desqualificar o jornalismo profissional.

Segundo o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2020 foi o ano com o maior índice de ataques ao jornalismo e à liberdade de imprensa desde o início da década de 1990. Em 2020, foram 428 casos – incluindo dois assassinatos – representando um aumento de 105,77% em relação ao ano anterior⁶. Para a FENAJ, o aumento da violência está associado à retórica bolsonarista de deslegitimação do jornalismo profissional. Segundo o relatório, 35,51% dos casos são de descredibilização da imprensa e o presidente Bolsonaro foi responsável por 142 episódios deste tipo.

Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é refletir sobre a estratégia comunicacional do bolsonarismo de fomento à desordem informacional através da deslegitimação do jornalismo profissional e da disseminação de informações

⁵ Reportagem “Apoiadores gritam contra a imprensa e expressam esperança em Bolsonaro”, <https://veja.abril.com.br/politica/apoiadores-gritam-contra-a-imprensa-e-expressam-esperanca-em-bolsonaro/> Acesso em 11 jan. 2019.

⁶ Disponível em <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-cresce-10577-em-2020-com-jair-bolsonaro-liderando-ataques/> Acesso em 05 jul. 2021.

sem comprovação e evidenciar os reflexos desta prática no discurso da audiência jornalística. As evidências apresentadas neste artigo são resultado da pesquisa de doutorado concluída em 2020 onde buscamos identificar e compreender o imaginário da audiência jornalística contemporânea em relação ao jornalismo profissional através da análise da conversação em rede (Recuero, 2011) dos leitores no *site* de rede social *Facebook*.

No momento em que a sociedade em rede e as plataformas digitais interativas redefiniram o campo jornalístico, tornando a audiência muito mais colaborativa, participativa e interativa, a interação da audiência com as notícias através dos espaços destinados aos comentários configura-se num espaço discursivo de pesquisa (Benetti & Lago, 2010). Neste sentido, foi possível realizar a análise das apropriações de sentidos realizadas pelos leitores e expressas em seus comentários.

Ressaltamos que os resultados da pesquisa apontaram outras percepções sobre o jornalismo profissional contemporâneo sem qualquer associação com a deslegitimação do jornalismo profissional e, portanto, não serão apresentadas neste artigo por não estarem dentro do objetivo e do recorte propostos.

2. Revisão teórica

Com o fortalecimento dos regimes democráticos e a consolidação da imprensa industrial e informativa, o jornalismo se estabeleceu como a principal fonte de informação para a sociedade baseada em princípios, critérios e normas reguladoras do fazer jornalístico que constituíram o pacto de credibilidade entre a imprensa e a população (Paiva & Sodré, 2011). Desta forma, a partir de meados do século XIX, a prática jornalística passa a ser compreendida como um “sistema perito” (Miguel, 1999) essencial para a defesa da sociedade, dos direitos humanos e da democracia, o que convencionou se chamar de “quarto poder”.

A crença e a confiança na narrativa jornalística também transformaram o jornalismo em um “meta-sistema perito”, pois os demais sistemas peritos

existentes na sociedade são legitimados ou deslegitimados através da narrativa jornalística, “uma vez que o conhecimento sobre a vida social deve ser disseminado para que exerça seus efeitos, a imprensa surge como a principal operadora da reflexividade das sociedades contemporâneas” (Miguel, 1999, p. 202-204).

A função de legitimação e de reflexividade da imprensa nos remete à abordagem antropológica do jornalismo enquanto produtor de sentido na sociedade (Motta et al., 2004; Silva, 2005; Motta, 2012;), isto é, o jornalismo não se restringe a um produtor de notícias, é um “veículo de reinserção da audiência no universo social” (Motta et al., 2004, p. 33). Na relação ritualística entre o jornalismo e a audiência, acontece “um processo sócio-cultural de produção, veiculação e absorção dos fatos do cotidiano que atuam na construção social da realidade à medida que se transformam em experiências compartilhadas do mundo” (Motta et al., 2004, p. 33).

A hegemonia do jornalismo profissional enquanto mecanismo de formação e de mobilização da opinião pública sedimentada na crença de um saber diferenciado e de uma competência especializada se manteve estável durante todo o século XX. Excetuando a imprensa contra hegemônica - que acreditava que o jornalismo comercial e profissional era um instrumento de dominação ideológica e aceitação do *status quo* (Gramsci, 2004) - e os regimes autoritários - que restringem a liberdade de expressão e controlam a circulação das informações -, raramente a função do jornalismo e a sua importância para a sociedade eram questionadas e/ou cerceadas.

Com o advento das tecnologias digitais e o estabelecimento da sociedade em rede (Castells, 2006), muitas transformações ocorreram no contexto social, econômico e político no mundo, entre elas, a reconfiguração do ecossistema comunicacional. Segundo Castells, as três principais mudanças do sistema de comunicação da sociedade em rede foram: (1) a comunicação midiática, inclusive a *online*, passa a ser organizada de forma global e local e genérica e especializada, simultaneamente; (2) o sistema de comunicação se torna mais digitalizado e interativo, assim como mais especializado e fragmentado e as

audiências, mais segmentadas; (3) há uma explosão de redes horizontais de comunicação e independentes dos aglomerados comerciais de mídia e do governo, o que o autor denomina de “comunicação de massa autocomandada” – “comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta”, “autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de media” (Castells, 2006, p. 24).

Estas mudanças do sistema de comunicação da sociedade em rede foram provocadas, em grande parte, pela chegada da web 2.0⁷ na virada do século XX para o XXI com suas plataformas interativas denominadas mídias sociais que permitem a criação e a manutenção de redes sociais no ambiente virtual (Recuero, 2011). As mídias sociais trouxeram um modelo de comunicação até então inédito na história da comunicação social: a produção de conteúdo descentralizada, sem hierarquias e sem intermediações institucionais associada a uma velocidade de circulação e a um alcance de audiência jamais visto. A este novo modelo de produção e circulação de informações, somam-se os dispositivos eletrônicos e as redes de conexão à internet móvel e de alta velocidade desenvolvidos pelas indústrias de telecomunicações, telefonia e tecnologia.

3. O populismo digital e a estratégia comunicacional do bolsonarismo

A vitória de Jair Bolsonaro⁸ e o desempenho bem abaixo da média de candidatos com tempo extenso de propaganda política⁹ na disputa eleitoral para presidente no Brasil em 2018 se configuraram em indícios significativos de que

⁷ Terminologia cunhada por Tim O’Reilly, CEO da empresa O’Reilly Media para distinguir a nova fase na qual se encontrava a Internet. O termo foi usado pela primeira vez em outubro de 2004 pela O’Reilly Media e pela MediaLiveInternational como nome de uma série de conferências sobre o tema.

⁸ Vindo de um partido pequeno (PSL – Partido Social Liberal), sem apoio e alianças com grandes partidos, com um tempo reduzido de propaganda eleitoral na grande mídia (televisão e rádio), sem um programa político efetivo para o país e com um discurso considerado polêmico e extremista, Jair Bolsonaro era visto como um candidato inexpressivo e sem potencial para vencer as eleições, sendo ignorado por especialistas, por formadores de opinião e, inclusive, pelos seus adversários (Moura & Corbellini, 2019). Entretanto, venceu as eleições com 55,13% dos votos válidos, conquistando 57.796.986 votos. Fernando Haddad (PT), seu adversário no 2º turno das eleições, teve 44,87% dos votos, o equivalente a 47.038.963 votos.

⁹ O candidato Geraldo Alckmin, por exemplo, possuía quase a metade do tempo total da propaganda política na TV e só obteve 5% dos votos válidos.

campanhas políticas baseadas na televisão e no horário eleitoral gratuito estariam ultrapassadas. De acordo com a estratégia adotada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, as mídias sociais - “o novo front” das disputas políticas - foram determinantes para a sua eleição (Moura & Corbellini, 2019).

O principal objetivo de uma campanha política é “contagiar e armar o eleitor de seu candidato com os argumentos para conquistar outros eleitores” através da conversa do dia a dia entre conhecidos e familiares (Moura & Corbellini, 2019, p. 35). Desta forma, a nova modalidade de sociabilidade trazida pelas mídias sociais, associada à nova dinâmica de distribuição orgânica (viralização) das informações e o alto poder de mobilização e engajamento da população, foi fundamental para o surgimento do bolsonarismo e o sucesso da campanha política de Bolsonaro. A digitalização da política foi essencial para a ascensão e consolidação do populismo digital bolsonarista pautado em dois eixos principais: o da diferença e o da equivalência (Cesarino, 2019). O primeiro determina uma divisão antagonística entre amigos e inimigos e o segundo se baseia na continuidade entre o líder e o “povo” (Cesarino, 2019, p. 533).

Carlos Bolsonaro, um dos filhos do presidente e um dos responsáveis pela comunicação da campanha política, percebeu que a comunicação nas mídias sociais faria a diferença na disputa eleitoral com base na atuação dos políticos populistas da direita fora do país (Mello, 2020). Ao longo da campanha eleitoral, milhares de grupos no *Whatsapp* e no *Facebook* de apoio a Bolsonaro foram criados. O então candidato a presidente e seus filhos se tornaram pessoas extremamente ativas no *Facebook*, no *Twitter* e no *Youtube*, promovendo uma comunicação direta e conquistando milhões de seguidores, além de contarem com o apoio de blogs e formadores de opinião com grande poder de influência nas plataformas digitais (Cesarino, 2019; Moura & Corbellini, 2019; Mello, 2020).

Em 2018, ano da eleição presidencial, a página de Jair Bolsonaro no *Facebook* contava com 6,9 milhões de seguidores contra 689 mil seguidores de Fernando Haddad, seu adversário no segundo turno. No *Instagram*, Bolsonaro tinha 3,8 milhões de seguidores contra 418 mil seguidores do candidato do PT. Mesmo em relação ao ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - que não

disputou as eleições pois estava preso, mas é considerado um dos maiores líderes políticos do país -, Bolsonaro possuía um engajamento digital extremamente superior. Lula possuía 3,8 milhões de seguidores no *Facebook* e 524 mil no *Instagram* no período eleitoral (Mello, 2020, p. 32). Em outubro de 2020, 1 ano e 10 meses de vigência do mandato presidencial, o número de seguidores de Bolsonaro no *Facebook* era de 13.719.914, ou seja, praticamente dobrou em relação ao período da campanha eleitoral. Já o ex-presidente Lula teve um crescimento de 635.679 seguidores, totalizando 4.435.679 de seguidores no mesmo período. Já a conta de Bolsonaro no *Twitter* possuía 6,6 milhões de seguidores e a de Lula, 2 milhões.

Um estudo do IDEIA Big Data mostrou que os conteúdos pró-Bolsonaro chegaram a 40 mil grupos por dia na última semana do primeiro turno das eleições. Considerando uma média de cem pessoas por grupo, temos uma estimativa de 28 milhões de indivíduos atingidos¹⁰ (Moura & Corbellini, 2019). A equipe de reportagem do jornal El País vivenciou “in loco” o mundo dos grupos bolsonaristas no *Whatsapp*. Durante a campanha eleitoral, a equipe se inscreveu em três grupos de apoio a Bolsonaro e acompanhou a circulação das informações nestes ambientes durante três semanas. Segundo a reportagem “A máquina de “fakenews” nos grupos a favor de Bolsonaro no *Whatsapp*”¹¹, publicada em 28 de setembro de 2018, os três grupos monitorados publicavam, juntos, cerca de 1.000 mensagens por dia e a equipe identificou conteúdos como “mentiras camufladas como notícias, vídeos que tentam desmentir publicações negativas da imprensa, desconfiança das pesquisas e falsos apoios de celebridades à candidatura Jair Bolsonaro”¹².

¹⁰ Após as eleições de 2018, com muitas denúncias de disseminação de informações falsas (*fakenews*) como instrumento de comunicação e persuasão da disputa política pelo *Whatsapp* e pelo serviço de disparo de conteúdo em massa por empresas especializadas, a plataforma realizou mudanças e novas regras de envio de mensagens para restringir a viralização de mensagens no dia 21 de janeiro de 2019. Reportagem “Entenda em cinco pontos o que muda com as novas regras do *Whatsapp*” do jornal Correio Braziliense publicada em 21 jan. 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2019/01/21/interna_tecnologia.731973/o-que-vai-mudar-no-whatsapp.shtml. Acesso em 13 out.20.

¹¹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso em 16 out. 2020.

¹² Em 04 de setembro de 2019, foi instaurada a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) das *Fake News* em nosso país para investigar os ataques cibernéticos e o uso de perfis falsos para influenciar os

Evidentemente que o populismo digital bolsonarista não se estabeleceu exclusivamente através da digitalização da política, apesar desta ter uma função fundamental dentro deste fenômeno. Para que um movimento político populista se estabeleça com sucesso, cenários de crise e de desordem são pré-requisitos essenciais. O líder populista se diferencia e ganha visibilidade por ser alguém que não faz parte do *establishment*, “como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido” (Cesarino, 2019, p. 533-544). Foi dentro desta perspectiva, que o então deputado federal Jair Bolsonaro construiu e deu visibilidade a sua imagem de antipolítico e de uma liderança de combate ao crime e à corrupção associado à ideologia conservadora de defesa da família e de princípios religiosos, reconhecida e propagada por seus apoiadores através do efeito cascata (Kleinberg&Easley, 2010) – viralização de informações nas mídias sociais que passam a influenciar os nós da rede dos usuários, fenômeno fundamental para que a desordem informacional aconteça.

Segundo Miguel (2018, p. 19), os grupos mais engajados e radicais do bolsonarismo são pautados em três pilares – “o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do anticomunismo” - que se entrelaçam formando uma fusão complexa entre princípios morais, políticos e econômicos. Muito mais do que um movimento de direita, o bolsonarismo seria a união de diversos grupos mobilizados pela percepção de um inimigo em comum e motivados em combatê-lo (Miguel, 2018).

Para Moura & Corbellini (2019), o principal fator de união dos bolsonaristas é o ódio presente no discurso de Bolsonaro. As suas declarações extremistas e polêmicas são sempre pautadas em agressões verbais, ironias e ameaças contra políticos e partidos de oposição – especialmente contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Para os autores, Bolsonaro institucionalizou o

resultados das eleições de 2018. A princípio, a investigação seria por um período de 180 dias, mas, em abril de 2020, houve a prorrogação do prazo por tempo indeterminado. Dentre as investigações da comissão, há a suspeita da existência de uma estrutura de disseminação de notícias falsas (*fakenews*), denominada de “gabinete do ódio”, associada ao governo de Jair Bolsonaro. Paralelamente à CPMI, o Supremo Tribunal Federal (STF) também abriu, em março de 2019, um inquérito para apurar a veiculação de informações falsas contra o órgão e seus magistrados.

discurso de ódio como uma arma de ataque a quem é considerado inimigo, “em épocas de crise, o ódio também fala ao coração” (idem, p. 66).

A autenticidade e a espontaneidade da comunicação através das mídias sociais, decorrente da ausência de intermediação entre o comunicador e seu público, também impulsionaram o imaginário de “gente como a gente” construído por Bolsonaro ao longo da sua campanha e alimentado durante o seu governo. A comunicação através das mídias sociais não possui enquadramento jornalístico, não depende de uma hierarquização definida pelo jornalismo baseada em critérios de noticiabilidade e interesse público; o conteúdo não fica refém de uma edição conduzida por disponibilidade de tempo (programas de televisão e rádio) e de espaço (jornais e revistas impressos). Neste sentido, a ausência de filtros jornalísticos gera um efeito de autenticidade e empatia que possui alto poder de sedução sobre a opinião pública e, muitas vezes, é confundida com sinônimo de verdade.

Desde o período de sua campanha e também durante o seu governo, Bolsonaro busca exibir hábitos e atitudes de um homem simples (Figura 01), o que gera uma forte empatia em seus apoiadores/seguidores, principalmente entre aqueles que foram tomados pelo sentimento de rejeição ao sistema político do país e projetaram a figura do antipolítico humanizado no presidente.



Figura 1. Imagens de Jair Bolsonaro
Fonte: Folha de São Paulo – 12/11/18
Reportagem “Para especialistas, Bolsonaro adota visual simples como tática”

Desde março de 2019, Bolsonaro realiza *lives* (transmissões ao vivo) semanais em sua página no *Facebook*. Esta estratégia de comunicação gera uma imagem de uma pessoa autêntica, verdadeira e espontânea, fazendo com que construa seu capital social como um homem comum e distante do político profissional, figura bastante desacreditada no momento no país. É o “fetiche da autenticidade” instaurado pelas mídias sociais, isto é, a “espontaneidade e coragem para falar a verdade de quem quer que fosse” (Cesarino, 2019, p. 540)

Essa estratégia de autenticidade e espontaneidade muito bem executada por Bolsonaro é o que Charaudeau (2016) chama de “peopolização” no discurso, isto é, a ênfase no apelo emocional, na subjetivação das notícias e dos noticiados. No caso da mídia, esta superdramatização ou peopolização busca agradar à audiência. No caso dos políticos, esse processo se dá através da exposição da sua vida privada e tem como resultado a sensação de proximidade e de maior credibilidade. Charaudeau (2016, p. 123) explica que ao mesmo tempo em que a exibição da vida cotidiana produz uma “dessacralização” do político, ela também provoca uma nova “sacralização” por instaurar humanidade numa função política que tende a ser vista como desumanizada. Desta forma, a comunicação política através das mídias sociais estaria baseada muito mais no apelo emocional, do que na racionalização, dos envolvidos. Neste sentido, não há dúvidas de que as mídias sociais foram fundamentais para a consolidação do bolsonarismo através de uma estratégia de comunicação política pautada na psicologia das massas para mobilização e engajamento dos seus apoiadores.

4. Metodologia

Para a realização da pesquisa de doutorado, foram selecionados três portais jornalísticos como objetos para extração do *corpus*: O Globo, O Estado de São Paulo e The Intercept Brasil. A escolha dos dois primeiros se deu por serem jornais de referência no jornalismo brasileiro presentes no *Facebook*. E, dentro do cenário de diversidade jornalística existente na sociedade em rede,

achamos pertinente incluir uma iniciativa de jornalismo exclusivamente digital e sem vínculos comerciais na pesquisa representada pelo The Intercept Brasil. Sobre a escolha do *Facebook*, entendemos ser a plataforma mais apropriada para a extração dos dados por sua característica de mídia social com alto teor de conversação em rede e com grande importância dentro do contexto mundial e brasileiro¹³.

Para delimitação do nosso universo analítico, estipulamos o período de seis meses para extração dos dados, de junho a dezembro de 2019 e definimos a cobertura jornalística da Reforma da Previdência como recorte temático das matérias. A extração dos dados foi realizada no mês de junho de 2020 e o universo de análise foram 753 comentários no somatório dos três veículos.

Em relação à análise, num primeiro momento, buscamos a identificação e a categorização dos comentários que faziam referência aos critérios jornalísticos das reportagens. No segundo momento, realizamos uma análise mais reflexiva que se denominou chamar análise da enunciação (Bardin, 2016). As unidades de registro¹⁴ analisadas foram as palavras (código) e as frases (significação) presentes nos comentários dos leitores. Através da análise da enunciação, pudemos agrupar os comentários selecionados em três classificações representativas - positivas, negativas e neutras – levando em consideração a análise e a identificação da percepção e do julgamento dos leitores em relação ao jornalismo relatados em seus enunciados.

A partir desta etapa, demos continuidade à análise semântica a partir das definições subjetivas dos leitores. Identificamos palavras e expressões (frases) que marcavam as expectativas dos leitores em relação à produção jornalística e, posteriormente, realizamos uma análise mais aprofundada e contextualizada do imaginário da audiência participativa em relação ao jornalismo contemporâneo.

¹³ O *Facebook* é a mídia social com mais usuários no mundo – 2,271 milhões -, seguido pelo *Youtube* com 1,900 milhões e o *WhatsApp* com 1,500 milhões de usuários. Fonte: Portal Resultados Digitais. Disponível em <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> Acesso em 29 dez.2020.

¹⁴ Segundo Bardin (2016, p. 134), unidade de registro é “a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

No jornal Estadão, foram coletadas 16 reportagens e extraídos 12.891 comentários, totalizando uma média de 806 comentários por matéria, sendo 97 % neutros, isto é, não faziam referência às questões da qualidade jornalística ou afins. Dentro do universo que foi considerado para a análise dos dados, 98% (323) foram menções negativas. No perfil do jornal O Globo foram coletadas 24 matérias e extraídos 21.112 comentários, uma média de 880 interações por matérias, sendo 98% neutros. Do universo considerado, 96% foram categorizados como negativos. No perfil do The Intercept Brasil foram identificadas 06 reportagens de matérias no período e extraídos 3.219 comentários, 97% neutros e 66% de menções negativas dentro do universo considerado para a análise. De acordo com o recorte deste artigo, apresentamos apenas as unidades de registro classificadas como negativas nos resultados, pois são as que evidenciam a retórica bolsonarista de deslegitimação do jornalismo conforme objetivo apresentado.

5. Resultados e discussão

Como citado na introdução, os resultados da pesquisa evidenciaram os reflexos da deslegitimação do jornalismo profissional contemporâneo inserida no contexto da desordem informacional presentes no imaginário da audiência. A percepção de práticas realizadas de forma consciente e intencional pelos veículos jornalísticos em prol de objetivos que distanciam o fazer jornalístico de sua essência, isto é, da sua função de sistema perito, ficou evidente no discurso dos leitores.

A primeira prática identificada no discurso dos leitores foi a manipulação, ou seja, a produção noticiosa seria um instrumento do jornalismo para manipular a opinião pública afetando de forma significativa a credibilidade e a reputação do mesmo. Na percepção dos leitores, o jornalismo seria capaz de prática antiprofissionais e antiéticas para distorcer os fatos - como usar fotos antigas, falsas ou montadas -, o que aproxima a percepção do jornalismo enquanto

agente da desordem informacional, o que seria um paradoxo dentro dos princípios jornalísticos de sistema perito e de quarto poder.

Esta visão ficou evidente em duas reportagens do Estadão sobre manifestações e paralisações de categorias profissionais contra a reforma da Previdência que ocorreram no dia 14 de junho de 2019: “Manifestantes ocupam as duas faixas da Av. Paulista; siga protestos contra reforma da Previdência” e “Sem adesão do setor de transportes, greve contra reforma tem efeito limitado”. Na visão dos leitores, o Estadão mentiu em relação à proporção dos protestos. Um dos leitores acusou o Estadão de “tentar manipular sua audiência” e outro alega que o Estadão “engana com notícias falsas e tendenciosas”. Um terceiro leitor diz para o veículo “tomar vergonha”, fazendo referência à distorção na reportagem, e afirma que o jornal “está decadente”. Alguns leitores mais detalhistas em seus comentários alegam que o fotógrafo buscou um ângulo favorável para tirar a foto com a intenção de aparentar que o local dos protestos estava cheio de manifestantes ou acusam o jornal de publicar uma foto antiga ou uma imagem falsa ou montada.

O The Intercept Brasil também foi acusado de usar fotos falsas em sua cobertura fotográfica dos protestos contra a reforma da Previdência ocorridos no dia 14 de junho de 2019. Um dos leitores alegou que a agência de notícias usou fotos do Carnaval para retratar as manifestações. Os leitores do O Globo também evidenciaram em seus discursos a percepção da distorção do conteúdo jornalístico e foram explícitos em afirmar que o jornal agiu desta forma em prol de interesses privados da empresa de comunicação, ou seja, o jornalismo estaria a serviço de causas particulares e comerciais e não pautados em princípios técnicos, comprometimento ético e na missão social da atividade.

A segunda prática jornalística identificada no discurso dos leitores foi o partidarismo, ou seja, um desdobramento da manipulação pautada na defesa de posições políticas, nos remetendo, inclusive, à função do jornalismo publicista do século XVII e XVIII. O The Intercept Brasil, por ser uma agência de notícias nativa no ambiente digital e sem proporções de um veículo de massa, tanto em relação à audiência quanto à produção jornalística – eles não fazem cobertura

de *hard news* -, somente se tornou mais conhecido após as denúncias da operação Lava Jato¹⁵ - um dos símbolos da bandeira de combate à corrupção do bolsonarismo - e foi imediatamente associado a um veículo jornalístico de esquerda, acusado, até mesmo, de ser vinculado ao Partido dos Trabalhadores. Nos comentários da reportagem “De prodígio a “traidora”: Tabata Amaral foi o voto mais pesado a favor da Reforma da Previdência”, os leitores acusaram os jornalistas de “imundos lixos esquerdistas”, de fazerem “campanha da esquerda” e serem “cúmplice de ladrões”. Alegaram também que The Intercept Brasil produzia um jornalismo “militante”, de “panfletagem” e com uma “ideologia pilantra”.

O Estadão e O Globo, mesmo sendo veículos de massa e suportados por grandes empresas capitalistas de comunicação, também foram acusados pelos leitores de possuírem posicionamento político da esquerda, sendo, inclusive, acusados de comunistas; um reflexo do discurso bolsonarista que coloca o comunismo como um de seus maiores inimigos. Em alguns casos, além de associar os jornais ao posicionamento de esquerda, os leitores acusam os veículos de serem contra o governo Bolsonaro, claramente evidenciando o entendimento de que proferir críticas é estar do lado contrário do “combate”.

Dentro desta ideologia bolsonarista da imprensa como inimiga, ficou evidente a percepção do jornalismo profissional ter uma atuação contrária à população e à nação no discurso dos leitores. Mais uma vez, temos a percepção dos leitores de que o jornalismo tem um posicionamento, “um lado” e, no caso, este lado seria contrário aos interesses da sociedade brasileira. Na reportagem “Procuradoria dos Direitos do Cidadão diz que reforma da Previdência de Bolsonaro é inconstitucional”, dois leitores acusaram o Estadão de estarem contra o Brasil por entenderem que o jornal está criticando e sendo contrário à reforma. É evidente a dificuldade da audiência em fazer a distinção e a separação entre a opinião da fonte jornalística e o posicionamento do jornal. Na

¹⁵ A série de reportagens com revelação de conversas suspeitas entre o juiz Sergio Moro e os promotores da operação Lava Jato foi denominada de Vaza Jato. <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>

percepção dos leitores, ao dar espaço para determinados conteúdos, o veículo estaria de acordo com as informações e opiniões ali reproduzidas.

Na reportagem “Centrais sindicais preparam greve geral; em SP; metrô, ônibus e trens devem parar”, os leitores também acusaram o Estadão de estar contra o país. Um leitor afirmou que a campanha que o jornal faz contra o governo “o coloca do lado contrário ao melhor para o Brasil” e aconselha “ainda dá tempo de apoiar o Brasil”. Outro leitor acusa o Estadão de estar apoiando e incentivando a greve geral, o que ele chama de “baderna”. O jornal O Globo também recebeu acusações de seus leitores de estar contrário aos interesses da população brasileira. Na reportagem “PSB decide fechar questão contra reforma da Previdência”, um leitor acusou o jornal de estar “torcendo contra o Brasil”.

Na reportagem “Reforma da Previdência tira país do caos fiscal e surpreende com pelo placar favorável, dizem analistas”, a percepção de O Globo como contrário aos interesses da população brasileira também é percebida nos comentários. Um leitor diz que a “rede Globo perdeu” e “quem ganhou foi o povo brasileiro trabalhador”, notoriamente uma leitura de que O Globo e a população brasileira estavam numa disputa de lados opostos.

A presença da ideologia bolsonarista de ataque à imprensa se fez presente também nas *hashtags* utilizadas pelos leitores. O uso de *hashtag* é um recurso exclusivo do ambiente digital que serve para indexar os conteúdos através do uso do símbolo da tralha, cerquilha ou jogo da velha (#); seria como uma “etiqueta indexada” para as palavras. Ao colocar o sinal da tralha associado a uma palavra, automaticamente a plataforma digital transforma o texto marcado em um hiperlink que, ao ser clicado, direciona para uma página com todos os conteúdos publicados naquela mídia social, por qualquer pessoa, com o uso da mesma *hashtag*.

A prática, muito popular nas mídias sociais, pode ser conceituada como um processo de representação e de recuperação de informações (Bittencourt, 2016), pois consolida automaticamente publicações e opiniões sobre temas em comum e gera conexões entre os usuários e seus discursos, inclusive, servindo

para alavancar e dar visibilidade a movimentos culturais, sociais e políticos que surgem nestas plataformas. Através das *hashtags*, é possível identificar e mensurar os assuntos mais populares nas mídias sociais; em algumas plataformas, como o *Twitter*, este ranking é denominado de “TrendingTopics” e fica disponível em tempo real para todos os usuários.

O efeito proporcionado pela prática das *hashtags* é bem similar aos grupos e/ou comunidades que existem nas mídias sociais que buscam aproximar pessoas com interesses em comum, sendo que com mais visibilidade e autonomia, já que as marcações utilizadas se tornam públicas – no caso dos grupos e/ou comunidades, a visibilidade do conteúdo fica restrita aos participantes. No momento em que determinadas *hashtags* se tornam populares, além de indexar os conteúdos, elas passam a dar visibilidade e significado a pensamentos coletivos da sociedade. É mais um instrumento presente nas mídias sociais que possibilita e estimula a mobilização e o engajamento da opinião pública para causas das mais diversas. A prática se tornou tão relevante que é utilizada, inclusive, em ambientes *offline* como símbolo de uma causa, como em publicações impressas, roupas e peças publicitárias.

As *hashtags* também possibilitam o processo transmidiático entre as plataformas midiáticas *offline* e *online* fortalecendo a cultura de convergência e da conexão. Programas de televisão ao vivo, por exemplo, se utilizam da divulgação de *hashtags* específicas para que a audiência possa interagir através de publicações de comentários indexados nas mídias sociais. A indexação permite que os produtores tenham acesso às opiniões dos telespectadores e as utilizem durante o programa, através da leitura e dos comentários dos apresentadores. No caso de programas jornalísticos, as *hashtags* servem para compartilhamento de denúncias e sugestão de pautas.

Portanto, durante a análise dos comentários dos jornais, identificamos que o uso das *hashtags* é uma prática comum na conversação em rede dos leitores, no intuito de darem visibilidade e mostrarem seu apoio para determinadas opiniões relacionadas aos veículos e ao jornalismo. Na tabela

abaixo, listamos as *hashtags* utilizadas para ataque e desqualificação do jornalismo profissional.

Estadão	#EstadãoMente #estadãolixão #ChoraMaisEstadao #vergonhaestadao #semcredibilidade #Mídialixo
O Globo	#Globalixo #globoesgoto #globobosta #chupaglobo #GloboGolpista #foraglobo #foraglobalixo #forafamiliarzinho #RedeLixo #RedeGloboNão #RedeGloboNuncaMais #Redeesgoto #GloboDelatada #RedeGlobalixo #GloboNão #EuSoulnimigoDaGlobo #BolsonaroTemRazão
The Intercept Brasil	#fakevazajato #foratheintercePT #theintercePTmentiu #vazajatopetralha #foravazajatofake #foragleengreenwald #intercePTfazFakeNews #FakeNewsIntercePT #foraesquerdopatas

Tabela 1. Uso de *hashtags* pelos leitores
Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

O grande volume de *hashtags* presentes nos comentários nas matérias de O Globo pode ser explicado pelo fato do jornal fazer parte do mesmo grupo de comunicação da Rede Globo – inclusive muitas *hashtags* fazem referência à emissora de televisão –, alvo permanente de ataques do presidente Jair Bolsonaro. No caso do The Intercept Brasil, muitas *hashtags* fazem referência ao jornalista Glenn Greenwald – ex editor da agência de notícias que ganhou visibilidade midiática com as denúncias contra a equipe da Lava Jato –, à própria Vaza Jato e à associação do veículo ao posicionamento político de esquerda e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Outra característica da estratégia bolsonarista evidenciada nos comentários dos leitores foi o discurso de ódio contra a imprensa, isto é, uma violência simbólica (Bourdieu, 1989; Žižek, 2014) que pretende impor e legitimar “discursos sociais que moldam e/ou oprimem comportamentos” (Rebs & Ernst, 2017, p. 27). O discurso de ódio se estabelece em decorrência da intolerância com o diferente e pode ser definido como o uso da linguagem para atingir outra pessoa, outro grupo ou uma instituição que é sempre vista como um inimigo em potencial (Žižek, 2014), uma “brutal manifestação de intolerância e de preconceitos de toda a ordem” (Mello & Pereira, 2017, p. 2714).

O ódio sempre esteve presente nos períodos mais marcantes e dramáticos da História mundial. Episódios como genocídios, como os dos judeus durante o Nazismo, o apartheid na África do Sul, a Guerra Fria e o ataque ideológico ao comunismo nos Estados Unidos e o terrorismo religioso internacional sempre foram alimentados pela violência e pelo discurso de ódio (Mello & Pereira, 2017). No mundo globalizado e conectado em rede, o discurso de ódio ganha novas formas e canais para se disseminar, engajar pessoas e servir de instrumento para estratégias e campanhas políticas que se transformaram em “exercícios virtuais de ódio” (Mello & Pereira, 2017, p. 2714).

Rebs e Ernst (2017, p. 29) afirmam que a característica dos propagadores do discurso do ódio nas mídias sociais, conhecido como *haters*, é a disseminação de determinada ideologia através da violência presente em “um discurso maldoso, pejorativo, buscando, de certo modo, alcançar a atenção das audiências dos sites de redes sociais”. Nos comentários dos leitores, isto fica evidente. Através de frases com palavras chulas, agressões verbais e um discurso com forte teor violento, os leitores buscam desvalorizar e desmerecer o fazer jornalístico. Ou autores destacam que o discurso de ódio busca provocar a indignação dos demais envolvidos na conversação em rede pela ausência de argumentação lógica e pelo desrespeito às normas sociais; “a intenção do discurso que é produzido por eles, além de disseminar o ódio é provocar o ódio” (idem).

<p>Estadão</p>	<p>“Jornaleco de porta de privada”; “Estadão jornal de merda”; “Deveriam jogar uma bomba atômica nessa merda de Estadão, nem prá limpar a bunda presta”; “Vtnc Estadão”; “Jornal merda”; “É um jornal de merda mesmo!”; “Vai à merda estadão”; “Estadão vá pqp!”; “Sua mídia esquerdalha centrão nojenta”; “As manifestações foram piores que o Estadão, juntando os dois valem menos que a bosta do meu cachorro”; “Petistas e estadão de merda”; “Que merda de jornalismo vcs são uns lixos vão ficar desempregados seus vagabundos”; “O jornaleco lixo. Ainda bem que cancelei a assinatura de merdas iguais a esta”; “Estadão vcssao vagabundos demais!!”; “Estadão vocês são uma bosta de jornalismo”; “O Estadão, só toma no Cú”; “Estadão vai dar teu cuzão”.</p>
<p>O Globo</p>	<p>“Globo merda!”; “Se fudeu a Globo!”; “Foda-se globolixo”; “O Globo vai tnc!”; “GLOBOSTA com seus especialistas de MERDA”; “Globo vai tnc você tem culpa nisso”; “Vsf, vtnc Globo”; “Imprensa miserável... mentirosos filhos da puta... bando de canalhas, porcos imundos, estúpidos sem alma. No que depender de mim esse grupo Globo fecha. Sem credibilidade, sem moral, lixo...!!!”; “Globo sempre comendo cú do povo”.</p>
<p>The Intercept Brasil</p>	<p>“Jornaleco de bosta”; “Só rindo desses paspalhos do IntercePT....”; “The IntercePT é o cacete!”</p>

Tabela 2. Discurso de ódio presente nos comentários dos leitores
Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

6. Conclusões

No ecossistema comunicacional da sociedade em rede, as narrativas paralelas e autônomas que circulam através das mídias sociais passaram a competir com o jornalismo profissional em sua missão de fonte de informação, construção social da realidade e da opinião pública. A falta de intermediação e a força de propagação e de mobilização destas narrativas transformaram as mídias sociais em um eficiente instrumento político ideológico do populismo digital associado à desordem informacional e à deslegitimação do jornalismo profissional, no intuito de destituir o seu capital social e distanciá-lo da sua percepção de sistema perito. Este enfraquecimento da credibilidade e da reputação jornalística passou a ser um instrumento político da estratégia comunicacional do bolsonarismo – principal representante do populismo digital no Brasil desde a campanha eleitoral presidencial de 2018 - para fortalecimento das narrativas paralelas enquanto influenciadora da opinião pública, como no caso da infodemia da covid19.

Como nos explica a abordagem antropológica das notícias, a leitura jornalística não é um processo objetivo e racional, por mais que o fazer jornalístico o busque ser. A relação da audiência com as notícias jornalísticas se dá dentro de um contexto maior e que sofre interferências das impressões do imaginário (Motta et al., 2004). Estas interferências subjetivas durante o processo de leitura são decorrentes do sistema de crenças que cada indivíduo esteve e está submetido ao longo de sua existência. Portanto, assim como Bordieu afirma que os jornalistas possuem “óculos especiais” para o processo de produção noticiosa que fazem com que eles enxerguem os fatos de uma forma diferenciada, os leitores também possuem seus “óculos” individuais e subjetivos durante o processo de leituras das reportagens.

No campo jornalístico da sociedade em rede, a leitura do conteúdo jornalístico é afetada pela construção simbólica produzida pelas narrativas paralelas e pela desordem informacional que também influenciam na formação do imaginário social. Desta forma, com a multiplicidade de narrativas participando do processo de construção do imaginário social, o jornalista perde a autoridade, a exclusividade e a credibilidade no processo simbólico de construção da realidade e a interpretação das notícias sofre interferência desta construção simbólica realizada pelas outras narrativas, como se houvesse uma “re-criação” de sentido do jornalismo a partir dos demais discursos. Isso nos remete ao que diz Charaudeau (2016, p. 34) que “diante de um mesmo fato, os indivíduos veem coisas diferentes, não sentem as mesmas emoções, não veem as mesmas causas e fazem julgamentos que lhes são próprios”. O autor destaca que “a respeito de uma coisa há pelo menos dois discursos contrários: cada um tendo a sua razão de ser” (idem).

Portanto, através da pesquisa realizada, pudemos evidenciar e comprovar como os “óculos” de parte da audiência têm sido influenciados pelo sistema de crença bolsonarista construído e retroalimentado pela desordem informacional que circula nas mídias sociais, entre elas, o discurso de desqualificação do jornalismo profissional e o ataque à imprensa. E como esse sistema de crenças

pode ser prejudicial num cenário gravíssimo de crise sanitária como a pandemia da covid19.

Vale ressaltar que dentro da dinâmica da conversação em rede nas mídias sociais, os leitores também buscam o apoio, a mobilização e o engajamento dos participantes daquele fórum público. Não está em jogo apenas a emissão da opinião, mas, também, uma disputa de narrativas simbólicas e de construção de sentido. Toda enunciação é individual, entretanto, ao emitir sua opinião, o desejo do indivíduo é que a mesma seja apoiada pelo coletivo, e, neste sentido, há um esforço discursivo para que a opinião seja percebida como uma verdade (Charaudeau, 2016). Esta dinâmica ganha ainda mais força dentro de um ambiente de alto poder de alcance, visibilidade e influência com o das mídias sociais e nos remete aos elementos que fazem parte do processo de construção da desordem informacional – no caso, os próprios leitores se tornam agentes da desinformação - e suas variações - desinformação, informação incorreta e malinformação (Wardle & Derakhshan, 2017).

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Benetti, M. & Lago, C. (2010). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Vozes.
- Bittencourt, M. (2016). #CONTRATARIFA: Produção e Circulação de Hashtags pelo Jornalistas Livres. *Mídia e Cotidiano*, 9(9),20–39.
<https://doi.org/10.22409/ppgmc.v9i9.9779>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Difel.
- Castells, M. (2006). A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In M. Castells e G. Cardoso, *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política* (pp. 17-30). Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Cesarino, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, 62(3), 530-557. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

- Charaudeau, P. (2016). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Contexto.
- Gramsci, A. (2004). *Escritos políticos*. Civilização Brasileira.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade*. Intrínseca.
- Kleinberg, J. & Easley, D. (2010). *Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly Connected World*. Cambridge University Press.
- Mello, P. (2020). *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. Companhia das Letras.
- Mello, C. & Pereira, A. (2017). O discurso do ódio, o direito e a democracia. *Quaestio Iuris*, 10(4),2712-2727. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/30809>
- Miguel, L. (1999). O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social - Revista de Sociologia*, 11(1), 197-208. <https://www.scielo.br/j/ts/a/XwvpYqjz4DpvNBbzsXRD4cn/?format=pdf&lang=pt>
- Miguel, L. (2018). A reemergência da direita brasileira. In E. Gallego (Ed.), *O Ódio com Política*, 17–26. Boitempo.
- Motta, L. (2012). Teoria da notícia: as relações entre o real e simbólico. In M. Mouillaud e S. Porto, *O jornal: da forma ao sentido* (pp. 697-714). UnB.
- Motta, L., Costa, G. & Lima, J. (2004). Notícia e construção de sentidos: análise a narrativa jornalística. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 31–51. <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v27i2.1067>
- Moura M. & Corbellini, J. (2019). *A eleição disruptiva: Por que Bolsonaro venceu*. Record.
- Paiva, R. & Sodré, M. (2011). Informação e boato na rede. In G. Silva et al. (Eds.), *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Edufba/Compós. <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1586/1/Jornalismo%20contemporaneo.pdf>
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Schwarcz-Companhia das Letras.

Rebs, R. & Ernst, A. (2017). Haters e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes. *Diálogo das letras*, 6(2), 24–44.

<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/DDL/article/view/1014>

Recuero, R. (2011). *Redes sociais na Internet*. Sulinas.

Silva, G. (2005). Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário.

Estudos em Jornalismo e Mídia, 2(2), 95-107.

<https://doi.org/10.5007/%25x>

Wardle, C. & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.

Luciana Roxo

Doutora e mestre em Comunicação Social pela PUC do Rio de Janeiro. Professora de graduação e pós graduação dos cursos de Jornalismo, Publicidade, Marketing e Mídias Sociais do Centro Universitário Unicarioca. Jornalista diplomada pela PUC do Rio de Janeiro com especialização em marketing pela UNESA. Integrante do Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (PUC-Rio/CNPq).

Leonel Aguiar

Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e coordenador do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Jornalista diplomado pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (PUC-Rio/CNPq).

Data de submissão: 01/09/2021 – Data de aceite: 28/12/2021

As diferentes causas da infodemia

Dora Dias¹

<https://orcid.org/0000-0001-7564-5493>

Resumo: *A infodemia, que se caracteriza como a disseminação de informação que inclui informação falsa, é um dos grandes problemas da actualidade, e um dos grandes desafios para a comunicação de ciência. Embora a dispersão de informação falsa não seja uma novidade, os meios de comunicação atuais e a rapidez com que se transmite uma mensagem tornam difícil a tarefa de a controlar. Mas o que está a causar este fenómeno e quem é que está a contribuir? A resposta que ocorre com frequência é que a culpa é do público, pela sua dificuldade em distinguir quais as fontes de informação fidedignas. Mas gostaria de fazer uma reflexão sobre outros possíveis fatores e instituições que poderão estar a contribuir, de forma direta ou indireta, para a infodemia. Neste artigo irei expor os diferentes intervenientes que vão desde os média até aos próprios cientistas e de que forma contribuiram para este flagelo.*

Palavras-Chave: Infodemia; Comunicação de ciência; Média; Hype; Desconfiança

The different causes of infodemia

Abstract: *Infodemic, which is characterized as the dissemination of information including false information, is one of today's big problems, and one of the great challenges in science communication. Although the spread of false information is nothing new, today's media and the speed with which a message is transmitted make the task of controlling infodemic difficult. But what is causing this phenomenon and who is contributing? The frequent answer is that the public is to blame, for its difficulty in recognising which information sources are reliable. But I would like to make a reflection on other possible factors and institutions that may be contributing, directly or indirectly, to the infodemic. In this article, I will expose different actors ranging from the media to the scientists themselves and how they have contributed to this scourge.*

Keywords: Infodemic; Science communication; Media; Hype; Mistrust

¹ Unidade de Ensino das Ciências, Faculdade de Ciências Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: up201800576@edu.fc.up.pt.

Las diferentes causas de la infodemia

Resumen: *La infodemia, que se caracteriza por la difusión de información que incluye datos falsos, es uno de los grandes problemas de la actualidad y uno de los grandes retos de la comunicación científica. Aunque la dispersión de información falsa no es nada nuevo, los medios de comunicación actuales y la rapidez con la que se transmite el mensaje dificultan la tarea de controlarlo. Pero, ¿qué está causando este fenómeno y quiénes contribuyen? La respuesta que suele darse es que la culpa es del público, por su dificultad para distinguir qué fuentes de información son fiables. Pero me gustaría reflexionar sobre otros posibles factores e instituciones que pueden estar contribuyendo, directa o indirectamente, a la infodemia. En este artículo expondré los diferentes actores, desde los medios de comunicación hasta los propios científicos, y cómo han contribuido a esta lacra.*

Palabras Clave: Infodemia; Comunicación científica; Medios de comunicación; Hype; desconfianza

1. Infodemia: uma análise

A infodemia é uma das grandes ameaças contemporâneas, quer para a ciência, quer para a sociedade. Caracteriza-se por um fenómeno de dispersão de informação falsa, má informação, teorias de conspiração, rumores, desinformação, entre outros, podendo ser classificada como intencional ou não. Esta abundância de informação pode ser dispersa, tanto no meio digital como nos meios tradicionais de comunicação. Além disso, este tipo de informação poderá ser usado para promover agendas alternativas ou interesses de terceiros, podendo prejudicar as respostas governamentais de saúde pública e confundir alguns elementos da sociedade (World Health Organization, 2020; Zarocostas, 2020). Durante a pandemia Covid-19 foram frequentes as teorias de conspiração e informações falsas que circulavam na internet e redes sociais, como por exemplo a falsa relação entre as comunicações 5G e a dispersão do vírus (Grimes, 2020). No caso da pandemia Covid-19 parece que a disseminação desta doença e da infodemia sofreram um processo de co-evolução (Gallotti, Valle, Castaldo, Sacco & De Domenico, 2020).

A dispersão de notícias falsas não é um problema novo e com certeza que a dificuldade que o público em geral tem em distinguir fontes de informação credível das fontes de informação contrárias, não ajuda a diminuir a dispersão da informação de má qualidade (Grimes, 2020). Contudo, o nascimento da internet e das redes sociais contribuiu para dispersão de notícias falsas através do seu maior alcance e da possibilidade da partilha em tempo real. Por outro lado, estes novos meios de comunicação também permitiram a aproximação da ciência e da sociedade. A internet e as redes sociais são uma forma de comunicação para as massas. Possivelmente, a maior desvantagem destes meios de comunicação é que qualquer pessoa, com ou sem formação científica, pode produzir conteúdo desta natureza para as redes sociais. A vacinação, por exemplo, é um tópico no qual as redes sociais têm sido utilizadas para persuadir negativamente a opinião pública. Embora nalguns casos essa desinformação circule por interesse de certos grupos ou indivíduos, noutros casos a desinformação é espalhada pelo cidadão comum por ter sido colocada *online* por alguém em quem este confia (Brossard, 2013; Saiote, 2013; Cacciatore, Scheufele, & Corley, 2014; Schäfer, 2017; Huber, Barnidge, Gil de Zúñiga & Liu, 2019). A exposição prolongada à desinformação tem impacto no público em geral, quer a nível da memória, quer a nível das suas acções (Greenspan & Loftus, 2021).

O combate à infodemia é um processo complexo que envolve um trabalho conjunto e recursos específicos (Buchanan, 2020). Tendo o mundo digital um grande potencial para se comunicar ciência, é essencial que muita da luta contra a infodemia também passe por neste canal (Saiote, 2013). Nos últimos tempos, são várias as iniciativas que têm vindo a surgir em português e em diferentes plataformas digitais (Granado & Malheiros, 2015). Ainda assim, estas iniciativas correspondem a uma gota no oceano, sendo necessário vários meios *online* e *offline* que permitam o maior interesse por parte do público assim como um envolvimento nos tópicos científicos (Vieira & Fiolhais, 2015), tornando-os cidadãos mais atentos à infodemia.

2. Ciência aberta: parte da solução?

Há algum tempo que se discute um sistema de “ciência aberta” ao público, em que os resultados das investigações são colocados em bases de dados públicas, também como forma de justificar o dinheiro gasto pelos contribuintes nestas pesquisas. A presença de resultados das investigações em bases públicas é também uma forma de aproximar o público em geral da ciência (Oliveira & Carvalho, 2015).

Poderemos considerar que o Projeto do Genoma Humano, 1990–2003, cujo objetivo foi sequenciar o genoma do ser humano (e de outros organismos), foi pioneiro nesta matéria, ao tornar os dados da sequenciação acessíveis para todos (Hood & Rowen, 2013). Este megaempreendimento, liderado maioritariamente por Francis Collins associado ao *National Institute of Health*, para além de ter juntado cientistas e laboratórios de vários países numa colaboração sem precedentes na área das ciências da vida (Collins, Morgan, & Patrinos, 2003), também contribuiu para o modelo de ciência aberta com a assinatura do acordo das Bermudas. Este acordo, assinado em 1996, visava que todo o material sequenciado teria de ser colocado numa base de dados de acesso público, num período máximo de vinte e quatro horas (Collins et al., 2003). Esta medida permitiu um rápido avanço na investigação genómica (Helgason, LaFleur & Rashid, 2019). Outros projetos científicos que se seguiram adotaram as mesmas diretivas, como o *ENCODE* e o *1000 Genome Project* (Rood & Regev, 2021).

Ainda assim, a acessibilidade gratuita aos dados científicos poderá não ser o suficiente para levar e envolver o público em geral na ciência. Ana Gerschenfeld, numa entrevista, relembra que apesar da informação ser pública, a maioria das pessoas poderá não saber o que fazer com ela ou como a interpretar: “Hoje acredito que posso pôr a minha informação genética toda online e ninguém vai conseguir fazer nada com isso, exceto os cientistas que fazem estudos...” (Henriques, 2011, p. 98). Embora as bases de dados públicas tenham sido uma ótima iniciativa da comunidade científica, desbravando o

caminho para uma investigação científica mais transparente, a verdade é que grande parte da população poderá ter dificuldades em entender e interpretar estas bases de dados. Já Donald P. Hayes tinha alertado em 1992 que as publicações de ciência, por serem cada vez mais especializadas, estavam a tornar-se cada vez mais complexas, dificultando a compreensão do leitor não especialista (Hayes, 1992). Por outro lado, Sarah R. Davies relembra que é preciso ter cautela no acesso à informação. O excesso de informação científica de acesso público pode levar a que sejam feitos autodiagnósticos errados, por exemplo (Davies, 2008). Estes últimos autores lembram-nos que é preciso haver um equilíbrio entre o acesso que público tem à informação científica e que esta deverá ser do seu nível de compreensão.

Em última análise, ainda são precisos mediadores entre a ciência e a sociedade – comunicadores de ciência – quer sejam os próprios investigadores, comunicadores de ciência ou a comunicação social, que elucidem os presentes desenvolvimentos científicos à população.

3. Mediadores de ciência

A ponte entre a ciência e a sociedade é de construção complexa; a linguagem e o jargão científico deverão ser ajustados para uma linguagem mais acessível à sociedade, sendo os mediadores de ciência responsáveis por criar essa ligação (Amaral, 2015). Os próprios investigadores científicos podem fazer esse papel mas ainda se nota alguma resistência e falta de formação específica; embora sintam que a comunicação da ciência seja da sua responsabilidade social (Machado & Conde, 1988; Carvalho & Cabecinhas, 2004). Para que este processo corra bem, é necessário que o público confie nos emissores da mensagem científica, mas não de forma cega. Se for esse o caso, o público poderá confiar de forma desmedida num emissário que espalha desinformação (Scharrer, Rupieper, Stadler & Bromme, 2016). Também aqui se deverá apontar para um equilíbrio, tanto na linguagem utilizada na comunicação científica como na escolha do emissor da mensagem.

A comunicação de ciência enfrenta vários desafios, sendo um deles a falta de interesse por parte do público na ciência. Uma das causas atribuídas para esta falta de interesse foi o fraco nível de escolaridade ou formação escolar. Contudo, esta noção de que uma melhor educação escolar leva a uma atitude positiva em relação à ciência é questionável (Davies, 2008). Existem outros fatores que podem influenciar o nível de ceticismo científico, como a orientação política e os valores morais e/ou religiosos, para além da capacidade de compreender a ciência (Rutjens, Sutton & Van der Lee, 2018). O problema maior é quando esse ceticismo leva o público em geral a acreditar em narrativas anti-ciência, o que pode resultar numa desconfiança na medicina convencional, por exemplo (Grimes, 2020).

Embora existam em Portugal cada vez mais iniciativas e formas de comunicação de ciência diferentes para interagir com o cidadão comum, apelando ao seu interesse pela ciência (Granado & Malheiros, 2015; Oliveira & Carvalho, 2015), ainda há muito por fazer para melhorar a relação entre a ciência e a sociedade.

4. O jornalismo científico: o exemplo do Projeto do Genoma Humano

Os média também têm um papel importante na mediação entre a esfera científica e a sociedade em geral, reportando e explicando os avanços científicos para a sociedade (Petersen, 2001; Lima, 2006). A comunicação social é o meio pelo qual a maioria dos cidadãos adultos contacta com a ciência (Carvalho & Cabecinhas, 2004). Assim sendo, as notícias sobre os avanços da ciência, principalmente na área da saúde, têm um papel preponderante na modulação da opinião pública sobre a ciência (Machado & Conde, 1989; Calsamiglia & Van Dijk, 2004). De facto, muito do que a comunicação social aborda é encarado como a realidade, ou seja, a notícia só é autêntica se aparecer nos média (Fonseca, 2012). Contudo, com o surgimento da internet e das redes sociais, a imprensa tem sofrido um decréscimo nas suas vendas e uma perda de leitores, o que provoca uma redução nas equipas editoriais. Também parece haver menos

espaço para tópicos de ciência nos média (Bauer, 2013; Brossard, 2013; Brossard & Scheufele, 2013).

Por norma, os jornalistas são inundados com cartas, comunicados de imprensa, chamadas telefónicas, material promocional e afins, enviado quer por indivíduos quer por instituições à procura de tempo de antena (Hansen, 1994). A comunicação social não é um mediador passivo (Calsamiglia & Van Dijk, 2004). Os temas científicos elegidos pelos média para a agenda pública contribuem para a imagem e para o nível de confiança que o público tem na ciência (Schäfer, 2017). Aliás, notícias más sobre ciência podem ter impacto direto nos padrões de consumo da população, podendo ainda causar o pânico na população mais vulnerável. Um exemplo foi o caso do síndrome do choque tóxico que atingiu de forma negativa as vendas de algumas marcas de tampões higiénicos (Nelkin, 1996). E olhando para a área da genética, se a cobertura mediática se focar nos pontos negativos dos desenvolvimentos desta área, o público poderá ganhar receio face aos mesmos (Geller, Bernhardt & Holtzman, 2002). A forma como é comunicada a genética influencia as ações e a opinião pública, quer tenha sido planeado ou não. Se a comunicação for demasiado simplificada, o público poderá perpetuar a ideia do determinismo genético, ou seja poderá pensar que tudo o que caracteriza o ser humano reside inteiramente nos seus genes, ignorando as influências externas como o contexto ambiental (Parrott, Worthington, Smith & Chadwick, 2015; Carver et al., 2017).

Cabe aos média interpretar os acontecimentos científicos, podendo muitas vezes acentuá-los ou dramatizá-los. Normalmente, os média não refletem o trabalho real da ciência, com as suas fragilidades e falhas (Bauer, 2000). E por essa razão são muitas vezes criticados pelos cientistas, por simplificarem a linguagem a ponto de passarem uma imagem incorreta do progresso científico (Machado & Conde, 1988). Também é atribuída a culpa aos jornalistas pela criação de notícias de ciência sensacionalistas. Mas serão os únicos culpados? A questão que se coloca não é recente (Nature Editorial, 2003).

As relações entre cientistas e jornalistas podem ser complexas por diversos motivos profissionais, que vão desde terem diferentes agendas a

usarem linguagens técnicas díspares (Santos, 2004; Peters, 2013). Os jornalistas científicos dependem em grande parte dos comunicados de imprensa enviados pelas instituições ou universidades para escreverem as suas peças. No entanto, vários estudos já alertaram para a presença de declarações exageradas nos comunicados de imprensa e também para erros na cobertura mediática (Conrad, 1999; Woloshin & Schwartz, 2002; Kua, Reder & Grossel, 2004; Racine et al., 2006; Woloshin, Schwartz, Casella, Kennedy, & Larson, 2009; Sumner et al., 2014). Embora, o produto jornalístico seja da responsabilidade dos jornalistas que o produzem, a verdade é que também têm o dever de verificar os factos que residem nos comunicados de imprensa e ao mesmo tempo, de criar uma história que seja apelativa ao público (Conrad, 1999; Nature Editorial, 2003). A longo prazo, o efeito cumulativo da cobertura jornalística incorreta poderá causar confusão e afetar a confiança que o público tem na ciência (Sumner et al., 2014).

O Projeto do Genoma Humano também serve como exemplo de cobertura mediática entusiasta, por ter atraído muita atenção da comunidade científica e da esfera mediática (Smith, 2017). Antes de serem publicados os dados completos da sequenciação do genoma em revistas científicas, como era hábito dentro da comunidade científica, o anúncio de que o projeto estava quase completo foi feito através dos média (Geller, Tambor, Bernhardt, Rodgers & Holtzman, 2003). Em 2001 realizou-se uma conferência de imprensa na Casa Branca em Washington, que passou em simultâneo nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, estando presentes o presidente Bill Clinton e o primeiro ministro Tony Blair, numa clara demonstração política (Macilwain, 2000). Autores portugueses como Luís Archer e José Brito criticaram este frenesim mediático, alegando que o verdadeiro objetivo desta conferência de imprensa era fazer subir as ações, sendo assim possível financiar os supercomputadores necessários para o processamento e análise dos dados provenientes deste megaempreendimento (Archer, 2000; Brito, 2002). Além disso, Alexandre Quintanilha culpabilizava os cientistas do Projeto do Genoma Humano pela divulgação de desinformação relacionada com o determinismo genético como forma de promover este empreendimento e justificar o seu custo

(Quintanilha, 1998, 1999). No entanto, foi esta necessidade de processamento de dados que adveio do Projeto do Genoma Humano que gerou o desenvolvimento da biologia computacional. Poderá ter sido esta comunicação entusiasta que envolveu o Projeto do Genoma Humano, que permitiu que houvesse fundos suficientes e vontade humana de completar a enorme tarefa de sequenciação genómica (Gibbs, 2020).

A comunicação do Projeto do Genoma Humano traçou um caminho de esperança e promessas, elevando as esperanças do público em geral. Foi prometido, por exemplo, que a partir da sequenciação do genoma humano poderia ser possível prever futuras doenças (Sabatello & Juengst, 2019). Quando muitas das promessas não se realizaram (outra promessa foi uma revolução na área da medicina), seguiu-se a desilusão por parte do público face às expectativas irrealistas que tinha (Emmert-Streib, Dehmer & Yli-Harja, 2017; Jasny, Hanson & Bloom, 1999).

É preciso considerar que as esperanças e expectativas da população poderão ter de ser adaptadas a novos contextos, consoante o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Contudo, estes sentimentos correspondem à uma idealização de futuro tecnológico que é transposto para o presente. Esta transposição acarreta sensacionalismo ou exageros para despoletar o interesse do público e angariar os fundos imprescindíveis para o desenvolvimento tecnológico ou científico. Quando este se materializa são feitas comparações entre as promessas passadas e a realidade e se não corresponderem, a reputação de uma dada área poderá ser posta em causa (Brown, 2003).

Ao longo dos anos, a descoberta de um gene era seguida de excitação por parte dos média e da comunidade científica. Mas também é necessário comunicar e lembrar ao público que a descoberta de um gene ligado ao desenvolvimento de uma doença é só o início. Existe uma lacuna temporal grande entre este feito e a sua aplicação real na saúde (Khoury et al., 2000). Esta cobertura mediática baseada na “descoberta científica” debilita a credibilidade do processo científico em si. O público fica à espera, de forma utópica, de um impacto imediato da ciência que não chega (Jasny et al., 1999). Uma

comunicação demasiado entusiasta sobre as descobertas genéticas pode elevar as expectativas do público em geral para as futuras aplicações deste ramo. O reverso também sucede, uma comunicação negativa focada nos perigos e falhanços da genética terá um impacto negativo nas expectativas da população, provocando preocupações dúbias na população (Geller et al., 2003; Smart, 2003).

5. O *hype* e a infodemia

Muitas vezes o sensacionalismo jornalístico dá azo ao chamado *hype* ou seja, existe um otimismo desmedido ou uma cobertura exagerada em torno de uma descoberta científica, relatado pelos média. Podem ainda ser ignorados/descartados os riscos da tal descoberta. De facto, a área da genética sofre frequentemente deste fenómeno (Caulfield & Condit, 2012; Roberson, 2020). O *hype* parece ser um fenómeno inevitável na comunicação de ciência, podendo ser encarado como uma oportunidade de chamar a atenção de outros sectores da sociedade (Roberson, 2020). Assim, este fenómeno é muitas vezes suportado por cientistas em busca de financiamento ou visibilidade ou ambos, criando falsas esperanças para o público em geral e iludindo pessoas em condições mais vulneráveis. Para os jornalistas, as peças sensacionalistas ou controversas são mais fáceis de escrever, podendo dar mais ou maior notabilidade para o jornalista, por ter uma boa história (Ransohoff & Ransohoff, 2001; Capps et al., 2017). Nem sempre o *hype* é criado com más intenções, podendo derivar de erros de omissão (Bubela et al., 2009). No entanto, segundo Bubela et al. (2009) existem vários estudos que demonstraram que o *hype* parece ter origem frequente nas metáforas que os cientistas usam para descreverem as suas descobertas.

Este tipo de sensacionalismo mediático impede que os cidadãos se tornem conhecedores conscientes dos alguns assuntos científicos, por serem criados ciclos constantes de entusiasmo e desilusão em torno do desenvolvimento científico. Isto leva a uma modificação negativa no

envolvimento do público na ciência e nas decisões políticas relacionadas com a investigação científica (Ransohoff & Ransohoff, 2001). O sensacionalismo ou a cobertura incorreta das descobertas científicas contribuem para o aumento da desconfiança na ciência (Sumner et al., 2014), incluindo as instituições governamentais ou de investigação e nos próprios cientistas.

O *hype* poderá gerar vários níveis de desilusão perante a ciência. Estando o nível de desilusão elevado, a reputação e a confiança na ciência podem sofrer abalos contraproducentes. E assim, mais facilmente o cidadão comum poderá aderir a narrativas alternativas à ciência e às *fake news*, onde a desilusão do *hype* científico não entra (Brown, 2003). Assim sendo, o *hype* poderá estar a contribuir para o aumento da infodemia, por intermédio do desencanto pela ciência que é sentido pelo público.

É extremamente importante que o processo de comunicação de ciência seja transparente e honesto. O fator “incerteza” inerente ao progresso da ciência deverá ser abordado. Existem vários estudos que apontam para a utilidade de se demonstrar o processo construtivo da ciência e as suas fragilidades, não só para o público mas para a esfera política (Ascher, 2004; Smith & Stern, 2011; Fischhoff & Davis, 2014; Gustafson & Rice, 2020). No fundo, corresponde a encontrar um ponto de equilíbrio entre falsas promessas e o cenário de risco catastrófico. Assim, ao expormos a sociedade ao processo real e humano do desenvolvimento científico conseguiremos criar e/ou aumentar a confiança que o público tem na ciência. Comunicações que transparecem uma “segurança impenetrável”, que descartam os eventuais riscos que poderão surgir, levam ao pânico e à desconfiança da população perante a concretização de alguns desses riscos (Fiske & Dupree, 2014; Gonçalves, 2004; Seethaler, Evans, Gere & Rajagopalan, 2019).

6. Uma resposta conjunta

São vários os fatores, como foi discutido, que poderão estar a contribuir para a infodemia atual. A dispersão de falsas notícias não é algo de novo,

contudo a sua velocidade vertiginosa requer uma resposta conjunta que envolva todos os intervenientes: o público em geral, os média, os investigadores e os mediadores de ciência, em ambos os contextos *online* e *offline*. O público em geral necessita de conhecer melhor como se processa a ciência, caso contrário vai ter expectativas irrealistas. Como já vimos, a oscilação das expectativas que a população tem da ciência é uma causa de enorme importância. Estas expectativas podem ser influenciadas por vários fatores desde pessoais (como crenças e formação escolar), à internet e redes sociais até ao que os média reportam sobre ciência, sobretudo se constroem narrativas com *hype* científico. E é na gestão destas expectativas que está a chave, a desilusão resultante dessas expectativas criadas poderá levar o público a aderir mais facilmente a notícias falsas e a movimentos anti-ciência.

No entanto, tanto os média como os investigadores têm um papel preponderante na imagem que constroem para o público sobre a ciência. Com o Projeto do Genoma Humano como fundo exemplifiquei como a “ciência aberta” não é suficiente para clarificar o papel da ciência na sociedade e o sensacionalismo quer da parte dos média, quer da parte dos investigadores, poderá ter efeitos na perceção e expectativas que o público tem sobre a ciência. A comunicação de uma determinada área científica deverá ser consistente. Não deverá ser como Dorothy Nelkin quando remete para o caso da biotecnologia por exemplo, em que cobertura mediática desta área variava entre curas milagrosas e imagens de cientistas excêntricos ou ainda representações de uma indústria sem controlo (Nelkin, 1996).

Recentemente, um artigo de Miranda et al. (2021) fez algumas recomendações para se delinearem estratégias de comunicação para a saúde, que também podem ser enquadradas na comunicação de ciência no geral. As autoras referiram a importância de comunicar no tempo certo (para não deixar um espaço vazio que poderá ser ocupado por desinformação), do uso da narrativa para transmitir a mensagem científica (por ser mais fácil de influenciar comportamentos) e de testar a mensagem (para se obter a opinião sobre a sua eficácia e poderem ser avaliado se está a cumprir o seu objectivo). Uma

comunicação bem planeada com uma mensagem sólida, clara e transparente poderá induzir modificações positivas nas atitudes e comportamentos do cidadão comum (Miranda, Galhordas Alves & Salavisa, 2021).

O desafio por parte dos cientistas, comunicadores de ciência e jornalistas passará por adotar um estilo de comunicação claro, sólido e credível. Especialmente quando existem tensões entre as vertentes pessoais, políticas, científicas e económicas em jogo (Nielsen, 2019). Embora o público possa processar a informação científica de diferentes formas e as atitudes e crenças pela ciência variam consoante o grupo social e a época, a ciência não deverá ignorar o contexto social a que pertence. A ciência deverá ser abordada de forma aberta e transparente, admitindo as suas fragilidades (Bauer, 2000; Amaral, 2015). Por outro lado, também é necessário ouvir e compreender as dúvidas que o público poderá ter sobre determinados assuntos científicos (Scrimshaw, 2019). É indispensável que o público tenha hipótese de se manifestar sobre os assuntos que o preocupam. O ideal será estabelecer um diálogo aberto entre a ciência e a sociedade, aberto a diferentes prismas e tipos de conhecimento (Martins, 2017; Houtman, Vijlbrief & Riedijk, 2021). Já o público em geral deverá ter uma visão crítica enquanto consumidor de ciência e de jornalismo, exigindo mais transparência dos outros setores da sociedade, tendo assim um papel como ator vigilante e participativo (Bauer, 2008).

A conclusão que se poderá tirar é que é fundamental que os investigadores construam e testem as suas comunicações de ciência quando estiverem perante o público em geral, para saberem explicar o seu trabalho de forma honesta e cativante. É preciso que os jornalistas formulem as suas peças sem fugir à verdade dos factos científicos, seguindo na mesma as regras jornalísticas. É também essencial que o público tenha um sentido mais crítico perante notícias duvidosas e não contribua para espalhar mais desinformação.

Referências

- Amaral, S. (2015). Desafios na inovação da comunicação de ciência em Portugal [*Doctoral dissertation*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC.
<http://hdl.handle.net/10316/29550>
- Archer, L. (2000). O Genoma Humano e a sua circunstância. *Cadernos de Bioética*, 24, 21–29.
- Ascher, W. (2004). Scientific Information and Uncertainty: Challenges for the Use of Science in Policymaking. *Science And Engineering Ethics*, 10, 437–455. <https://doi.org/10.1007/s11948-004-0002-z>
- Bauer, M. (2000). “*Science in the media*” as a cultural indicator: Contextualizing surveys with media analysis. In M. Dierkes & C. von Grote (Eds.), *Between understanding and trust - the public, science and technology* (pp. 157–178). Harwood Academic Publishers.
- Bauer, M. (2008). Paradigm change for science communication: Commercial science needs a critical public. In D. Cheng, M. Claessens, T. Gascoigne, J. Metcalfe, B. Schiele, & S. Shi (Eds.), *Communicating Science in Social Contexts: New Models, New Practices* (pp. 7–25).
https://doi.org/10.1007/978-1-4020-8598-7_1
- Bauer, M. (2013). The knowledge society favours science communication, but puts science journalism into a clinch. In P. Barager & B. Schiele (Eds.), *Science Communication Today: International perspectives, Issues and Strategies* (pp. 145–166). CNRS Éditions.
- Brito, J. H. S. de. (2002). *Ética e comunicação social*. Brotéria, 155, 467–478.
- Brossard, D. (2013). *New media landscapes and the science information consumer*. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 110(SUPPL. 3), 14096–14101.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1212744110>
- Brossard, D., & Scheufele, D. A. (2013). Science, new media, and the public. *Science*, 339, 40–41. <https://doi.org/10.1126/science.1232329>

Brown, N. (2003). Hope Against Hype - Accountability in Biopasts, Presents and Futures. *Science Studies*, 16(2), 3–21.

<https://doi.org/10.23987/sts.55152>

Bubela, T., Nisbet, M. C., Borchelt, R., Brunger, F., Critchley, C., Einsiedel, E., Geller, G., Gupta, A., Hampel, J., Hyde-Lay, R., Jandciu, E. W., Jones, S. A., Kolopack, P., Lane, S., Lougheed, T., Nerlich, B., Ogbogu, U., O'Riordan, K., Ouellette, C., Spear, M., Strauss, S., Thavaratnam, T., Willemse, L., & Caulfield, T. (2009). Science communication reconsidered. *Nature Biotechnology*, 27(6), 514–518. <https://doi.org/10.1038/nbt0609-514>

Buchanan, M. (2020). Managing the infodemic. *Nature Physics*, 16, 894.

<https://doi.org/10.1038/s41567-020-01039-5>

Cacciatore, M. A., Scheufele, D. A., & Corley, E. A. (2014). Another (methodological) look at knowledge gaps and the Internet's potential for closing them. *Public Understanding of Science*, 23(4), 376–394.

<https://doi.org/10.1177/0963662512447606>

Calsamiglia, H., & Van Dijk, T. A. (2004). Popularization discourse and knowledge about the genome. *Discourse and Society*, 15(4), 369–389.

<https://doi.org/10.1177/0957926504043705>

Capps, B., Chadwick, R., Joly, Y., Mulvihill, J. J., Lysaght, T., & Zwart, H. (2017). Falling giants and the rise of gene editing: Ethics, private interests and the public good. *Human Genomics*, 11(20).

<https://doi.org/10.1186/s40246-017-0116-4>

Carvalho, A., & Cabecinhas, R. (2004). Comunicação da ciência: perspectivas e desafios. *Comunicação e Sociedade*, 6, 5–10.

[https://doi.org/10.17231/comsoc.6\(2004\).1224](https://doi.org/10.17231/comsoc.6(2004).1224)

Carver, R. B., Castéra, J., Gericke, N., Alice, N., Evangelista, M., & El-hani, C. N. (2017). Young Adults ' Belief in Genetic Determinism , and Knowledge and Attitudes towards Modern Genetics and Genomics: The PUGGS Questionnaire. *PloS One*, 12(1), e0169808.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0169808>

- Caulfield, T., & Condit, C. (2012). Science and the sources of hype. *Public Health Genomics*, 15, 209–217. <https://doi.org/10.1159/000336533>
- Collins, F. S., Morgan, M., & Patrinos, A. (2003). The Human Genome Project: Lessons from large-scale biology. *Science*, 300(5617), 286–290. <https://doi.org/10.1126/science.1084564>
- Conrad, P. (1999). Uses of expertise: sources, quotes, and voice in the reporting of genetics in the news. *Public Understanding of Science*, 8(4), 285–302. <https://doi.org/10.1088/0963-6625/8/4/302>
- Davies, S. R. (2008). Constructing Communication: Talking to Scientists about talking to the Public. *Science Communication*, 29(4), 413–434.
- Emmert-Streib, F., Dehmer, M., & Yli-Harja, O. (2017). Lessons from the Human Genome Project: Modesty, Honesty, and Realism. *Frontiers in Genetics*, 8(184), 1–3. <https://doi.org/10.1038/news.2010.145>
- Fischhoff, B., & Davis, A. L. (2014). Communicating scientific uncertainty. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111, 13664–13671. <https://doi.org/10.1073/pnas.1317504111>
- Fiske, S. T., & Dupree, C. (2014). Gaining trust as well as respect in communicating to motivated audiences about science topics. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111 (Supplement 4), 13593–13597. <https://doi.org/10.1073/pnas.1317505111>
- Fonseca, R. B. (2012). *A ciência e a tecnologia na imprensa portuguesa: 1976-2005*. University of Lisbon.
- Gallotti, R., Valle, F., Castaldo, N., Sacco, P., & De Domenico, M. (2020). Assessing the risks of ‘infodemics’ in response to COVID-19 epidemics. *Nature Human Behaviour*, 4, 1285–1293. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-00994-6>
- Geller, G., Bernhardt, B. A., & Holtzman, N. A. (2002). The Media and Public Reaction to Genetic Research. *Journal of the American Medical Association*, 287(6), 773. <https://doi.org/10.1001/jama.287.6.773-JMS0213-3-1>

- Geller, G., Tambor, E. S., Bernhardt, B. A., Rodgers, J., & Holtzman, N. A. (2003). Houseofficers' reactions to media coverage about the sequencing of the human genome. *Social Science and Medicine*, 56(10), 2211–2220. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(02\)00237-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(02)00237-X)
- Gibbs, R. A. (2020). The Human Genome Project changed everything. *Nature Reviews Genetics*, 21, 575–576. <https://doi.org/10.1038/s41576-020-0275-3>
- Gonçalves, C. D. (2004). Cientistas e leigos: uma questão de comunicação e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 6, 11–33. [https://doi.org/10.17231/comsoc.6\(2004\).1226](https://doi.org/10.17231/comsoc.6(2004).1226)
- Granado, A., & Malheiros, J. V. (2015). *Cultura científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Greenspan, R. L., & Loftus, E. F. (2021). Pandemics and infodemics: Research on the effects of misinformation on memory. *Human Behavior and Emerging Technologies*, 3, 8–12. <https://doi.org/10.1002/hbe2.228>
- Grimes, D. R. (2020). Health disinformation & social media. *EMBO Reports*, 21(e51819). <https://doi.org/10.15252/embr.202051819>
- Gustafson, A., & Rice, R. E. (2020). A review of the effects of uncertainty in public science communication. *Public Understanding of Science*, 29(6), 614–633. <https://doi.org/10.1177/0963662520942122>
- Hansen, A. (1994). Journalistic practices and science reporting in the British press. *Public Understanding of Science*, 3, 111–134. <https://doi.org/10.1088/0963-6625/3/2/001>
- Hayes, D. P. (1992). The growing inaccessibility of science. *Nature*, 356, 739–740.
- Helgason, K., LaFleur, M., & Rashid, H. (2019). *Playing with genes: The good, the bad and the ugly*. *Frontier Technology Quarterly*, 1–6.
- Henriques, A. M. R. (2011). *A sequenciação do genoma humano na imprensa portuguesa*. Universidade do Porto.

- Hood, L., & Rowen, L. (2013). The human genome project: Big science transforms biology and medicine. *Genome Medicine*, 5(79).
<https://doi.org/10.1186/gm483>
- Houtman, D., Vijlbrief, B., & Riedijk, S. (2021). Experts in science communication. *EMBO Reports*, 22(8), 1–3.
<https://doi.org/10.15252/embr.202152988>
- Huber, B., Barnidge, M., Gil de Zúñiga, H., & Liu, J. (2019). Fostering public trust in science: The role of social media. *Public Understanding of Science*, 28(7), 759–777. <https://doi.org/10.1177/0963662519869097>
- Jasny, B., Hanson, R. B., & Bloom, F. E. (1999). A media uncertainty principle. *Science*, 283, 1453. <https://doi.org/10.1126/science.283.5407.1453>
- Khoury, M. J., Thrasher, J. F., Burke, W., Gettig, E. A., Fridinger, F., & Jackson, R. (2000). Challenges in communicating genetics: A public health approach. *Genetics in Medicine*, 2(3), 198–202. <https://doi.org/10.1097/00125817-200005000-00007>
- Kua, E., Reder, M., & Grossel, M. J. (2004). Science in the news: A study of reporting genomics. *Public Understanding of Science*, 13, 309–322.
<https://doi.org/10.1177/0963662504045539>
- Lima, M. A. V. A. (2006). Desafios futuros - de uma análise da genética e biotecnologia na imprensa Portuguesa durante o biénio 1994/5 para novas tecnologias nas sociedades actuais. *Ambiente e Sociedade*, IX(2), 175–197. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2006000200009>
- Machado, F. L., & Conde, I. (1988). A divulgação científica em Portugal: Do lado da produção. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, 11–38.
<http://hdl.handle.net/10071/1025>
- Machado, F. L., & Conde, I. (1989). Públicos de divulgação científica: imagens e sociografia. *Sociologia*, (6), 81–100. <http://hdl.handle.net/10071/1029>
- Macilwain, C. (2000). World leaders heap praise on human genome landmark. *Nature*, 405, 983–985. <https://doi.org/10.1038/35016696>

- Martins, M. (2017). Perspetivas cidadãs sobre participação em biobancos médicos e para a investigação científica. In H. Machado (Ed.), *Genética e Cidadania*. Edições Afrontamento.
- Miranda, D., Galhordas Alves, I., & Salavisa, M. (2021). Linhas Orientadoras para Pensar, Desenvolver e Implementar a Comunicação em Saúde em Portugal. *Acta Médica Portuguesa*, 34.
<https://doi.org/10.20344/amp.15770>
- Nature Editorial. (2003). Don't feed the hype! *Nature Genetics*, 35(1).
<https://doi.org/https://doi.org/10.1038/ng0903-1>
- Nelkin, D. (1996). An uneasy relationship: the tensions between medicine and the media. *The Lancet*, 347, 1600–1603. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(96\)91081-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(96)91081-8)
- Nielsen, K. H. (2019). Science of science communication. *Metascience*, 28, 85–87. <https://doi.org/10.1007/s11016-018-0375-2>
- Oliveira, L. T. De, & Carvalho, A. (2015). Public Engagement with Science and Technology: contributos para a definição do conceito e a análise da sua aplicação no contexto português. *Observatorio (OBS*) Journal*, 9(3), 155–178. <https://doi.org/10.15847/obsOBS932015857>
- Parrott, R. L., Worthington, A. K., Smith, R. A., & Chadwick, A. E. (2015). Communicating about Genes, Health, and Risk. In *Oxford Research Encyclopedia of Communication* (pp. 1–30).
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.8>
- Peters, H. P. (2013). Gap between science and media revisited: Scientists as public communicators. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 110(SUPPL. 3), 14102–14109.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1212745110>
- Petersen, A. (2001). Biofantasies: Genetics and medicine in the print news media. *Social Science and Medicine*, 52, 1255–1268.
[https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(00\)00229-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(00)00229-X)
- Quintanilha, A. (1998). *Porque é que de repente se fala tanto de Bioética?* Boletim de Biotecnologia, 61, 3–4.

- Quintanilha, A. (1999). *A Manipulação genética e o seu impacto social*. Boletim de Biotecnologia, 63, 16–17.
- Racine, E., Gareau, I., Doucet, H., Laudy, D., Jobin, G., & Schraedley-Desmond, P. (2006). Hyped biomedical science or uncritical reporting? Press coverage of genomics (1992-2001) in Québec. *Social Science and Medicine*, 62(5), 1278–1290. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.07.024>
- Ransohoff, D. F., & Ransohoff, R. M. (2001). Sensationalism in the media: when scientists and journalists may be complicit collaborators. *Effective Clinical Practice*, 4, 185–188. <https://access.portico.org/stable?au=phwwtrq8rt>
- Roberson, T. M. (2020). Can hype be a force for good?: Inviting unexpected engagement with science and technology futures. *Public Understanding of Science*, 29(5), 544–552. <https://doi.org/10.1177/0963662520923109>
- Rood, J. E., & Regev, A. (2021). The legacy of the Human Genome Project. *Science*, 373(6562), 1442–1444. <https://doi.org/10.1126/science.abl5403>
- Rutjens, B. T., Sutton, R. M., & van der Lee, R. (2018). Not All Skepticism Is Equal: Exploring the Ideological Antecedents of Science Acceptance and Rejection. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(3), 384–405. <https://doi.org/10.1177/0146167217741314>
- Sabatello, M., & Juengst, E. (2019). Genomic Essentialism: Its Provenance and Trajectory as an Anticipatory Ethical Concern. *Hastings Center Report*, 49, S10–S18. <https://doi.org/10.1002/hast.1012>
- Saiote, J. (2013). *Comunicação de ciência nas redes sociais: O caso dos laboratórios associados de Portugal*. Universidade do Porto.
- Santos, C. A. (2004). *Ciência na comunicação social*. Brotéria, 35, 131–137.
- Schäfer, M. S. (2017). How changing media structures are affecting science news coverage. In K. H. Jamieson, D. M. Kahan, & D. A. Scheufele (Eds.), *The Oxford Handbook of the Science of Science Communication* (pp. 51–59). Oxford University Press.

- Scharrer, L., Rupieper, Y., Stadtler, M., & Bromme, R. (2016). When science becomes too easy: Science popularization inclines laypeople to underrate their dependence on experts. *Public Understanding of Science*, 26(8), 1003–1018. <https://doi.org/10.1177/0963662516680311>
- Scrimshaw, S. C. (2019). Science, health, and cultural literacy in a rapidly changing communications landscape. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(16), 7650–7655. <https://doi.org/10.1073/pnas.1807218116>
- Seethaler, S., Evans, J. H., Gere, C., & Rajagopalan, R. M. (2019). Science, Values, and Science Communication: Competencies for Pushing Beyond the Deficit Model. *Science Communication*, 41(3), 378–388. <https://doi.org/10.1177/1075547019847484>
- Smart, A. (2003). Reporting the dawn of the post-genomic era: who wants to live forever? *Sociology of Health & Illness*, 25(1), 24–49. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.t01-1-00323>
- Smith, D. R. (2017). Goodbye genome paper, hello genome report: the increasing popularity of “genome announcements” and their impact on science. *Briefings in Functional Genomics*, 16(3), 156–162. <https://doi.org/10.1093/bfgp/elw026>
- Smith, L. A., & Stern, N. (2011). Uncertainty in science and its role in climate policy. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 369, 4818–4841. <https://doi.org/10.1098/rsta.2011.0149>
- Sumner, P., Vivian-Griffiths, S., Boivin, J., Williams, A., Venetis, C. A., Davies, A., ... Chambers, C. D. (2014). The association between exaggeration in health related science news and academic press releases: Retrospective observational study. *British Medical Journal*, 349(g7015), 1–8. <https://doi.org/10.1136/bmj.g7015>
- Vieira, A., & Fiolhais, C. (2015). *Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995 - 2011)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Woloshin, S., & Schwartz, L. M. (2002). Press Releases: Translating research into news. *JAMA*, 287(21), 2856–2858.

Woloshin, S., Schwartz, L. M., Casella, S. L., Kennedy, A. T., & Larson, R. J. (2009). Press releases by academic medical centers: Not so academic? *Annals of Internal Medicine*, 150(9), 613–618.

<https://doi.org/10.7326/0003-4819-150-9-200905050-00007>

World Health Organization. (2020). *Managing the COVID-19 infodemic: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation*. <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>

Zarocostas, J. (2020). How to fight an infodemic. *Lancet*, 395(676).

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)

Dora Dias

Doutoranda no Programa Doutoral em Ensino e Divulgação das Ciências (FCUP) e membro da Unidade de Ensino das Ciências (FCUP). Universidade do Porto.

Data de submissão: 30/09/2021 – Data de aceite: 28/12/2021

Regimes de verdade e discurso jornalístico: reflexões acerca do papel das representações mediáticas como produtoras dos efeitos regulamentados de poder

Gustavo Freitas¹

<https://orcid.org/0000-0002-9497-7220>

Resumo: Os meios de comunicação, numa espécie de curadoria discursiva, controlam a produção e disseminação daquilo que se tem por verdade nas nossas sociedades, de acordo com o pensamento de Michel Foucault. Essa curadoria, que consiste no acolhimento e rejeição de discursos, tem como objetivo criar aquilo que o autor chamaria de regimes de verdade que, por sua vez, produzem efeitos regulamentados de poder. A partir desse entendimento, nesta revisão, propomo-nos discutir a formação desses regimes de verdade tomando como ponto de partida a teoria foucaultiana e estabelecendo conexão com colaborações teóricas de outros autores a respeito da responsabilidade dos meios de comunicação – especialmente os informativos – na

construção e socialização de discursos que almejam esse estatuto de verdade; considerando o jornalismo como um sistema mediador de sistemas peritos, um meta-sistema que tem a autoridade para legitimar aqueles que legitimam o que entendemos por verdade; estabelecendo como foco das discussões as representações mediáticas na linguagem jornalística por conta da neutralidade reivindicada nesta atividade; pensando nesses regimes de verdade como uma espécie de colonização simbólica, pelo fato de o conhecimento ser uma prática simbólica e ter propriedades políticas, não somente científicas e intelectuais; e entendendo essas representações como alimentadoras de outros regimes, os de exclusão, que ‘fetichizam’ a verdade.

Palavras-Chave: Regimes de verdade; Poder; Representações; Pós-colonialismo; Discurso

Regimes of truth and journalistic discourse: reflections on the role of media representations as producing the regulated effects of power

Abstract: The media, in a kind of discursive curatorship, control the production and dissemination of what is

considered true in our societies, according to Michel Foucault's thought. This curatorship, which consists of

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: gustavofreitas.jor@gmail.com.

welcoming and rejecting discourses, aims to create what the author would call regimes of truth which, in turn, produce regulated effects of power. Based on this understanding, in this review, we propose to discuss the formation of these regimes of truth taking as a starting point Foucault's theory and establishing a connection with theoretical collaborations from other authors regarding the responsibility of the media – especially the informative – in the construction and socialization of discourses that aim at this status of truth; considering

journalism as a mediating system of expert systems, a meta-system that has the authority to legitimize those who legitimize what we mean by truth; establishing as the focus of discussions the media representations in journalistic language due to the neutrality claimed in this activity; thinking of these regimes of truth as a kind of symbolic colonization, because knowledge is a symbolic practice and has political properties, not only scientific and intellectual; and understanding these representations as feeders of other regimes, those of exclusion, which 'fetishize' the truth.

Keywords: Truth regimes; Power; Representations; Post-colonialism; Discourse

Regímenes de verdad y discurso periodístico: reflexiones sobre el papel de las representaciones de los medios como productores de los efectos regulados del poder

Resumen: Los medios, en una especie de curaduría discursiva, controlan la producción y difusión de lo que se considera verdadero en nuestras sociedades, según el pensamiento de Michel Foucault. Esta curaduría, que consiste en acoger y rechazar discursos, tiene como objetivo crear lo que el autor llamaría regímenes de verdad que, a su vez, producen efectos regulados de poder. Con base en este entendimiento, en esta revisión nos proponemos discutir la formación de estos regímenes de verdad tomando como punto de partida la teoría de Foucault y estableciendo una conexión con las colaboraciones teóricas de otros autores sobre la responsabilidad de los medios de comunicación –especialmente los informativos– en la construcción y

socialización de discursos que apuntan a este estado de verdad; considerar al periodismo como un sistema mediador de sistemas expertos, un meta-sistema que tiene la autoridad para legitimar a quienes legitiman lo que entendemos por verdad; establecer como foco de discusión las representaciones mediáticas en lenguaje periodístico debido a la neutralidad reivindicada en esta actividad; pensar en estos regímenes de verdad como una especie de colonización simbólica, porque el conocimiento es una práctica simbólica y tiene propiedades políticas, no sólo científicas e intelectuales; y entender estas representaciones como alimentadores de otros regímenes, los de exclusión, que 'fetichizan' la verdad..

Palabras Clave: Regímenes de verdad; Poder; Representaciones; Poscolonialismo; Discurso

I. Introdução: teoria foucaultiana, verdade e *media*

Há uma queixa recorrente entre os estudiosos da comunicação e dos *media* sobre o fato de Michel Foucault, importante filósofo que revolucionou nossa forma de pensar o poder, não ter se dedicado especificamente a teorizar sobre esse campo. Mas é fato que o autor deixou importantes conceitos que podem nos servir como parâmetros para o entendimento do lugar de determinados mecanismos na estruturação do poder. Um exemplo desses conceitos é o *regime de verdade*, a ser trabalhado neste artigo como ponto de partida para a compreensão do papel que os *media* desempenham na acolhida e rejeição de discursos, bem como na determinação do que é verdade (Foucault, 1979). Este termo foucaultiano expõe o caráter político da verdade, a relação do poder com o saber e o fato de vivermos sob um regime simbólico de exclusões que tem implicações diretas no mundo material (Foucault, 1980; Hall, 2016).

Com foco nos *media* informativos, queremos dialogar com outros autores e teorias no intuito de perceber o papel desses mecanismos na estruturação e manutenção dos *regimes de verdade*. Além disso, tencionamos jogar luz nos dispositivos ligados ao exercício poder que são os *media*, que opera na socialização e estruturação do conhecimento/poder; bem como queremos discutir a influência dos *media* nas “formações discursivas” por meio de seu estatuto de meta-peritos (Giddens, 1991; Miguel, 1999) e da sua relação com o poder hegemônico (Lull, 1995).

Num primeiro momento, orientados pelo trabalho de Foucault em *Microfísica do Poder*, tentamos interpretar o conceito de regime de verdade e suas características, bem como explicar o motivo pelo qual associamos esse regime a uma concepção de colonização simbólica de imaginários. Quanto à questão de uma homogeneização desses imaginários, importantes autores já se dedicaram (Anderson, 2006; Hall, 2016), mas quando falamos de colonização,

queremos nos referir às estratégias de conquista de consciências como forma de fortalecer sistemas que há muito romperam as fronteiras nacionais e seguem alienando comunidades a fim de manter as relações de exploração sob novos argumentos. Num segundo momento, recorreremos a alguns autores para compreender o estatuto social do jornalismo² e como esta chancela pode potencializar as possibilidades de uma atividade que age por meio de representações e oferece determinadas leituras sociais sem ativismo aparente e em nosso nome (Hartley, 2019).

2. Regimes de verdade: economia política ou colonização simbólica?

Toda sociedade, de acordo com Foucault (2008), tem seu *regime de verdade*, ou seja, sua “política geral” de verdade. Esse regime opera no acolhimento e rejeição de discursos; nas técnicas e procedimentos usados para obtenção do que é verdade e na conceção de um estatuto aos dispositivos que podem dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2008, p. 12). Também para o autor, há uma relação de interdependência entre verdade e poder: ao mesmo tempo que o regulamenta, a verdade só existe dentro do poder, sendo este seu precedente.

Ao entendermos a verdade como um saber em constante produção por meio desse movimento de acolhimento de discursos, é necessário também compreendermos que, se o saber é uma das três dimensões da atividade simbólica, de acordo com Esteves (2016), logo, o regime de verdade opera na forma de constrangimentos desempenhados simbolicamente. Sendo assim, o *regime de verdade* seria o resultado de disputas simbólicas. Ao usarmos o termo “disputas”, nos conectamos ao pensamento foucaultiano de que a história que nos carrega e nos determina tem forma de guerra mais do que de linguagem: relações de poder, não relações de sentido (Foucault, 1980, p. 114).

² Em consonância com Esteves (2015), rejeitamos a atuação jornalística como “a única atividade relevante a nível dos *media*... mesmo aceitando que esta linguagem continua ainda hoje a ser a forma de mediação por excelência da comunicação pública” (p. 279).

Os discursos acolhidos dentro de uma estrutura de poder regulamentada por um regime de verdade³ preveem a acolhida ou rejeição de algo ou alguém. Inclusive, de acordo com o próprio Foucault, a nossa histórica vontade de verdade (de saber) é um indício de que nossa organização social inscrita nos limites da linguagem é um regime de inclusões e exclusões (Foucault, 1999). Ou seja, *regimes de verdade* são regimes de saber que orientam um determinado exercício de poder. Este saber, ou esta verdade, legitima o que prevê como verdadeiro e, de certa forma, violenta o que não prevê, de acordo com sua necessidade de subalternizações para o prolongamento e fortalecimento do poder em exercício.

Para este debate inicial acerca dos *regimes de verdade*, destacamos uma provocação de Ailton Krenak, indígena brasileiro, sobre a lógica colonizadora sob a qual operavam os impérios europeus:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa **luz incrível**. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (Krenak, 2019, p. 9, grifo nosso)

Endereçando sua crítica às nações europeias que foram centros de grandes impérios estabelecidos por meio de colonizações de outros povos completamente distintos, Krenak alinha-se ao pensamento foucaultiano sobre *regime de verdade* e sua importância para o exercício do poder que se dá a partir

³ O discurso é sobre a produção de conhecimento por meio da linguagem. Mas ela mesma é produzida por uma prática: “prática discursiva” - a prática de produzir sentido. Uma vez que todas as práticas sociais implicam sentido, todas as práticas têm um aspecto discursivo. Assim, o discurso entra e influencia todas as práticas sociais (Hall, 2019, p. 155).

de um campo de saber. Para que o império se formasse e contasse com o apoio popular, seguindo a interpretação de Krenak, era necessária a crença inquestionável na “luz incrível” bem como naquela determinada forma de se estar na dita civilização.

Foucault (1979) destaca que, em nossas sociedades contemporâneas, esses *regimes de verdade* tem cinco características de importância histórica: a primeira delas é que a verdade tem forma de discurso científico e está atrelada às instituições que produzem este discurso. Uma das marcas dessa priorização de discursos centrados em argumentos racionais foi descrita por Gaye Tuchman (2000) quando, fortalecendo as percepções científicas de Harold Lasswell, apontou que os *media* de massa substituíram a igreja no ensino das lições mais básicas sobre a vida social. Essa substituição do principal provedor da percepção de realidade⁴ nos confirma que historicamente foi sendo alimentada uma preferência sobre a verdade como algo verificável e produzido neste mundo. A verdade não constitui-se como um discurso de revelação mas como um discurso embasado na cientificidade (Foucault, 1979), por isso, a necessidade de uma mediação discursiva que promovesse isto.

A segunda característica é a de que, em uma dada sociedade, a verdade é submissa aos movimentos económicos e políticos. Esta percepção joga luz sobre as implicações práticas e materiais das relações simbólicas possíveis por meio da linguagem, constituindo-se, assim, num claro ponto de encontro entre o mundo material, onde as coisas e pessoas existem, e as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam (Hall, 2016). Faz-se importante destacar aqui um conceito de grande importância no entendimento da obra de Foucault, o de “*episteme*”⁵. Este conceito trata, especificamente, sobre a verdade enquanto dependente do poder e exige de nós análises que não isolem o saber (com estatuto de verdade) do contexto histórico no qual esteve a sustentar um sistema de poder (Chouliaraki, 2016), pois os

⁴ Ver Esteves (2016).

⁵ Por *episteme*, o autor chama o estabelecimento de relações de poder que fortalecem discursos (Foucault, 1999, 2008).

discursos que naquele dado momento são acolhidos estão conectados com as decisões políticas e económicas a serem tomadas ou legitimadas. Pela explicação do próprio Foucault (1999), devemos “conceber o *discurso como uma violência* que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o *princípio de sua regularidade*” (p. 53, grifos nossos). Ou seja, a verdade é o estatuto para o qual o discurso concorre, que seria a sua regulação. Aquilo que não é verdade está fora da regularidade, portanto, não tem legitimidade, nem direitos, tampouco possibilidade de existir. Butler (1997) explora a questão do discurso como violência quando trata sobre “dano linguístico”, uma espécie de condicionamento promovido a partir da manipulação da linguagem e que cuja compreensão só é possível entendendo-a como este dispositivo de uso social que tem implicações práticas conforme o viés com o qual é empregada: “se somos formados na linguagem, então esse poder formativo precede e condiciona qualquer decisão que possamos tomar sobre ele, insultando-nos desde o início, por assim dizer, por seu poder anterior” (Butler, 1997, p. 2). O que a autora quer dizer é que para *sermos* algo precisamos da linguagem e que só somos prejudicados por ela por *sermos seres linguísticos*, logo, nos movimentamos por meio de possibilidades criadas por processos simbólicos que influenciarão diretamente nosso desenvolvimento pessoal e social dentro da realidade material. Essas possibilidades criadas são inscritas no discurso que tem estatuto de verdade numa dada sociedade e, assim, favorece determinadas performances políticas e económicas. Também essas possibilidades são a marca de como determinados discursos tomam estatuto de verdade a partir de uma especulação política e económica junto à legitimação de saberes estratégicos a determinados fins.

Em terceiro, o regime de verdade precisa se estabelecer de forma difusa, ou seja, circular principalmente nos dispositivos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social, destacou Foucault (1979), é grande, por regra. São esses dispositivos que vão dar corpo, essencialmente, ao que Foucault chamou de formações discursivas. Estas, integradas por diferentes enunciados que se

alinham pelo jeito de pensar (Hall, 2016), delimitam e fortalecem o regime de verdade. Van Dijk (1980) sob uma lógica similar à foucaultiana, apresentou o conceito de macroestruturas que, segundo o autor, são estruturas globais semânticas que se referem ao significado e conteúdo do discurso. Ou seja, somando-se as colaborações desses autores, podemos entender os *regimes de verdade* como macroestruturas que fornecem o enquadramento discursivo sobre determinados temas e as condições de possibilidade numa dada sociedade. Ao se referir à questão da coerção dos *regimes de verdade* sobre os dispositivos informativos ou à colaboração desses mecanismos com os *regimes de verdade*, Andrejevic (2008) destacou que o sofisticado entendimento foucaultiano sobre a relação entre poder e o que passa por verdade é quase contemporâneo ao momento em que estudiosos da comunicação estavam questionando a orientação jornalística para a neutralidade e para a objetividade. Como o autor destaca, a preocupação foucaultiana com a relação entre regimes de poder/saber (de verdade) e formações discursivas – “como aquelas fortalecidas pelo enquadramento jornalístico de acontecimentos noticiosos e debates políticos” (Andrejevic, 2008, p. 606) – é estratégica para pensarmos sobre como o jornalismo seleciona o que deve ser publicado e quais fatos merecem destaque e presença, pois, também para Foucault, importam as ausências e apagamentos, já que só tem sentido aquilo que está discursivamente previsto. Seguindo esses entendimentos, só terá aceitação social aquilo cujo significado foi socialmente chancelado (Hall, 2016) e, mais importante que isso, socializado (uma das mais importantes tarefas dos *media*, a socialização de determinados usos da linguagem e de discursos⁶). Sobre as

⁶ Dentro da Comunicação e dos Estudos Culturais, linguagem é entendida como um complexo sistema aberto e adaptável que, simultaneamente, é produzida pelos indivíduos e os têm como produto (Hartley, 2019). Essa relação de interdependência entre linguagem e indivíduos se dá, de acordo com Esteves (2016), pela socialização. Ou seja, o indivíduo se insere numa dada sociedade, interioriza e usa-se do arcabouço linguístico vigente para se comunicar dentro dela mas suas experiências de vida a partir desse arcabouço também vão colaborar com o desenvolvimento deste acervo, bem como com o desenvolvimento da própria sociedade em questão. Sendo assim, fica sendo este constante processo de transformação linguística que “protege o sentido não concluído – nunca terminado – do processo de emancipação simbólica: uma emancipação sempre aberta a maiores aprofundamento e radicalização, em virtude das possibilidades de desenvolvimento (social) que a linguagem e a comunicação oferecem” (Esteves, 2016, p. 57).

formações discursivas, devemos destacar que o uso do conceito foucaultiano de Discurso remete a um intrínseco interesse sobre a origem do sentido das coisas (Hall, 2016), por isso é importante a sensibilidade a essas formações discursivas primeiro como produto de um *regime de verdade* estabelecido ou em estabelecimento, segundo como uma espécie de representação da linha editorial de um determinado exercício de poder, de uma determinada época e um determinado lugar. Ainda nessa terceira característica, uma outra questão merece destaque: a de que devemos ter em mente que os regimes de poder e de verdade não atuam somente no enquadramento discursivo, ou seja, na forma como iremos observar determinado fato. A verdade, como apontou Foucault, é submissa aos movimentos políticos e económicos, os dispositivos informativos podem servir também para pautar aquilo sobre o que se fala quando não for oportuno ou for frustrada uma tentativa de abordar determinado fato sob determinado enquadramento por parte de outros dispositivos. Segundo Biroli (2011),

a teoria do *agenda setting*, em suas diferentes versões, procurou dar conta justamente do fato de que os meios de comunicação podem não ser capazes de definir como os indivíduos pensam, determinando suas opiniões e preferências. Mas definem, em grande medida, os temas sobre os quais eles pensam. Nesse sentido, fica difícil estabelecer fronteiras entre o que é socialmente relevante para os cidadãos em um dado momento e o que a agenda dos *media* torna saliente. (p. 89)

Portanto, entendamos que os *regimes de verdade* são regimes de controle, que podem operar na forma da verdade; no que devemos ter como verdade em determinado momento; e/ou quem detém a verdade – que se constitui como a quarta característica foucaultiana do regime. A verdade seria, de acordo com Foucault, produzida e transmitida sob controle – como se fosse, de fato um produto que sai de uma produção industrial e segue em lotes para distribuição e venda a retalho – predominantemente de alguns grandes aparelhos políticos e

económicos como a academia, a justiça ou os meios de comunicação, para usarmos dos mesmos exemplos usados pelo próprio autor. Um dos teóricos bastante influenciados por Michel Foucault, Stuart Hall, primeiro por estarem alinhados em suas críticas ao marxismo, segundo por ter Hall teorizado sobre as representações tomando como ponto de partida em uma das teorias da representação o trabalho de Foucault sobre o discurso, põe a comunicação no centro de sua problematização proposta a respeito da cultura acreditando na comunicação como um grande aparelho de circulação de significados em contextos de mediação (Chouliaraki, 2016). Sobre o conceito que Hall (2016) estabelece sobre representações, este está equiparado ao conceito foucaultiano de discurso, consistindo ambos na produção de sentido por meio da linguagem. A respeito dessa quarta questão, que versa sobre a produção e distribuição de verdades, talvez seja o pensamento de Hall o que mais fortaleça este entendimento, já que o autor foi um dos que mais trabalhou a respeito do caráter produzido dos sentidos e de como eles vão se transformando à medida que isso se constitui como uma demanda do poder. Hall (2003a), um emblemático crítico dos processos pós-coloniais, foi uma importante voz por meio de seu trabalho científico sobre regimes racistas, classistas e xenófobos de representação que também poderiam ser entendidos como *regimes de verdade*, que produzem verdades a serem transmitidas por parte de fortes sistemas de circulação. Hall (2019) também colabora neste debate com suas teorizações a respeito das “posições de enunciação”, que vão ao encontro desta quarta característica e que traduzem um pensamento do autor sobre o fato de que não importam o quão abertos possam estar os canais de emissão, alguns emissores seguem sendo privilegiados e isso está também ligado a uma especulação política e económica. Ainda tomando os *media* como exemplo dentro da relação de interdependência entre saber e poder, é importante destacar que

o poder, ao que parece, deve ser entendido aqui, não apenas em termos de exploração económica e coerção física, mas também em termos culturais ou simbólicos mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou algo de

uma certa maneira – dentro de um certo 'regime de representação'. Isso inclui o exercício do poder simbólico por meio de práticas representacionais. A **estereotipagem** é um elemento-chave neste exercício de violência simbólica. (Hall, 2003b, p. 259, grifo nosso)

Se os *regimes de verdade* constituem-se, portanto, como uma instância simbólica do poder, e partirem de premissas racistas, por exemplo, de exclusão de determinadas raças de determinados espaços, se retroalimentam neste ecossistema as representações problemáticas apontadas por Hall. Essa violência simbólica, que se equipara ao dano linguístico de Butler (1997) seria uma arma do poder em exercício direcionada aos contradiscursos que buscam legitimidade a partir das margens.

A quinta e última característica é que a verdade é objeto de debate político e de confronto social, ou seja, de lutas ideológicas⁷. Com isso, o autor quer dizer que a adesão a uma formação discursiva seria, então, o fortalecimento de uma corrente ideológica e que os discursos vigentes estão constantemente sendo questionados e ameaçados por outras correntes discursivas. Foucault (1979) deixa claro que por verdade não se está a remeter a um conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas ao “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (p. 17). O autor tem o entendimento de que não se faz nada em favor da verdade, mas em favor da detenção do estatuto da verdade e do papel político-económico que, por conseguinte, ela desempenha.

Foucault descreveu ainda que está a cargo do intelectual o estabelecimento desse regime de verdade e, sendo assim, associamos essa figura intelectual foucaultiana ao perito de Giddens (1991) – mesmo

⁷ Hall estabeleceu uma conexão entre discurso e ideologia, tomando ambos como um conjunto de afirmações ou crenças que produzem conhecimento e servem a interesses particulares. A opção pelo discurso se deu por Hall corroborar o entendimento foucaultiano de que o conceito de ideologia divide o mundo entre o que é verdadeiro e o que é falso e que “declarações sobre o mundo social, político ou moral raramente são simplesmente verdadeiras ou falsas, e ‘os fatos’ não nos permitem decidir definitivamente sobre sua verdade ou falsidade, em parte porque ‘fatos’ podem ser interpretados de diferentes maneiras” (Hall, 2019, pp. 156–157).

reconhecendo o quanto o sujeito foucaultiano é um entrave a Giddens e o quanto as teorias de ambos conversam pouco – que é aquele em quem depositamos a nossa confiança e que cujo conhecimento influencia nossas ações cotidianas. Os sistemas constituídos por esses peritos, nomeado por Giddens como “sistemas perito” seriam “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (p. 40).

Foucault (2008) descreveu os *regimes de verdade* como um conjunto de procedimentos que orientam a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados e que se constituem como a condição de formação e desenvolvimento do capitalismo. Falar sobre o capitalismo é uma ótima oportunidade para fecharmos essa discussão inicial que, para tratar sobre conceitos foucaultianos teve como proposta de início uma fala a respeito das colonizações. A elaboração de *regimes de verdade* e sua condição enquanto fundadores do capitalismo torna claro que a verdade é também um fator hierarquizante e segregador, entre o centro do saber/poder e as margens. Logo, o reconhecimento de estrutura de poder tem como premissa o reconhecimento prévio de que há discursos de resistência em busca da epistemologização, da cientificidade, da formalização, ou seja, da regularidade (Foucault, 1999, 2008) e da tomada do estatuto de verdade.

Por uma espécie de cerca sobre uma determinada forma de conhecimento e criar um regime que funciona como uma lógica sob a qual as relações vão se dar é algo que remete a uma colonização do campo simbólico (cultura, linguagem e ideologia) ou a uma cristalização dos discursos de leitura social, o que remete aos estereótipos e certa aceção de indivíduos (Biroli, 2011; Silveirinha, 2008). Seguindo as proposições de Foucault, se vivemos num sistema, este se mantém sob uma organização de poderes que têm como precedente um campo de saber como estatuto de verdade. Essa formatação da verdade, que também pode ser entendida nas palavras do autor como economia política da verdade – tratamento da verdade a partir de pautas políticas e económicas – pode sinalizar uma espécie de *colonização das práticas*

simbólicas, por meio das quais linguagem e conhecimento operam e influenciam nossas realidades materiais (Hall, 2016).

3. O privilégio discursivo jornalístico na colonização das práticas simbólicas

Os *media* são mecanismos que atuam diretamente em nossos mapas conceituais partilhados, logo, têm implicações nas consciências coletivas (Esteves, 2016; Hall, 2016). Sua influência é assegurada tanto pela crença social na autoridade do discurso mediático em inúmeros contextos locais (Couldry, 2000) como na sua licença para representar (Orgad, 2012).

Dos *media* se esperam as representações, e a forma que elas tomam fortalece um determinado tipo de discurso na disputa pelo estatuto de verdade, por serem esses *media* percebidos como imparciais e que representam a todos, sem um ativismo aparente em torno de questões como raça, classe ou gênero, por exemplo (Hartley, 2019). Seguindo a lógica foucaultiana, tanto entendemos a verdade como um posicionamento político como sabemos que a decisão por não falar sobre algo também faz parte das estratégias discursivas e revela tentativas de apagamento. Esse não-ativismo dos *media* seria, na verdade, uma negação ou relativização de pautas dentro da sociedade.

Uma outra questão que conta a favor do poder do jornalismo é o fato de este dispositivo ser uma espécie de “meta-sistema perito”. Amadurecendo as teorizações de Giddens, Miguel (1999) trouxe-nos a concepção de “meta-sistema perito” para descrever o estatuto do jornalismo dentro das sociedades. Neste conceito o autor compreende os “mecanismos que favorecem a universalização da crença – ou descrença – no funcionamento de *sistemas peritos* específicos, para além da experiência individual dos consumidores (p. 202, grifos do autor). Ou seja, o autor reafirma que é o jornalismo que cumpre um importante papel de vigilância sobre os outros sistemas de vigilância (exemplos disso seriam a Ordem dos Advogados, a Assembleia da República, as instituições de ensino, a polícia, a justiça, a psicologia, a física etc.), contando com o privilégio de não ter um sistema perito sobre si. O jornalismo, então, seria um mecanismo que atua

quase que livremente na estruturação dos *regimes de verdade*, sendo uma das instâncias que conferem legitimidade aos discursos: “o contato cotidiano com as notícias ajuda a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na fiabilidade dos diversos *sistemas peritos* – pelo simples fato de que o consumidor de informações já não conta somente com sua experiência pessoal” (Miguel, 1999, p. 202).

Portanto, sendo esse foro informal e cotidiano de legitimação dos diversos *sistemas peritos* apontado por Miguel (1999), o jornalismo atuaria na mediação dos discursos científico e racional, que dão base à verdade, tendo mais um privilégio: ser o censor, inclusive, do discurso científico que, caso não se alinhe às estratégias económicas e políticas, será deslegitimado. Miguel (1999) chama atenção ainda para o fato de que o quanto mais os *media* se unem às novas tecnologias e tornam cada vez mais possíveis a larga distribuição de conteúdo, mais “permanece a pressão uniformizadora provocada pela maneira de ver o mundo compartilhada pelos jornalistas, pelo interesse de classe dos proprietários e pela influência dos anunciantes” (Miguel, 1999, p. 203). Num mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, romper as barreiras nacionais e criar novos impérios cognitivos pode ser uma possibilidade a velhas necessidades de dominância (Santos, 2019).

Orgad (2012) destaca que os estudos mediáticos não conseguem conceber a atuação da comunicação dentro da globalização por conta de uma espécie de prisão à estrutura do Estado-nação como ponto de partida para interpretar as representações mediáticas. Por meio desta proposição é possível fortalecermos o entendimento de uma colonização simbólica que não somente acontece com a atuação sobre os processos simbólicos e formatação de uma cultura, linguagem e conhecimento, mas que pode alcançar diferentes culturas e romper diferentes fronteiras.

Apesar de a autora chamar atenção para as especificidades que cada cultura pode adicionar às representações, alterando-as, pensar o uso da linguagem, que constitui-se como uma conquista humana que permitiu a viagem do conhecimento pelo tempo e pelo espaço (Esteves, 2016), somada à

globalização, que é a extensão simbólica das relações sociais (Orgad, 2012), é reconhecer que faz-se necessária uma maior preocupação com a atuação dos *media* meta-sistemas enquanto potenciais exterminadores de culturas e línguas. Isso em nome de uma homogeneização de territórios oportuna à dominação política e económica.

Os *media* de massa tornaram-se ferramentas das classes dominantes nos esforços de manutenção de poder, riqueza e estatuto por meio da popularização de sua própria filosofia, cultura e moralidade (Lull, 1995; Simões, 2011). Isto acaba por alimentar a ideia de Foucault sobre os *regimes de verdade* serem necessários à existência do capitalismo que, obviamente, vai ter características locais como Orgad (2012) destacou mas que é um sistema global que opera por meio dessa globalização das representações.

4. Representações mediáticas como estruturantes dos regimes de verdade

Orgad (2012) esclarece duas questões valiosas para esta reflexão aqui proposta: o que são representações mediáticas e qual ‘trabalho’⁸ as representações mediáticas fazem. A autora explica que representar consiste em ‘reapresentar’ por meio do uso de signos. Sobre as representações mediáticas, especificamente, esclarece que

em termos gerais, qualquer objeto, por exemplo, um edifício, uma peça de roupa, um artefacto, pode ser visto como uma representação que carrega significados além de sua função e uso imediato. O que distingue as representações mediáticas desses outros objetos representacionais é que sua essência é representar. Em outras palavras, sua função principal é produzir significado, para capturar de alguma forma a realidade nos signos. (Orgad, 2012, p. 47)

⁸ Orgad (2012) parte da teoria de Stuart Hall sobre as representações, logo, o uso do termo ‘trabalho’ entre plicas é também uma referência ao texto do autor intitulado O Trabalho das Representações.

Se as representações mediáticas têm essa carga e expectativa do representar *per se*, reforça-se assim o poder dos *media* dentro da sociedade como estabilizadores do saber por excelência⁹. Além disso, seguindo o pensamento de Hall (2003a, 2016), os *media* não operam somente na construção de estruturas de saber necessárias à codificação da realidade, mas também nas estruturas de descodificação necessárias às suas audiências, ou seja, como homogeneizador de “mapas conceituais” e aproximador simétrico do codificador e do descodificador. Esse pensamento vai ao encontro do que propôs Anderson (2006) a respeito das colaborações da imprensa (*print capitalism*) com a criação de linguagens nacionais e com a produção de comunidades por meio da alimentação um imaginário comum. Essa atuação na partilha massiva de saberes que influenciam na codificação e descodificação é mais um reforço da atuação dos *media* como sendo esses mediadores da verdade.

Voltando ao trabalho da representação, a segunda questão valiosa a esta reflexão, Orgad (2012) chama atenção para a perspectiva que se aplica ao exercício de compreensão das representações mediáticas. Como centramos esta discussão na lógica foucaultiana, compreendemos o trabalho mediático de representar como uma espécie de colaboração com a constituição e manutenção de *regimes de verdade* estratégicos para assegurar determinados exercícios de poder, seja o próprio poder mediático de representar (Hall, 2003b), sejam outros poderes, como o político e o económico.

Dito isto, acreditamos que os *regimes de verdade* funcionem sob um imaginário globalizado e colonial a partir de oposições binárias (Hall, 2019; Orgad, 2012) que hierarquizam grupos sociais por meio da atribuição de valores fixados por meio de representações estereotipadas que lhes vão condicionando as realidades materiais e sua própria autonomia, no sentido de não poderem contar sua própria história. Hall (2003a) acreditava que o pós-colonialismo não constitui-se na superação do colonialismo mas a repercussão de problemas de

⁹ Estabilizar sentido ou saber é, segundo Esteves (2016), operar na redução do número de sentidos ou conhecimentos em disputa pelo estatuto de verdade. Os *media*, por exemplo, atuam nessa redução homogeneizando os mapas conceituais dos indivíduos e dos coletivos.

dependência, subdesenvolvimento e marginalização que são mantidos sob novas organizações de poder especialmente em resposta aos movimentos diaspóricos, migratórios e o multiculturalismo. Dessa forma, o pós seria apenas uma continuação das relações desproporcionais e de dominação a partir de um novo regime de verdade.

5. Considerações finais

Quando mencionamos oposições binárias, remetemos a ideias defendidas por Hall (2019) e Orgad (2012) que referem-se à questão foucautiana de acolhida e rejeição de discursos. Pensar que as representações estruturantes de *regimes de verdade* operam a partir dessas oposições é pensar em brancos/não brancos, heteronormativos/não-heteronormativos, pobres/ricos, homens/mulheres, cis/trans, ocidental/não ocidental, sul/norte e outros tantos esquemas utilizados ao longo do tempo para legitimar/deslegitimar grupos sociais.

Quando pensamos o colonial, remetemos especialmente ao raciocínio de Foucault sobre a propriedade que o poder hegemónico tem de se reorganizar, se readequar e se manter mesmo que constituído sobre um outro campo de saber. Já que somos seres linguísticos (Esteves, 2016) e temos nossas realidades materiais influenciadas pelos movimentos discursivos, mesmo com a queda dos impérios e a transformação da ordem mundial, colonizações simbólicas como estratégias de manutenção de estatutos globais podem continuar a ser desempenhadas, rompendo as barreiras dos Estados-nação, como alerta van Dijk (1980), e mantendo o pacto ocidental de subalternização estabelecida a partir das linhas abissais descritas por Santos (2007).

A atenção aos *media* como esses estruturantes dos *regimes de verdade* permanece pertinente a cada dia mais por podermos observar que os jogos discursivos e os exercícios de legitimação permanecem ativos e mantendo o poder hegemónico. A necessidade de seguir acompanhando a economia política

da verdade é também uma forma de legitimar os discursos das margens por espaços nos centros e emancipação daqueles que seguem subalternizados.

Já que usamos as estruturas binárias para descrever como os *regimes de verdade* operam no trabalho das representações, usamo-nos das teorizações de Auer (2019) sobre o jornalismo, para apontar que a dualidade pela qual os *media* operam é a de privilégio (normal) e marginalidade (desviante). Essa dualidade vai produzir as aproximações (acolhimento) e afastamentos (rejeição) entre sujeitos por meio de representações que se concentram na identidade e, por sua vez, reduzem as agências das pessoas subalternizadas.

Referências

Anderson, B. (2006). *Imagined Communities* (Revised Ed). Verso.

Andrejevic, M. (2008). Theory review power, knowledge, and governance: Foucault's relevance to journalism studies. *Journalism Studies*, 9(4), 605–614.
<https://doi.org/10.1080/14616700802114464>

Auer, M., Sutcliffe, J., & Lee, M. (2019). Framing the 'White Widow': Using intersectionality to uncover complex representations of female terrorism in news media. *Media, War & Conflict*, 12(3), 281–298.
<https://doi.org/10.1177/1750635218769931>

Biroli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 71–98. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>

Butler, J. (1997). *Excitable Speech*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203948682>

Chouliaraki, L. (2016). Foucault, Michel. *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*, 1–5.
<https://doi.org/10.1002/9781118766804.wbiect236>

Couldry, N. (2000). *The Place of Media Power*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203007624>

Esteves, J. P. (2015). Sobre a Opinião Pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. *Intexto*, 34(34), 276. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.276-293>

Esteves, J. P. (2016). *Sociologia da Comunicação* (2ª Edição). Fundação Calouste Gulbenkian.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder* (Roberto Machado (ed.)). Edições Graal.

Foucault, M. (1980). Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings. Em *New York*. <https://doi.org/citeulike-article-id:798470>

Foucault, M. (1999). *A ordem do Discurso* (5ª Edição). Edições Loyola.

Foucault, M. (2008). *Arqueologia do Saber* (7ª Edição). Forense Universitária.

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade* (E. UNESP (ed.)).

Hall, S. (2003a). Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Em Editora UFMG (Ed.), *History*.

Hall, S. (2003b). Representation: Cultural Representation and Signifying Practices. Em S. Hall (Ed.), *Representation*. SAGE Publications.

Hall, S. (2016). Cultura e representação. Em *Ed. PUC-Rio/Apicuri*. Ed. PUC-Rio : Apicuri.

Hall, S. (2019). Essential Essays Vol. 2: Identity and Diaspora. Em D. Morley (Ed.), *Essential Essays, volume 2*. Duke University Press.

Hartley, J. (2019). Communication, Cultural and Media Studies. Em *Communication, Cultural and Media Studies* (Fifth Edit, pp. 1–293). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315225814-1>

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Lull, J. (1995). Hegemony. Em G. Dines, J. M. Humez, B. Yousman, & L. B. Yousman (Eds.), *Gender, race and class in media: a critical reader* (pp. 33–36). Columbia University Press.

Miguel, L. F. (1999). O Jornalismo Como Sistema Perito. Em *Tempo Social* (Vol. 11, Número 1, pp. 197–208). <https://doi.org/10.1590/s0103-20701999000100011>

Orgad, S. (2012). Media Representation and the Global Imagination: A Framework. *Media Representation and the Global Imagination*.

Santos, B. de S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp, <https://doi.org/10.4000/rccs.753>

Santos, B. de S. (2019). El fin del Imperio Cognitivo. Em *El fin del imperio cognitivo*.

Silveirinha, M. J. (2008). A Representação das Mulheres nos Media: dos Estereótipos e «Imagens de Mulher» ao «Feminino» no Circuito da Cultura. Em J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e Identidades Sociais - diferença e reconhecimento em sociedades complexas e culturais pluralistas* (1ª Edição, pp. 103–130). Livros Horizonte.

Simões, R. B. de. (2011). *Crime castigo e género nas sociedades mediatizadas - Políticas de injustiça no discurso dos media* (Número November 2011) [Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/17894>

Tuchman, G. (2000). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. Em *Culture and Politics* (pp. 150–174). Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62965-7_9

Van Dijk, T. A. (1980). *Macrostructures: An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Luiz Gustavo Henrique de Freitas

Licenciado em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo (UNI7, Brasil); pós-graduado em Filosofia e Direitos Humanos (PUC-PR, Brasil); mestre em Jornalismo e Comunicação (Universidade de Coimbra, Portugal); e doutorando e investigador em Comunicação (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal). Atuou como Jornalista e Assessor de Comunicação no Brasil e em Portugal e foi orador do TEDxUniversidadeDeCoimbra 2020.

Data de submissão: 30/09/2021 – Data de aceite: 27/12/2021

A Ética de Paulo Freire aplicada ao jornalismo: uma análise da cobertura do caso “Bebé Deitado ao Lixo” pelo Jornal Correio da Manhã

Natalia Reis Gomes¹

<https://orcid.org/0000-0002-7450-563X>

Resumo: *Esse artigo tem como base uma análise da cobertura do caso do “bebé deitado ao lixo” pelo jornal português Correio da Manhã. A partir do conteúdo das reportagens online sobre o caso e com base nos pressupostos éticos essenciais de Paulo Freire transpostos para o jornalismo, buscamos suscitar uma reflexão crítica sobre o sensacionalismo e a sua violência simbólica, que reforça maniqueísmos, estereótipos e desigualdades na mídia. Utilizando uma abordagem do texto de Paulo Freire “O compromisso do profissional com a*

sociedade”, e com uma rápida passagem pelos conceitos da Ética do Cuidado no jornalismo, podemos refletir sobre dilemas da profissão de jornalista e o seu papel na democracia da informação numa perspectiva do cuidado com o outro. Nessa lógica, o cuidado, o respeito e a responsabilidade se torna uma dimensão complementar da informação e do trabalho no jornalismo, que não só concilia como amplia a dimensão da verdade e da objetividade sendo o jornalista uma reflexão, e não um reflexo da sociedade..

Palavras-Chave: Jornalismo; Paulo Freire; Sensacionalismo; Ética do cuidado

The Ethics of Paulo Freire applied to journalism: analysis of the coverage of the “Baby Thrown in the Rubbish” case by Correio da Manhã newspaper

Abstract: *This article is based on an analysis of the coverage of the case of the “baby thrown in the rubbish” by the Portuguese newspaper Correio da Manhã. From the content of the online reports on the case and based on Paulo Freire's essential ethical assumptions transposed to journalism, we seek to raise a critical reflection on sensationalism and its symbolic*

violence, which reinforces manicheism, stereotypes and inequalities in the media. Using an approach from Paulo Freire's text “The professional's commitment to society”, and with a quick passage through the concepts of Ethics of Care in journalism, we can reflect on the dilemmas of the journalist profession and its role in the information democracy in a perspective

¹ Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: nataliareisgomes1@gmail.com.

of care for the other. In this logic, care, respect and responsibility become a complementary dimension of information and work in journalism, which not only reconciles but expands the dimension of truth and objectivity, the journalist being a reflection and not a reflection of society.

Keywords: Journalism; Paulo Freire; Sensationalism; Ethics of care

La Ética de Paulo Freire aplicada al periodismo: análisis de la cobertura del caso “Bebé Tirado a la Basura” del diario Correio da Manhã

Resumen: *Este artículo se basa en un análisis de la cobertura del caso del “bebé tirado en la basura” por el diario portugués Correio da Manhã. A partir del contenido de los reportajes en línea sobre el caso y a partir de los supuestos éticos esenciales de Paulo Freire trasladados al periodismo, buscamos plantear una reflexión crítica sobre el sensacionalismo y su violencia simbólica, que refuerza el maniqueísmo, los estereotipos y las desigualdades en los medios de comunicación. A partir de un enfoque del texto de Paulo Freire “El compromiso del profesional con la sociedad”, y con un rápido pasaje por los conceptos de Ética del Cuidado en el periodismo, podemos reflexionar sobre los dilemas de la profesión periodística y su papel en la democracia de la información en una perspectiva de cuidar al otro. En esta lógica, el cuidado, el respeto y la responsabilidad se convierten en una dimensión complementaria de la información y el trabajo en el periodismo, que no solo reconcilia sino que expande la dimensión de verdad y objetividad, siendo el periodista un reflejo y no un reflejo de la sociedad.*

Palabras Clave: Periodismo; Paulo Freire; Sensacionalismo; Ética del cuidado

I. Introdução

A obra de Paulo Freire conversa intimamente com os conceitos do cuidado pelo fato de ambos enxergarem na ética uma consequência das relações de reciprocidade e de responsabilidade para consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Na sua obra “Educação como prática de liberdade” ele afirma que “o existir é individual, contudo, só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles” (Freire, 1982, p. 48-49). Além disso, na obra

“O Compromisso do profissional com a sociedade”, base desta análise, Paulo Freire diz que esse compromisso “(...) só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados” (Freire, 1983, p. 19). Dentro do campo da Pedagogia, a sua obra é marcada pelas questões do afeto, que Ferrari (2008) aponta neste trecho de “Paulo Freire – O mentor da educação para a consciência”:

Isso implica um princípio fundamental para Freire: o de que o aluno, alfabetizado ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor. Em sala de aula, os dois lados aprenderão juntos, um com o outro - e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas. (Ferrari, 2008, s/d)

Paulo Freire buscou na sua ética “um modo de os desfavorecidos romperem o que chamou de cultura do silêncio e transformar a realidade, como sujeitos da própria história” (Ferrari, 2008, s/d). Essa ideia perpassa pela necessidade de uma democracia mediática, muitas vezes negada aos *esfarrapados do mundo*, com abordagens jornalísticas sensacionalistas, dicotômicas, estereotipadas e preconceituosas. Dentro do seu conceito de pensar esperançoso, que pode ser aplicado ao jornalismo, Freire (1992) reforça um pensar crítico sobre o trabalho e sobre as formas de ação e pensamento que não se fecham diante das condições históricas que desumanizam. Para ele, comprometer-se com uma nova perspectiva de pensar o agir enquanto cidadãos passa por dizer não aos fatalismos e posturas sectárias (Freire, 1992).

Paulo Freire afirma, sobre a mídia e o jornalismo como um todo, que “(...) o poder, por exemplo, é de quem tem informações e as manipula para dirigir a comunicação” (Passeti & Freire, 1998, p. 103). Pensar aqui essa preocupação de Paulo Freire com relação ao discurso jornalístico dominante, definidor, estático e repleto de violências simbólicas contra grupos marginalizados conversa, aqui, com um direcionamento voltado para a ética do cuidado.

A palavra cuidado tem a sua derivação de cogitare-cogitatus cujo significado é pensar, cogitar, atender: verbos que refletem uma atitude de interesse e preocupação. Para Camponez (2014, p. 112) a ética do cuidado “evidencia o papel do jornalismo na sua dimensão de compromisso com a qualidade da esfera pública e a democracia, sem pôr em causa a liberdade individual dos jornalistas e a autonomia da profissão”. Ainda com relação à ética do cuidado no jornalismo Christofolletti (2005) afirma que:

Na lida jornalística, o cuidado não impede reportagens impetuosas ou investigações. Cuidado não é o mesmo que medo. Na acepção que levo adiante, o termo tem em conta o respeito às declarações das fontes, o rigor criterioso na edição das reportagens, o apego à precisão. Cuidado é senso de responsabilidade, entendimento de que o produto jornalístico gera consequências o que já demanda uma preocupação maior com as etapas de sua produção. Cuidado não é sinônimo de pusilanimidade, é mais um componente do método jornalístico. (Christofolletti, 2005, p. 38)

Um dos objetivos da ética jornalística é assegurar a dignidade humana. Porém enfrentamos dilemas éticos como o sensacionalismo, que traz um jornalismo repleto de violências simbólicas que reforçam o padrão dominante como forma de imputar o pensar e o agir dos sujeitos. Para Dias (2015) o sensacionalismo é “um modo editorial antiético de divulgar os factos, assumindo-os como acontecimentos extraordinários, que explora as emoções e fragilidades humanas, usando de forma excessiva determinadas expressões ou fotografias que, por vezes, não são as mais corretas” (Dias, 2015, p. 16). Essa prática cria um exercício ficcional sobre as notícias de “forma sádica, caluniadora e ridicularizadora, apelando e enaltecendo a carga emotiva da notícia” (Souza, 2010 p. 4). E é sobre esses usos e repetições de expressões que abordaremos nesta análise.

Segundo Dias (2015) o Correio da Manhã, - líder de tiragem e circulação em Portugal - é o jornal português que mais se aproxima do perfil

sensacionalista, “manifestando-se sobretudo através de manchetes fortes com acentuada carga emocional que prendem a atenção do leitor” (p. 11).

Com a justificativa de que atende aos desejos do público, jornais como o Correio da Manhã apresentam um trabalho repleto de problemas éticos. Para Leonardo Boff (2009, p. 32), no seu livro *Ethos Mundial*, a “alegação de que faz um trabalho profissional não justifica a traição ética do jornalista ou de nenhum outro profissional”. Para ele, “cuidado implica em valores universais como a vida saudável e longa, educação, participação política e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e de proteção contra a violência, condições para uma adequada expressão simbólica e espiritual” (Boff, 2008, p. 138).

Para Ana Maria Araújo Freire a ética de Paulo Freire não se resume ao campo da pedagogia e deve ser aplicado a outras áreas do conhecimento para que a transformação aconteça e “(...) a cada nova práxis educativa progressista que se implante e se realize, não só no campo da educação popular e na educação de adultos, mas, no da educação no sentido amplo e em muitos outros campos do saber” (Freire, 2005, p. 24).

Para o filósofo Enrique Dussel, Freire foi um “pedagogo da consciência ético-crítica” (Dussel, 2000, p. 431). Essa ideia fundamenta princípios para novas práticas. A obra de Paulo Freire foi resultado do seu compromisso de vida como um educador. E, tendo os seus pressupostos base em um fazer na educação, um partir da prática, a dimensão da sua obra na análise de realidades surge de forma natural num compromisso com um mundo mais justo e humano.

A partir do conteúdo das reportagens online sobre o caso “bebé deitado ao lixo” vinculado pelo jornal Correio da Manhã e com base nos pressupostos éticos essenciais de Paulo Freire transpostos para o jornalismo, buscamos neste artigo suscitar uma reflexão crítica sobre o sensacionalismo e a sua violência simbólica através da linguagem. Utilizando uma abordagem do texto de Paulo Freire “O compromisso do profissional com a sociedade”, e com uma rápida passagem pelos conceitos da Ética do Cuidado no jornalismo, propomos uma

reflexão sobre os dilemas da profissão de jornalista e o seu papel na democracia da informação numa perspectiva do cuidado com o outro.

2. Sensacionalismo, ética do cuidado e o olhar freiriano sobre o jornalismo

Para Marcondes (1989), classificar o sensacionalismo e as suas características dentro das definições do jornalismo é uma tarefa com alto nível de dificuldade, pois, no conteúdo sensacionalista muitas vezes há ausência de notícia, onde “tudo o que se vende é aparência e, na verdade vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete” (Marcondes, 1989, p. 66).

Para Angrimani (1995) a notícia sensacionalista tem os seguintes fatores: intensidade emocional, natureza das emoções de um público e exploração artificial prolongada dos fatos. A percepção da qualidade neste tipo de notícia está atrelada a audiência, sendo este o resultado e o significado destes produtos mediáticos. Lipovetsky (1994) afirma que “por detrás da revitalização ética, o que se vê é uma moral indolor que triunfa o último estágio da cultura individualista democrática” (p. 57).

O cunho justiceiro do conteúdo sensacionalista usa como arma um ideal disciplinar da sociedade. O conceito de Sociedade Disciplinar foi desenvolvido por Foucault (2001) como resposta aos fracassos dos ideais iluministas de universalidade da razão. Para ele as disciplinas são técnicas utilizadas para ordenar as multiplicidades humanas: “o importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Foucault, 2001, p. 12). A repetição de estereótipos e de discursos normatizantes das matérias jornalísticas sensacionalistas cumpririam esta função disciplinar, pois “estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (Foucault, 2001, o. 179).

Existe o medo de que a recusa do gênero sensacionalista - definido por Barros (2000, p.47) como uma maneira de exagerar as notícias que são veiculadas para sensibilizar o público, com uso de clichês, signos e estereótipos – enquanto material jornalístico aceitável possa ferir a liberdade de expressão dos jornais e meios de comunicação que se beneficiam dessas práticas para alavancar as suas audiências. Porém, a liberdade de expressão, conquista da imprensa, deve seguir os padrões éticos que a profissão constitui.

A objetividade, enquanto procedimento, pode ser um método ético para a prática do jornalismo. Mas isso implica que essa objetividade não seja vista enquanto possibilidade de buscar uma verdade última ou de enxergar a notícia enquanto recorte da realidade, mas sim, ser um fazer no jornalismo que busque verificar documentos e dados, ouvir as diferentes versões de um fato, diferentes fontes, aceitar as controvérsias e ter condutas técnico-éticas (Melo, 2018). Para isso, é preciso entender que toda informação noticiosa passa por uma mediação e interferência simbólica, ideológica e cultural permeada de “valores sociais hegemônicos, acionados inconscientemente nos processos de leitura da realidade como parte da bagagem cultural de conhecimentos dos jornalistas e da intrínseca relação com a cultura da qual são parte” (Moraes & Veiga, 2019, p.17).

Para Camponez (2014) a objetividade:

enquanto filosofia moral da profissão dos jornalistas, não tem dado respostas convincentes a muitos desafios que se colocam ao jornalismo, nomeadamente no que se refere à homogeneização e perda de diversidade dos conteúdos informativos, à hiperbolização da sua linguagem, ao sensacionalismo, à crescente superficialização e leveza das notícias, à hibridização entre a informação e entretenimento e à excessiva dependência das fontes de informação organizadas, entre outras questões. (Camponez, 2014, p. 118)

Christofoletti (2005) afirma que as repostas a estes desafios está justamente em cumprir com o real ofício de um jornalista. Para ele, ao trabalhar com objetividade e rigor jornalístico, a ética do cuidado se torna um resultado e consequência natural deste processo, pois “registrar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, complacência ou compaixão, mas por dever moral. (...) Com isso, atuar bem tecnicamente vai equivaler a responder bem eticamente” (Christofoletti, 2005, p. 36).

Para a feminista Joane Tronto (2009) ao não colocarmos a ideia de autonomia pessoal como a solução para todos os problemas éticos, poderíamos encontrar respostas para estas questões justamente na vulnerabilidade, pois “o verdadeiro reconhecimento da nossa profunda vulnerabilidade e do facto que ela nos liga aos outros pode muito bem mudar a nossa forma de pensar as responsabilidades sociais”. (p. 51)

Para Sampaio (2004, p. 65) o cidadão tem o direito de usar o que lhe está entregue numa notícia na ação de posicionar-se crítica e historicamente através das diversas facetas de uma mesma realidade. Assim, o papel do jornalismo passa pelo de uma produção social do conhecimento. Por isso a necessidade de uma preocupação com “o tratamento dos sujeitos que participam nas diferentes fases do processo de produção noticiosa” (Camponez, 2014, p. 112). Em outras palavras, pensar sobre a prática e “pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo” (Freire, 1986, p. 9).

Um jornalista que busque a verdade e a objetividade no seu trabalho, que siga os códigos deontológicos da profissão e que não veja em seu ofício uma mera execução de técnicas, mas sim, um agir e refletir quanto às realidades e mundo, incorrerá muito menos nas tentações sensacionalistas, pois será, antes de jornalista, um ser humano em busca de transformação.

Dessa forma, os pressupostos de Paulo Freire e da ética do cuidado podem ser um elemento que traria uma preocupação do jornalismo com os problemas, sentimentos e emoções dos outros, sendo fonte de acolhimento e

compreensão das necessidades dos indivíduos pertencentes aos grupos mazeados e também de uma maior qualidade ética nos trabalhos jornalísticos.

3. Análise das reportagens do Correio da Manhã

No estudo empírico que apresentamos, levamos a cabo uma análise de conteúdo de cunho qualitativo de sete reportagens publicadas no site do jornal Correio da Manhã no período entre nove de novembro de 2019 e dezanove de novembro de 2019, conforme tabela abaixo:

Reportagem 01: "Mãe que deitou bebé ao lixo ignorou filho para segurar namorado" Subtítulo: "Sara viu o filho no contentor de lixo duas vezes, mas nada fez." Local e Data: Lisboa, 16 de Novembro de 2019
Reportagem 02: "Embaixada de Cabo Verde vai prestar apoio a mãe que abandonou recém-nascido em Lisboa" Subtítulo: "Arguida, de 22 anos, está indiciada da prática de homicídio qualificado, na forma tentada." Local e Data: Lisboa, 9 de Novembro de 2019
Reportagem 03: "Mãe que atirou bebé recém-nascido para contentor do lixo vivia da prostituição" Subtítulo: "Jovem cabo-verdiana tem 22 anos e vive em Portugal há cerca de dois, de forma ilegal. Não sabe quem é o pai da criança." Local e Data: Lisboa, 10 de Novembro de 2019
Reportagem 04: "Mãe que deixou bebé no lixo rejeitada por irmão em Portugal" Subtítulo: "Marcelo destaca drama de Sara e deixa "palavra especial". Local e Data: Lisboa, 11 de Novembro de 2019
Reportagem 05: "PJ desconfia que mãe de bebé do lixo tenha mais filhos em Cabo Verde" Subtítulo: "Embaixada disponível para colaborar com a investigação à jovem Sara." Local e Data: Lisboa, 13 de Novembro de 2019
Reportagem 06: "Filha de sem-abrigo: Em momento algum a minha mãe tentou matar-me ou pôr no lixo"

Subtítulo: “Mulher mostra-se revoltada com caso do bebé abandonado no lixo e relata a sua história de vida”

Local e Data: Lisboa, 18 de novembro de 2019.

Reportagem 07: “Familiares tentam visitar mãe que atirou bebé ao lixo”

Subtítulo: “Jovem ainda se mantém na zona de admissão da prisão, com mais oito reclusas.”

Local e Data: Lisboa, 19 de Novembro de 2019

Tabela 1. Reportagens publicadas no site do jornal Correio da Manhã sobre o caso “bebé deitado ao lixo”.

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As notícias foram analisadas a partir dos pressupostos éticos de Paulo Freire, em especial do texto “O compromisso do profissional com a sociedade” e pelos conceitos da Ética do Cuidado no jornalismo. Evocamos os pressupostos freirianos vinculados às questões de gênero e da discriminação da mulher nos discursos machistas (Freire, 1992), à necessidade de tornar críticas as questões ligadas à curiosidade nos discursos sensacionalistas (Freire, 1996) e à necessidade de compreender as pessoas que participam de um processo discursivo e os contextos (Freire, 1976). Buscamos perceber nas notícias a criação de suposições sobre as situações informadas e de que maneira essas suposições se conectavam com o senso comum sobre Sara, a mãe do bebé deitado ao lixo e personagem principal das notícias. Verificamos também de que outras maneiras Sara foi designada para além do seu nome e quais ideias essas trocas evocaram.

A notícia “Mãe que deitou bebé ao lixo ignorou filho para segurar namorado” (Reportagem 01) é em formato de vídeo narrado por uma voz masculina. Segue a transcrição livre da narração: “Sara, jovem cabo-verdiana que abandonou o filho no ecoponto teve tempo para se arrepender. Mas preferiu ignorar o bebé e segurar o namorado. O menino nasceu às duas da manhã do dia cinco de novembro e, onze horas depois, por volta da uma da tarde, a mãe da criança voltou a passar junto do ecoponto. Viu o filho, mas não foi capaz de o resgatar. Segundo o relatório da polícia judiciária, a arguida olhou para dentro do contentor, viu o filho, mas nada disse. E com medo que o companheiro

percebesse insistiu para irem embora. O menino acabou por ser resgatado poucas horas depois por um sem-abrigo. Desde o primeiro dia em que ficou grávida agiu sempre com o propósito de, após o nascimento do bebé, lhe tirar a vida. A jovem nunca comprou uma peça de roupa para a criança ou pensou em preparar o nascimento. A jovem de vinte e dois anos cabo-verdiana está agora em prisão preventiva na cadeia de Tires” (Pinto, 2019).

Para além do áudio acima, transcrito livremente, o vídeo exhibe como aparato visual imagens do eco ponto e de crianças brincando em um parque e fotografias do bebé sendo resgatado. As imagens de crianças criam um elemento de emoção relacionado à vítima com acentuada carga emocional.

As seguintes afirmações: “preferiu ignorar o bebé e segurar o namorado” e “desde o primeiro dia em que ficou grávida agiu sempre com o propósito de, após o nascimento do bebé, lhe tirar a vida” são apenas suposições da jornalista. Neste episódio, em detrimento do seu papel de mediador social – que poderia ser o de provocar uma reflexão – a jornalista assumiu uma posição de promotora e de juíza. O uso do juízo de valor sobre o relacionamento de Sara com o namorado se trata de uma clara demonstração de machismo, condenado por Paulo Freire na sua obra *Pedagogia da Esperança* ao afirmar que “a discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa” (Freire, 1992, p. 68).

Os clichês machistas buscam desumanizar Sara e tornar seu sofrimento inexistente ou irrelevante. Ciro Marcondes (1998) afirma que os signos e os clichês são artifícios utilizados pelo sensacionalismo para persuadir. Para ele, o signo produz um efeito de filtro das desgraças que banaliza a violência, tornando-a incomum entre os telespectadores. O uso do termo “segurar o namorado” provoca a repulsa pela liberdade feminina de Sara, e para Freire muito pode ser dito de um conteúdo pela escolha das palavras pois “a recusa à ideologia machista, que implica necessariamente recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo” (Freire, 1992, p. 68).

A troca do nome de Sara por outras formas de designá-la também tem elementos de desumanização e estereotipização, e não são impensadas, como poderemos ver na observação dessa mesma característica em outras reportagens do jornal Correio da Manhã sobre o tema. Os elementos de repetição perceptíveis em apenas um minuto de vídeo foram as palavras “jovem cabo-verdiana”, ditas duas vezes, assim como a palavra “menino”. A palavra “jovem” foi dita três vezes, assim como “filho”. Essas escolhas de palavras são direcionadas de forma a atingirem as respostas necessárias ao aumento da audiência. O uso repetitivo da nacionalidade de Sara marca a criação de estereótipos.

A seguir a análise desta primeira reportagem, focamos nestes mesmos elementos de repetição ao designar Sara nos outros materiais jornalísticos sobre o caso, como por exemplo na notícia “Embaixada de Cabo Verde vai prestar apoio a mãe que abandonou recém-nascido em Lisboa” (Reportagem 02), na qual Sara é designada como a “mãe que abandonou recém-nascido em Lisboa”, “jovem cabo-verdiana”, “a mãe do bebé”, “a arguida” e “a mãe do recém-nascido” (Correio da Manhã, 2019). Na Reportagem 03, as formas para designar Sara foram “mãe que atirou bebé ao lixo”, “jovem cabo-verdiana”, “a mulher que teve o filho na via pública e o abandonou dentro de um contentor do lixo junto a discoteca Lux, em Lisboa” e “jovem cabo-verdiana” (Genésio, 2019a) novamente. Na Reportagem 04 encontramos as expressões “mãe que deitou bebé no lixo”, “a mulher que teve o filho na via pública e o abandonou dentro de um eco ponto, junto à discoteca Lux, em Lisboa” e “jovem cabo-verdiana” (Genésio, 2019b). Sara é chamada de “mãe de bebé do lixo”, “jovem Sara”, “a mulher que teve o filho na via pública e que o abandonou dentro de um eco ponto junto a discoteca Lux, em Lisboa” e “jovem cabo-verdiana” na Reportagem 05 (Genésio, 2019c). E novamente, na Reportagem 07, Sara é designada como “jovem cabo-verdiana”, além de “mãe que atirou bebé ao lixo” (Correio da Manhã, 2019c).

A repetição da nacionalidade de Sara pelo Correio da Manhã busca intervir na construção ideológica e social dos cabo-verdianos enquanto grupo. Isso carrega traços de xenofobia existentes contra o grupo e segundo Rodrigues,

Dionísio e Neves (1981) a imprensa “mantém a marca das tradições e preconceitos locais, das disputas caseiras e do que resta ainda das diferenças de estilo de vida. A nível de cada país, o sistema de informação tornou-se o equivalente moderno do seu folclore” (p. 53).

Vejamos agora outro momento interessante do Jornal Correio da Manhã com relação a este caso. Na matéria publicada em 18 de novembro de 2019 intitulada “Filha de sem-abrigo: em momento algum a minha mãe tentou matar-me ou pôr no lixo” (Reportagem 06) temos um relato anônimo retirado de um grupo do Facebook onde uma suposta mulher que viveu como moradora de rua afirma que a sua mãe jamais a abandonaria. Ela afirma:

Como é que eu posso entender alguém que sabia que estava grávida, porque tinha namorado e um dos sem-abrigo até a alertou sobre este facto, e ainda tem a esperteza de mentir ao dizer que tem problemas intestinais? Como é que posso compreender alguém que depois do nascimento do filho ainda fica indecisa se afoga o filho ou o deixa ser triturado vivo? (Correio da Manhã, 2019a)

No final do relato ela compara a sua mãe, no caso tida como um modelo do “bem”, com Sara, nesta dicotomia marcada como o “mal” ao dizer: “fui filha de uma sem-abrigo que, apesar de todas e mais algumas dificuldades, cuidou de mim e amou” (Correio da Manhã, 2019b). Quais seriam as intenções do jornal ao trazer tal tipo de conteúdo na sua publicação? Que credibilidade tem uma fonte anônima retirada de uma postagem de rede social para um caso como este?

Com base nestes dados podemos perceber que existem traços de sensacionalismo na forma como o jornalismo do Correio da Manhã lida com as notícias:

(...) é na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas. É no tratamento antianódino da notícia, quase sempre embalada em um

caleidoscópico perverso, que o sensacionalismo se destaca dos informativos comuns. (Angrimani, 1995, p. 17)

O recorte de reportagens da análise e a verificação das repetições de expressões relacionadas tanto a nacionalidade quanto a situação social de Sara são características de um jornalismo que privilegia uma super exposição das misérias pessoais das personagens retratadas, com julgamentos de valor. Ainda que a necessidade de informar justificasse as quebras éticas, para Guerra (1999, p. 66) “não há dúvida que o direito de imagem deve prevalecer sobre o direito à informação”. O sensacionalismo causa curiosidade no público, porém não podemos ser neutros perante as problemáticas dos preconceitos apresentados, pois a superação dessas violações “se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se criticiza.” (Freire, 1996, p. 34).

A partir de um viés social-pedagógico de Paulo Freire, percebemos que as reportagens do Correio da Manhã se manifestam enquanto denúncia das mazelas sociais, mas, não mostram ambos os lados de uma história, ou respostas e soluções, e sim criam uma narrativa de culpados com base numa dicotomia agressor-vítima. Inspirado em Max Weber, Paulo Freire acreditava que o conhecimento muitas vezes desencanta e traz algum sofrimento. Mas se faz necessário esse olhar de frente a realidade desromantizada, sem maniqueísmos e com a consciência “não-ingênua” na busca da verdade, pois “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (Freire, 1983, p. 16). O olhar crítico não admite uma postura de simples observação e de julgamento dicotômico. Em “Ação cultural para a liberdade e outros escritos” Paulo Freire trata desta busca da verdade:

Daí a necessidade que temos, de um lado, de ir mais além da mera captação da presença dos fatos, buscando, assim, não só a interdependência que há entre eles, mas também o que há entre as parcialidades constitutivas da totalidade de cada um e, de outro lado, a necessidade de estabelecermos uma

vigilância constante sobre nossa própria atividade pensante (Freire, 1976, p. 135).

O compromisso com a ética não esbarra necessariamente na militância. Um jornalista engajado não necessariamente milita sobre ideologias ou segmentos políticos. Mas não ser neutro frente às injustiças se une mais ao conceito de Cremilda Medina (1982) como a solidariedade às dores universais. Neste contexto, como afirma Alberto Dines, não se faz necessária a postura de “partisan ou torcedor” (Dines, 1986, p. 62).

A ausência de uma ética do cuidado como uma forma de acolher os problemas apresentados pelas reportagens, os sentimentos e emoções das vítimas destes acontecimentos, provoca a sensação de impotência e de falta de respostas frente aos fatos retratados. Além disso, alguns problemas que não serão abordados aqui, mas que são questões de estudo da mídia são aqueles relacionados às pressões psicológicas e neuroses que são alimentadas pela sensação que os programas sensacionalistas causam no público.

O uso dos pressupostos de Paulo Freire, e também daqueles ligados a ética do cuidado, posicionam o jornalista como um agente capaz de investigar e redigir, mas também com habilidades para ver o mundo e sentir-se parte dele. Ao apresentar os fatos, esse profissional é capaz de não somente relatar, mas também enxergar, ouvir, e vivenciar um processo que perpassa por sua inteligência, por seu conhecimento e por seus sentimentos. Esse processo atribui significados a uma construção de realidade mediada pela comunicação e é uma forma de “abrir-se a alma da cultura, deixar-se molhar, ensopar das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência”. (Freire, 1991, p. 110)

4. Notas conclusivas

Neste artigo, utilizamos como exemplo de prática sensacionalista no jornalismo o jornal Correio da Manhã, que, pela observação dos conteúdos, traz

à tona clichês e estereótipos utilizados para manipular e levar a uma forma de pensar maniqueísta, não formativa e sem livre arbítrio. A partir de uma análise da cobertura do caso do “bebê deitado ao lixo” sob uma óptica dos pressupostos de Paulo Freire e da ética do cuidado identificamos um jornalismo que super expôs as misérias pessoais das personagens retratadas nas notícias.

O sensacionalismo do jornal Correio da Manhã infringe a cidadania e o direito à privacidade das personagens das suas notícias, que se tornam agentes passivos sem legitimidade, ora vítimas, ora algozes de criações maniqueístas. Isso não traduz os valores da ética do cuidado, da credibilidade, ou dos valores de autonomia de Paulo Freire. Como explica Camponez (2014), processo de produção da notícia passa por uma responsabilidade pela formação da opinião pública, atendendo a que o jornalismo que se centra nos “valores do cuidado não pode deixar de integrar a dimensão do respeito do jornalista para consigo mesmo, para com o público, para com as fontes, para com os sujeitos tratados nas narrativas jornalísticas e para com o jornalismo” (p. 119).

Paulo Freire afirma que “os homens que a criam são os mesmos que podem prosseguir transformando” (Freire, 1983, p. 18). A partir dessa ótica, os jornalistas se tornam responsáveis pelas consequências do seu trabalho jornalístico, pois, na visão de Freire (1983), o seguinte pensamento deve ser a base da construção do conhecimento: “quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos a ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens” (p. 20). Ou seja, do profissional jornalista será exigido constante aperfeiçoamento, mas também um compromisso com a verdade carregado de humanismo.

O jornalista pode, então, praticar no seu trabalho a ética libertadora, sem assim fugir da objetividade, vendo o saber como “possibilidade e não como determinação” e se percebendo como agente ativo de transformação, pois “o mundo não é. O mundo está sendo” (Freire, 1983, p.76). Neste sentido, a consciência no jornalismo, dentro dos conceitos apresentados neste artigo, “não é um espelho da realidade, simples reflexo, mas é reflexiva e refletora da

realidade" (Freire, 1983, p.25). Se Paulo Freire foi capaz de defender uma educação pautada na responsabilidade e no respeito, porque não defendermos um fazer no jornalismo que também busque a dignidade e o respeito aos esfarrapados do mundo? A objetividade no jornalismo deve ser, assim, o complemento de uma busca da verdade que tenha por base a responsabilidade e o cuidado.

Referências

- Angrimani, S. D. (1995). *Espreme que sai sangue*. Summus.
- Barros, L. F. (2000). A Psicopatia da Imprensa. *Revista Videtur*, 11, CEAr/DLO/FFCH– USP/Editora Mandruvá, 47–54
<https://www.hottopos.com.br/videtur11/imprensa.htm>
- Boff, L. (2008). *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 15 ed. Vozes.
- Boff, L. (2009). *Ethos mundial: um consenso mínimo entre humanos*. Record.
- Camponez, C. (2014). Entre verdade e respeito – por uma ética do cuidado no jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 25, 110-123.
[https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1863](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1863)
- Christofoletti, R. (2005). Criminalização de vítimas na imprensa: considerações sobre a ética jornalística. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 28(1), 27-40. <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v28i1.1082>
- Correio da Manhã. (2019a). *Embaixada de Cabo Verde vai prestar apoio a mãe que abandonou recém-nascido em Lisboa*. [Notícia].
https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/embaixada-de-cabo-verde-vai-prestar-apoio-a-mae-que-abandonou-recem-nascido-em-lisboa?ref=Pesquisa_Destaques
- Correio da Manhã. (2019b). *Filha de sem-abrigo: "Em momento algum a minha mãe tentou matar-me ou pôr no lixo"*. [Notícia].

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/filha-de-sem-abrigo-em-lisboa-em-momento-algum-a-minha-mae-tentou-matar-me-ou-por-no-lixo>

Correio da Manhã. (2019c). *Familiares tentam visitar mãe que atirou bebé ao lixo*. [Notícia]. https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/familiares-tentam-visitar-mae-que-atirou-bebe-ao-lixo?ref=Pesquisa_Destaques

Dias, C. F. S. (2015). O Sensacionalismo na Imprensa em Portugal Estudo de Caso dos Jornais Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Público. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Repositório Aberto da Universidade do Porto <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81769/2/37514.pdf>

Dines, A. (1986) *O Papel do jornal: uma releitura*. 2.ed. Summus.

Dussel, E. (2000). *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Vozes.

Ferrari, M. (2008). *Paulo Freire – O mentor da educação para a consciência*. Revista Nova Escola. Edição Especial 10. <https://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mentor-educacao-consciencia-423220.shtml>

Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.

Freire, P. (1982). *Educação como prática de liberdade*. Paz e Terra.

Freire, P. (1983). *O Compromisso do profissional com a sociedade*. In: Freire, P. *Educação e Mudança*. 9. ed. p. 15-25, Paz e Terra.

Freire, P. Frei Beto. (1986). *Essa escola chamada vida*. Ática.

Freire, P. (1991). *A educação na cidade*. Cortez.

Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança*. Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.

Passetti, E., & Freire, P. (1998). *Conversação libertária com Paulo Freire*. Imaginário.

Freire, A. M. A. (2005). *Paulo Freire: uma história de vida*. 1 ed. Villa das Letras.

Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder*. Graal.

Genésio, F. (2019a). *Mãe que atirou bebé recém-nascido para contentor do lixo vivia da prostituição*. [Notícia].

https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/mae-que-atirou-bebe-recem-nascido-para-contentor-do-lixo-vivia-da-prostituicao?ref=Pesquisa_Destaques

Genésio, F. (2019b). *Mãe que deixou bebé no lixo rejeitada por irmão em Portugal*. [Notícia]. <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/mae-de-bebe-do-lixo-rejeitada-por-irmao-em-portugal>

Genésio, F. (2019c). *PJ desconfia que mãe de 'bebé do lixo' tenha mais filhos em Cabo Verde*. [Notícia]. https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/pj-desconfia-que-mae-de-bebe-do-lixo-tenha-mais-filhos-em-cabo-verde?ref=Pesquisa_Destaques

Guerra, S. C. S. (1999). *A liberdade de imprensa e o direito a imagem*. Renovar.

Lipovetsky, G. (1994). *Crepúsculo do Dever*. A ética indolor dos novos tempos democráticos. Dom Quixote.

Marcondes, F. C. (1989). *O capital da notícia: o jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2ª ed. Ática.

Marcondes F. C. (1998). *Televisão: a vida pelo vídeo*. Moderna.

Medina, C. (1982). *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Forense-Universitária.

Melo, I. A. de (2018). *A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade*. Bocc.

Moraes, F., & Veiga, M. (2019, junho 11 – junho 14). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *Mídia e Zeitgeist*, p. 113, 2021.

Pinto, M. (2019). *Mãe que deitou bebé ao lixo ignorou filho para segurar namorado*. [Notícia]. https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/mae-que-deitou-bebe-ao-lixo-ignorou-filho-para-segurar-namorado?ref=Pesquisa_Destaques

Rodrigues, A., & Dionísio, E., & Neves, H. (1981). *"Comunicação Social e Jornalismo"*, 1º volume. O Fabrico da Actualidade, Editora A Regra do Jogo.

Sampaio, D. M. (2004). *A pedagogia do ser: educação dos sentimentos e valores humanos*. Vozes.

Souza, A.P. (2010, setembro 2 – setembro 6). *Sensacionalismo: uma revisão conceitual através das teorias de Danilo Angrimani, Lígia Lana, Márcia Franz Amaral e Rosa Nívea Pedroso*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, Rio Grande do Sul

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2892-1.pdf>

Tronto, J. (2009). *Care démocratique et démocraties du care*. Qu'est-ce que le care, p. 35-55.

Natalia Reis Gomes

Natalia Reis Gomes é doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação. Atuou como assistente de pesquisa do sociólogo dinamarquês Dr. Peter Abrahamson no Departamento de Sociologia da Universidade de Copenhague com ênfase nos estudos sobre *Empregadas* e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no trabalho doméstico. Foi estagiária na *School of Social Policy and Social Justice* na University College Dublin, sob a orientação do Dr. Ernesto Vasquez de Aguilera na área da Cultura e da Sexualidade, em especial com abordagem de temas os relacionados às questões da identidade, do sexo e do poder. Participou do Projeto “Pedagogias do corpo: sobre a construção do gênero nas teorias feministas” e do Projeto de Extensão Universitária “Mulheres Entre Panos e Sementes”, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá.

Data de submissão: 15/10/2021 – Data de aceite: 26/12/2021